UNIVERSIDADE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

CIDADE VELHA: PATRIMÓNIO, MUSEALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM CABO VERDE

Dissertação de Mestrado em

Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento.

NATALINO LOPES VAZ SEMEDO

Vila Real,
2010

UNIVERSIDADE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

CIDADE VELHA: PATRIMÓNIO, MUSEALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM CABO VERDE

Dissertação de Mestrado em

Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento

NATALINO LOPES VAZ SEMEDO

Vila Real,
2010

CIDADE VELHA: PATRIMÓNIO, MUSEALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM CABO VERDE

Dissertação submetida para a obtenção do grau de Mestre em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro pelo candidato Natalino Lopes Vaz Semedo, sob a orientação Professor Doutor Fernando Bessa Ribeiro da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Nhordes nta lova Nho, pa tudo Forsa, Fé y koragi ki Nho dan pan fazi kel trabadju li. Lovadu seja Nhordes, oxi y sempri.

Agradecimentos

A realização deste trabalho é fruto da contribuição de várias pessoas, de todos os que cruzaram no meu caminho. Agradeço a todos os que me proporcionaram a oportunidade de enriquecimento científico e pessoal. Começo por agradecer à Universidade que me acolheu para a realização deste trabalho, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; ao orientador da minha Dissertação de Mestrado, Prof. Doutor Fernando Bessa Ribeiro, pelas suas sugestões, correcções e orientações, que permitiram uma melhoria significativa, particularmente ao nível científico deste trabalho e, por todo o tempo dispensado na orientação deste trabalho; aos meus Professores do curso de Mestrado e Pós-graduação, o meu obrigado por me facultarem o seu saber e conhecimento.

O nosso trabalho é sempre fruto da partilha de saberes e, por isso, agradeço a Mestre Isolina Guerra e aos seus familiares por toda a amizade e carinho que me demonstraram. O percurso foi custoso e pude contar com o seu apoio e algum tempo perdido para com todos meus trabalhos académicos e, em particular, com a realização deste trabalho de investigação. Acima de tudo, obrigado por ter acreditado em mim e me fazer acreditar que é possível a elaboração deste trabalho de investigação, ainda que, as dificuldades tenham sido muitas; obrigado por ser uma das pedras angulares da minha construção pessoal e profissional. Ainda é de salientar que sem o seu apoio não seria possível a realização deste trabalho. Deus lhe pague, porque eu não saberia recompensar-lhe.

Agradeço à Obra Kolping de Portugal, em Lamego, e a todos os funcionários daquela instituição, e em especial à Irmã Marguita o meu obrigado por todo apoio concedido.

No museu de Vila Real pude contar com a atenção e o tempo dispensado dos seus muitos funcionários, de modo singular ao seu Director, Mestre João Silva; também o museu de Braga interveio neste percurso pelas informações e documentos facultados, os quais foram importantes para a realização deste trabalho. Aproveito para agradecer ao Padre João Parente e à Directora do Museu de Braga pela sua ajuda e apoio. Lembro ainda o apoio da Igreja de Almacave, em Lamego, em especial na pessoa do Padre José Guedes e ao Padre José Abrunhosa e aos grupos Almacave Jovem e das Vicentinas de Almacave e seus associados, que se dispuseram a acolher-me e a ajudar na minha estadia, integração e

socialização em Lamego. Agradeço ainda ao Frei Andrade Café, por todo o apoio moral e religioso, incluindo também os amigos da Igreja de São Francisco, em particular a Leonor, marido e filhas.

Lembro igualmente o meu amigo Nuno Fonseca, mulher e filha, a Rute e a Maria e aos seus irmãos; Pedro, Isa e pais que sempre estiveram preocupados comigo e com meu bem-estar. Agradeço especialmente a Ilídio Pipa e esposa Josefina Leão, por toda a atenção demonstrada nos meus momentos difíceis, económica e financeiramente, porque custearam parte do meu estudo, particularmente os meus dois anos do mestrado, pelo que nunca poderei esquecer a amizade e o carinho que sempre me demonstraram. Devo ainda mencionar o apoio das pessoas com quem convivi e trabalhei em Lamego, nomeadamente as da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, os seus docentes, funcionários, antigos colegas e amigos, em particular ao Director da Escola Superior Tecnologia e Gestão de Lamego, Dr. Álvaro Bonito.

A amizade fica sempre no coração e por isso o meu obrigado pelo companheirismo aos meus colegas e amigos, estudantes em Lamego e Vila Real, que comigo coabitaram, em particular a Conceição Lopes. Também os amigos e colegas do Grupo de Jovens da Igreja Nossa Senhora de Conceição, os meus amigos e colegas da turma do Curso Mestrado em Turismo, em particular a Maria do Carmo, a quem exprimo a minha gratidão e estima.

Sublinho também o apoio dos estudantes do concelho de Ribeira Grande de Santiago por terem respondido aos questionários e facultado algumas sugestões para a realização desta investigação; de igual modo, agradeço a todos os estudantes africanos que frequentam a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro o apoio dado. Agradeço também a todas as pessoas do concelho de Ribeira Grande de Santiago a recepção e contribuição dispensada a esta pesquisa, em especial ao Sr. Francisco Lopes Moreira (morador da Rua Banana) por toda atenção que me deu durante todo o meu tempo de pesquisa em Cabo Verde. Agradeço à Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago em Cabo Verde, a todo os funcionários daquela instituição, a recepção, confiança e apoios concedidos, em particular ao Presidente daquela instituição, Dr. Manuel de Pina, pela disponibilidade demonstrada. Ao IIPC – Instituto de Investigação e Património e Cultura – a todos os funcionários, ao Presidente daquela instituição e em particular ao Dr. Hamilton Jair Fernandes, pelo tempo dispensado, em particular na realização da palestra "Turismo, Património e Desenvolvimento Local".

Agradeço à minha família em Cabo Verde, aos meus pais, Maria Cristina Tavares Lopes e Victor Semedo; aos meus irmãos António, Admilsom e Ângela, avós, tias, tios e primos, às minhas sobrinhas e afilhadas, vizinhos e amigos, em particular à minha mãe por todo o esforço a meu favor. Também a família em Portugal, alguns mesmo desconhecidos antes de vir para Portugal e que me demonstraram muito carinho e amizade, em especial os tios Ricardina Semedo, Rosalino Semedo e filhos, com destaque para a prima Cláudia Sofia Semedo, tenho de apresentar os meus agradecimentos; de igual modo, agradeço ao meu tio José Armindo Cardoso, mulher e filho e a todos os meus amigos de Setúbal e a toda a família de Lisboa, com a qual poucas vezes pude conviver. Por último, mas não menos importante, quero agradecer à Cristiana Tavares por cada minuto dispensado a este trabalho e, em particular, à minha pessoa, pela compreensão, pela confiança e por me fazer acreditar, mesmo quando às vezes as forças faltavam para caminhar e me deu ânimo para progredir. Meu obrigado Nina.

A todos, e são muitos os que provavelmente não foram frisados neste texto de agradecimento, o meu muito e sincero obrigado, pois este trabalho foi fruto da vossa ajuda, apoio e compreensão.

Resumo

Este trabalho de investigação compreende seis capítulos que descrevem a investigação realizada. O primeiro capítulo desenvolve-se sobre o projecto de investigação, a perspectiva teórica e a metodologia; O segundo capítulo começa a debruçar-se sobre a geografia e a história geral de Cabo Verde, permitindo uma abordagem sobre algumas divergências de opinião entre os historiadores acerca do "descobrimento" de Cabo Verde e dos "descobridores", tendo ficado substanciado o achamento de Cabo Verde, no ano de 1460, por navegadores portugueses. Alguns anos após este facto, iniciou-se o seu povoamento na ilha de Santiago. O percurso histórico leva-nos através dos séculos até chegarmos ao momento em que Cabo Verde se tornou independente, em 1975, depois da luta armada levada a cabo pelo PAIGC, tendo como dirigente Amílcar Cabral.

O terceiro ponto deste trabalho descreve as diversas perspectivas sobre a antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago, demonstrando o seu valor histórico e cultura, bem como o processo da socialização dos primeiros moradores e as suas primeiras actividades. Permitiu-se assim descobrir a antiga cidade como sendo um centro político, religioso e comercial, apontando para uma sociedade cristã e escravocráta, o que se contradiz nos seus próprios fundamentos.

O capítulo seguinte debruça-se sobre o património histórico e cultural da localidade de Cidade Velha, correspondendo o quarto capítulo deste trabalho e aborda a descrição e o estado de conservação em que se encontram os monumentos, na medida que os patrimónios locais sofreram graves prejuízos devido os frequentes ataques dos corsários, o que obrigou à saída em massa da população da primeira capital de Cabo Verde para a vila da Praia (ainda na época) e, entre as saídas destacadas, também se encontravam grande parte dos responsáveis administrativos pelo que o resultado foi a negligência por parte da população dos monumentos históricos, que ficaram a mercê da população pouca escolarizada e pouca sensibilizada para a preservação do seu património histórico.

O quinto capítulo deste trabalho procede com uma análise acerca do longo percurso do empenho pela patrimonialização da Cidade Velha e da sua denominação como Património da Humanidade até à atribuição do estatuto correspondente pela UNESCO. Ainda se fez o tratamento e exposição dos dados recolhidos realçando a opinião dos responsáveis, da população local e dos turistas acerca da patrimonialização da Cidade

Velha. Este capítulo termina com um breve estudo sobre o museu e a sua função social e educacional.

A última parte deste trabalho acentua o valor do turismo sustentável para a Cidade Velha, tendo em conta a escolha do turismo cultural como passo essencial ao alcance de um turismo de qualidade para aquela região. A escolha do ecomuseu como método de um desenvolvimento sustentável para que a localidade se tornasse um destino turístico onde a cultura e a história locais seriam promovidas, sem se prejudicarem os recursos locais existentes face aos objectivos específicos dos museus (educar, sensibilizar, estudar, conhecer e expor de uma forma cientifica a cultura local).

A conclusão deste trabalho de investigação surge não somente como síntese de todo processo deste trabalho mas, acima de tudo, como um ponto de reflexão e encaminhamento, na medida que qualquer trabalho científico tem obrigação de demonstrar caminhos e permitir uma reflexão crítica a fim de reduzir os riscos dos investimentos. Porém, como nenhum trabalho científico é completo em si, também este trabalho tem a preocupação de ser útil à realização de mais trabalhos de investigações nesta área e servir de base para a elaboração mais concreta de uma proposta de musealização daquela região com tantas potencialidades.

Índices geral

Agradecimentos ..... **i**
Resumo ..... **iv**
Índices geral ..... **vi**
Lista de abreviaturas ..... **x**

INTRODUÇÃO **1**

1. O TEMA DE INVESTIGAÇÃO: PROBLEMA E PERSPECTIVAS TEÓRICAS **3**
1.1. A metodologia 4

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO, POLÍTICO E SOCIO-ECONÓMICO DE CABO VERDE **10**
2.1. A localização Geográfica 10
2.2. Descoberta das Ilhas de Cabo Verde 12
2.3. A colonização das ilhas de Cabo Verde 15
2.4. Do germinar da economia cabo-verdiana à sua decadência 21
2.5. Da sobrevivência de Cabo Verde ao desencadeamento da luta de libertação nacional 24
2.5.1. A luta da libertação nacional de Cabo Verde 27

3. CIDADE VELHA: PASSADO E PRESENTE DE UMA CIDADE CABO-VERDIANA **35**
3.1. Origens e trajecto histórico de Cidade Velha 36
3.2. Os bairros e ruas da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago 41
3.3. Os primeiros habitantes da Ribeira Grande 47
3.4. A Ribeira Grande como lugar de formação da sociedade cabo-verdiana 50
3.5. A cidade de Ribeira Grande como centro político e religioso 51

4. OS PATRIMÓNIOS HISTÓRICOS DA CIDADE VELHA **54**
4.1. Monumentos Civis e de espaços públicos 59
4.1.1. Pelourinho 59
4.2. Os Monumentos culturais pertencentes ao sistema da defesa da cidade de Ribeira Grande de Santiago 62
4.2.1. Forte Real de São Filipe 64
4.3. Os monumentos pertencentes ao sistema religioso da cidade de Ribeira Grande de Santiago 65
4.3.1. Convento de São Francisco 65
4.3.2. A igreja da Misericórdia 67
4.3.3. Igreja de Nossa Senhora do Rosário 68
4.3.4. Igreja da Sé 69
4.4. As intervenções desencadeadas em Cidade Velha para a recuperação e preservação dos monumentos 71
4.5. A gestão do património histórico e cultural – o caso da Cidade Velha 73

5. CIDADE VELHA, PATRIMÓNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE 77

5.1 A Patrimonialização de um sítio com valor universal e excepcional 77

5.1.1 Da ideia à classificação como Património Mundial – O caso de Cidade Velha 79

5.2. Perspectivas do conselho de R. Grande de Santiago como Património Mundial da Humanidade 84

5.2.1 Segundo a perspectiva dos responsáveis – Ministério da Cultura de Cabo Verde 84

5.2.2 Segundo a perspectiva dos responsáveis - a Câmara Municipal de Cidade Velha 86

5.2.3 Segundo a Perspectiva da População Local 87

5.2.4 A patrimonialização da Cidade Velha segundo a perspectiva dos turistas 92

5.3 O museu, conservação e valorização do património cultural 94

4.3.1 Ecomuseu e a preservação do património histórico, cultura e natural 96

5.3.2 Museu: função social, educacional e a conservação do património 98

6. O TURISMO SUSTENTÁVEL E A PROPOSTA MUSEOLÓGICA PARA CIDADE VELHA 104

6.1. O desenvolvimento turístico sustentável: perspectivas teóricas 104

6.2 Recepção dos turistas e seus impactos 108

6.2.1 Impactos económicos 108

6.2.2 Impactos ambientais 111

6.2.3 Impactos culturais 112

6.3 Turismo sustentável em Cidade Velha: o papel do património 114

6.4 A proposta da organização do ecomuseu para Cidade Velha 121

6.4.1 Estrutura do espaço do ecomuseu 122

6.4.2. A localização do espaço a instalar o ecomuseu 125

6.4.3 Os pólos a desenvolverem no futuro no ecomuseu 126

CONCLUSÃO 128

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 133

Livros e artigos 133

Documentos e fontes primárias 141

Documentação em suporte electrónico 141

ANEXOS 143

Índice das Figuras

Figura nº 2.1 O mapa das Ilhas de Cabo Verde ... 10
Figura nº 2.2 As ilhas de Cabo Verde ... 14
Figura nº 3.1 Antiga ribeira da Maria Parda e actual Ribeira Grande ... 37
Figura nº 3.2 O mapa da antiga Cidade de Ribeira Grande ... 38
Figura nº 3.3 A urbanização da Antiga Cidade da Ribeira Grande – vista do mar ... 38
Figura nº 3.4 Largo do Pelourinho ... 42
Figura nº 3.5 O mapa do Bairro São Pedro ... 44
Figura nº 3.6 O Bairro de São Brás ... 45
Figura nº 3.7 Bairro de São Sebastião ... 45
Figura nº 3.8 O mapa do bairro S. Sebastião ... 46
Figura nº 4.1 Os Canhões – Armas da defesa aos barcos piratas ... 57
Figura nº 4.2 A imagem do pelourinho de Cidade Velha ... 60
Figura nº 4.3 O Pelourinho com base em forma quadrada ... 60
Figura nº 4.4 Pelourinho com base em forma de Losango ... 61
Figura nº 4.5 Pelourinho ostentando a cruz de Cristo ... 61
Figura nº 4.6 Localização geográfica dos pequenos fortes ... 63
Figura nº 4.7 A planta reestruturada sobre a Fortaleza Real de São Filipe ... 64
Figura nº 4.8 Interior do Monumento escavações ... 64
Figura nº 4.9 Interior do Monumento – canhões ... 64
Figura nº 4.10 O lado Oeste do Convento de S. Francisco ... 66
Figura nº 4.11 Exterior da igreja ... 66
Figura nº 4.12 Parte frontal da Igreja ... 66
Figura nº 4.13 Interior da Igreja – Altar-mor ... 66
Figura nº 4.14 Interior da Igreja – entrada principal ... 66
Figura nº 4.15 A torre sineira da Igreja da Misericórdia ... 67
Figura nº 4.16 Exterior da Igreja N. S. Rosário ... 68
Figura nº 4.17 Exterior da Igreja N. S. Rosaria ... 68
Figura nº 4.18 Abobada da Capela gótico, parte lateral ... 68
Figura nº 4.19 Imagem da Sé da cidade da Ribeira Grande de Santiago ... 69
Figura nº 4.20 A primeira intervenção na Igreja da Sé ... 69
Figura nº 4.21 A Sé depois da última Intervenção ... 69
Figura nº 4.22 Interior da Igreja da Sé ... 70
Figura nº 5.1 Os mapas das coordenadas geográficas das zonas Protegida, Non Aedificandi e Tampão ... 80
Figura nº 5.2 As casas cobertas de palha, na rua de Banana ... 82
Figura nº 5.3 Antiga Rua Direita da Forte – Bairro de São Sebastião ... 83
Figura nº 5.4 A opinião da população local em relação a patrimonialização da Cidade Velha ... 87

Figura nº 5.5 A Participação da População Local 88
Figura nº 5.6 A perspectiva da população local a cerca das consequências Negativas 89
Figura nº 4.7 Opinião dos residentes do Concelho de Ribeira Grande de Santiago 90
Figura nº 6.1 Bairro de São Sebastião e a localização da " Quintalona" 126

Índices dos Quadros

Quadro nº 2.1 Dimensões máximas das ilhas e ilhéus de Cabo Verde 11
Quadro nº 6.1 Contribuição do turismo para o PIB a nível mundial, por regiões Percentagem (%) do total (a) 106

Lista de abreviaturas

AAM	Acordos Ambientais Multilaterais
AECI	Agencia Espanhola e Cooperação Internacional
AGOA	Africa Growth Oportunity Act
AIEST	Associação Internacional dos peritos Científicos do Turismo
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCV	Banco de Cabo Verde
BM	Banco Mundial
CC	Câmara de Comércio
CECV	Caixa Económica de Cabo Verde
CEE	Comunidade Económica Europeia
CGEP	Comissão de Gestão dos Equipamentos de Pesca
CIPA	Centro de Investigação Haliêutica Aplicada
CITES	Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies em Perigo
CITI HABITAT	Centro de Investigação de Tecnologias Intermédias para o Habitat
CM	Câmaras Municipais
CMS	Convenção sobre as Espécies Migratórias
COPACE	Comité de Pescas para o Atlântico Centro Este
CPUE	Captura por Unidade de Esforço
CRODT	Centro de Pesquisa Oceanográfica de Dakar Thiaroye
CSRP	Comissão Sub-Regional das Pescas
DCP	Dispositivo de Concentração de Pescado
DEPA	Departamento de Pesca Artesanal do Gabinete Fogo – Brava
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGAEA	Direcção Geral Alfabetização e Educação de Adultos
DGASP	Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária
DGCC	Direcção Geral do Comércio e Competitividade
DGDT	Direcção Geral de Desenvolvimento do Turismo
DGIE	Direcção Geral de Indústria e Energia
DGMP	Direcção Geral da Marinha e Portos
DGOTH	Direcção Geral do Ordenamento do Território e Habitat
DGP	Direcção Geral das Pescas
DGS	Direcção Geral de Saúde
DGT	Direcção Geral de Turismo

EAT	Empresa de Animação Turística
ECV	Escudo Cabo-verdiano
ETMA	Equipa Técnica Municipal para o Ambiente
EUA	Estados Unidos da América do Norte
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FDP	Fundo de Desenvolvimento das Pescas
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FOPESCA	Fomento da Pesca Artesanal para Fogo e Brava (Cooperação Alemã)
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GEP/MAAP	Gabinete de Estudos e Planeamento do MAAP
GEP/MTTM	Gabinete de Estudos e Planeamento do MTTM
GITA	Grupo Intersectorial de Trabalho Ambiental
GLOBE	Aprendizagem e Observações Gerais em Benefício do Ambiente
GOP	Grandes Opções do Plano
GTZ	Agência Alemã de Cooperação Internacional
IADE	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IDA	Agência para o Desenvolvimento e Investimento
IDEPE	Instituto de Promoção do Desenvolvimento da Pesca artesanal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGAE	Inspecção Geral das Actividades Económicas
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INERF	Instituto Nacional de Engenharia Rural e Floresta
INGRH	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
LEC	Laboratório de Engenharia Civil
M.P.L.A	Movimento Popular de Libertação de Angola
MAAP	Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas
MECC	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade
MEVRH	Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos
MFPDR	Ministério das Finanças, Plano e Desenvolvimento Regional
MIT	Ministério de Infra-estruturas e Transportes
MMAR	Ministério do Mar
MORABI	Associação de Apoio à Auto – Promoção da Mulher no Desenvolvimento
MPAAR	Ministério das Pescas, Agricultura e Animação Rural
MPD	Movimento para a Democracia
MSY	Maximum Sustainable Yield (Captura Máxima Sustentável)
MTS	Ministério do Trabalho e Solidariedade

MTTM	Ministério do Turismo, Transportes e Mar
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não-Governamental
OPEC	Organização dos países exportadores de petróleo
PADESA	Projecto de Apoio ao Desenvolvimento de Santo Antão (Cooperação Holandesa)
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PAIS	Plano Ambiental Inter-Sectorial
PAM	Plano Ambiental Municipal
PANA	Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PAPASA	Projecto de Apoio à Pesca Artesanal em Santo Antão (Cooperação Holandesa)
PBEPGRP	Plano Bienal de Execução do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca
PEAP	Projecto Especial de Apoio à Pesca
PEAS	Projecto de Energia, Água e Saneamento
PEDT	Plano Estratégico do Desenvolvimento Turístico
PFA	Ponto Focal para o Ambiente
PGRP	Plano de Gestão dos Recursos da Pesca
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLP	Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRCM	Programa Regional de Conservação Marinha
PROMEX	Instituto de Promoção do Investimento Externo
PROMOTOR	Projecto de Motorização da Pesca Artesanal
SCAPA	Sociedade de Comercialização e Apoio à Pesca Artesanal
SEAN	Strategic Environmental Analysis
SEPA	Secretariado Executivo para o Ambiente
TAB	Toneladas de Arqueação Bruta
TM	Toneladas Métricas
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USD	Dólares Americanos
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
WTTC	World Travel and Tourism Council
ZDTI	Zona de Desenvolvimento do Turismo Integrado
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZI	Zona de Intervenção
ZRPT	Zona de Reserva e Protecção Turística
ZTE	Zona de Turismo Especial

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do princípio que o desenvolvimento turístico local de Cidade Velha deveria fundar-se e aprofundar-se na promoção de uma estratégia turística cultural, ecológica, social e economicamente sustentável. Neste âmbito, torna-se importante que todos apontem caminhos para este desenvolvimento sustentável e, neste sentido, nada melhor que a criação de um ecomuseu com funções arqueológicas e etnográficas na localidade de Ribeira Grande de Santiago (Cidade Velha). Este será um núcleo piloto de divulgação de um riquíssimo património, com o objectivo de educar, preservar, valorizar e expor a cultura local e nacional. Em todo caso, este trabalho de investigação tem a preocupação de favorecer a diversificação das ofertas turística em prol de um desenvolvimento sustentável no sector do turismo em Cabo Verde e, em particular, no Concelho de Ribeira Grande de Santiago.

Neste âmbito, esta dissertação de mestrado aglomera seis capítulos na sua constituição: o primeiro capítulo desenvolve-se sobre o projecto de investigação, a perspectiva teórica e a metodologia; o segundo capítulo debruça-se sobre o enquadramento geográfico, histórico, político e económico de Cabo Verde; o terceiro capítulo, designado Cidade Velha: passado e presente de uma cidade cabo-verdiana, baseia-se especificamente no estudo e caracterização histórica e socio-económica da antiga cidade de Ribeira Grande de Santiago (Cidade Velha); o quarto capítulo consiste no estudo sobre o património monumental da Cidade Velha; o quinto capítulo apresenta o estudo da Cidade Velha como Património Mundial da Humanidade; por fim o último capítulo denominado o turismo sustentável e a proposta museológica para cidade velha, tem como objectivo apresentar e discutir um estudo sobre o turismo e uma reflexão sobre uma proposta museológica para a localidade de Cidade Velha. Esta proposta tem como finalidade específica conhecer, estudar, ensinar e expor, com base em quadros etno-sociológicos, a cultura cabo-verdiana, em particular a cultura local da Cidade Velha, recorrendo-se para isso a um ecomuseu e os seus núcleos de intervenção disseminados pelos vários locais onde existem pontos de interesse turístico.

Este trabalho baseia-se sobretudo no estudo da zona de Cidade Velha, de forma a dar a conhecer os seus recursos turísticos. Deste modo, pretende-se contribuir para o desenvolvimento turístico sustentável naquela localidade situada a 15 km da Cidade da Praia na ilha de Santiago, Cabo Verde. Este trabalho de investigação tem como objectivo procurar e

apurar a melhor forma de articular os recursos turísticos existentes tendo em vista colocá-los ao serviço da população local, de forma a que esta possa tirar proveito da maior procura turística.

A Cidade Velha é uma região turística, que apresenta um conjunto diversificado de factores propícios a suscitar o interesse aos turistas. Actualmente não basta a um destino turístico dispor de vantagens comparativas; terá de apresentar igualmente vantagens competitivas. Porém, isso consiste em prever, planear, controlar e avaliar a execução das actividades, de forma a evitar ou a minimizar os efeitos negativos e a maximizar o grau de satisfação dos turistas sem deteriorar os recursos existentes. Neste estudo, o objectivo primordial será o de servir de contributo eficaz à elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável e equilibrado tendo em conta os recursos naturais, históricos e culturais face às necessidades sociais, culturais e económicas da localidade de Cidade Velha.

1. O TEMA DE INVESTIGAÇÃO: PROBLEMA E PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Um trabalho académico de investigação ideal é aquele que apresenta uma investigação relativamente curta, mas com hipóteses simples, bem deduzidas e que causa interesse ao investigador. Segundo Barañano (2004: 19), a elaboração de um trabalho académico exige que o investigador tenha em conta duas questões-chave: "um trabalho académico, por limitado que seja, tem de constituir um contributo para avanço de conhecimento na área tratada; e um trabalho académico é uma argumentação provocada por factos concretos". O tema de qualquer trabalho de investigação deve ser realista e manejável, assim como aconselha Hill (2009: 22), e "o aluno deve demonstrar que beneficiou dos conhecimentos adquiridos durante a parte escolar". Por seu lado, Hiernaux (1997) é de opinião que antes da escolha de um tema, é útil começar por escolher uma área de interesse antes de passar para o tema propriamente dito. Neste sentido, antes de escolher a área geral sobre a qual pensa desenvolver uma investigação, é importante começar por ler em diagonal alguns livros e artigos de carácter geral, tendo em conta que é possível encontrar aspectos que venham a interessar. Segundo Hill (2009), para que a investigação seja adequada em termos de escala, é muito importante recordar que é preciso ter em conta alguns constrangimentos práticos, tais como tempo, acesso à literatura relevante, acesso aos dados e o conhecimento prévio sobre o tema.

A escolha do tema deste trabalho de investigação levou algum tempo para o seu amadurecimento, na medida em que antes de optar por um tema é importante considerar as fontes de informação a que se recorrerá, bem como a acessibilidade às fontes e o alcance material do investigador, como aconselha Alberello (1997). No caso deste trabalho de investigação, tendo em conta a minha formação académica quis fazer uma pesquisa sobre a minha terra natal, Cidade Velha, tendo como tema algo relacionado com o fenómeno turístico. Contudo, um dos temas que mais interesse despertou em mim foi "a questão social do turismo em Cabo Verde" mas a ideia não me pareceu oportuna. Porém, numa das aulas da minha Pós – graduação e mestrado, numa das disciplinas de Turismo e Património, ao falarmos do museu como um dos fortes meios de desenvolvimento sustentável para um destino turístico (cultural, antes de mais) e ainda depois de ter realizado um trabalho académico sobre museu e turismo senti-me fascinado pelo tema e a ideia foi amadurecendo com o passar do tempo.

Condescendente, perguntei a mim mesmo, até que ponto o museu poderia contribuir para a valorização da cultura local de Cidade Velha e, em geral, da cultura cabo-verdiana, e

por outro lado, preocupou-me saber de que modo o museu pode contribuir para o desenvolvimento sustentável de Cidade Velha. Aqui chegado, começou a minha pesquisa.

É importante realçar que a escolha deste tema ainda surgiu com a curiosidade de conhecer a história e a importância da Cidade Velha face ao seu valor excepcional em Cabo Verde e no mundo. Contudo o momento é oportuno e a escolha deste tema de investigação de certo contribuirá para sensibilizar os responsáveis e a população local afim de poder preservar, conservar e valorizar os monumentos patrimoniais e culturais da Cidade Velha, que é, aliás, património Mundial da Humanidade.

Ainda que as dificuldades encontradas tenham sido imensas, particularmente em termos económicos e financeiros, procurei que elas não reflectissem neste trabalho de investigação. Foram quatro as fases da sua elaboração. A primeira fase procurou recolher o máximo de informação para elaborar o estado da arte e cultura acerca do tema em estudo. Em concreto, procurar-se-á caracterizar, de modo articulado, os tópicos "património", "musealização" e "desenvolvimento turístico". Neste sentido, realizaram-se algumas pesquisas bibliográficas das obras de referência e estudo, com a finalidade de um melhor enquadramento teórico em estudo. A segunda fase iniciou-se com um estudo aprofundado sobre Cabo Verde, mais concretamente sobre o local em estudo: Cidade Velha. Atender-se-á ao seu passado, riqueza patrimonial e dinâmicas sociais, considerando sempre a questão que deu origem à investigação. A terceira fase vem logo após a pesquisa realizada acerca da base museológica em Cidade Velha e, caso ela seja positiva, assim será validada a proposta de musealização da Localidade de Cidade Velha. Neste sentido, a investigação avançou para a recolha das informações necessárias à elaboração do projecto museológico. Por fim, a quarta fase compreendeu a redacção da tese.

1.1. A metodologia

Em termos metodológicos, os conceitos da pesquisa devem ser claros, nítidos e precisos. Segundo Deshaies (1997: 275), os métodos "devem traduzir-se em questões e respostas susceptíveis de guiar os trabalhos do investigador". Para que o trabalho realizado se possa apresentar com qualidade e fiabilidade procurou seguir-se, sempre que possível, métodos e técnicas já conhecidas e que permitem chegar a conclusões significativas. Por outras palavras, um trabalho científico carece da utilização de modo incontestável do método científico. O método científico é um instrumento para a sondagem da realidade, formado por conjunto de procedimentos, através dos quais os problemas científicos são formulados e as

hipóteses científicas examinadas. Como também afirma Barañano (2004) e Ribeiro (1996), o método científico é uma orientação que facilita ao investigador o planeamento da sua investigação, a formulação de hipóteses, a realização de experiências e a interpretação dos seus resultados. Com efeito, é importante realçar a diferença entre o método e a técnica. O método define-se como o conjunto de etapas necessárias para alcançar um determinado fim, enquanto que a técnica é o modo de fazer algum tipo de actividade.

Os trabalhos de investigação empírica pressupõem uma recolha de dados. Os dados são informação sob a forma de observações, ou medidas, dos valores de uma ou mais variáveis normalmente fornecidos por um conjunto de entidades. Assim, os casos podem ser pessoas singulares, famílias, empresas, concelhos ou outro tipo de entidade através das quais o investigador pretende retirar conclusões a partir da informação fornecida e ao conjunto total dos casos sobre os quais se pretende retirar conclusões dá-se o nome de população ou Universo (Digneffe 1997).

Por vezes o investigador não tem tempo nem recursos suficientes para recolher e analisar dados para cada um dos casos do universo. Nesta situação, só é possível considerar uma parte dos casos que constituem o universo. Esta parte designa-se de amostra do universo. Assim, o que o investigador pode fazer é analisar os dados da amostra, tirar conclusões e extrapolar as conclusões para o universo. Porém a amostra e universo devem ser muito semelhantes em termos de características relevantes ao estudo (Hill 2009). Por vezes, a falta da representatividade de uma amostra implica que as conclusões não possam ser generalizadas com confiança para o universo. Contudo, para termos razoável confiança de que os resultados de uma investigação possam ser extrapolados para o universo, é conveniente optar por uma das duas opções básicas: em primeiro lugar escolher um universo com dimensão suficientemente pequena para poder recolher dados de cada um dos casos do universo, mas suficientemente grande para suportar as análises de dados planeadas, por exemplo um universo com dimensão entre 100 e 500 casos (Hill 2009). Ainda segundo Saint-Georges (1997) é importante utilizar um universo pequeno (inferior a 100 casos) quando se pretende usar análise de dados qualitativa; a segunda opção consiste na escolha de uma amostra representativa do universo utilizando métodos formais de amostragem. Esta opção é especialmente útil quando o universo de casos é demasiado grande, o que dificulta a recolha de dados de cada um dos casos do universo. Neste caso é importante salientar que, mesmo aplicando todo o rigor possível, há sempre erros, em particular na recolha da informação, que acontecem tanto na observação e anotação dos resultados como no próprio tratamento dos mesmos. Assim, realça Barañano (2004), ao recolher e processar um menor número de dados

diminuem as possibilidades deste tipo de erros porque se podem empregar meios de recolha mais adequadas e efectuar uma melhor supervisão de processo.

Afirma Albarello (1997: 58), para diminuir ligeiramente a margem de erro, é necessário aumentar sensivelmente a dimensão da amostra. Assim, é necessária uma amostra de "196 indivíduos para garantir uma margem de erro máxima de 7%," e são necessário "267 indivíduos para uma margem de 6%, 384 para uma margem de 5% e 600 para uma margem de 4%. A margem de 3% é fornecida por uma amostra com 1067 unidades". Contudo, é importante ter em conta a margem de erro, na medida que uma amostra não é uma miniatura perfeita da população.

Uma vez resolvida a questão do número de unidades, urge tomar outras decisões a nível das modalidades de amostragem. Todavia, o inquérito por amostragem é aquele que é levado a efeito sobre uma parte de um universo tendo como objectivo o obter a informação necessária sobre essa população e com um menor custo de tempo e dinheiro. Assim, o inquérito por amostragem permite a redução dos custos e uma maior rapidez no apuramento dos resultados, bem como uma maior profundidade no tratamento da informação, pelo simples facto que a utilização de grupos de menor dimensão facilita a recolha de um maior número de dados.

Conquanto se tenha tomado em consideração estes aspectos pertinentes para a realização do trabalho científico, este trabalho não segui estas regras de forma rigorosa, uma vez que se colocaram constrangimentos, nomeadamente relacionados com a definição dos universos a inquirir e de acesso aos potenciais inquiridos, e, por outro lado, deu-se prioridade metodológica a abordagens de ordem mais qualitativa, considerando os objectivos que estavam em causa.

Neste sentido, este trabalho de investigação adoptou o método do inquérito por amostragem de tipo "bola de neve", usando somente uma fracção da população total do concelho de Ribeira Grande de Santiago num Universo com cerca de 15.000 habitantes. Portanto, como não é possível conhecer ou fazer um estudo do universo no seu total foi escolhida como amostra da população do concelho de Ribeira Grande de Santiago, a população que se aparentava de modo mais estreitamente relacionada com a população objectiva; na maioria das vezes foram inquiridos os representantes e os presidentes de uma comunidade, das associações, entre outros. Nesse sentido, é de afirmar que ainda houve

alguma preocupação em escolher o caminho mais próximo do método da amostra aleatória[1], não deixando de se seleccionar pessoas que, devido às informações e conhecimentos detidos se considerou serem essenciais para o trabalho. (Hill 2009).

Os fundamentos metodológicos e epistemológicos e os paradigmas de investigação nestes trabalhos são estudados e discutidos evidenciando a necessidade de fazer uso de vários métodos e modelos de investigação, que não são antagónicos ou mutuamente exclusivos, mas complementares. Assim foram utilizados inquéritos por questionários e, em algumas situações, foram utilizadas entrevistas na modalidade de tipo directa[2]. Foi também critério o uso nos questionários de questões fechadas, nos quais foram apresentadas aos entrevistados uma lista pré-estabelecida de respostas possíveis, de entre as quais os entrevistados eram solicitados a escolher a resposta mais adequada. Em alguns casos o guião possui respostas dicotómicas (Sim/Não) ou de respostas múltiplas. Também existia uma pergunta aberta (porquê da escolha?), de forma a obter uma informação que justificasse a resposta anterior (os questionários encontram-se em anexo nº 22 e seguintes).

Ainda em Portugal foi levado a cabo um inquérito por questionário a um número extenso dos estudantes do Concelho de Ribeira Grande de Santiago a frequentar cursos profissionais e cursos superiores nas escolas e universidades em Portugal. Ainda que foi entrevistados todos os alunos que se mostravam disponíveis a responder as perguntas solicitadas nos questionários, foi dado preferência a pelo menos um aluno de cada povoado do concelho de Ribeira Grande de Santiago (de forma aleatória).

O trabalho de campo realizou-se localmente em Cabo Verde durante um período de 2 meses e meio (do início do mês de Março a meados do mês de Junho de 2009) no concelho de Ribeira Grande de Santiago. Contudo, a Cidade Velha foi a terra que me viu nascer e crescer. Perante isso, durante todo o tempo de pesquisa tive sempre a preocupação em ter sempre um "olhar distanciado" de forma a não comprometer a qualidade dos dados obtidos, pelo facto de pertencer aquela gente e aquela cultura também é minha. Porém, como afirma Vaz (2006: 56), é muito importante que um investigador esteja "bastante distanciado para compreender o sistema como sistema e bastante participante para vivê-lo como indivíduo". Ainda assim, o meu conhecimento prévio do terreno facilitou-me muito a aquisição de dados, na medida que a maioria dos inquiridos eram meus conhecidos e isso permitiu em alguns casos, conversas

[1] Amostragem aleatória é aquela em que cada elemento da população tem uma probabilidade conhecida e diferente de zero de integrar a amostra

[2] Entrevista Directa – o entrevistador dirige ao entrevistado um a série de questões numa ordem pré-estabelecidas e o entrevistado pode dar respostas tão longas quanto desejar.

francas, ainda que em alguns casos chegasse a pedir aos inquiridos que respondessem as perguntas de forma mais completa[3] possível afim de não deturpar os resultados.

Em contexto do trabalho de campo foi possível realizar inquéritos por questionário à população local, aos responsáveis locais, nomeadamente ao Ministério de Cultura de Cabo Verde sob a representação do Instituto de Investigação de Património e Cultura (IIPC) e à Câmara Municipal do Concelho de Ribeira Grande de Santiago (CMRGS). Nesta altura, é importante realçar que, por várias vezes tive de aproveitar o transporte da Câmara Municipal de Ribeira Grande quando em serviço nas zonas periféricas do Concelho de Ribeira Grande, o que me permitiu conhecer algumas das zonas do concelho até a data desconhecidas. Nessas saídas aproveitava sempre a oportunidade para estar com a população local e os representantes das associações de forma a poder aplicar os questionários aos residentes daquelas zonas, que a falta de transporte público[4] impossibilitava o acesso algumas zonas periféricas da Cidade Velha. Nesse caso, é de louvar este apoio na medida que foi muito vantajoso a pesquisa e recolha dos dados naquelas localidades, que de outro modo seria impossível.

Com efeito, estes dados foram adquiridos com base no preenchimento dos questionários e conversas informais, no caso em que alguns residentes por diversos motivos se recusaram a responder ao questionário. Ainda na procura de usar técnicas eficazes de forma a obter maior qualidade das informações junto da população tive de usar blocos de notas e caderno de campo como meio de apoio e auxílio aos questionários. Considerei que seria importante registar tudo aquilo que me pareceu pertinente a este trabalho, para tal, assim que chegava a casa dedicava algum momento do meu tempo a rever o caderno de campo, afim de anotar os dados e acima de tudo corrigir os meus procedimentos, face as respostas e os dados alcançados de modo a conseguir registar com o máximo rigor dos factos e dos acontecimentos. Ainda assim, alguns objectivos traçados não foram alcançados, nomeadamente a entrevista com o presidente da IIPC, nunca foi possível. Porém, com a realização da Palestra (Anexo nº9), que contou com a participação do Presidente do IIPC, foi possível colocar-lhe algumas perguntas em público.

[3] Alguns entrevistados, deixavam algumas perguntas por responder, afirmavam que uma ou outra pergunta era já do meu conhecimento, na medida que nasci e cresci na localidade de Cidade Velha.

[4] Em algumas zonas periféricas do concelho de Ribeira Grande de Santiago, o caso da zona de Belém e Pico Leão em particular, o acesso ao meio de transporte é muito deficitária, em geral estas localidades possuem um único transporte público (Hayce e ou Toyota Dina), que fazem transporte de pessoas da periferia para o centro (Cidade da Praia e passa pela Cidade Velha). A "camioneta" parte as 6:30h ou 7:00h da manhã e chega a Cidade da Praia por volta de 12:30H (hora local) e regressa a casa por volta (chega a Pico Leão) por volta da 17:30h. E a próxima viagem só se faz no dia seguinte.

Ainda assim, para além do registo dos dados por escrito também procedi ao registo de dados por meio visual, sobretudo através da fotografia. Nesta tarefa pude contar com ajuda do meu irmão, Admilsom Semedo[5], que fez parte das fotos deste trabalho.

Por fim, como investigador em parceria com a Câmara Municipal de Ribeira Grande e Instituto de Investigação de Património Culturais foi possível realizar uma palestra denominada Turismo Património e Desenvolvimento Local: Perspectiva de um Desenvolvimento Sustentável para o Concelho de Ribeira Grande de Santiago (Anexo nº9). É importante realçar que a realização da palestra foi o ponto forte desta pesquisa em Cabo Verde, na medida que foi possível reunir os responsáveis e, acima de tudo, contar com uma participação significativa da população local, o que me permitiu um enriquecimento pessoal e profissional muito alargado.

[5] Admilsom Lopes Vaz Semedo, meu irmão mais novo.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO, POLÍTICO E SOCIO-ECONÓMICO DE CABO VERDE

Segundo os dados do Banco Mundial (BM), a população total de Cabo Verde atingiu, em 1999, os 430 mil habitantes, com uma taxa de crescimento de 3%. As Nações Unidas estimavam que a população aumentasse para 520 mil habitantes em 2008. Actualmente a população cabo-verdiana é considerado jovem, pois a faixa etária com menos de 25 anos representa 64,4%. O país ocupou em 2000 o 100º lugar de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), num total de 173 países. Isto faz com que, na África Subsaariana, Cabo Verde se situe em 2º lugar num total de 43 países, abaixo das Maurícias e acima da África do Sul (Querido 2005).

Segundo alguns autores, "apesar das enormes dificuldades, Cabo Verde apresenta hoje um panorama económico e social bastante promissor" (http://mundofred.home.sapo.pt). Contudo, importa referir que a economia cabo-verdiana ainda é muito susceptível a factores externos e as características estruturais impõem às respectivas autoridades uma estreita margem de manobra e uma exigência acrescida de rigor na definição e execução da política económica (Querido 2005).

2.1. A localização Geográfica

As Ilhas de Cabo Verde localizam-se ao largo do Oceano Atlântico, a cerca de 455 km do continente africano. O arquipélago de Cabo Verde é constituído por dez ilhas e cinco ilhéus que se conjugam numa superfície de 4 033 km^2. Em contrapartida, dispõe de um espaço marítimo exclusivo que ultrapassa os 600 000 km^2 (Andrade 1995).

Figura nº 2.1 – O mapa das Ilhas de Cabo Verde (Fonte: www.guiadecaboverde.cv)

As ilhas e ilhéus formam dois agrupamentos: o Barlavento e o Sotavento. Neles se distribuem as seguintes ilhas: as ilhas pertencentes ao grupo de Barlavento: Santo Antão (779 km^2), São Vicente (227 km^2), Santa Luzia (35 km^2), São Nicolau (343 km^2), Sal (216 km^2) e Boavista (620 km^2), e os ilhéus Branco (3 km^2) e Raso (7 km^2); as ilhas pertencentes ao grupo de Sotavento: Maio (269 km^2), Santiago (991 km^2), Fogo (476 km^2) e Brava (64 km^2), e os ilhéus Grande (2 km^2), Luís Carneiro (0,22 km^2) e Cima (1,15 km^2) (v. quadro nº 1.1).

Quadro nº 2.1 - Dimensões máximas das ilhas e ilhéus de Cabo Verde

Ilhas e Ilhéus		Dimensões máximas (m)			Superfícies aproximadas (km^2)
		Comprimento	Largura	Altitude	
Grupo de barlavento	*Santo Antão*	42 750	23 970	1 970	779
	S. Vicente	24 250	16 250	725	227
	Santa Luzia	12 370	5 320	395	35
	Branco	3 975	1 270	327	3
	Raso	3 600	2 770	164	7
	S. Nicolau	44 500	22 000	1 304	343
	Sal	29 700	11 800	406	216
	Boavista	28 900	30 800	387	620
Grupo de sotavento	*Maio*	24 100	16 300	436	269
	Santiago	54 900	28 800	1 392	991
	Fogo	26 300	23 900	2 829	476
	Brava	10 500	9 310	976	64
	Grande	2 350	1 850	95	2
	Luís Carneiro	1 950	500	32	0,22
	Cima	2 400	750	77	1,15
Total					**4033,37**

(Fonte: Albuquerque 1991)

Cabo Verde situa-se na extremidade ocidental da faixa do Sahel. No entanto, este país caracteriza-se por condições climáticas de aridez e semiaridez devido à dependência dos fenómenos que acompanham as migrações anuais da convergência inter tropical. Porém, o clima de Cabo Verde suporta influência negativa quando, nos movimentos para norte, a faixa pluviogénica da atmosfera não chega a alcançar o arquipélago (Albuquerque 1991). Isto faz com que haja pouca chuva no arquipélago e de forma muito irregular, contribuindo para a seca e crises constantes em que vive a população do arquipélago de Cabo Verde, particularmente a população em que a sobrevivência se encontra ligada directamente ao sector agrícola (Albuquerque 1991: 1). Neste sentido, o clima tem influenciado a definição das características físicas, sociais, culturais, ambientais e económicas dos cabo-verdianos. Em concreto, o clima influencia a evolução das formas topográficas, dos solos e da vegetação, do regime hídrico, e claro está o tipo da ocupação humana. Segundo Amaral, "não são as condições térmicas […]

elevada durante todo ano, as que mais contam" (Albuquerque 1991: 2), já que a precipitação constitui o principal desafio para o povo cabo-verdiano.

O clima das ilhas de Cabo Verde é caracterizado por duas estações distintas, as chamadas "tempo de brisas" ou estação seca, de Dezembro a Junho, e "tempo das águas" ou estação da chuva de Agosto a Outubro. Os meses de Julho e Novembro podem ser considerados de transição. Porém, por vezes há anos de valores mínimos ou quase nulos da precipitação atmosférica, e outra altura de ano com mais chuvas, regulares e abundantes. Portanto, em Cabo Verde a chuva é o elemento dominante da diferenciação das estações e do clima. Entretanto, isto é caso para dizer que perante tais fenómenos, nada podem o engenho do homem alterar (Albuquerque 1991).

2.2. Descoberta das Ihas de Cabo Verde

Segundo Peres (1959), os progressos da revolução comercial ligado ao pensamento de expansão se foi pouco a pouco desenvolvendo, sem que possa definir-se com precisão o momento exacto em que essas aspirações expansionistas surgiram. Ainda importante salientar, a procura de novos produtos facultou a descoberta de novas terras e novos povos nunca antes conhecidos:

> E foi assim que lançando decididamente, desde o segundo decénio do século XV, à devassa do Atlântico, os navios de Portugal tripulados por essa gente, iniciaram uma tarefa de larga expansão… abrindo aguas até então não socalcadas os caminhos por onde se difundiu a civilização europeia, cristã, num conjunto de progressos económicos, científicos e morais, e se estabelece no Mundo uma vivificante convivência de gente até então mutuamente desconhecidas (Peres 1956: 20).

Em relação à "descoberta" das ilhas de Cabo Verde, as opiniões divergem entre os historiadores, e muitas vezes tornam-se parcialmente contraditórias, conforme as opiniões dos que se debruçaram sobre esta matéria. Segundo afirmam alguns historiadores existe "a possibilidade das Ilhas de Cabo Verde ou algumas delas terem sido conhecidas desde de antiguidade..." Na opinião de Albuquerque (1991: 21-23), esta afirmação foi desfecho de um equívoco ocorrido na transcrição, tanto que ele não partilha desta opinião. Ele constata que esta declaração é baseada numa "síntese de lendas acumuladas durante anos e anos" (Albuquerque 1991: 23). A este respeito, fundamenta Albuquerque (1991), que a Geografia ou Cosmografia de Ptolomeu, considerada a fonte predominante dos conhecimentos geográficos na Europa do século XV, não faz nenhuma referência a este efeito.

As escassas informações existentes, que contradizem a opinião deste autor, são informações pouco plausíveis. No entender de muitos historiadores, estas visitas (povos africanos) foram certamente, temporárias, e provavelmente nunca deram lugar a uma ocupação, muito menos provável ainda ao ponto de se considerar civilização e, visto que, segundo a maioria dos historiadores, os navegadores portugueses não encontraram indícios nenhuns do que podia evidenciar o conhecimento e tão pouco sinal de registo de povoação dos povos africanos e ou outros povos nas ilhas de Cabo Verde (Albuquerque 1991: 23).

Segundo alguns versados em história de Cabo Verde torna simplificado este problema, situando o achamento ou re-achamento do arquipélago de Cabo Verde, na Era de Quatrocentos. Alegam "falta de documentação fidedigna que venha lançar um jorro de luz sobre as nossas dúvidas e uma vez por todas as dissipe" (Albuquerque 1991: 22). Porém, não obstante, não deixemos de reconhecer a pouca exactidão dos documentos existentes dos que afirmam o contrário da opinião deste autor.

A meu ver os documentos que afirmam que "Cabo Verde já era conhecido antes da chegada dos portugueses" são de respostas poucas satisfatórias, mais ou menos credíveis conforme as visões dos historiadores que os defendem, e de pouco fundamento, como também afirma Albuquerque (Albuquerque 1991: 23).

A descoberta das ilhas de Cabo Verde, por falta de documentos da época que comprovam os factos com consistência e de uma forma objectiva, tem sido alvo de constantes e contraditórias respostas, mesmo entre os descobridores portugueses. E podemos constatar que, não se sabe com toda a nitidez e rigor, quem e quando foram descoberta as ilhas de Cabo Verde. Pelo simples facto de serem várias e diferentes as opiniões encontrados acerca dos pretendentes ao feito da descoberta do arquipélago de Cabo Verde. Tendo em vista alguns documentos investigados, apontam como sendo prováveis "descobridores": Vicente Dias, Luís de Cadamosto, António de Noli, Diogo Gomes e Diogo Afonso. Contudo, Chaves (1948), afirma com toda a segurança que "o descobridor desse arquipélago foi o navegante português Diogo Gomes, que aportou pela primeira vez à ilha denominada de Santiago" Chaves (1948: 46).

Deste modo é aceitável, que em Dezembro de 1460, as cinco ilhas do arquipélago de Cabo Verde: Sal, Maio, Boavista, Santiago e Fogo, eram já do conhecimento dos navegadores portugueses. Entretanto, podemos questionar o porquê da ilha da Brava não se incluir neste período dos descobrimentos, dado a pouca distância desta à ilha do Fogo? Conta o autor que a ilha da Brava não foi vista na mesma época por causa da simples razão "a Brava não tivesse

sido até então entrevista, exactamente porque a do fogo, donde seria facilmente detectada, apenas fora avistada de longe… somente a costa norte" (Albuquerque 1991: 24).

Entretanto, ao analisar o mapa (Figura nº 1.2), podemos confirmar que da ilha de Santiago[6], podiam avistar a ilha do Fogo, porém, impossível seria que os navegadores portugueses, mirassem a ilha da Brava (Albuquerque 1991: 30).

Figura nº 2. 2 - As ilhas de Cabo Verde
Fontes (www.globalgeografia.com)

De modo geral, admite-se[7] que as ilhas tenham sido encontradas pelos portugueses durante duas viagens sucessivas entre 1460 e 1462, segundo Andrade (1995). Porém, despistando algumas referências documentais que geraram algumas controvérsias, e de muito sem fundamento coeso, por assim dizer. Resta afirmar que acerca da identidade dos "descobridores", a maioria dos historiadores versados sobre esta questão consideram que as cinco primeiras foram achadas por Antonio de Noli, genovês ao serviço do Infante D. Henrique e Diogo Gomes, navegador português; e as restantes por Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando (Andrade 1995).

[6] Sublinhe-se que da localidade Cidade Velha, quando houver bom tempo (céu limpo), vê-se a ilha do Fogo.

[7] Essas datas são conhecidas através dos seguintes documentos: O diploma de 3 de Dezembro de 1460 (vinte dias após a morte do Infante D. Henrique) que apenas faz referência às cinco primeiras do grupo ocidental: Sam Jacob (Santiago), Sam Filipe (Fogo), De las Mayes (Maio), Sam Christovam (Boavista) e Lana (Sal) que D. Afonso V doou a seu irmão D. Fernando; A Carta de doação de 19 de Setembro de 1462 que se refere às cinco acima mencionadas, às cinco restantes e a dois ilhéus: ilha Brava, ilha de Sam Nicolau, ilha de Sam Vicente, ilha Rasa (ilhéu Raso), ilha Branca (ilhéu Branco), ilha de Santa Luzia e a ilha de Sant'Antonio (Santo Antão).

Neste sentido, e na impossibilidade da existência de um outro documento possuidor de fundamento com maior relevância acerca do achamento e dos "descobridores" do arquipélago de Cabo Verde, aceita-se esta versão como ponto de referência para este trabalho de investigação. Assim sendo, passamos a uma das próximas questões da história das ilhas do arquipélago de Cabo Verde.

2.3. A colonização das ilhas de Cabo Verde

A colonização é um processo já muito antigo e com definições muito amplas. Ainda segundo afirma Queiró (1974: 7), o fenómeno económico e politico da colonização estando presente desde antiguidade e alguns casos "em vulto grandioso" como a colonização chinesa, a expansão romana e a muçulmana, como as migrações bárbaras.

Podemos constatar que, provavelmente em cada um desses processos de colonização, sem dúvida, houve um modelo de experiência da subordinação territorial e social. O que era indispensável para a obtenção de um maior sucesso por parte do colonizador. Com efeito, resulta sempre o enriquecimento cultural nas sociedades subordinadas, como também no povo dominador, na medida que há sempre encontro de culturas vindos de meios e ou territórios diferentes e este fundamentado na unidade linguística, religiosa e cultural. Em maioria dos casos sujeita de uma forma processual aos povos dominados (Lara 2000).

Auxiliando à ideia, efectivamente é caso para dizer que, também, na actualidade podemos constatar as heranças sociais, culturais e entre outros, deixados pelos povos europeus, aos povos por eles colonizados, em particular, os povos africanos. Com efeito ainda podemos confrontar a opinião do Lara (2000) com a opinião do Queiró (1974), o fenómeno económico e político da colonização, não é de maneira nenhuma um fenómeno confinado à época moderna e à época contemporânea.

Segundo Lara (2000), o conceito da colonização, remete-nos para "a transferência de forças de um território para outro" dos mais importantes, de entre as forças transferidas, como diz o autor, são, pessoas, capitais, tecnologia e valores culturais. E constata o autor, "nesses valores culturais transferidos figuram sistematicamente e de forma coordenada as instituições repressivos a aparelhos ideológicos" (Lara 2000:13). Dos quais podemos citar, as Forças Armadas, Administração Publica, Polícia, Direito, e de outro lado, a língua, as confissões Religiosas, a comunicação Social e o próprio Sistema Educativo.

Portanto, conclui-se que os povos colonizadores ao transferirem as suas culturas, as suas ideologias e as suas crenças religiosas, também levam com eles as instituições ou forças

de repressões e de defesas, no caso das eventuais desobediências às leis impostas pelos colonizadores. Neste sentido, apoiando na ideia do autor, podemos constatar que, em muitos dos casos isso leva castigos e repressões aos povos colonizados por incumprimentos das novas regras e normas a eles sujeitos.

A estrutura institucional implantada em Cabo Verde seguiu o modelo da organização administrativa adoptada, ou pelo menos, tentaram impor o mesmo modelo da administração das primeiras colónias, Açores e Madeira. Tal não se concretizou devido à falta de interesse por parte dos moradores nos primeiros períodos do povoamento das ilhas de Cabo Verde, alegando algumas dificuldades, as quais serão estudadas de uma forma mais pormenorizada nas alíneas a seguir (*in* Santos 1995).

A "descoberta" das ilhas de Cabo Verde encontra-se envolta em algumas controvérsias, porém, por unanimidade dos historiadores afirma que as ilhas foram achadas desabitadas. Contudo, como foi frisado anteriormente, aceita-se que as ilhas estavam desabitadas na época do seu achamento. Perante esta situação havia a necessidade de as povoar. Assim sendo, os navegadores do Infante D. Henriques foram criando bases para que os primeiros povoadores se pudessem instalar nas ilhas de Cabo Verde (Barata 1967).

O achamento das ilhas desertas deu origem a um comportamento inteiramente diverso. "Pela primeira vez deparámos com o problema do povoamento" o que levou a aquisição definitiva de novos territórios para o Estado (Barata 1967: 7). No período de 2 anos após ao achamento, infante D. Fernando, recebeu as ilhas em doação, e com direito de as povoar.

A ilha de Santiago, a primeira a ser povoada, foi partilhada em duas capitanias: a meridional (então Ribeira Grande), foi atribuída a Antonio de Noli e mais tarde, a setentrional (Alcatrazes), a Diogo Afonso. Foi-lhes acordado, paralelamente, o cargo de capitães-donatários: por um lado, beneficiavam de largos privilégios económicos e por outro, detinham o direito de estabelecer impostos, conceder enfiteuse e terras aos colonos em regime de sesmaria; detinham, igualmente, extensos poderes de jurisdição, embora limitados pelo Tribunal do Reino em relação às causas penais (Andrade 1995).

A ilha de Santiago foi o primeiro ponto de fixação dos portugueses em Cabo Verde e tornou-se a razão da escolha desta ilha como ponto de partida para a expansão portuguesa para o interior do continente africano. Segundo Silva (2004), deve-se especificamente a finalidades estratégicas e a uma melhor exploração e expansão comercial do continente africano pelos portugueses. Os portugueses necessitavam de um ponto estratégico para as suas incursões, que pudesse desempenhar o "papel de base avançada da penetração comercial portuguesa na alta costa da Guiné… ao mesmo tempo que lhes permitisse manter favoráveis os termos de troca

com a Guiné" (Santos 1995: 3). Por outro lado, é caso para dizer que, ao se estabelecerem na ilha de Santiago, facultavam-lhe uma maior segurança:

> Este espaço, por razão logística comercial, devia ser suficientemente próximo do continente para proporcionar incursões rápidas e seguras aos mercados e, simultaneamente, distante a ponto de impedir possíveis acções ofensivas dos poderes africano (Santos 1995: 3).

Neste sentido, é possível afirmar que a ilha de Santiago, em particular, a Ribeira Grande[8], apesar de alguns obstáculos encontrados, apresentava uma clara vantagem geográfico-comercial, muito relevante para a expansão portuguesa, pelo que os navegadores portugueses não abdicaram de os aproveitarem aos seus benefícios.

Segundo Baleno (*in* Santos 1991), o povoamento das ilhas de Cabo Verde iniciou-se logo após ao achamento, em 1462, na Ilha de Santiago. Entretanto, os povoadores depararam com várias dificuldades, que desde cedo, obstariam a que o empreendimento se processasse num andamento mais acelerado. Podemos citar algumas dificuldades, dos mais apontados na época: o distanciamento do reino; as condições climáticas; e particularmente, a exiguidade dos recursos naturais (Santos 1991: 3).

Segundo a carta régia de 1466, o infante D. Fernando, tinha povoado a Ilha de Santiago, mas dizia a carta "… por ser tão alongada dos nossos reinos a gente não quer a ela ir viver senão com mui grande liberdades e franquezas" (Santos 1991: 3).

Segundo alguns autores, nomeadamente Andrade (1995) e Pires (2007), inicialmente as autoridades portuguesas quiseram a povoação das ilhas de Cabo Verde à semelhança das suas outras ilhas atlânticas, Açores e Madeira. Pretendiam promover um povoamento europeu, mas isto não se concretizou e acabou por falhar às perspectivas do infante D. Fernando, visto que a falta de interesse e a inexistência de população suficientemente importante e bem enraizada nas ilhas determinava o tipo de povoamento que viria a ser adoptado (Pires 2007).

O facto das ilhas estarem muito distante do reino, comparado a Açores e a Madeira, foram as razões apontadas entre as dificuldades encontradas na ilha. Também apontavam o clima de Cabo Verde como sendo um dos fortes obstáculos ao povoamento das suas ilhas (Albuquerque 1991). Ainda afirma este autor "muitos não hesitavam em rotulá-lo de extremamente doentio" (Albuquerque 1991). Entretanto, nota-se algum exagero nas opiniões emitidas. Segundo o meu entender, é provável que o clima de Cabo Verde não foi mal maior e nem foi obstáculo maior ao povoamento. A esse respeito afirma Baleno:

[8] No capítulo seguinte, se encontrará analisada demoradamente esta matéria.

> Não é de crer que o distanciamento ou o clima pudessem ser por si só um factor coercivo ao impedimento do povoamento das ilhas de Cabo Verde, mas sim, é mais provável que este obstáculo emergisse porque … não havia no arquipélago quaisquer recursos naturais que de imediato pudessem despertar o interesse de eventuais povoadores, mostrando-se bastante irrisórias as perspectivas de lucro fácil" (*in:* Santos 1991: 125).

Em todo caso, não é de abdicar deste opinião, na medida que a procura de riquezas nas terras distantes foi uma das principais razões da maioria dos agentes envolvidos na expansão portuguesa. Os aventureiros ao depararem com a inexistência dos "recursos rendosos", precipitadamente perderam interesse no povoamento do arquipélago de Cabo Verde. Efectivamente, é importante frisar que, o desinteresse era tanto que estes moradores chegaram ao ponto de intimar o monarca D. Afonso V que lhes concedesse regalias e privilégios para que assim pudessem dar continuidade ao povoamento de Cabo Verde (Santos 1991: 125).

O monarca D. Afonso V, possuía claras perspectivas quanto o povoamento de Cabo Verde, que não podia fechar os olhos ao sucedido, e as condições que se encontravam os moradores. É de salientar que, para o monarca português, a localização geográfica do Arquipélago apresentava-se importância incalculável no comércio na costa da Guiné. Assim constata Baleno, o rei pretendia que o arquipélago servisse não somente de excelente ponto de escala, mas também, de estratégia para as incursões e exploração da faixa costeira ocidental do continente e do sul do atlântico. Nesta circunstância, imagina-se que, o monarca não podia renunciar, nem ao apoio aos moradores e muito menos ao povoamento das ilhas de Cabo Verde. Só lhe restava uma alternativa: conceder as regalias pretendidas (Santos 1991). Afim de colmatar este efeito inibitório, a coroa, "na celebre carta régia de 1466" concedeu aos que dispusessem a ir viver em Santiago diversos privilégios.

> …foram garantidas aos futuros moradores de Santiago, facilidades fiscais e comércios que lhes possibilitavam uma ampla capacidade de manobra e lhes franqueavam por completo o lucro e promissor comércio com a costa da Guiné. As únicas restrições impostas aos moradores, consistia, à proibição de poderem comerciar no trato de Arguim e de transaccionarem mercadorias defesas (Albuquerque 1991: 31).

Efectivamente, e depois da carta régia de 1466, os moradores de Cabo Verde podiam fazer comércio livremente respeitando as pequenas restrições impostas pelo monarca D. Afonso V, já referidas anteriormente.

A carta régia referida fez com que houvesse um verdadeiro impacto no povoamento da ilha de Santiago, o que consistiu num novo alento e conferiu-lhe uma maior estabilidade, segundo Baleno (*in* Albuquerque 1991).

Não podemos deixar de salientar que segundo nos apresenta o autor referido (*in* Albuquerque 1991: 32), ainda antes do final do século XV, em Cabo Verde já havia duas povoações que, "inclusivamente, ostentam o estatuto de vila: Ribeira Grande e Alcatrazes".

Resta salientar que, as dificuldades deparadas no início do povoamento de Cabo Verde, não foram nem mais nem menos que "falta de recursos naturais (recursos rendosos) que de imediato pudessem despertar interesse dos povoadores" (Albuquerque 1991: 125).

Neste âmbito podemos consciencializar-nos da elevada consideração da carta régia de 1466, no povoamento de Cabo Verde, e faz-nos acreditar que as medidas promulgadas surtiram o efeito desejado.

Segundo foi apurado, a acção dinamizadora do monarca D. Afonso V, no que se refere ao povoamento de Cabo Verde não se limitou à elaboração desta carta. Passado alguns anos, o monarca, quis fazer com que os moradores de Cabo Verde cultivassem os seus próprios produtos e houvesse um maior povoamento das terras até então despovoadas, em particular, as terras no interior da ilha de Santiago (Pires 2007).

Com efeito, a coroa retirou a maior parte dos incentivos concedidos aos moradores de Cabo Verde, através de um outro diploma, refere-se à carta régia de 1472[9]. Nesta carta são imposta uma série de restrições, entre elas, é de referir que "a partir de então só podiam ir comerciar à Guiné com os produtos originários das ilhas, em armações feitas na ilha de Santiago somente" (Albuquerque 1991: 133). Esta medida foi estipulada pouco mais de que 6 anos depois da carta régia de 1466, como pudemos conferir, conquanto o monarca entendeu que tantos benefícios não se mostravam necessária, apesar do contínuo manifesto descontentamento por parte dos moradores de Cabo Verde, com protesto de que as medidas serem gravosas para a actividade comercial.

Contudo é de salientar a importância da carta régia de 1472, na qual, foi indispensável à promoção dos recursos locais e a fixação dos moradores em Cabo Verde. Os moradores tinham forçosamente de recorrer ao interior para o cultivo de produtos ou mercadoria com que podiam contar para as trocas comerciais na costa do continente africano. Com efeito, a fixação

[9] A promulgação da "Carta de Declaração e limitação dos privilégios" de 1472. Esta Carta proibia aos habitantes de Cabo Verde, por um lado, de ir mais além da Serra Leoa e, por outro, de utilizar nas trocas mercadorias que não fossem produzidas no país, o que limitava grandemente as suas possibilidades de troca. Limitou também a aquisição de escravos que só deviam ser importados para satisfazer as necessidades internas em mão-de-obra. Determinou ainda que os navios que asseguravam a ligação com a costa africana deviam pertencer aos habitantes de Cabo Verde ou ser armados e comandados por eles. Era-lhes também interdito fretar navios não registados em Santiago. Essa Carta marca o início da oposição de interesses entre a administração colonial e os homens da terra.

da população fez com que houvesse uma forte aderência no interior da ilha, afim de conseguir uma maior quantidade de produção no sector agro-pecuária (Pires 2007).

A estrutura social, administrativa e eclesiástica das ilhas de Cabo Verde, encontrava-se ligada a Lisboa e a Madeira, segundo frisa Andrade (1995), na medida que o governo português adoptou o mesmo modelo de colonização dos primeiros arquipélagos (Açores e a Madeira) para as ilhas de Cabo Verde.

Conquanto, a administração do arquipélago de Cabo Verde encontrava-se de certo modo, sob a tutela e, em estreita ligação com a realidade administrativa da Madeira desde o início do seu povoamento até aos anos 1507. O que podemos constatar com a afirmação de Andrade:

> Considerando-a suficientemente importante, o rei de Portugal, D. João III solicitou em 1507 ao Papa Clemente VII que Ribeira Grande fosse separada da diocese de Funchal (Madeira) à qual estava até então ligada para se constituir numa diocese autónoma. Pela bula Pro Excellenti de 31 de Janeiro de 1533, Cabo Verde e Guiné-Bissau constituíram uma diocese com sede na Ribeira Grande que foi elevada à condição de cidade para poder acolher a capital da diocese (Andrade 1995, in: www.ic.cv/Word/historiaCV)

O arquipélago de Cabo Verde, especificamente Ribeira Grande, a partir desta data tornou-se capital eclesiástica, civil e militar (Andrade 1995). Os poderes da diocese estenderam-se sobre a costa ocidental do continente africano, do rio Gâmbia ao sul do Cabo das Palmas. A diocese dispunha já de várias igrejas, um almoxarifado, uma feitoria, numerosas residências de europeus, entrepostos e outras instalações comerciais.

O povoamento da ilha do Fogo, iniciou-se nos fins do século XV, mais precisamente entre 1480 e 1493 por iniciativa dos moradores da ilha de Santiago. Sendo entregue a Fernão Gomes, como sendo capitão da ilha do Fogo. Constata Boleno (Albuquerque 1991) que são duas as razões da escolha dos moradores de Santiago no povoamento da ilha do Fogo; por um lado, "ser uma grande produtora de algodão; e por outro lado, estar situada a uma distância muito próximo da ilha de Santiago" (*in* Santos 1995).

O algodão era uma mercadoria privilegiada nas transacções comerciais dos moradores de Santiago com a Guiné; porém os moradores de Santiago sentiam a necessidade de terrenos férteis para a maior produção do algodão e por outro lado, a ilha do Fogo possuía boas condições para uma prática da agricultura e criação de gado (Albuquerque 1991: 140).

Segundo Baleno (*in* Albuquerque 1991), "a ilha do Fogo tinha a sua capitania autónoma das capitanias já existente na ilha de Santiago, ainda que, funcionava como sendo um apêndice da ilha de Santiago. Tinha as suas instituições formais de poder (a câmara e o almoxarifado)". Segundo as opiniões de Baleno (*in* Albuquerque 1991), a vila de São Filipe

foi o principal núcleo populacional referido até meados de Quinhentos. Ainda constata o autor, a existência de mais uma freguesia, S. Lourenço do Pico, em 1572, que já contava com um número de 90 habitantes. Afirma Baleno, as ilhas funcionavam "como autênticos ´currais`, o gado era lançado a monte, sendo alvo de chacinas periódicas" (Albuquerque 1991: 140). Entretanto, esta afirmação mostra-nos o lento povoamento destas ilhas.

As restantes ilhas permaneceram despovoadas durante todo o século XVI. Segundo Barata (1967), a ilha da Boavista e a do Maio foram inicialmente utilizadas para a criação de gado e cultivo de algodão. Ainda afirma que o crescimento gradual da população foi permitindo no século XVI abranger nas outras ilhas, começando por São Nicolau e Santo Antão. A ilha da Brava foi povoada no século XVII, com a fuga das pessoas da ilha do Fogo, por causa da erupção vulcânica notada naquela ilha. A povoação da ilha de São Vicente teve o seu início nos últimos anos do século XVIII. Enquanto que a ilha de Santa Luzia e os ilhéus Tombo, Bravo e Raso permaneceram despovoados (Barata 1967: 13).

2.4. Do germinar da economia cabo-verdiana à sua decadência

Cabo Verde serviu sempre como sendo ponto de escala e aperfeiçoamento dos navios e de local de cobrança das taxas alfandegária (Santos 1995). Contudo estas condições facilitaram um rápido desenvolvimento económico. A economia cabo-verdiana da época emergiu com o comércio e o tráfico de escravo da costa da Guiné, para os outros continentes. Carreira (1981) salienta que a coroa portuguesa impôs a todos os comerciantes e os interessados no tráfico dos escravos a obrigação de pagar as suas taxas alfandegárias na Ribeira Grande Santiago, (Cabo Verde), pois "teriam obrigatoriamente de registar a entrada na alfândega da Ribeira Grande, de Santiago antes de entrarem nos rios de Guiné" e depois "era obrigado a voltar à Ribeira Grande a fim de fazer o despacho, pagar os direitos devidos e seguir para os portos de destinos" (Carreira 1981: 9). Efectivamente, esta medida permitia angariação de um elevado lucro para Cabo Verde.

Segundo alguns historiadores, entre quais Baleno (*in* Santos 1995) e Carreira (1981), a causa maior da decadência da economia cabo-verdiana foi a fragilidade do tráfico escravo, o qual foi sentido depois da apresentação do alvará no dia 24 de Novembro de 1644: "O Conselho Ultramar redigiu o Alvará, estipulando o pagamento dos direitos dos escravos em Cacheu" (Carreira 1981: 10). Segundo Carreira (1981) se o pagamento dos direitos dos escravos em Cacheu foi uma boa medida para os traficantes de escravos, conquanto, para a economia de Cabo Verde foi um acidente fatal ao seu declínio económico.

Segundo estudo feito acerca desta matéria, foi possível apurar quanto é que o alvará de 1644, foi prejudicial a economia Cabo-verdiana. Porém este declínio foi auxiliado com fortes ataques e pilhagens apontados na época. Nesta circunstância, as actividades sociais e económicas não podiam, senão entrar em decadência.

O florescimento da economia do arquipélago de Cabo Verde iniciou-se na Ribeira Grande na ilha de Santiago. Foram organizadas, as grandes plantações agrícolas de cana-de-açúcar e algodão, baseada na mão-de-obra escrava da época. Segundo Andrade (1995), no início da povoação o algodão cultivado era exportado em bruto para Portugal, o que se constata com a importação de maior número de escravos tecelões para Cabo Verde que trouxeram com eles os teares; porém nos meados do século XVI, inicia-se a tecelagem do "pano de terra" que se tornou produto essencial na aquisição de escravos ou na troca por outros produtos, na costa continental africana e também servia como meio de pagamento aos funcionários nos períodos de escassez de moedas em Cabo Verde (www.ic.cv).

Pouco tempo depois do achamento das ilhas de Cabo Verde e do seu povoamento, a vila de Ribeira Grande já era vista como centro de comércio florescente de produtos africanos e do comércio de escravo; recebia comerciantes de várias origens e nacionalidades, desde castelhanos, italianos, franceses e outros, fruto do seu forte movimento de negócios.

A economia cabo-verdiana nos dois primeiros séculos da colonização encontrava-se dividida em duas grandes áreas geoeconómicas: uma área constituída pela ilha de Santiago e Fogo, dominada por uma agro-pecuária intensiva, profundamente ligada aos mercadores externos; e a outra área, incluindo as restantes ilhas do arquipélago, onde predominava a pecuária extensiva, assente maioritariamente na produção do gado caprino (Albuquerque 1991: 179).

As ilhas de Santiago e Fogo exportavam a quase totalidade dos seus produtos cultivados, principalmente para Europa e posteriormente para Américas. No entanto, além desta via comercial, a ilha de Santiago e Fogo, beneficiavam da situação privilegiada, das ligações mercantis com a costa africana. Segundo frisa Carreira (1981), o comércio feito na costa africana era muito lucrativo para as duas ilhas, e particularmente a ilha de Santiago, cito um exemplo do Carreira:

> A entrada em Santiago de escravos procedentes dos rios de Guiné, na base de 2$000 réis por cabeça, e a saída de referida ilha para as Índias de Castela, na base de 6$200 réis por cabeça *(*Carreira 1981: 14).

Este desenvolvimento florescente do comércio e de enriquecimento das ilhas, particularmente a ilha Santiago demorou pouco mais de um século. Porém, por razões diversas a economia do arquipélago começa a cair em declínio. Segundo Carreira (1981), a decadência da economia cabo-verdiana teve muitas causas, entre elas, a entrada de outras potências europeias na expansão marítima; contudo os frequentes ataques ao porto da cidade da Ribeira Grande e a fragilidade do tráfico de escravo foi o maior causador desde declínio.

A decadência da economia cabo-verdiana acompanhou o declínio da cidade de Ribeira Grande. Como frisa Carreira (1986), a fragilidade do tráfico de escravo foi o maior causador desde declínio, na medida que, a partir de 1640, foi possível, por meio dos oficiais, a aprovação da ideia de se autorizar o despacho dos navios nos portos de carregamento, em vez de irem fazê-lo a Cabo Verde, como até então era de costume. Esta medida foi causadora de elevados prejuízos à cidade da Ribeira Grande e consequentemente, para a economia de Cabo Verde (Carreira 1986).

A legalização da saída dos navios dos rios de Guiné para o Brasil, a Índia como para outros destinos, contribuiu para o aumento dos tráficos clandestinos do escravo e o declínio acentuado da economia cabo-verdiana; contudo, é de salientar que a esta causa, se juntaram os frequentes ataques dos piratas. Efectivamente, várias foram as incursões, sendo as mais terríveis, aponta Pires (2007), as executadas pelo inglês Francis Drake em 1578 e 1585; e outra em 1712 pelo francês Cassard, na qual, a cidade de Ribeira Grande mergulhou numa profunda destruição, o que ainda se nota nas marcas deixadas nas ruínas existente na localidade de Cidade Velha, actual Concelho de Ribeira Grande de Santiago.

Esta circunstância como era de esperar, causou fuga das pessoas para fora da cidade, houve mesmo alguns casos em que as pessoas se foram refugiar na vila da Praia, a qual oferecia uma maior segurança à população local (Andrade 1995).

As fugas das pessoas acarretaram uma enorme fragilidade administrativa auxiliando ao declínio contínuo da economia da cidade de Ribeira Grande, o que em alguns casos ocasionava algum desconforto e desinteresse por parte dos habitantes locais. A estas contestáveis situações ainda se juntaram as más condições do funcionamento do seu porto da Ribeira Grande. Constata Pires (2007), este porto foi sempre caracterizado como sendo perigoso.

Segundo afirma Pires (2007), enquanto a cidade da Ribeira Grande decaía em termos, sociais, económicos e políticos, a vila da Praia, pelo contrário, reunia cada vez mais as condições propicias para se assumir como a futura cidade capital das ilhas de Cabo Verde.

Ainda Pires (2007) afirma, que tanto os comerciantes como os navegadores passaram a optar cada vez mais por aquela vila (vila da Praia) em detrimento da Ribeira Grande. O crescente movimento portuário também gerou o aumento das transacções comerciais e a vila da Praia começou o seu rápido e crescente desenvolvimento, no qual chamava cada vez mais a atenção dos órgãos de controlo judiciais e administrativos ligados ao Estado.

A ideia da mudança da capital para a vila da Praia já teria sido criada há algum tempo, conquanto esta ideia só começou a tomar forma após os dois ataques demolidores que a cidade sofreu, como já foi frisado anteriormente. Alegando a insegurança do burgo perante os ataques sofridos, os opositores vieram reforçar a ideia da mudança de capital para a vila da Praia. Segundo escreve Pires (2007).

> … a população da vila rondava os 1800 habitantes… juntaram-se a volta de um projecto ambicioso e recorrente, pedindo ao rei que concedesse foro de cidade à então Vila de Santa Maria da Praia, e a elevasse a capital das Ilhas de Cabo Verde com todos os privilégios que lhe eram devidos (Pires 2007: 67).

A vila da Praia foi elevada à categoria de cidade e capital exclusivo das ilhas de Cabo Verde, pelo decreto de 29 de Abril de 1858, segundo afirma alguns autores, entre eles podemos apontar Pires (2007).

2.5. Da sobrevivência de Cabo Verde ao desencadeamento da luta de libertação nacional

Segundo Queiró (1974), o século XIX foi um século de consciência relativamente tranquila. Tendo abolido o tráfico de escravos e depois a escravatura. Onde ainda o Estado colonizador renunciava claramente a efectivar em relação às populações nativas qualquer transformação espiritual e qualquer progresso material.

As primeiras leis, referentes a abolição da escravatura foram publicadas por volta do ano 1856. E em 1878 foi considerada, pelo menos em termos jurídicos, a proibição do tráfico de escravo a todos os territórios e colónias portuguesas. Os maus momentos sociais de Cabo Verde agravaram-se ainda mais com o processo de abolição de escravatura desencadeada a nível mundial. Este processo provocava a resistência contínua dos escravos a fim de obterem as suas alforrias (Andrade 1995).

Neste âmbito, a única solução que restava a população das ilhas de Cabo Verde, foi a prática de agricultura, pecuária e pesca artesanal. Reconhece Andrade (1995), a ilha de Santiago produzia grande "quantidade de açúcar e açúcar de boa qualidade". Em 1872-1873 o arquipélago exportava 337 toneladas de açúcar e ainda exportava peles, couros, sebo, algodão,

cavalos e fruta para Portugal. Porém, em meados do século XIX, alargou-se os tipos dos produtos exportados. Com efeito, Cabo Verde exportava, além de açúcar e panos, ainda também, algodão, peles, couros, tartarugas, milho, aguardente, sangue de drago[10], tabaco, urzela, óleo e sementes de purgueira[11] e sal do século XX, o arquipélago de Cabo Verde passa à condição de importador. Segundo alguns estudiosos, em 1901 especificamente, as ilhas do arquipélago importavam um total de 360 toneladas de açúcar (Andrade 1995).

O facto desta troca de papel (de exportador a importador), diz Andrade, foi graça a falta de inovação:

> O governo português limitou-se, por um lado, a monopolizar os principais produtos que constituíam fontes de rendimento e, por outro, a explorar apenas o que não exigia esforços em investimentos ou inovações técnicas. E as classes abastadas locais, pelo próprio facto da dominação colonial, não puderam reconverter-se numa classe de empresários capitalistas capazes de inovações e transformações fundamentais (Andrade 1995, in: www.ic.cv).

Podemos constatar a ausência das inovações e a inexistência de trabalho de defesa e restauração dos campos agrícolas causaram um forte declínio da agricultura e da criação de gado. Contudo, a chegada da revolução industrial foi um golpe fatal aos produtos que até então serviam de fonte de enriquecimento das classes abastadas de Cabo Verde e da Coroa Portuguesa. Dos produtos agrícolas do arquipélago face à forte concorrência dos produtos industrializados[12] de Europa, apenas sobreviveram a destilação de aguardente (em condições técnicas totalmente ultrapassadas) e a extracção do sal marinho (Andrade 1995).

No entanto, face à impossibilidade do desenvolvimento de outras culturas alternativas de rentabilidade, a Coroa reservou as ilhas de Cabo Verde o papel de colónia de serviço e exportação de mão-de-obra contratual, essencialmente para as roças de São Tomé. Em 1863 foram promulgadas algumas leis (emigração forçada) que obrigavam os cabo-verdianos a ir trabalhar para as roças dos colonos de São Tomé e Príncipe. Doravante, os cabo-verdianos ao fim de um período de três anos de serviço regressavam para Cabo Verde tão miseráveis como à partida e na maioria das vezes, regressavam enfraquecidos por causa das doenças, do regime alimentar e dos maus-tratos. Diz Andrade, que a estas leis só se pôs fim em 1970 (Andrade 1995).

---

[10] Uma espécie de resina vermelha produzida pelo dragoeiro arborescente dos países quentes.

[11] Desde que a utilização da purgueira (velas, sabão, óleo de iluminação) foi conhecida na Europa, o desenvolvimento da sua cultura foi encorajado nas ilhas, mesmo por meios coercivos.

[12] Os países colonizadores europeus, em particular, a Inglaterra e a França (os primeiros industrializados) apoiaram fortemente o processo de abolição da escravatura, a fim de ter mercado onde possam exportar os seus produtos e pagar os "escravos" para que eles possam ter poder de compra aos seus produtos.

O governo português além de considerar as ilhas como sendo colónia de serviço e reserva de mão-de-obra, posteriormente, abriu-se o porto grande São Vicente. Afim de valorizar a situação geográfica de Cabo Verde em relação ao comércio e à navegação longo curso no oceano atlântico. Não obstante, Cabo Verde passou a ser considerado o núcleo de comunicação atlântico (Andrade 1995).

Em 1838, foi instalado o primeiro depósito de carvão. Este acontecimento, provocou o aumento do número das embarcações que demandavam os seus serviços, ainda, servia como estimulo ao desenvolvimento de outras actividades a nível interno, o que fez com que surgisse uma certa expansão do aparelho bancário, administrativo e dos meios de armazenagem e de transporte (Andrade 1995).

Em 1874, os ingleses instalaram cabos submarinos no Porto de São Vicente ligando-o a Europa ao Brasil. Provavelmente, após sete anos, segundo Andrade (1995), os cabos foram estendidos à Praia e à Africa Oriental. E em 1923 a Itália foi autorizado a instalar cabos submarinos em São Vicente, estendendo a ligação a outros países da América do Sul.

Ainda constata Andrade (1995), as primeiras obras aeroportuárias foram iniciadas em 1939, na ilha do Sal, realizadas pela companhia italiana de navegação aérea, Lati. Portanto, devido à forte concorrência dos portos, em particular, o porto de Dacar, e a precária condição em que se encontrava o Porto Grande de São Vicente, provocou a perda duma parte significativa da sua navegação transatlântica.

A agricultura cabo-verdiana na época era muito atrasada, incapaz de responder o consumo interno, com um ritmo muito elevado do crescimento demográfico; A indústria era quase inexistente, não deixando de se notar, o desequilíbrio entre a população e os recursos disponíveis. Neste sentido, aceleração dos fluxos migratórios aparecia como a única solução possível para o restabelecimento do equilíbrio entre recursos e a população cabo-verdiana (Andrade 1995).

Entretanto, a saída constante das pessoas e na sua maioria, a população masculina, provocava uma distorção do "sex-ratio" vertendo o número das mulheres para superiores ao dos homens fixos no país; por outro lado, o número dos inactivos aumentava em relação ao número dos activos.

Nos últimos anos antecedentes à independência de Cabo Verde, era notável o declínio da economia cabo-verdiana. Isto causado, particularmente, pela seca constante que devastava o país desde 1968. Segundo alguns autores, entre eles, Andrade (1995) e Lopes (2002), "metade das despesas do país passaram a ser asseguradas por uma «subvenção não reembolsável» de Portugal". Essa subvenção representava 54% do total das despesas públicas

cabo-verdianas. Nesta circunstância, se torna evidente o descontentamento da população cabo-verdiana. Contudo, o desagrado do governo português em manter Cabo Verde como colónia tornava-se cada vez mais perceptível. Aproveita-se a ocasião, para perguntar: Portugal na medida que não usufruía em manter Cabo Verde como colónia, porquê não concedeu a sua independência política, económica e social? Contudo, a quem afirma, que Portugal nunca quis conceder a independência a Cabo Verde, pelo simples motivo, de que ao conceder a independência a Cabo Verde as colónias (Angola e Moçambique, particular) iriam exigir também a sua emancipação política (Lopes 2002).

Segundo nos conta Andrade (1995), a administração colonial encontrava-se numa situação que não podia superar sem resolução do problema colonial em si. Almeida (1979: 29) testemunha que "as condições de Cabo Verde não seriam modificáveis no 'sistema de administração colonial'". O mesmo autor afirma que "em 1907, a vaga de fome mata mais de 20 000 pessoas". Continuou salientando que "de 1902 até este ano morrem, designadamente de fome 17 605 africanos só na ilha de Santiago". Ainda assim, esses acontecimentos com mortes, fugas e fomes ligados aos profundos descontentamentos, foram as causas da "velha" procura a emancipação do povo cabo-verdiano. Nestas circunstâncias, como já era de prever, surtiram grandes revoltas e insurreição das populações locais, em particular da ilha de Santiago.

As situações caóticas marcadas durante todo o século XIX, aliado ao descontentamento do povo cabo-verdiano, tornaram cada vez mais evidente a necessidade da luta da emancipação política dos povos cabo-verdianos. Contudo, os actos de resistência e rebeldias permaneceram até o desencadeamento da luta de libertação nacional (Lopes 2002).

2.5.1. A luta da libertação nacional de Cabo Verde

A libertação dos povos colonizados ocorre na sua maioria das vezes como um processo. Iniciado quase sempre com o descontentamento do povo vítima do colonialismo. Isto também foi o caso do povo cabo-verdiano (Queiró 1974). Após muitas formas do desagrado ao colonialismo, somente em 1910 sucedeu o primeiro "grito": a insurreição dos camponeses em Ribeirão Manuel, ilha de Santiago, contra a arbitrariedade dos proprietários fundiários; e em 1934 foi a manifestação da massa popular cabo-verdiana na ilha de São Vicente, hastearam pela primeira vez a bandeira negra e protestaram contra a fome (Lopes 2002).

Doravante, as ideias de autonomia e naturalmente a concepção da independência nacional, de certo modo "deixadas adormecidas" foram reacendidas nos anos 40 com a geração de Amílcar Cabral. Um dos primeiros passos à organização da luta de libertação nacional emergiu com a criação, do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em Bissau (Lopes 2002).

Os percursos do PAIGC e de Amílcar Cabral serão indissociáveis. Segundo alguns autores, Amílcar Cabral soube incutir esperança a todos os povos africanos, em particular aos guineenses e cabo-verdianos. O mérito de Cabral consistiu antes de tudo na criação de " uma teoria de libertação". Conta Ferreira (1974), que a teoria na sua constituição continha duas finalidades próprias:

> …impedir que as elites do país, depois de terem obtido a independência nacional com o apoio do povo, se tornem os sucessores dos dominadores estrangeiros e continuem a exploração dos povos africanos, mas também, impossibilitar que tais elites não integradas no processo de produção construam posições de poder à base do seu papel mediador entre as camadas reaccionárias dos seus países e o imperialismo (Ferreira 1974: 253).

Segundo certifica este autor, Amílcar Cabral, denominava a luta de libertação como sendo, "a luta contra as nossas próprias fraquezas", e esta luta é a mais difícil "ela é a expressão das contradições internas na realidade económica, social e cultural de cada um dos nossos países" ou seja, "luta contra nós mesmos" (Ferreira 1974).

Porém, antes de mais era preciso uma ideologia no seio dos movimentos de libertação nacional. Nenhum destes países colonizados (africanos) dispunham de uma ideologia própria, confirma Ferreira, "carência de uma ideologia, para não dizer a sua falta absoluta…" o que se deve, principalmente, ao desconhecimento da realidade histórica que esses movimentos pretendem transformar" (Ferreira 1974: 250 - 253).

Contudo este desconhecimento e a pouca vontade das pessoas nas suas emancipações do fenómeno imperialismo, constituía por si só uma das maiores dificuldades aos movimentos da libertação nacional e dos países africanos em geral (Ferreira 1974).

Segundo constata Ferreira (1974), Amílcar Cabral e os seus homens tiveram que descobrir ou criar uma estratégia correspondente a realidade em que se encontravam, na medida que, esses dois países não dispunham de nenhum dos elementos, dos quais, de algum modo pudessem aproveitar as estratégias já sucedidas com as revoluções na Europa e na Ásia. Afirma o autor, nem na Guiné-Bissau e muito em Cabo Verde era possíveis estas formas revolucionárias (as revoluções na Europa e Ásia), dado que não existia "…um amplo proletariado, nem de uma classe operário amadurecida, nem de uma população rural privada

de suas terras". Nesta circunstância, como é evidente tornou-se impossível adoptar uma estratégia revolucionária baseada nas experiências revolucionárias europeia ou asiática (Ferreira 1974: 253).

Com efeito, os primeiros passos de Cabral no sentido de uma libertação nacional remontam ao ano de 1953, diz Ferreira (1974: 250 segs), "…sob a fachada legal de uma organização desportiva, tentou estimular a actividade clandestina. Essa iniciativa, porém falhou…" Contudo, a segunda tentativa, "por meio de pequeno grupo de trabalhadores, procurou ganhar para a luta na Guiné-Bissau os assalariados em geral." Também ficou aquém das expectativas esperadas por Cabral, afirma Ferreira (1974). O grupo mobilizado era numericamente pequeno e não se sentiam completamente seguros na sua decisão de lutar pela independência.

Neste sentido, Cabral tomou a consciência de que o movimento não se pôde estender a outros grupos assalariados e deste modo não seria possível instruir o povo para uma mobilização e nem o desdobramento de uma luta de libertação política. E sentiu-se na obrigação de um conhecimento preciso e profundo da estrutura social das suas necessidades e aspirações.

Atesta Ferreira (1974), que a administração colonial autorizou a Amílcar Cabral, na sua qualidade de engenheiro agrónomo a possibilidade de realizar a preparação de um recenseamento da população rural. Neste âmbito, Cabral aproveitou a oportunidade para investigar e conhecer a estrutura interna dos diferentes espaços socio-económicos. Desta investigação, Cabral conclui que não existia nenhuma classe que, pela sua história ou posição social, possuíssem condições de realizar de uma forma individual a revolução. Porém, Cabral notou que as pessoas possuíam formas diferente de pensar e os interesses matérias e as aspirações dos diversos grupos eram distintas e em muitos casos contraditórias. (Ferreira 1974).

Contudo era indispensável incutir-lhes os ideais da emancipação colonial. Difícil seria arranjar forma de unir todos esses grupos da população contra o colonialismo português e acima de tudo "organizá-los e dissolver as contradições existentes entre eles." Porém Cabral julgou que a luta de libertação nacional nesta circunstância não caminhava sem a fundação de um partido político, segundo afirma Ferreira (1974)

> Assim, em 1956, seis assimilados entre os quais Amílcar Cabral e seu irmão Luís Cabral formaram um núcleo de organização em Bissau – o PAIGC – que propunha a ampliação do movimento a outras partes da população (Ferreira 1974: 256).

O Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde deparou com a primeira questão. Sobre que camada social se deveria apoiar o partido para iniciar a luta? A maioria da população não sabia ler nem escrever e não tinha qualquer relação com o poder colonial. Porém Cabral notou que a população rural, de certo modo mais interessado, "não representava uma força revolucionária, nem estariam em condições de assumir o aparelho estatal após a destruição do poder colonial" (Ferreira 1974: 250 – 251).

Os dirigentes do P.A.I.G.C acabaram por apontar a pequena classe burguesa africana, como a classe social capaz de assumir o aparelho estatal, dado que, as pessoas pertencentes a classe burguesa ao serviço do imperialismo da época aprenderam como manejar esse aparelho. Entretanto esta camada social, segundo afirma Ferreira, "essa burguesia… separou e distanciou do povo, mas ao mesmo tempo foi confrontada cada dia com a dominação colonial" e a "discriminação humilhante do colonialismo" (Ferreira 1974: 250).

Neste âmbito, os dirigentes do partido da luta de libertação, entre eles, Amílcar Cabral, facilmente souberam organizar a base estrutural para uma futura revolução da libertação nacional, tendo a prudência de "reforçar a participação e o controle das massas sobre todo o movimento de libertação". Esta estrutura iniciou-se com "dois trabalhadores e quatro elementos pequenos burgueses" e mais tarde o grupo começou a ser parcialmente remodelado (Ferreira 1974: 250).

Constata Ferreira (1974), o movimento nacionalista foi estruturado e dirigido por uma pequena elite da classe burguesa e sustentada ou podemos afirmar, suportada sobre a massa da população rural. Desta forma nos meados dos anos sessenta o PAIGC tornou-se uma força cada vez mais poderosa, capaz de operar uma mudança nas relações de força. Neste âmbito, a dominação colonial foi progressivamente eliminada, comutada por uma "nova forma de vida política, social e económica a qual já não admite a exploração do homem pelo homem" (Ferreira 1974: 260). Ainda afirma Ferreira (1974), em 1966 Amílcar Cabral chegou a afirmar que "A libertação nacional é recuperação da personalidade histórica desse povo, um retorno à sua história, que se encontrava submetida à destruição pela dominação imperialista" (Ferreira 1974: 260).

O ano de 1969 foi o ano de grandes conquistas para o movimento revolucionário de libertação da Guiné e Cabo Verde, afirma Ferreira (1974). No ano de 1969 conclui-se a libertação da região de Medina-Boé (Guiné) que levou ao colapso da frente leste portuguesa, iniciando-se assim a ofensiva no Oeste, isto é, a libertação de toda a colónia guineense. Portugal possuía pouca possibilidade contra-ofensiva, na medida que, "uma ofensiva militar de grande envergadura não podia ser levada a cabo porque as tropas portuguesas eram

precisas em Angola[13] e em Moçambique[14]". Portugal não se encontrava em melhores condições de desencadear uma ofensiva de sucesso.

Como afirma alguns historiadores entre eles, Ferreira (1974), PAIGC, a teoria da libertação e os ideais de Amílcar Cabral representavam uma grande ameaça para o imperialismo em geral e particularmente ao imperialismo português. Dado que a ideia de Amílcar Cabral "não se restringiu somente à Guiné-Bissau" mas prolongava-se a outros países africanos. No âmbito deste perigo, era do interesse do imperialismo tentar liquidar tanto Cabral como o PAIGC (Ferreira 1974).

No dia 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado. Contudo, ainda que, a luta de libertação dos povos guineense e cabo-verdiano sofreu um golpe notável com a morte de Cabral ao movimento revolucionário para libertação, esse crime não conseguiu desmantelar nem o PAIGC e nem abalar a vontade dos combatentes em conduzir a luta armada que se processava na Guiné e a luta política clandestina em Cabo Verde (Lopes 2002).

Após 10 anos de luta armada na Guiné, no dia 24 de Setembro de 1973, foi concretizado o projecto de criação de um Estado na Guiné: a Assembleia Nacional Popular proclama a 24 de Setembro de 1973, a República da Guiné-Bissau, Estado Soberano e adoptou a primeira constituição da Guiné (Lopes 2002).

Os acordos de Londres e de Argel (26 de Agosto de 1974) foram elaborados pelo Governo Português, como reconhecimento da Guiné como um Estado Independente e o direito do povo cabo-verdiano à independência; e reconhece igualmente o P.A.I.G.C como o único representante dos dois povos. Porém, em Cabo Verde foi criado um governo de transição (constituído por cabo-verdianos e portugueses) presidido por um Alto-comissário Português a representar a Soberania portuguesa (Lopes 2002).

Ainda como um complemento a afirmação da Andrade (1995), achamos oportuno, apontar o autor, José Vicente Lopes (2002), na sua imponente constatação sobre constituição do governo de transição em Cabo Verde. Segundo este autor, o governo de transição:

> …é empossado a 31 de Dezembro de 1974, na Cidade da Praia, o governo de transição que nos próximos seis meses irá conduzir Cabo Verde à independência. Para além do alto-comissário Vicente Almeida D´Eça, a parte portuguesa no referido governo é ainda representada pelo major Manuel Vaz Barroco (Administração Interna) e tenente-coronel Vasco Wilton Pereira (Equipamento Social e Ambiente, empossado mais tarde); Amaro da

[13] Onde os soldados portugueses lutavam contra o partido angolano designado de Movimento Popular de Libertação Angolana (MPLA)

[14] Enfrentavam o partido moçambicano de libertação denominado de Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

> Luz (Coordenador Económica e Trabalho) e Manuel Faustino (Educação e Cultura). Dos portugueses, apenas o alto-comissário está ligado a Cabo Verde (Lopes 2002: 409).

O povo Cabo-verdiano elegeu-se meses depois (30 de Junho de 1975), uma Assembleia constituinte (composta por 56 deputados e 72 suplentes) com a participação de 84% dos eleitores. A lista única apresentada por este partido recebeu 92% dos votos expressos. No dia 5 de Julho de 1975 foi proclamada a independência da República de Cabo Verde. Aristides Pereira foi eleito o Presidente da República, e Pedro Pires, como sendo Primeiro-ministro (Lopes 2002).

Conquanto, a unificação com a Guiné é abandonada em 1980, na sequência de um golpe de Estado surgido na Guiné. O partido político de luta de libertação dos dois povos de Guiné e Cabo Verde conhecido como PAIGC, cedeu lugar a PAICV (Partido Africano de luta pela Independência de Cabo Verde), restringido a sua acção exclusivamente a Cabo Verde (Lopes 2002).

A constituição da República de Cabo Verde foi "aprovada a 5 de Setembro de 1980, sem nenhum voto contra." E com isso, Cabo Verde passou-se a ser reconhecido pelo mundo como sendo uma "república soberana, democrática, laica, unitária, anti-colonialista e anti-imperialista" podemos afirmar que a consequência de todo estas conjunturas, Cabo Verde mostra-se como sendo o:

> Estado de democracia nacional revolucionária, onde o PAIGC (e depois PAICV) era a força política dirigente da sociedade cabendo-lhe nesta qualidade, estabelecer as bases gerais do programa político, económico, social, cultural, de defesa e segurança a realizar pelo Estado (Lopes 2002: 630).

Portanto, Cabo Verde passou depois da sua tomada de independência, em 1975 a ser governado em regime de Partido único, segundo um modelo de inspiração marxista. Em 1991, foi finalmente estabelecido um regime democrático. Em Janeiro do mesmo ano, nas primeiras eleições democráticas de Cabo Verde, Aristídes Pereira foi afastado da presidência e o PAICV saiu derrotado nas eleições para a Assembleia Nacional (Lopes 2002).

O novo presidente, António Mascarenhas Monteiro, antigo juiz do Supremo Tribunal, dirigia o principal partido da Oposição, o MPD (Movimento para a Democracia).

Hoje Cabo Verde apesar das suas dificuldades económicas e a inexistência dos recursos naturais, este país orgulha-se em servir como modelo de paz social e estabilidade político aos outros países africanos (mundofred.home.sapo.pt).

Segundo a primeira constituição, no domínio da economia, regendo-se pelo princípio da direcção e da planificação estatais, "o Estado monopolizava o subsolo e as suas riquezas, os

meios básicos de produção industrial, os principais meios de informação e comunicação, os bancos central e emissor, os seguros, as infra-estruturas e os meios de transportes," competindo, igualmente, o controlo do comércio externo. Ainda segundo o artigo 12º da própria constituição, o Estado podia autorizar o investimento estrangeiro, desde que seja útil ao desenvolvimento do país (Lopes 2002).

Segundo Querido (2005), aquando a tomada da independência em 1975, a situação Cabo-verdiana caracterizava por uma "pesada herança colonial, fraco nível de desenvolvimento das forças produtivas, condições adversas e forte dependência do exterior". Ainda continua, afirmando que, esta situação foi agravada não só ao abandono a que foi votado o arquipélago, durante a dominação colonial (colónia de exportação de mão-de-obra), mas também, devido aos longos períodos das secas que assolavam o país e sendo Cabo Verde pobre em recursos minerais e matérias-primas. Cabo Verde vê o seu desenvolvimento fortemente restringido (Querido 2005).

Ainda segundo assegura Querido (2005: 89), face às circunstâncias deparadas, o Estado cabo-verdiano considerou essencial o aproveitamento de certos factores para o desenvolvimento do país, entre esses factores foram apontados os seguintes: a valorização dos recursos humanos, o esforço no sentido de travar o processo de desertificação ecológica e humana no meio rural, a captação de recursos externos para o financiamento de uma política de formação de capital, o aproveitamento geo-estratégica do país para a implementação de industrias e serviços que o tornassem menos dependente do exterior.

Constata (Querido 2005), o Estado cabo-verdiano, sentiu-se na obrigação de reconstruir o país. Este autor chama-a de "Reconstrução Nacional" neste sentido, o Estado assumiu-se como agente económico principal, para a estratégia de desenvolvimento:

> Programa de sectoriais ligados ao desenvolvimento rural, das pescas, energias, turismo, educação, saúde, habilitação, comércio, serviços e objectivos gerais consubstanciados na manutenção do equilíbrio do conjunto da economia e política de emprego e formação (Querido 2005: 90).

Nos primeiros anos da independência, o governo atribui prioridade aos investimentos nas zonas rurais "cerca de 50%", mas, com o inicio da realização de grandes investimentos na indústria, energia e hotelaria, o financiamento do desenvolvimento rural reduz significativamente de "30% em 1978 e 20% em 1981" com o objectivo de manter um nível razoável de investimento nesse sector com vista a reduzir o êxodo rural, fazer parte das necessidades alimentares e pôr fim à degradação do património fundiário (Querido 2005).

Ainda Querido (2005), diz que " os limites encontrado no sector agrícola impõem que Cabo Verde adopte uma estratégia ambiciosa de industrialização…" o Estado optou por apostar na industrialização do país, não por existirem condições favoráveis a essa industrialização, (carência de recursos, mercado interno reduzido, custos de factores desfavoráveis) mas sim, apostaram pela via da industrialização devido a impossibilidade do desenvolvimento do país se concretizar com base no sector agrícola.

Neste âmbito, ainda salientou, que o desenvolvimento industrial será decisivo para viabilizar a economia cabo-verdiana, porém é de frisar, segundo Querido (2005), "a evolução das exportações foi sempre inferior à evolução das importações, facto que se explica pela incipiente capacidade produtiva do país.

A abertura da economia cabo-verdiana ao mercado externo surgiu no limiar da década de 90, fruto da queda dos regimes marxistas do leste europeu, nos finais dos anos 80, o que provocou mudanças profundas por todo mundo (Querido 2005). Na nova ordem estabelecida, o pluralismo democrático e a abertura à iniciativa constituíam condições necessárias à obtenção de ajuda ao desenvolvimento e de acesso aos mercadores internacionais. Neste sentido, foi processado a abertura política e económica de muitos países africanos, entre os quais, a abertura do mercado cabo-verdiano ao investimento estrangeiros.

3. CIDADE VELHA: PASSADO E PRESENTE DE UMA CIDADE CABO-VERDIANA

O concelho de Ribeira Grande de Santiago ocupa uma superfície total de 164 Km2 e aglomera duas freguesias: a freguesia de Santíssimo Nome de Jesus e a Freguesia de São João Batista e localiza-se a 15 km a oeste da Cidade da Praia (capital de Cabo Verde). Tem como limites territoriais os municípios da Praia, São Domingos, São Lourenço dos Órgãos e de Santa Catarina.

Este município possui uma característica geográfica montanhosa, com abundante basalto e uma orla marítima alta e escarpada, entremeada com enseadas e poucas praias, quente e seco, com característica climática de: árida, semi-arida e sub-humido. O concelho de Ribeira Grande de Santiago foi considerado como município em Maio de 2005. Em Maio de 2008 pela primeira vez, foi eleito democraticamente o órgão do poder local.

A sua população estima-se em cerca de 15.000 habitantes, sendo maior a percentagem no sexo feminino (53%). A grande parte da população dedica-se à agricultura, pecuária e pesca, em geral com métodos muito rudimentares, o que não permite arrecadar grandes lucros por parte dessas agentes.

O nível de desemprego é muito elevado, atingindo particularmente a população feminina, havendo uma notável escassez de oportunidades económicas o que, por sua vez, tem contribuído para o aumento da pobreza.

A nível da educação e cobertura escolar no Ensino Básico Integrado o concelho de Ribeira Grande de Santiago tem estado num bom caminho, por assim dizer. Já em relação ao ensino Secundário, está previsto para breve o arranque das obras do primeiro Liceu a construir no espaço do território municipal.

No sector da saúde, o Município da Ribeira Grande de Santiago tem mostrado algumas lacunas graves e insuficiências estruturais. Salienta-se a inexistência de um centro hospitalar e os serviços que existem têm poucas condições para servir a população local, não também capacidade para acudir os turistas em situações de emergência.

É manifesta a ausência de infra-estruturas de desenvolvimento turístico em quase toda a extensão do território municipal. Como afirmam algum responsáveis, tem-se registado algum incremento da actividade hoteleira, no contexto do turismo, e na maioria dos casos por iniciativas privadas, ainda que este município demonstre ter boas potencialidades para o seu

desenvolvimento económico sustentável. Entretanto, este município é merecedor de alguma consideração, uma vez que é numa municipalidade recentemente criada.

A Cidade Velha, berço da nação cabo-verdiana, foi reconhecida pela UNESCO, como Património Mundial da Humanidade (anexo nº 2), o que comprova o seu excepcional valor histórico e cultural. Porém, mais a frente, iremos destacar o estudo da patrimonialização da Cidade Velha de uma forma mais alargada.

3.1. Origens e trajecto histórico de Cidade Velha

Na realização deste trabalho compreende-se ser muito importante debruçar sobre o estudo coeso e sustentado da primeira cidade capital de Cabo Verde. Neste sentido, visamos demonstrar a importância do passado histórico deste povoado e, consequentemente, proporcionar a todos os interessados, em particular aos cabo-verdianos, o conhecer do valor histórico, cultural e social, da cidade da Ribeira Grande. Segundo reconhecidos pesquisadores, entre eles Silva (2004) e Baleno (in Albuquerque 1991), esta localidade foi o primeiro povoado de origem portuguesa em África, o qual iria servir como porta dos mares da diáspora do homem negro.

É indispensável frisar que a história da Ribeira Grande cruza constantemente com a história de Cabo Verde, ao ponto de se poder dizer que tudo começou ali, na cidade de Ribeira Grande. Deste modo, iniciamos o estudo deste capítulo com a investigação da criação dos primeiros aglomerados urbanos naquela localidade pelos portugueses (na medida que partimos do pressuposto que à chegada dos portugueses não havia nenhum indício ou vestígios comprovativos que demonstrem ter sido habitada ou que seja de conhecimento de outros povos antes da chegada daqueles (Albuquerque 1991).

O povoamento da Ribeira Grande foi, logo após o "descobrimento" de Cabo Verde, em concreto, no ano 1462, como já referimos anteriormente, conquanto, a Ribeira Grande fez parte da capitania doada ao António de Noli, com o cargo de Capitão Donatário. Era a este donatário, António de Noli, quem cabia o papel de jurisdição civil, administrativa e tributaria do território da Ribeira Grande (Pires 2007). Constata ainda Pires (2007: 24) que António de Noli se transferiu em Setembro de 1462, para Ribeira Grande "acompanhado por alguns familiares, criados do Infante e casais de Algarve, onde assume a capitania Sul da ilha de Santiago e funda a cidade de Ribeira Grande".

Segundo alguns autores, entre eles, Baleno (*in* Santos 1995: 9), afirma que a escolha da Ribeira Grande como o primeiro povoado e sede para a colonização de Cabo Verde ficou a

dever-se a um conjunto de factores, nomeadamente: água em abundância e terras férteis para a implantação de uma agricultura de subsistência para o seu agregado populacional e um razoável porto marítimo. Ainda que com alguma insatisfação por parte dos moradores de Santiago, este porto servia de ligações ao exterior "e pode dizer-se que toda a vida do povoado e da própria ilha passou a girar em torno dele[15]", constata Baleno (in Albuquerque 1991: 125).

A descrição e análise da estrutura física da zona de Ribeira Grande, incluindo a dos seus primeiros bairros, são fundamentais para um melhor conhecimento do seu passado histórico, social e económico. Segundo constatam alguns historiadores, entre eles Albuquerque (1991) e Pires (2007), Ribeira Grande foi desde sempre um lugar e centro cultural de referência a nível mundial, dado que Cabo Verde foi, particularmente nos primeiros séculos da sua existência, um porto e ponto de encontro entre vários países europeus com os países africanos. Esta descrição torna possível a comparação entre a história, os vestígios arqueológicos, e os monumentos presentemente encontrados naquela localidade, de forma a tornar possível o relacionar à identidade cabo-verdiana. Neste sentido, principiamos com a situação e a descrição da antiga cidade da Ribeira Grande. Segundo Cabral, esta terra:

> Situada entre montes e rochedos tão altos que não tem outra vista se não a do mar… a capital das ilhas de Cabo Verde era dividida por uma ribeira chamada Maria Parda que nascia duas léguas de distância, formava uma pequena lagoa "de agua caídas" antes de desaguar no oceano. O porto desta era grande, mas de pouco limpo e seguro dos ventos (*in* Santos 1995: 226)

Figura nº 3.1 - Antiga ribeira da Maria Parda e actual Ribeira Grande

[15] Porto de Ribeira Grande de Santiago

Segundo alguns autores, entre eles Cabral, a cidade de Ribeira Grande foi fundada junto à baía, intimamente ligada ao porto. O espaço urbano da Ribeira Grande era formado por "ruas pequenas e por becos" (Santos 1995: 226 - 227). Estas ruas eram denominadas "Calhau da Praça, do Porto e da Misericórdia", havendo quem afirme serem estas ruas as primeiras ruas da Ribeira Grande. Os seus primeiros moradores alçaram o pelourinho, e mais tarde construíram a Igreja e o Hospital da Misericórdia (Santos 1995: 226).

Figura nº 3.2 - O mapa da antiga Cidade de Ribeira Grande
(fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – da autoria do António Carlos Andrea, 1777)

Figura nº 3.3 - A urbanização da Antiga Cidade da Ribeira Grande – vista do mar
(fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa)

Como frisamos anteriormente, o desenvolvimento desta cidade emergiu intimamente ligado ao seu porto, do qual provinham os recursos à sobrevivência dos seus habitantes, e o seu

progresso político, económico e social. Entretanto, ainda antes do progresso da Ribeira Grande, por assim dizer, houve alguns embaraços ao capitão donatário por parte dos moradores, na medida que, havia "falta de indivíduos dispostos a irem para a ilha" viver e dar início ao povoamento de Cabo Verde (Santos 1995: 226).

No início do povoamento desta terra houve algumas reclamações por parte dos moradores, que justificaram as suas manifestações, alegando a distância, o clima e a falta dos recursos naturais e minerais, afirmando a impossibilidade do povoamento das ilhas na situação em que se encontravam (Santos 1991). Neste sentido, alguns anos após a colonização, o donatário escreveu uma carta ao rei informando a impossibilidade da continuação do processo de povoamento com os recursos que disponha, justificando que a "…a gente nom quer a ella hyr viver …senão com mui grandes liberdades e framqueza" (Pires 2007: 28).

O rei chegou a responder à carta do donatário, concedendo as solicitadas "liberdades e Franquezas". A permissão concedida aos residentes de Santiago consistia em facultar aos moradores de Santiago o direito de livre comercialização com os vizinhos da costa africana, e foi oficializada pela carta régia de 12 de Junho de 1466. Esta carta surtiu o desejado progresso no povoamento de Cabo Verde. É claro que esta medida como incentivo foi de grande relevância para a actividade comercial da época, pelo facto de "a prática do comércio com os africanos era juridicamente vetada… e só era permitido alguns, através de autorização régia especial" segundo constata Pires (2007: 28 - 29).

Porém, com abandono dessas sanções por parte do rei, Ribeira Grande passou-se de uma localização desfavorável, desde aurora rotulada, para uma posição potencialmente estratégica, o que era o desejo do rei (formar na cidade de Ribeira Grande uma base avançada, que facilitava uma rápidas incursões à costa africana) segundo salientamos no capítulo anterior (Santos 1995). A Ribeira Grande tornou-se desde cedo, um centro comercial muito vantajoso para os seus moradores, como é do nosso conhecimento, a carta régia de 1466, foi o responsável pela adesão em massa das pessoas na afixação das suas residências naquela localidade (Pires 2007).

Assim como foi frisado no capítulo anterior, a acção régia não terminou por ali, sendo posterior a estas liberdades aos comerciantes de Santiago, por assim dizer, a carta régia de 1472, que não só tinha a finalidade de limitar o espaço geográfico destinado ao comércio pelos moradores de Santiago, até então, facultado pela carta régia anteriormente referida, como também a ênfase do seu conteúdo era obrigar os moradores de Santiago (comerciantes) a fixarem as suas residências em Cabo Verde. Efectivamente, depois de analisar algumas opiniões, em particular do Albuquerque (1991) e do Pires (2007), concluí-se que, a carta régia

de 1472, pretendia alcançar dois objectivos em particular: resolver o conflito entre os comerciantes[16] na disputa das áreas das suas actividades comercias e, por outro lado, visava o povoamento das zonas no interior da ilha de Santiago pelos comerciantes, até então despovoadas.

As restrições impostas pelo monarca limitavam os habitantes (comerciantes) de Santiago a comercializarem apenas os produtos originários e manufacturados na ilha. E isto por consequência criara um novo agente de desenvolvimento "produtor", no qual, se pode imaginar que este novo agente teria uma fixação permanente para que o progresso da sua actividade tivesse êxito (Pires 2007: 31).

Neste sentido conclui-se que, a carta régia de 1466 serviu-se de ponto forte, ou podemos dizer uma forte razão para a criação de actividades comerciais baseadas na intermediação, ainda que, limitava a criação de unidades produtivas, enquanto a carta de 1472, influiu no sentido contrário, limitando as actividades comerciais e potencializou a criação de pólos de produção, obrigando os habitantes da ilha a optarem por actividades de agro-pecuária em vez do comércio (Albuquerque 1991).

Porém, já nesta altura a Ribeira Grande era possuidora de uma actividade comercial lucrativa, ainda que, a Carta Régia de 1472 suspendia alguns dos benefícios até então concedidos aos moradores de Santiago, mesmo assim, sentiam-se persuadidos a fixarem as suas residências em Cabo Verde, em particular na localidade de Ribeira Grande, isto devido à sua situação geográfica entre os três continentes. Cabo Verde foi então, ponto obrigatório por onde passavam todos os navios devido a sua situação geográfica (Albuquerque 1991: 9).

Segundo alguns autores, entre eles, Pires (2007), o povoamento da Ribeira Grande sucedeu-se "em três fases" a primeira fase consiste na chegada dos primeiros habitantes e as recusas e as dificuldades, deparadas à priori; a segunda fase emergiu com a carta de 1466 e as suas liberdades; e a terceira fase culminou com a carta de 1472, obrigando a fixação dos habitantes em Ribeira Grande. Assim podemos salientar que foram estas as fases iniciais do estabelecimento dos núcleos primitivos de povoamento" (Pires 2007: 30 – 33).

[16] Com o desenvolvimento do comércio de forma pacífica entre portugueses e os reinos africanos, assim como o número de comerciantes interessados. Isto proporcionou algumas concorrências entre os comerciantes. Efectivamente, esses comerciantes visavam a obtenção de licenças e a procura de melhores áreas de comércio, entre eles, Fernão Gomes, que o rei arrendou a exclusividade dos tratos e resgates Serra Leoa. No qual, o espaço arrendado colidia com a área de resgates dos habitantes de Santiago, criando uma situação conflituosa que acabou por se manifestar pouco tempo depois entre o arrendatário e os habitantes de Santiago. Conquanto, neste contexto, o rei estipulou a carta régia de 1472, afim de colmatar alguns desentendimento notado entre os comerciantes.

Pensamos que essencialmente a última fase de povoamento foi a mais importante, na medida que serviu para o aumento demográfico da população da Ribeira Grande de Santiago. Nesta circunstância, afirma Pires (2007: 32), surgiram as povoações da Ribeira Grande, Alcatrazes e posteriormente deu-se o nascimento do novo povoado, a vila da Praia.

3.2. Os bairros e ruas da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago

Pires (2007) afirma que nas primeiras povoações prosseguida na ilha de Santiago, os critérios de localização não fugiram às regras das que vinham sendo implantadas na Madeira e nos Açores, na medida que no critério utilizado o governo português aconselhava os moradores a instalarem-se em "lugares que oferecessem boas condições e permitissem uma fácil acostagem dos navios e aproximação da água potável" e que possibilitava " a instalação de um porto que facilitasse as ligações com o exterior" (Pires 2007: 33). Podemos frisar que Ribeira Grande, à vista dos responsáveis portugueses, era possuidora de todas as condições exigidas, isso segundo esta afirmação, todos esses aspectos se encontraram presentes na implantação da vila de Ribeira Grande, conclui Pires (2007: 33). Constata alguns autores que o primeiro elemento que condicionou a escolha do local foi a pequena enseada que oferecia condições razoáveis de abrigo e de acostagem (Albuquerque 1991). A instalação do núcleo da Ribeira Grande desenvolveu-se em torno do seu porto e das actividades comerciais. Pires afirma ainda (2007) que na implantação da cidade surgiram os primeiros edifícios do núcleo urbano, com armazéns alfandegários e onde, mais tarde, se estruturou um largo onde seria implantado o pelourinho. Assim, ao longo destas ruas nasceram as primeiras edificações urbanas, pertencentes aos comerciantes que ali estalaram "casas de dois pisos onde funcionavam o comércio, os bordéis e albergues da cidade" constata Pires (2007: 36).

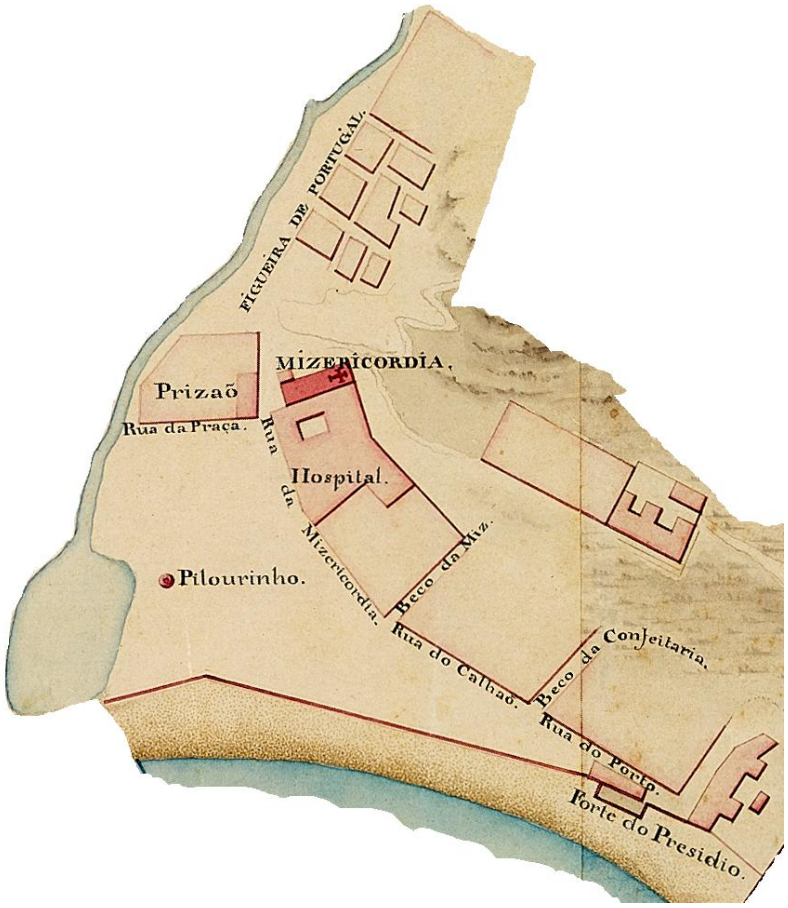


Figura nº 3.4 - Largo do Pelourinho (Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa)

Segundo alguns autores, a génese do burgo da Ribeira Grande efectuou-se no Largo do Pelourinho, o qual foi sempre o primitivo núcleo do burgo. Segundo constata Pires (2007), tudo nos leva considerar que os primeiros eixos da expansão urbana foram orientados para norte/nordeste, ainda na margem da ribeira pertencente ao Largo de Pelourinho. Onde este autor aponta como posteriores ruas: rua "do Porto, do Calhau, e da Misericórdia" e a Rua da Praça, que provavelmente facilitava o acesso do Largo de Pelourinho a Figueira de Portugal (pequeno agrupamento de casa, junto a Igreja Misericórdia), assim consta o mapa. A maioria destas ruas estava separada por becos e por pequenas ruas (Pires 2007). Por volta de 1495, provavelmente a cidade já tinha alastrado para a margem esquerda da ribeira (no sentido de quem vai do porto da Ribeira Grande para a nascente da ribeira Maria Parda), sendo importante frisar que o alargamento pelo lado esquerdo da ribeira facultou o aparecimento de um novo bairro, o qual foi denominado o bairro de São Pedro, assim afirma Pires (2007).

A adesão em massa das pessoas e a constante aumento da população provocou a ampliação do espaço urbano. Neste sentido, o alargamento do espaço urbano fez-se na

margem direita da ribeira da Maria Parda (no sentido da corrente da água da nascente para o mar), no qual nasceram os dois bairros, conforme é abaixo referido[17]:

> O de S. Pedro e o de S. Brás. O primeiro, situado no vale da ribeira grande, possuía três grandes ruas principais. A Rua de S. Pedro (ou Direita) que se iniciava «no ponto onde surgem os navios» e seguia à margem da Maria Parda. Paralelamente a esta, ficavam a Rua de Banana, que terminava na Horta Velha, e a da Carreira, que ia dar à Igreja Nossa Senhora do Rosário (Santos 1995: 227).

Segundo Pires, "era o bairro de S. Pedro o maior de todos", conquanto, segundo consta o mapa do António Andrea (1777), o bairro era constituído por cinco das seguintes ruas: a rua de S. Pedro, ou rua Direita, que começava junto à costa e seguia em direcção ao norte seguindo o curso da ribeira; a rua de Banana e a rua da Carreira, seguiam em direcção ao nordeste quase paralelas à rua do São Pedro; ainda podemos afirmar a existência de mais duas ruas: Rua do Convento, transversal a Rua do São Pedro e faculta o acesso ao Convento de São Francisco; e a Rua da Horta Velha inicia-se no cruzamento com a Rua do Convento, e segue paralelamente à rua Direita. Ambas, as últimas duas ruas aqui frisadas ficavam situadas próximas ao Convento de São Francisco (Pires 2007).

Ainda segundo consta Cabral, as casas e os sobrados mais ricos da época encontravam-se no bairro de S. Pedro, entretanto, "era ai que vivia a maior parte dos vizinhos e oficiais régios" (*in* Santos 1995: 228 - 229). Neste sentido, depois de uma análise rigorosa deste mapa podemos afirmar que provavelmente este bairro era um dos espaços urbanos mais importantes da cidade de Ribeira Grande (Santos, 1995). Contudo neste mapa, correspondente ao Bairro de São Pedro – podemos de uma forma simples e rigorosa, analisar e conhecer as ruas e o próprio Bairro do São Pedro em toda a sua extensão geográfico.

---

[17] Esta descrição foi feita por Iva Cabral. No seu ponto de vista, o alargamento da cidade foi feita na margem direita, mas seguindo a corrente da água do nascente da ribeira Maria Parda (Norte), para o porto da cidade da Ribeira Grande (sul), o que ainda pode causar algumas confusões aos leitores. A sua descrição não deixa estar certa, na medida que sempre quando se faz a descrição de um rio ou uma ribeira toma sempre em consideração o sentido corrente da água para o mar, por este facto, entende-se que alargamento da cidade foi para o outro lado da ribeira, onde apareceu os Bairros de São Pedro e São Braz. Cremos que é muito relevante frisar que Fernando Pires faz uma referência ao alargamento da cidade de uma forma mais simples (mas de uma forma ao contrário à explicação de Iva Cabral, tomando como ponto de indicação (Sul para Norte), o porto da cidade de Ribeira Grande para a nascente da ribeira Maria Parda, o que segundo o nosso ver, provavelmente, causa algum incomodo aos leitores, (afinal, o alargamento foi na margem direita ou na margem esquerda?). No sentido a decepar as dúvidas aos leitores, interessados e mais, pretendemos utilizar as duas formas de se explicar sobre a matéria.

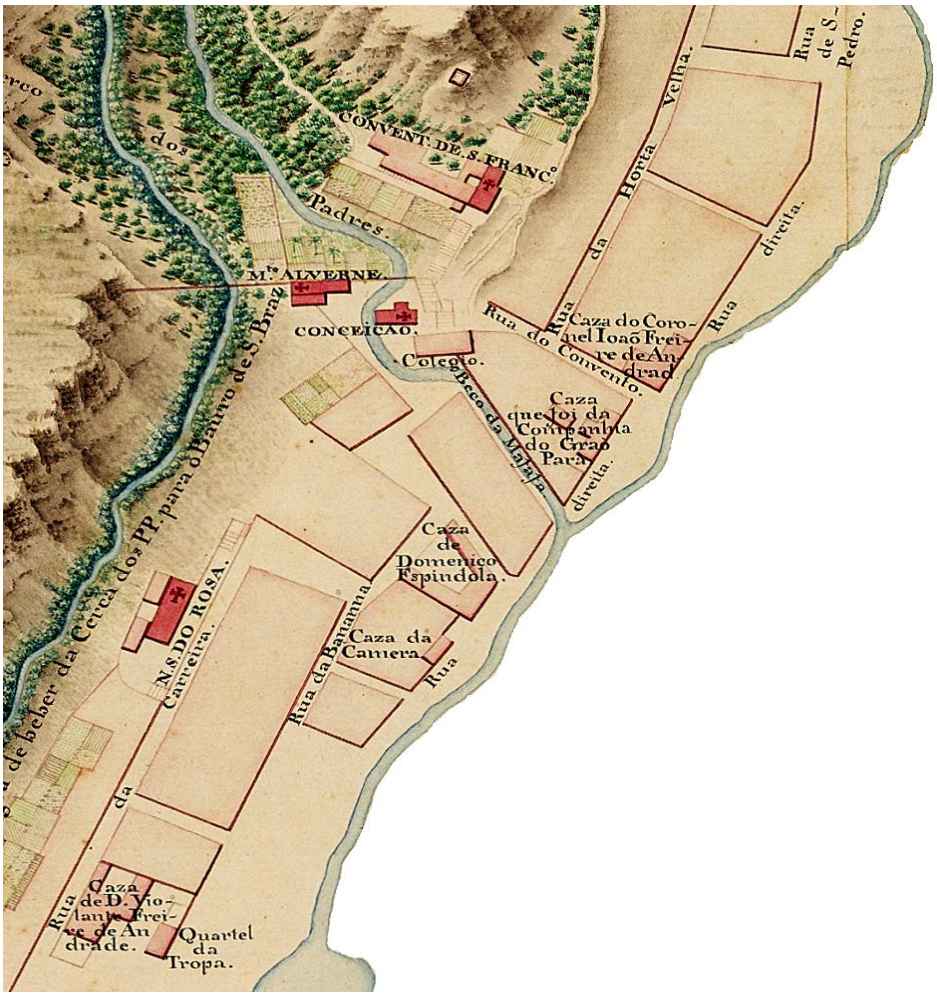


Figura nº 3.5 - O mapa do Bairro São Pedro
(fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – da autoria do António Carlos Andrea, 1777)

As primeiras edificações remontam ao século XV, como é considerado por muitos autores, entre eles Cabral (*in* Santos 1995). A capela da Nossa Senhora do Rosário foi edificada por volta dos anos de 1495, depois transformada em Igreja, sendo hoje um dos monumentos históricos de referência em Cidade Velha. Não é de esquecer também a importância do bairro de S. Brás. Constata Cabral que o bairro de S. Brás situava-se no "alto de um rochedo a ocidente da baía". Era constituído por duas partes divididas por uma rua. Como tive oportunidade de analisar, neste bairro viviam alguns moradores com elevado estatuto na cidade. Segundo afirmam alguns autores "os padres da companhia de Jesus ocuparam durante anos a maior parte das moradias do bairro de S. Brás" (Santos 1995: 229).

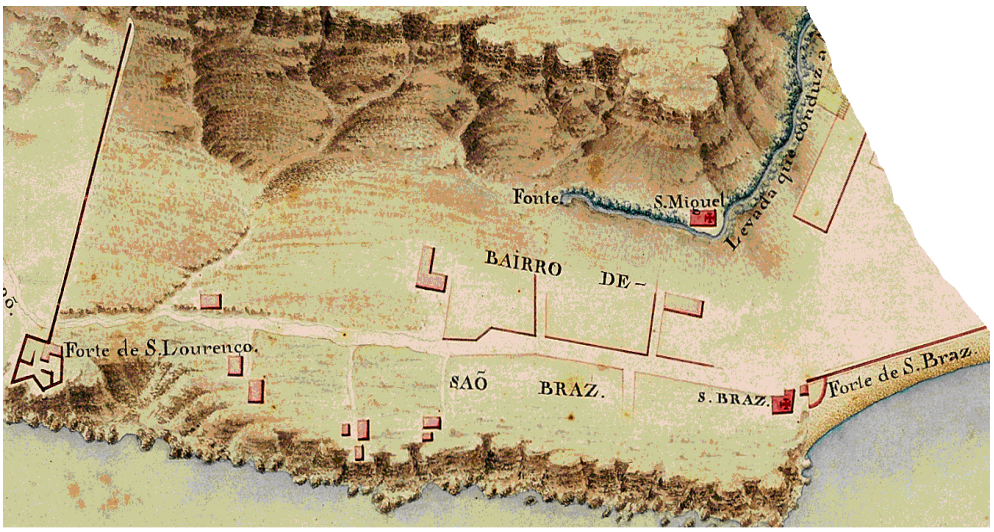


Figura nº 3.6 - O Bairro de São Brás
(fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – da autoria do António Carlos Andrea, 1777)

Ainda se lê no livro: "*História Geral de Cabo Verde*" que o bairro de S. Bastião foi o último bairro a ser construído e ficava "situado no alto, a este da baía", onde se encontra a Sé Catedral e os moradores deste bairro foram ocupando espaços disponíveis ao redor deste edifício. Cabral afirma que este bairro"…era morada de gente de poucas posses… à excepção do bispo que aí construiria o seu palácio" (*in* Santos 1995: 229*)*. Entretanto, por volta de 1593, no alto deste bairro foi edificada a Fortaleza Real S. Filipe, e ficaram aí instalados os governos das ilhas de Cabo Verde.

Figura nº 3.7 - Bairro de São Sebastião
(Fonte: oferecido por Sr. Francisco Moreira, habitante autóctone da Cidade Velha)

Figura nº 3.8 - O mapa do bairro S. Sebastião
(fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa)

Depois de algumas pesquisas feitas podemos concluir que, o início deste povoado surgiu entre 1556 e 1558, com a edificação do palácio Episcopal[18] e o Forte Real de São Filipe. Efectivamente, este bairro estruturou-se a partir de uma rua (Rua Direita ao Forte) que permitia o acesso da Sé para a forte de São Filipe (Santos 1995).

[18] O edifício do palácio Episcopal encontra-se totalmente destruída, sem qualquer referência monumental até esta data, entretanto, no espaço onde provavelmente encontrava este edifício, foi construído casas de habitação pelos moradores da Cidade Velha.

Não obstante, ainda constata Cabral, a cidade de Ribeira Grande tinha outros bairros, "bairros periféricos que acolhiam os miseráveis brancos e «pretos livres». Um destes bairros, segundo o mesmo autor, era a Aldeia dos Sapes[19] onde "se agasalhava a metade da gente pobre desta cidade" (in Santos, 1995). Ainda que já tenham sido elaboradas algumas pesquisas sobre a aldeia dos Sapes, pouco se pode apurar por falta de documentação comprovativa, o que não deixa decrescida a nossa curiosidade em descobrir a sua localização geográfica. Até então, este Bairro é o menos referido pelos versados nesta matéria (Santos, 1995). Sendo assim, passamos ao estudo do outro ponto deste trabalho, qual pensamos ser muito merecedor da nossa atenção: os habitantes da cidade de Ribeira Grande.

3.3. Os primeiros habitantes da Ribeira Grande

Afirmam alguns autores, entre eles Andrade (1995), que os primeiros povoadores desta terra foram "alguns familiares e homens vindos do Algarve e Alentejo". Posteriormente, devido aos privilégios concedidos (Carta Régia de 1466) as pessoas mostravam-se interessadas a ir viver para Santiago. Efectivamente, sabendo destas regalias, muitas pessoas sentiram-se atraídas a fixar as suas residências nesta localidade à procura "de um rápido enriquecimento" ligado às actividades comerciais, em particular ao comércio de escravo (Pires 2007). É opinião de alguns peritos que na formação da população da Ribeira Grande de Santiago estiveram "portugueses, castelhanos, e genoveses de diferentes origens e também aventureiros, degredados, pequenos mercadores" que "vieram instalar-se temporária ou definitivamente nesta ilha", segundo constava a carta enviada ao rei, em 1513 (*in* Santos 1995: 228).

> Os vizinhos homens honrados brancos são cinquenta e oito moradores. E os vizinhos negros são dezasseis. E os que são ora estantes estrangeiros, naturais de vossos reinos são cinquenta e seis e quatro mulheres solteiras… e outra gente forasteiro… e clérigos com o vigário da dita ilha, são doze (Santos 1995: 230)

Não podemos deixar de salientar que, estes números aqui apontados, corresponde a um período em que o povoamento desta terra ainda não tinha concluído um século do seu nascimento. Esta carta, podemos constatar que, além de informar o oficial régio da quantidade de pessoas que viviam na Ribeira Grande, também torna possível notar alguma preocupação,

[19] Entretanto, o documento pouco salienta sobre estes bairros, e fica em aberto esta pergunta: onde ficavam localizados estes bairros e em particular a Aldeia dos Sapes?

em fazer uma divisão rigorosa destes grupos: os vizinhos, os restantes, as mulheres solteiras, os clérigos e os "forasteiros" (era denominado a população flutuante, ou as pessoas sem residência fixa na Cidade de Ribeira Grande) (Santos 1995)

A carta não incluiu na sua lista as mulheres casadas, na medida em que atrás de cada vizinho está uma família subentendida, afirma Cabral (Santos 1995). Não deixamos de apontar que esta carta não apresenta um número exacto dos habitantes a viver em Santiago, na medida em que simplesmente são excluídos os escravos que representavam o grupo maioritário da população da Ribeira Grande. Contudo, não podemos deixar de reconhecer que a sociedade de Ribeira Grande era constituído por senhores negros possuidores de família e propriedade de terra e, esta interpretação deve-se ao estatuto de vizinho (Santos 1995).

Segundo frisa Cabral, nem todos os moradores da Ribeira Grande detinham os requisitos suficientes para adquirirem o estatuto de vizinhos. Neste sentido, de uma forma breve e coerente, vamos demonstrar a distinção e desigualdade de estatuto entre os moradores da antiga Cidade de Ribeira Grande. No início do povoamento de Cabo Verde, salienta Cabral, que " Moradores-vizinhos da Ribeira Grande eram… todos os homens que estabeleceram com as suas mulheres e aí adquiriram bens… todos aqueles que servissem ofícios régio que lhes permitissem viver razoavelmente" (Santos 1995: 225 - 229).

Porém passados alguns anos, com o desenvolvimento florescente da cidade e o aparecimento da nova geração, isto é, "filhos da terra" ocorreu um aumento significativo da população. Nesta circunstância, encetou-se a nítida distinção entre o estatuto de morador e o estatuto de vizinho. "Os Moradores da cidade eram considerados todos os naturais ou os indivíduos que, vindos de fora, casaram ou viveram mais de quatro anos" enquanto que o "Vizinho" seria o morador abastado, proprietário de casa e terrenos no perímetro do concelho." Segundo Cabral, os Vizinhos eram os únicos possuidores do "direito de participar nas assembleias concelhias e votar na eleição dos magistrados locais" (Santos 1995: 228).

É de salientar que nem todos os habitantes possuidores do estatuto de Vizinho, gozavam plenamente do direito político que o estatuto de Vizinho concedia na época. Aos "Vizinhos negros," não eram autorizados os cargos camarários, segundo afirma Iva Cabral (Santos 1995). Isto explica a distinção entre os vizinhos "homens honrados brancos" e vizinhos negros" anunciada na carta de 1513 ao oficial régio. Só a partir de 1546, os Vizinhos negros puderam usufruir na totalidade dos seus direitos políticos (Santos 1995: 228 - 230).

O estatuto de morador era um privilégio para os habitantes interessados no comércio na costa da Guiné. Todavia, os que melhor usufruíam deste benefício no comércio da costa da

Guiné, foram os vizinhos mais ricos, devido aos seus recursos financeiros para comprar navios e adquirir as mercadorias. Porém, também os simples comerciantes tiveram lucros na actividade comercial segundo as suas posses. Aliás, a actividade comercial foi o sector mais lucrativo para os habitantes da Ribeira Grande, como podemos averiguar anteriormente (Pires 2007).

O condicionalismo económico foi a base do desenvolvimento da Ribeira Grande. A actividade mercantil permitiu a formação duma camada social que governou a cidade e condicionou-a segundo os seus interesses (Silva 2004). Este grupo era formado pelos "armadores-mercadores." Contudo, foram estes "homens poderosos", que "controlavam a Câmara, que formaram parcerias comerciais entre si e com mercadores estrangeiros, construíram sobrados de pedra de cal". Com a importação de milhares dos escravos, como mão-de-obra, criaram uma produção interna, através da agricultura e da pecuária fornecendo produtos necessários para o resgate na costa da Guiné (Santos 1995: 228).

Desde então, Ribeira Grande serviu como base de implantação de uma soberania, ao abrigo da qual se podia desenvolver, com toda a segurança, uma forte classe mercantil. Porém, como afirma alguns autores, as lacunas documentais são imensas o que dificulta em grande parte um estudo acompanhado da evolução da Ribeira Grande (Santos 1995).

Contudo alguns documentos comprovam que, ainda nos finais do século XV, mais propriamente, em 1497, existia uma câmara a funcionar e dava-se início à construção de um hospital, afirma Baleno (Albuquerque 1991). Com efeito, a partir de alguns documentos analisados, tornou-se evidente que a Ribeira Grande possuía uma vida social minimamente organizada, com um poder local expressamente montado (câmara), com instituições de fiscalização e controle financeiros (almoxarifado), a assistência sanitária (hospital) e religiosa (a igreja). Por esta altura, a Ribeira Grande já possuía o estatuto de vila "porquanto possuía uma câmara" (Albuquerque 1991: 136).

Alguns autores reconhecem que, em 1512, Ribeira Grande já servia de escala para navios que vinham de Portugal, e também, como porto de escalada aos navios de São Tomé e ilha de Príncipe, e para os navios que seguiam do Brasil e de todas as partes da Guiné (Santos 1995: 229 – 230).

No entanto, não deixemos de salientar a importância da Ribeira Grande, na medida que ao longo do século XVI, quase todas as rotas do comércio atlântico passavam pela Ribeira Grande. E os navegadores que se dirigiam à costa da Guiné pagavam ali os seus impostos, os quais se iriam transformar numa das principais fontes de receita a favor da economia da Ribeira Grande (Carreira 1981: 9 segs).

3.4. A Ribeira Grande como lugar de formação da sociedade cabo-verdiana

A sociedade cabo-verdiana formou-se inicialmente com pessoas provenientes de dois distintos espaços geográficos. Podemos dividi-los em dois grandes grupos: brancos europeus e negros africanos. Afirma Baleno (*in* Santos 1995) que os documentos que nos facultam algumas informações pouco falam dos habitantes dos grupos provenientes de outros pontos da Europa, excepto dos portugueses, porquanto, eram eles que detinham a soberania do arquipélago. Em relação aos indivíduos de origem africana, sabe-se que eram trazidos de vários longínquos lugares do continente africano, em particular e em maior quantidade os importados da costa da Guiné (Santos 1995).

Em relação aos povoadores portugueses, segundo as opiniões de alguns dos historiadores, entre eles, Baleno (*in* Santos 1995), afirma-se ser provavelmente, os habitantes do sul se oferecerem em maior quantidade para a ocupação das ilhas de Cabo Verde. Porém, também afirma Andrade (1995), que os indivíduos originários da Madeira vieram em número elevado para a ocupação das ilhas e, como é lógico, ajudaram ao processo de formação do povo cabo-verdiano. Há ainda referências a habitantes nobres religiosos, mas também deportados políticos e de direito comum. Contudo, constata Andrade (1995) que, perante a escassez de mulheres brancas nas ilhas, nos primórdios da colonização, com o decorrer dos tempos os senhores brancos foram-se juntando com uma ou mais mulheres escravas, dando assim início ao processo de mestiçagem que, actualmente, constitui a maioria da população cabo-verdiana (Andrade 1995).

Em relação aos elementos dos grupos africanos, assegura Andrade (1995), que no povoamento das ilhas, não houve apenas escravos, houve também negros livres, entre eles podemos citar os banhuns, cassangas, e brames. A afirmação de Cabral que nos diz "os vizinhos negros são dezasseis[20]", torna plausível ao ponto de desvendar qualquer dúvida, que por eventualidade podia pôr em causa a veracidade de que houvesse negros livres no povoamento de Cabo Verde (*in* Santos 1995: 228 - 230). Com efeito, em grande parte estes habitantes (negros livres) serviam de guias e acompanhavam os comerciantes, mercenários e capitães de navios; muitos deles falavam a língua portuguesa e alguns vinham a Santiago para serem cristianizados (Andrade 1995).

Entretanto, a sociedade cabo-verdiana, formado por estes dois blocos "europeu e africano", transformou-se numa sociedade de estrutura social do tipo piramidal, constituído por três grandes grupos sociais distintos. Segundo esta estrutura, no topo da pirâmide

[20] Anunciada na carta de 1513 ao oficial régio

encontravam-se os senhores brancos, a seguir, os africanos livres e forros; e na base da pirâmide os escravos. Segundo Baleno (1991), esta classificação foi feita em função dos direitos individuais dos elementos e também do grau de mobilidade social verificado no seio de cada grupo (*in* Albuquerque 1991: 157).

Segundo alguns autores, entre eles, Andrade (1995), afirma-se que a sociedade cabo-verdiana adoptou a sua cultura própria, ainda que, os dois grupos povoadores das ilhas de Cabo Verde, se mantivessem possuidores de hábitos e costumes muito distintas. A cultura cabo-verdiana foi fruto de um contacto permanente e directo, entre estas duas culturas. Estes contactos contínuos entre a cultura europeia e africana acabaram por engendrar mudanças nos seus modelos culturais e resultou na multiplicidade de invenção, de imitação, de aprendizagem e de adaptação.

O processo cultural que daí resultou, possui uma identidade própria, "identidade" no sentido da especificidade colectiva de um grupo humano em relação a outro e "cultural" com tudo o que pressupõe conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Segundo afirma Ribeiro:

> A construção da identidade de um povo prossegue-se através da consolidação de discursos identitários orientados para o enraizamento da ideia de pertença a colectivo nacional capaz de integrar e subordinar as diferenças fundadas na etnia, na língua e religião (Ribeiro 2005: 258).

Um dos marcos próprios da identidade cultural cabo-verdiana, foi o nascimento de uma nova língua, nem europeia e nem africana. O povo cabo-verdiano dotou-se de uma língua própria, o crioulo que, apesar da diversidade da pronúncia com característica própria em cada uma das ilhas, constitui idioma comum a todas ilhas e a todas as classes sociais cabo-verdiana. Portanto, depois deste estudo, ficou claro que, Cidade Velha é o berço da nação cabo-verdiana.

3.5. A cidade de Ribeira Grande como centro político e religioso

A Ribeira Grande além de um centro de poder político e comercial, foi também um centro religioso de elevado estatuto. O poder comercial alcançado pela Ribeira Grande foi graças à Carta Régia de 1466, e estes privilégios concedidos aos moradores de fazer o comércio a longa distância, possibilitava a esses agentes lucros elevados e, neste sentido, a Coroa portuguesa captava mercadoria de grande valor. Entre as mercadorias, adquiriam

escravos, marfim e ouro. Esses produtos eram exóticos nos mercados europeus da época (Silva 200).

Nesta circunstância, a actividade comercial tornou-se atractiva tanto para as instituições aos serviços do rei como também para os estabelecimentos, do tipo Almoxarifes, escribas, meirinhos e os centros de comércios, o que fez com que o rei autorizasse a instalação dos governadores-gerais, em 1587, munidos de jurisdição de grande amplitude espacial (Silva 2004).

A cidade capital de Cabo Verde, Ribeira Grande de Santiago, transformou-se na sede de um amplo distrito que englobava não só o resto do arquipélago, mas também uma vasta porção do território continental, sendo ainda de salientar que uma parte significativa do continente era pouco conhecido para não dizer, mal conhecido e dominado pela administração colonial portuguesa (Carreira 1981). Ainda segundo a opinião de Silva (2004), as terras (continental) pertencentes a cidade Ribeira Grande de Santiago foram poucas conhecidas e de pouco interesse em termos administrativo e civilizacional pelo que possuíam a única função: ser destinos de apanha e captura da população nativa daquelas regiões (Silva 2004: 24 - 25).

Nos primeiros séculos da expansão portuguesa, a cidade de Ribeira Grande foi sempre um centro político, administrativo e religioso influente em todos os espaços por ser geograficamente delimitado como território português na época do colonialismo (Silva 2004).

Contudo devemos salientar que a cidade era igualmente um centro religioso, possuidor duma elevada importância missionária. A acção religiosa na época era tanto relevante que, por vezes, chegava a confrontar-se com a comunidade mercantil. Segundo Silva (2004), a acção dos clérigos seleccionou como seu principal alvo a comunidade mercantil, devido aos maus-tratos e indelicadezas constatados na época.

A situação de entreposto expõe a cidade a outras influências, e "os escravos que provêm de outras culturas, por isso portadores de outras religiosidades", sendo que podemos citá-los sumariamente: "muçulmana, judaica e animista". Por sua vez, cada uma das religiões contém mil formas de religiosidade de origem popular, bem diferenciadas dos cânones das religiões a que formalmente pertencem os moradores, a religião católica. Neste sentido, a Ribeira Grande, proporcionava à igreja um amplo raio de acção (Silva 2004).

Segundo se apurou, em 1533, a Igreja da cidade de Ribeira Grande foi considerada uma diocese, e a sua jurisdição estendia-se até aos limites imprecisos da Serra Leoa. O objectivo inicial da Igreja era evangelizar todo o espaço conhecido como os Rios da Guiné; a cidade facultava à Igreja o acesso privilegiado a quase todas as categorias sociais, entre eles, os escravos, os traficantes e os marinheiros (Andrade 1995).

Entretanto, como era de prever, surge uma linha de antagonismo e conflito entre os traficantes e a classe eclesiástica. Dado que, para os traficantes qualquer paragem prolongada na Ribeira grande, mesmo que seja para o baptismo e evangelização dos escravos, representava para eles, custos acrescidos, enquanto que para a classe eclesiástica, era antes, o "resgate das almas" que justificava o próprio tráfico dos corpos (Silva 2004). Segundo Santos (1995), os padres Jesuítas faziam duras críticas ao tráfico de escravos e a forma como este se processava:

> Entre os muitos abusos que havia nesta terra, um grande se tinha no baptismo dos pretos que vêm de Guiné, que como são muitos, se baptizavam logo trezentos, quatrocentos e setecentos juntos; e como destes os mais são os que vão daqui para Índias, Brasil, Sevilha e outras partes, acontece muitas vezes que pela pressa da embarcações dos seus senhores lhes dão por não perderam ocasião do tempo, o não deixam de ter os pobres para serem catequizados na fé como convém (Santos 1995: 136)

A procura da prosperidade comercial levou aos limites as possibilidades de compatibilizar o catolicismo com a busca de enriquecimento material. Segundo Silva (2004), havia denúncias sobre a ausência do baptismo e da catequização dos escravos, da sobrelotação dos navios e das condições de transporte e a Igreja sabendo destes sucedidos, respondeu com ameaça de excomunhão aos traficantes de escravos que continuam a praticar esses actos. O monarca português afirmou "que da acção do bispo resultará grande prejuízo", mostrando-se logo disposto a fazer cumprir as ordens impostas pela Igreja. Por consequência de não cumprimento das leis impostas pela igreja, afirmou o monarca "usarei do poder que me toca" (Silva 2004: 137 e seguintes).

Segundo este autor, na cidade de Ribeira Grande, eram visíveis as contradições de uma sociedade que tem o cristianismo como região dominante e o comércio de homens como sustento (Santos 2004). Neste sentido, é importante salientar que estes agentes, religioso e traficantes de escravos, teriam uma convivência precária. As suas actividades e acções facilmente podiam entrar em confrontos, como em muitos casos podemos notar o descontentamento da Igreja perante as acções sucedidas com os traficantes de escravo.

4. OS PATRIMÓNIOS HISTÓRICOS DA CIDADE VELHA

A nossa actualidade globalizada e em constante transformação e mudança exige que cada povo e cada nação tome a consciência da sua importância histórico e cultural. Seguindo Appiah (1998: 166), o que designamos "identidades sociais colectivas" são importantes para os seus apoiantes. Deste modo, torna importante preservar e valorizar "o que é nosso" algo que as gerações futuras agradecerão pois poderão conhecer a sua origem, os seus traços e por consequência elementos fundamentais para a definição da sua identidade. As gerações futuras dos cabo-verdianos saberão igualar as outras nações por possuir os seus passados históricos e por outro lado poderão singularizar por possuir trajectos próprios e singulares. A este respeito, creio que os responsáveis de Cabo Verde devem dedicar mais recursos ao restauro e à conservação dos monumentos históricos da Cidade Velha, tendo em vista, o enaltecer da história e da cultura cabo-verdiana em favorecimento da preservação desses monumentos pela geração futura cabo-verdiana.

A capacidade de intuição e da consciencialização do homem em relação aos valores universais e intemporais tem variado ao longo dos tempos, segundo a experiência humana, a evolução das circunstâncias históricas e ambientais que caracterizam a complexidade crescente e evolutiva da vida humana. Contudo, o primeiro passo para a preservação de qualquer património histórico, social e cultural principiará pelo conhecer e dar a conhecer um determinado povo, a sua cultura e as suas raízes. Neste caso, ficará reservado o papel indispensável para os responsáveis (o governo e o poder local) que devem preocupar-se em promover a investigação e um estudo científico da própria cultura local, a fim de se poder adquirir o conhecimento sobre o que o identifica e o que está na base da sua fusão cultural e, depois, fazer com que essas características sejam conhecidas pelos elementos pertencentes ao grupo, onde podem preservar, valorizar e apresenta-las a outros grupos (Santos 2001).

Ainda a percepção da existência e a posterior identificação de objectos e de espaços físicos como elementos em relação aos quais a noção valorativa de "bem" deverá ser atribuída, decorrem da verificação de uma relação de interesse generalizado entre os grupos societais e esses elementos, designados por recursos, e que permite classificá-los como "bens comuns" pela sua função, em termos da característica da indispensabilidade do desempenho, adquirida para o processo da construção do princípio do património comum da humanidade (Pureza 1998: 197).

O processo da consciencialização é gradualmente generalizado e conducente, e não apenas ao referido reconhecimento da existência de um património cultural e natural comum mas, sobretudo, à identificação consensual dos respectivos elementos patrimoniais, e isso evidencia um fenómeno assinalável em termos de estruturação evolutiva de mentalidades.

Segundo opinião de alguns autores, entre eles, Santos (2001) e Pureza (1998), os referidos processos de percepção e de consciencialização da humanidade relativamente à sua comunidade foram determinantes à evolução extensiva da noção comum. No entanto, torna-se importante frisar que o património cultural identificado ao mesmo tempo trata também de um fenómeno que mostra a evolução da técnica e dos progressos científicos e tecnológicos.

Contudo, é a partir deste fenómeno de alargamento de um conteúdo conceptual evolutivo, que se verificará o processo de identificação de determinados bens, perspectivados segundo critérios que incluem novas componentes éticas, e que reconduzem à introdução de elementos estéticos entre os parâmetros de identificação e de realização dos interesses comuns de cada comunidade em particular e da humanidade em geral. Conquanto, o significado da atribuição dos novos valores, consubstanciados na preservação dos sinais representativos de um passado, por vezes longínquo e que, não só, deve ser transmitido às gerações futuras, como também, partilhado equitativamente entre todas as gerações actuais (Santos 2001: 735).

Segundo realça Taylor (1998), a vida social e política moderna gira "em torno das questões do reconhecimento" do individualismo social e cultural. A tomada da consciência sobre património comum permite também verificar uma articulação, subjacente ao fenómeno de desenvolvimento civilizacional, entre dois processos diferenciados. Trata-se, por um lado, de um processo complexo e crescente da evolução da humanidade e da acção perante a inequívoca inevitabilidade do seu próprio futuro comum e, por outro lado, de um processo de amadurecimento.

Torna-se notável o processo de amadurecimento do povo cabo-verdiano, pelo facto de anualmente os monumentos receberem milhares e milhares de visitantes nacionais e, por outro lado, segundo estudo levado a cabo por Borges (2005: 84) a população local da Cidade Velha demonstrou algumas preocupações acerca da preservação e a conservação dos patrimónios históricos e cultural da Cidade Velha. Ainda constatou que 68.3% das pessoas inquiridas respeitam o património e consequentemente, querem ver o seu património preservado.

Não obstante, a primeira lei sobre a preservação de património cultural de Cabo Verde data de 1990, com o decreto nº 121/90 de 8 de Dezembro, da qual ainda se detecta algumas lacunas. A referida lei (mais adiante falaremos em concreto em relação aos

monumentos na Cidade Velha), declara que o "Estado e as autarquias locais têm obrigações de preservar, defender e valorizar o património cultural, bem como ainda acções de sensibilização e prevê ainda a participação das populações" (Borges 2005).

Segundo a pesquisa anteriormente referenciada, as leis existentes são de carácter gerais, e não respondem a todas as necessidades e exigências actuais, em alguns casos, verifica uma necessidade de ser adaptada a nova realidade e enquadrada a cada situação particular.

Segundo Silva (2004), a actual Ribeira Grande de Santiago guarda "uma memória que só se revela, na sua extensão e na profundidade da escavação e pelo esforço de sua reconstituição." Afirma ainda que a Cidade Velha guarda no fundo dos seus escombros uma memória tão preciosa e cuja riqueza as ruínas estão de longe ao ponto de poder demonstrar. Esta afirmação, a meu ver faz muito sentido, na medida que tem sido vários os objectos arqueológicos ostentadores da necessidade de um estudo arqueológico em todo o concelho de Ribeira Grande de Santiago[21].

Neste sentido, a cidade de Ribeira Grande foi o centro onde se deram os primeiros passos ao encontro da génese da globalização e as misturas e novidades fundiram-se e contribuíram para o conhecimento de novos hábitos, usos e costumes. Assim, como frisa Silva (2004), Cabo Verde, em particular Ribeira Grande, serviu-se de "fluxos de plantas, animais e de tecnologias que alteraram a face do ecossistema mundial e sem se esquecer do encontro dos primeiros povos europeus e povos africanos. E nisto se originou uma população mestiça, não só no aspecto físico, mas também no aspecto cultural, isto consumado com o aparecimento de uma nova língua, a língua crioula. Portanto, esta apresenta-se como a primeira cidade europeia em África nas suas aventuras do descobrimento e com o seu papel preponderante no apoio à expansão portuguesa e no desenvolvimento do comércio e da navegação de longo curso (Albuquerque 1991).

A cidade de Ribeira Grande teve o seu apogeu histórico, económico e social durante as últimas décadas do século XV e boa parte do século XVI. Porém, Ribeira Grande foi capital civil, eclesiástica e militar, entreposto comercial entre os três continentes, como já vimos anteriormente. Contudo, pouco tempo depois do seu apogeu, veio a decadência e definitivamente a cidade muito ambicionada caiu no abandono. Ainda que da antiga cidade de

[21] Há pouco mais de 10 anos foi descoberto um objecto (pote) em Argila, onde guardava moedas em ouros. A descoberta foi uma distância máxima de 8 a 12 km da localidade de Cidade Velha, em concreto na localidade de São Varela. A meu ver, a descoberta feita na época teve pouca consideração por parte dos responsáveis. Ainda é caso para dizer que até a data não houve nenhum estudo (nenhum comentário) publicado a este respeito por parte dos responsáveis de Cabo Verde, ainda que a descoberta é de conhecimento de grande parte da população local.

Ribeira Grande restem apenas as ruínas, debruçadas sobre o eterno mar azul do arquipélago, ficou o merecido reconhecimento dos historiadores como "o Berço da Cabo-Verdianidade", local onde se encontra as raízes da cultura cabo-verdiana.

Segundo alguns autores que versaram sobre esta matéria, entre eles Pereira (2005) e Borges (2005), afirmam ser várias as causas atribuídas à perda do património que a cidade adquiriu durante os dois primeiros séculos do seu povoamento e desenvolvimento.

Na actualidade, ainda que já feitas várias intervenções com finalidade da recuperação dos monumentos, creio que há muito trabalho a fazer e muito há por recuperar, na medida em que a Cidade Velha constitui a primeira cidade europeia fundada de raiz no continente africano, segundo comprova António Silva (2004).

Sem dúvida que os monumentos históricos da Cidade Velha ostentam um passado histórico e, ao mesmo tempo, trata-se também de um fenómeno que mostra a evolução da técnica militar (os canhões), e da verificação dos resultados dos progressos científicos e tecnológicos do homem em constante evolução.

Figura nº 4.1 - Os Canhões – Armas da defesa aos barcos piratas.

Em relação ao processo de percepção e de consciencialização do Estado de Cabo Verde e da população local, que determinam a evolução extensiva da noção comum, é de salientar que os monumentos existentes em Cidade Velha fazem parte do património cultural identificado como bem comum da nação cabo-verdiana:

> A Lei nº 102/III/90, de 30 de Dezembro, que regula a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano, define, nesse âmbito, os monumentos históricos como "as obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, cientifico, técnico ou social, incluído as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras bem como as obras de cultura ou de pintura monumental (Questionário nº 53).

Assim, podemos frisar que, ao abrigo do disposto no art. 12° da Lei nº 102/III/90, de 30 de Dezembro, e, no uso da faculdade conferida pelo nº 2 do art. 260° da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução: são declarados Património Cultural Nacional de Cabo Verde os seguintes monumentos históricos, sitos na Cidade Velha:

Entre os monumentos civis e de espaços públicos foram apontados os seguintes: Pelourinho e o seu largo; e a Muralha Antiga, o muro da protecção da Cidade e a Torre de Vigia. Já entre os monumentos religiosos foram apontados os seguintes: Igreja da N. S. do Rosário (séc. XV); As ruínas da Sé Catedral (séc. XVI / séc. XVIII); as ruínas do edifício da Sede do Bispado (séc. XVI); as ruínas da Igreja / Hospital da Misericórdia (séc. XVI); a Capela S. Roque (séc. XVI); o Convento S. Francisco e sua área envolvente (séc. XVII); as ruínas do Colégio dos Jesuítas; as ruínas da Igreja da N. S. da Conceição (séc. XV / XVI); as ruínas da Ermida do Monte Alverne (séc. XVI / XVII) e as ruínas da Igreja de S. Luzia (séc. XVI / XVII); em relação aos monumentos militares ou da defesa foram apontados os seguintes: Fortaleza Real de São Filipe e a sua área envolvente (séc. XVI), incluindo o Portão de acesso à antiga Cidade (Portão de Nós Ilha, Achada Forte) e as vias de acesso ao Bairro S. Sebastião; as Ruínas do Forte do Presídio, localizada junto ao porto da Cidade (séc. XV-XVI); as Ruínas do Forte S. Veríssimo, localizadas no Bairro de S. Sebastião (séc. XVIII); as Ruínas do Forte S. Brás, localizadas no Bairro de S. Brás (séc. XVII); as Ruínas do Forte S. António, localizadas na Zona do Bairro de S. António (séc. XVIII); as Ruínas do Forte de S. João dos Cavaleiros, localizadas no Bairro de S. Sebastião (séc. XVIII); as Ruínas do Forte de S. Lourenço, localizadas na Zona de S. Lourenço (séc. XVIII); as Ruínas da Torre de Vigia, localizadas na Zona da Achada Salineiro (séc. XVII); e as Muralhas de protecção da Cidade, localizadas na Zona do Forte de S. Lourenço e Zona da Achada Salineiro (provavelmente séc. XVI).

Torna-se importante sublinhar que alguns dos monumentos incluídos nesta lista a serem protegidos e valorizados em grande parte encontram-se em ruínas e de alguns já não existem sequer vestígios, na medida em que nos seus espaços foram construídas casas para habitação da população local. É o caso das ruínas do edifício da Sede do Bispado (é praticamente inexistente qualquer ruína ou monumento do qual possa se alegar a antiga residência dos Bispos de Cabo Verde (anexo nº 20 e 21), ainda que, se refira acerca da antiga residência do Bispo, localizando-a no bairro de São Sebastião, próximo da ruína da Igreja da Sé).

Debruçar-me-ei agora, de uma forma breve, sobre alguns dos importantes monumentos: os monumentos Civis e de espaços públicos; os monumentos pertencentes ao sistema de defesa da antiga cidade de Ribeira Grande Santiago; e monumentos pertencentes ao sistema religiosos existentes em Cidade Velha. Neste estudo aglomeram-se alguns monumentos como é o caso de Fortaleza Real de São Filipe, Pelourinho, Convento de São Francisco, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Sé Catedral. Conquanto alguns monumentos considerado importantes na constituição da história de Cabo Verde carecem de restauro e conservação e, por outro lado, possuem poucos documentos escritos que possam dar uma imagem do que eram na sua origem[22]. Refiro-me em particular aos pequenos fortes (Forte São Lourenço, Forte de São Braz, Forte de Presídio, Forte de São Veríssimo, Forte de São João dos Cavaleiros e Forte de São António) e a Residência Episcopal.

4.1. Monumentos Civis e de espaços públicos

4.1.1. Pelourinho

O poder instituído nas colónias portuguesas estava ligado à doutrina da colonização e da expansão ultramarina. Como frisamos anteriormente, (no primeiro capítulo deste trabalho) o rei D. Afonso V, doou as ilhas do Arquipélago de Cabo Verde ao seu irmão Infante D. Fernando, por carta régia de 3 de Dezembro de 1460, e este por sua vez, dividiu a ilha em capitanias e assim a entregou a António da Noli como capitão Donatário, como recompensa pelos seus feitos nos descobrimentos. Ainda segundo afirma Pires (2007):

> Através do estabelecimento da figura do donatário, a Coroa controlava de perto o território doado e poderia explorar as terras descobertas sem grandes despesas. Era ao donatário quem cabia o papel de jurisdição civil, administrativa e tributária do território (Pires 2007: 24).

Neste sentido, os capitães surgiram como os primeiros indivíduos com capacidade para administrarem a justiça em Cabo Verde. Assim sendo, o capitão tinha a capacidade de organizar a sociedade e fazer cumprir as normas e procedendo à punição caso houver algumas transgressões cometidas pelos residentes. Portanto, em Cabo Verde, o Capitão Donatário

[22] Estes monumentos muito relevantes para a história de Cabo Verde, infelizmente pouco se sabem acerca dos documentos escritos. Conquanto, as suas (débeis) condições físicas em que se encontrem são sinais de uma possíveis existências. O que torna assim, difícil um estudo aprofundado destes monumentos.

assume-se assim, como a primeira autoridade judicial, outorgado a fazer justiça de casos cíveis e criminais excepto pena de morte (Albuquerque 1991).

Portanto, o pelourinho foi implantado no centro do burgo representando o distintivo da autoridade daquele concelho e da sua autonomia municipal. Contudo, torna necessário frisar que os pelourinhos ou picotas representavam também o "símbolo público do *jus gladdi* do donatário". E este também servia de lugar onde se puniam e expunham os criminosos (Gomes 2006: 172).

Afirma Baleno (in Albuquerque 1991) que o pelourinho de Cidade Velha destinavam-se a julgar os delinquentes por crime de roubo e outros crimes não mortais. O pelourinho de Cidade Velha foi implantado no inicio do século XVI, segundo Gomes (2006: 172-173), estando a sua data ligada ao aforamento e consequente "elevação do seu principal povoado à vila, terá recebido o seu pelourinho trazido de Portugal" e hasteado no largo central, com nome Rua da Praça.

O Pelourinho foi construído em 1512. Ainda segundo podemos verificar a imagem em baixo (figura nº 4.2) foi construído em mármore Branco de capitel lavrado ao estilo manuelino e com uma base em forma de um quadrado e não em forma losango como se pode notar actualmente (figura nº 4.3). Este monumento nacional encontra-se localizado na praça de Rua de Calhou, no qual foi sempre o principal centro de vida do burgo e o lugar da própria execução (Chaves 1948).

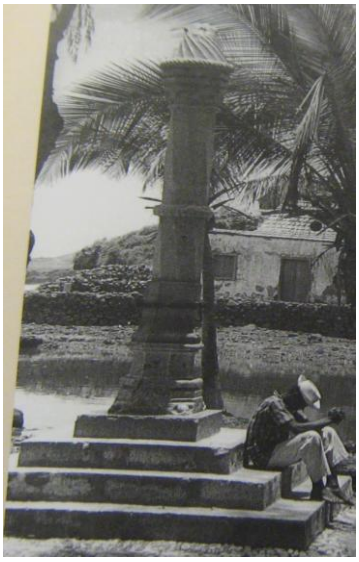


Figura nº 4.2 - O Pelourinho com base em forma de um quadrado. (Fonte: Michael Teague, 1988)

Figura nº 4.3 - A imagem do pelourinho de Cidade Velha. (Fonte: Esta foto data-se de 1929, concedido pelo Sr. Francisco Moreira e uma outra imagem idêntica, se encontra em Chaves 1948: 49)

Este pelourinho mede em altura 4,20 metros e está constituído por quatro partes (Gomes 2006: 174). Segundo descreve Chaves (1948: 50), A primeira parte corresponde à plataforma ou base, composta por três degraus poligonais que o liga ao solo. Uma segunda parte corresponde ao fuste estriado de arestas, torcido para esquerda e tem embutido uma argola de ferro ao centro; a terceira parte corresponde ao capitel com elementos ornamentais sob a forma de relevo entrelaçados, sendo este capitel semelhante à coluna coríntia "também ornado" em vulto tronco-cónico, com ornatos de laçaria cruzada; a quarta parte consiste numa estrutura que serve de remate e que garante a fixação de quatro ganchos de ferro, concebida em forma de tronco cone estriado e sobre o qual se apoia uma esfera armilar, encimada de cruz de Cristo.

Figura nº 4.4 – Pelourinho **com** base em forma de losango (actual).

Figura nº 4.5 - Pelourinho ostentando a cruz de Cristo (depois da sua restauração)

Este monumento se encontra em bom estado de conservação depois de uma intervenção de fundo desencadeada pela cooperação espanhola em parceria com o governo de Cabo Verde, com objectivo da sua recuperação e a valorização da sua riqueza arquitectónica.

4.2. Os Monumentos culturais pertencentes ao sistema da defesa da cidade de Ribeira Grande de Santiago

A cidade de Ribeira Grande começou a ser alvo das primeiras incursões de pirataria em 1541, iniciadas com ataques dos franceses e mais tarde ingleses e holandeses. Entretanto, segundo conta Pires (2007), os habitantes de Santiago encontravam-se em constante ameaça dos corsários europeus, e a situação tornava-se cada vez mais insustentável. Em 1542 os administradores da cidade alertaram o rei sobre a situação em que se encontravam, tendo em conta os "fracos recursos defensivos que disponham." Ainda afirma este autor que "para além dos constantes ataques, a intenção dos corsários era de semear terror, afim de desencorajar qualquer tipo de actividade comercial naquela cidade (Pires 2007).

Em todo caso, só em 1567, o rei de Portugal começou a investir seriamente nas primeiras infra-estruturas de defesa, na tentativa de dotar a cidade de meios modernos para repelir os ataques de que até então tinha sido vítima. Esses elementos de defesa foram iniciados com um baluarte e uma vigia. Realça Pires (2007), ainda até à década de 80 do século XVI não havia nenhum militar especificamente responsável pela defesa da ilha, conquanto eram os próprios comerciantes quem se responsabilizavam na defesa da Cidade contra os corsários.

Segundo Pereira (2004), a protecção da Cidade de Ribeira Grande de Santiago exigia a criação de um verdadeiro complexo de defesa, devido a sua localização geográfica (porto aberto). A fim de colmatar esta lacuna da defesa da cidade foi construído um conjunto de postos considerados como sendo, pontos estratégicos de defesa, erigido nos séculos XV e XVI, do qual faziam parte 7 pequenos fortes[23]:

> O de São António, São João dos Cavaleiros e São Veríssimo, a margem esquerda da Ribeira Grande, os do presídio (central) com a muralha do mar, ligando S. Veríssimo a S. Brás, este já na margem direita, com mais 2 fortes a poente deste, como sejam os de S. Lourenço, com a sua grande muralha "dentada", fechando o acesso à parte ocidental da Cidade e Santa Marta… A barreira de fogo cruzado, por 2 fortes de cada vez tentaria afastar qualquer ataque vindo do mar, ao longo de toda a largura do porto (Pereira 2004: 17)

O forte de S. Lourenço, situado no poente da cidade onde se "encontrava uma das partes de entrada da vila", o forte de S. João dos Cavaleiros situado no extremo oposto e o forte de Santo António, o mais afastado de todos, situado mais a oriente (Pires 2007: 176).

[23] As imagens (plantas e fotos) encontram-se anexos

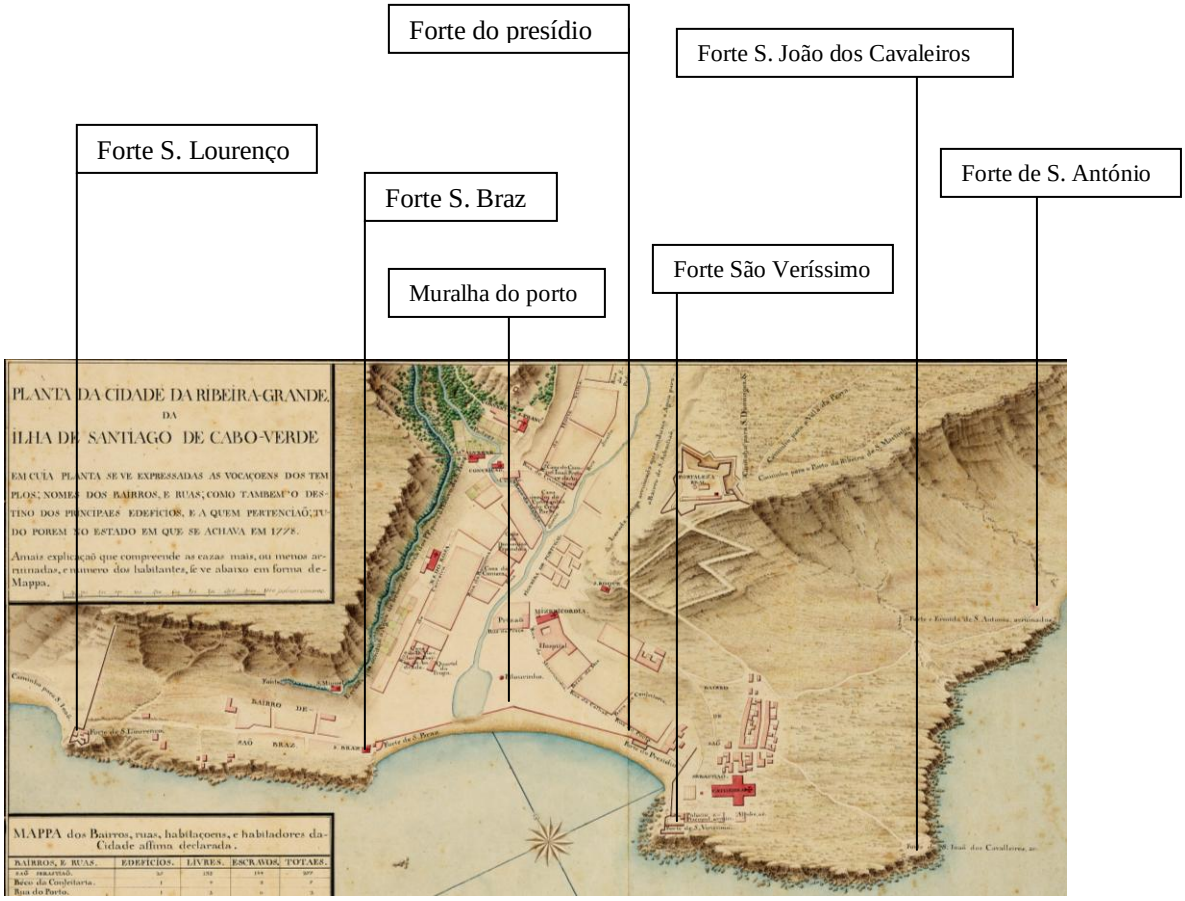


Figura nº 4.6 - Localização geográfica dos pequenos fortes
(fonte: Retirada da última proposta entregue à UNESCO para a Patrimónialização da Cidade Velha)

Neste mapa podemos fazer a localização geográfica dos pontos estratégicos da defesa, ainda que alguns já se encontrem em ruínas. Segundo Pires (2007) e Albuquerque (1991), o sistema defensivo destaca duas épocas distintas da instalação que correspondem a duas escalas de defesa que caracterizaram a cidade. A primeira época está ligada aos primeiros elementos erigidos, afim de proteger o porto e a cidade enquanto que a segunda fase está ligada a um sistema mais complexo com vista à defesa do mar e do território.

Em 1582, o primeiro sistema de defesa da cidade constava o baluarte da vigia, designado por presídio, do baluarte de S. Brás e do baluarte da Ribeira o qual não se conseguiu a sua localização precisa. Contudo podemos notar no mapa que do baluarte da vigia ao baluarte de S. Brás, havia uma interligação com uma rede de muralhas. Este sistema da defesa da cidade culminou com a edificação da grande Fortaleza Real de São Filipe (Santos 1995).

4.2.1. Forte Real de São Filipe

A Fortaleza de São Filipe foi edificada durante o reinado de Filipe II de Espanha e I de Portugal, e foi iniciada no ano 1587, tendo sido concluída em 1593 (Pires 2007: 176). A imposição da sua construção deve-se aos fortes ataques e roubos feitos à Cidade, dos quais um dos mais conhecidos foi sob o comando do corsário inglês, Francis Drake em 1578 e 1585.

Afirma D. Pereira (2004), o seu construtor foi o arquitecto – engenheiro português João Nunes, com apoio do grande engenheiro italiano Filipe Tercio.

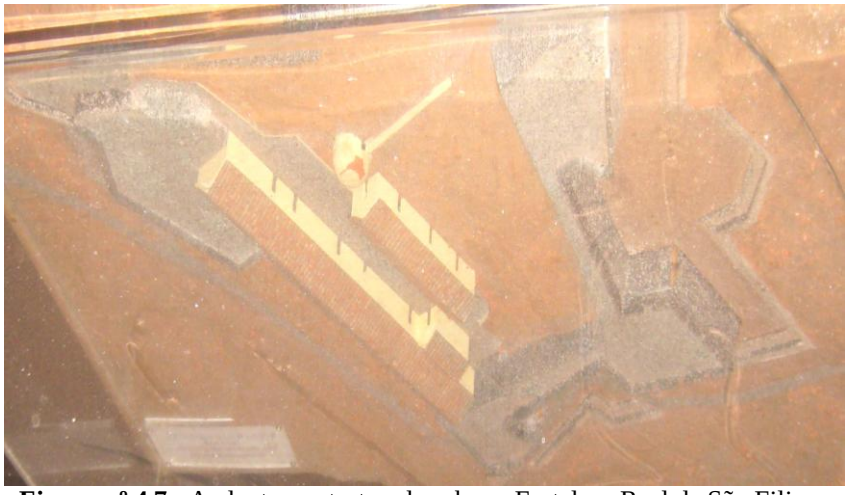


Figura nº 4.7 - A planta reestruturada sobre a Fortaleza Real de São Filipe

Na parte interior (central) destaca-se uma cisterna de água e a Este da cisterna encontravam-se armazéns de pólvora e munições. Do lado Oeste da residência, na mesma linha ficavam os aposentos das tropas (Pires 2007).

> Tinha dois baluartes completos a leste e oeste; e a norte e sul, meios baluartes… próximo ao meio baluarte do sul ficava a residência do capitão-geral e fronteira a esta a ermida de S. Gonçalo. No meio da praça abria-se uma boa cisterna e a sudoeste desta construíram-se os armazéns da pólvora e munições de guerra. Pelo norte e oeste fechava a fortaleza um muro de 480 palmos e alto…assente sobre rocha (Pires 2007: 176).

Figura nº 4.8 - Interior do Monumento - escavações

Figura nº 4.9 - Interior do Monumento – canhões

Este edifício encontra-se num bom estado de conservação, devido a uma importante intervenção desencadeada pela cooperação espanhola, em parceria com o governo de Cabo Verde, a fim da sua recuperação, revitalização e a sua conservação. Este monumento tornou-se num atracção turística de excelência e um dos pontos de referência para o estudo de investigação científica em Cabo Verde.

4.3. Os monumentos pertencentes ao sistema religioso da cidade de Ribeira Grande de Santiago

A antiga cidade de Ribeira Grande de Santiago possuía à volta de 24 igrejas, incluindo capelas e ermidas. Actualmente poucos são os vestígios e documentos escritos sobre esses monumentos, e em alguns casos, houve um desaparecimento total dos monumentos, como foi o caso do Antigo Palácio Episcopal. Porém, torna-se importante salientar que na actualidade podemos notar algumas ruínas e sinais desses edifícios graças ao forte investimento do governo de Cabo Verde em parceria com a cooperação espanhola e a cooperação portuguesa, tendo em vista o restauro, conservação e gestão desses monumentos (Pereira 2004), como já anteriormente referimos.

Depois de algum estudo feito, podemos notar que as igrejas e todos os outros edifícios religiosos se localizam em plataformas elevadas relativamente à instalação do tecido urbano, com excepção da Igreja da Misericórdia. Como afirma Pires (2007), a Capela de Santa Luzia, a Igreja da Nossa Senhora de Conceição, S. Roque, a Capela de monte de Alverne, a Sé, o palácio que serviu de residência aos Bispos de Cabo Verde, o convento São Francisco e Convento dos Jesuítas, localizavam-se em espaços com elevada altitude em relação ao espaço onde se situava o pilar da cidade de Ribeira Grande, o que me causou alguma curiosidade na minha pesquisa de campo, cheguei a perguntar, foi por falta de espaço ou por precaução em defender dos piratas, dado que a cidade era constantemente vítima de assalto? Porém, iniciamos um breve estudo sobre alguns dos monumentos pertencentes ao sistema religioso, e entre eles, falamos do Convento de São Francisco, Igreja Misericórdia, Igreja Nossa Senhora de Rosário e por fim, ainda que de uma forma breve, falaremos sobre a Igreja da Sé.

4.3.1. Convento de São Francisco

O convento de São Francisco localiza-se na zona norte do antigo bairro de São Pedro. Segundo alguns autores, entre eles Djamila M. Pereira (1999), afirma que este convento foi

construído por volta de 1642, a mando da proprietária, "Joana Coelha, rica proprietária da ilha de Santiago". No que pudemos apurar, sabe-se que este convento era gerido por frades franciscanos, servia não só de lugar de culto, mas também como centro de formação.

Pereira (2004), afirma que em 1754, houve um grande temporal de vento e chuva que arruinou parte do convento. Conquanto, podemos demonstrar com esta imagem (Figura nº 4.10) que a parte Oeste do convento evidencia-se em ruína ainda que a cooperação espanhola, tem feito alguns trabalhos de restauro e requalificação.

Figura nº 4.10 - O lado Oeste do Convento de S. Francisco.

Figura nº 4.11 - Exterior da igreja

Figura nº 4.12 - Parte frontal da igreja

Figura nº 4.13 - Interior da igreja Convento S. Francisco – Altar-mor

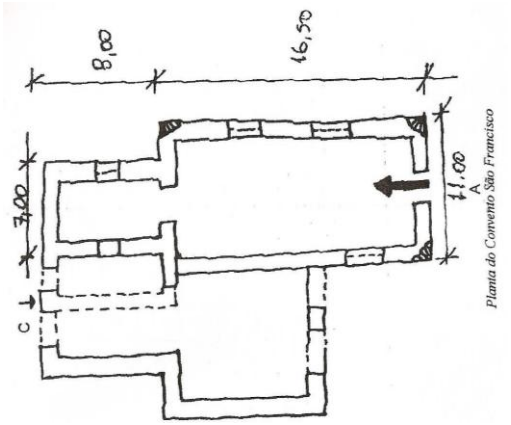


Figura nº4.14 – A planta Convento S. Francisco. (Fonte. Djamila Pereira 1999)

Neste edifício houve uma intervenção de fundo, por parte da equipa de intervenção, visando a recuperação e a sua conservação. O interior deste monumento encontra-se remodelado e em bom estado de conservação, tornando-se num dos pontos referência para a visita turística.

4.3.2. A igreja da Misericórdia

A igreja da Misericórdia foi construída por D. Francisco da Cruz, terceiro Bispo de Cabo Verde, por volta dos anos 1555. Ainda na parte superior podem ler-se várias marcas e pinturas antigas.

Figura nº 4.15 - A torre sineira da igreja da Misericórdia

A igreja Misericórdia (e Hospital da Misericórdia) apenas resta a torre sineira, ainda que segundo alguns responsáveis (IIPC) afirmam ter sido elaborado algum projecto de reestruturação e requalificação desta Igreja, entretanto, até à data, neste monumento pouco foi feito para a sua preservação e conservação. Apesar disso, os responsáveis locais e nacionais estão conscientes do seu valor histórico e arquitectónico. Entretanto, segundo pude apurar juntos do responsáveis, a médio curto prazo, o governo de Cabo Verde pretende pôr em acção um projecto de restauro da igreja de Misericórdia (Questionário nº 53).

4.3.3. Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Figura nº 4.16 - Exterior da igreja N. S. Rosário. (fonte: Arquivo histórico da Praia)

Figura nº 4.17 - Exterior da igreja N. S. Rosaria (foto: Admilsom Semedo)

Este edifício foi construído em 1495. Segundo Pereira (2004) foi um dos primeiros edifícios construído na cidade da Ribeira Grande e a mais antiga de Cabo Verde; segundo afirma alguns autores, no início terá sido uma capela "gótica" de estilo manuelino. Pouco tempo depois foi ampliada e foi recomposta de azulejos na parte interior (Pereira 2004).

Tecto da pequena capela gótica

Figura nº 4.18 - Abobada da Capela gótico, parte lateral (esquerda de quem entra) da Igreja Nossa Senhora do Rosário

Contudo na parte interior da Igreja, foi possível contemplar o tecto de uma pequena capela em abobada de ogiva, em estilo gótico.

4.3.4. Igreja da Sé

Figura nº 4.19 - Imagem da Sé da cidade da Ribeira Grande de Santiago.
(fonte: imagem concedido pelo morador local: Sr. Francisco Moreira)

A igreja Catedral foi edificada pelo bispo D. Frei Francisco da Cruz, no bairro de São Sebastião, na medida que este bairro mostrava-se mais favorável para a implantação de um edifício destas dimensões (com mais de 60 metros de comprimentos). O início da sua construção foi no ano 1556, conquanto as obras tivessem sido suspensas por volta de 1592 e ficado paradas durante cerca 130 anos. A sua construção só ficou concluída por volta de 1700, com as suas torres sineiras, capelas laterais, e as três naves. Contudo, podemos salientar que ao retomar a sua reconstrução passado 130 anos, houve alterações ao primeiro plano de reconstrução, influenciado pela mudança de gostos na arquitectura (Pereira 2004).

Figura nº 4.20 - A primeira intervenção na igreja da Sé
(fonte: foto concedido por Sr. Francisco Moreira)

Figura nº 4.21 -A Sé depois da última Intervenção

Assim, foi modificada a organização de espaço interior, e acrescentadas exteriormente duas capelas laterais (a poente do transepto), dois espaços rodeado a sacristia, e um outro no

prolongamento da capela-mor. Em 1712 a cidade foi atacada e saqueada por corsários franceses, tendo a Sé sido também saqueada ao ponto que nem os sinos ficarem, acabando o por transformar este edifício em ruínas a céu aberto. Este ataque deixou a cidade largamente danificada. Entretanto, com as sucessivas ataques e com a transferência da capital para a cidade da Praia, a Sé rapidamente se começou a degradar e a arruinar (Pires 2007).

Figura nº 4.22 - Interior da igreja da Sé

O abandono da cidade da Ribeira Grande fez com que os edifícios militares e religiosos se fossem desmoronando, enquanto que os edifícios civis desapareceram na quase totalidade como, por exemplo, a antiga prisão, que em termos monumental é praticamente inexistente e em termos documentais pouco se sabe (Pereira 2004).

Entretanto, a população que ocupou a cidade foi construindo habitações modestas, de alvenaria e coberta de folhas de coqueiro, aproveitando pedras e cantarias oriundas dos vários monumentos, incluindo da Sé. Contudo, até onde foi possível apurar, a partir de meados do século XX. Em particular, as pedras foram recolhidas e colocadas em depósito no recinto da Sé (Pereira 2004).

O processo de recuperação das ruínas e dos monumentos da Cidade Velha iniciou-se nos finais do século XX. De 1989 até 1999 foram efectuados trabalhos arqueológicos, recolha de vários materiais e a limpeza do espaço da Sé. O maior apoio para o projecto de recuperação do património histórico tem sido realizado pela Cooperação Espanhola e pela Cooperação Portuguesa, e encontra-se agora na quinta fase da sua execução. Estas acções efectuadas em prol da recuperação dos monumentos históricos da Cidade Velha, têm permitido consolidar a consciência nacional para a valorização e promoção deste legado nacional de todos os cabo-verdianos (Pereira 2004).

4.4. As intervenções desencadeadas em Cidade Velha para a recuperação e preservação dos monumentos

A recuperação dos monumentos históricos da Cidade Velha foi iniciada há algum tempo com o intuito de impedir a sua degradação, como já frisamos anteriormente. No entanto, um dos constrangimentos mais apontados pelos versados foi o desaparecimento dos vestígios escritos e mesmo materiais. Contudo, há quem afirme que a situação degradante dos monumentos iniciou-se em meados do século XVIII, com a mudança capital da cidade Ribeira Grande para a cidade da Praia (Chaves 1948). Neste contexto, houve um abandono total por parte das autoridades e dos responsáveis, tendo ficado tudo a mercê de uma população pouca sensibilizada para a preservação e conservação daquele património (Borges 2005). Ainda realça Chaves (1948: 48), com a transferência do Governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, entre 1769 e 1776, foi a condenação oficial e definitiva da antiga capital do Arquipélago e o golpe de misericórdia na sua existência urbana e política de aglomerado populacional.

Entretanto, é notável que os espaços (a norte do bairro de São Pedro em particular) que antigamente eram zonas de habitações, actualmente foram transformados em campos agrícolas e lugar de plantação. Porém é provável que, como afirmam alguns autores, entre eles Correia e Silva (2004) "é preciso procurar a cidade que existiu e está soterrada debaixo da actual" pois "guarda no fundo dos seus escombros uma memória preciosa cuja riqueza nas ruínas estão longe de poder traduzir".

Depois de alguma das investigações elaborados acerca das intervenções na área de preservação dos monumentos antes da independência de Cabo Verde, foi possível constata que houve alguns trabalhos de conservação e de restauro do património construído da Cidade Velha, numa época antes da independência de Cabo Verde; o período depois da independência intensificou o interesse para a conservação e revitalização das ruínas e dos monumentos históricos da Cidade Velha (Borges 2005).

Borges (2005) refere também que a primeira intervenção ocorrida antes da independência nacional, foi desencadeado nos finais dos anos cinquenta e início dos anos sessenta. Assim constata Lourenço Gomes (2006: 176), "a remoção do pelourinho para a metrópole para ser restaurado em 15 de Novembro de 1962, o que veio a ocorrer em 1963". Segundo afirma Borges (2005), os primeiros trabalhos de restauro e conservação dos monumentos de Cidade Velha, começaram-se:

> Com a reconstrução da Fortaleza Real de São Filipe e intervenção na Igreja de Nossa Senhora do Rosário… os trabalhos então executados não seguiram nenhum plano e nem obedeceram a nenhum objectivo definido, com vista à salvaguarda do valioso património que sobrou da antiga cidade de Ribeira Grande (Borges 2005: 45).

A reconstrução de alguns dos monumentos só foi levada a cabo com objectivo de "abrir frente de trabalho a mão-de-obra… desempregada, de forma a evitar que a população pobre do meio rural tivesse a necessidade… com a diminuição das chuvas dos anos 50." Neste sentido, comprova-se mais uma vez a pouca sensibilidade do governo da época colonial em relação a preservação desses monumentos (Borges 2005).

O período após a independência de Cabo Verde teve melhores resultados acerca da preservação dos monumentos e a reconstrução dos seus patrimónios, apesar de ser muito lenta a reconstrução desses mesmos monumentos. Como também podemos frisar, é de conhecimento de muitos que as grandes intervenções feitas nos patrimónios da Cidade Velha, com a finalidade de resgatar a sua história, só teve início numa época posterior à independência de Cabo Verde, em cooperação com alguns países europeus, entre eles Portugal e a Espanha[24].

Segundo Borges (2005), só partir de 1976 se iniciou o marco das primeiras intervenções após a independência, com a Direcção Geral do Património a fazer estudos e levantamentos das necessidades da recuperação dos monumentos. Os projectos centraram-se na reabilitação da Sé, Fortaleza Real e outros monumentos, ainda que daí não tenham ocasionado grandes resultados. Só no início dos anos noventa com apresentação da candidatura da Cidade Velha a Património Mundial da UNESCO houve mudanças de atitudes face ao património. Todavia a mudança de atitude perante a proposta trouxe incentivo e a sensibilização da população sobre a importância do património local.

As cooperações internacionais, em particular a cooperação portuguesa e a cooperação espanhola têm tido um trabalho meritório em elevar o valor histórico, cultural e arqueológico da Cidade Velha. Nos últimos anos a cooperação espanhola restaurou um conjunto de monumentos que estão completamente reabilitados como a Fortaleza Real de São Filipe, Convento de São Francisco, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, entre outros trabalhos. A convém não se esquecer que esses projectos exigem elevados recursos financeiros, e por vezes dificultam a continuação de alguns projectos, ainda que, tenha sido já previamente aprovado.

[24] Assim a requalificação destes monumentos foram levados a cabo com base num estudo e análise de uma forma científica

Neste sentido, torna importante frisar que a reestruturação, a conservação e a gestão do património da Cidade Velha exige uma união forte entre a administração local (Câmara Municipal), o governo de Cabo Verde (IIPC) e por fim mas não menos importante, a integração da população local (moradores, comerciantes, escolas, empresas e outros). Só assim tornará possível o ambicioso projecto de conservação do património. Contudo, é importante a tomada da consciência da fragilidade económica e financeira de Cabo Verde, mas é importante não se deixar depender das ajudas externas para se poder preservar e conservar o património histórico e cultural existente.

Acima de tudo, há que ter sempre em consideração a geração futura. Uma gestão sustentável do património da Cidade Velha será agradecida pelos vindouros cabo-verdianos, como também geração futura de outros países, na medida que esses patrimónios são considerados Património Mundial da Humanidade pela UNESCO (anexo nº 2).

Porém, deve ser considerada responsabilidade acrescida para com o património herdados na Cidade Velha, na medida que esta herança não pertence somente às gerações futuras de Cabo Verde, mas a toda a geração futura dos seres humanos, o que leva a que seja dada uma mais elevada importância e consideração concedida pelo UNESCO nestes monumentos. Sendo assim, passamos ao próximo ponto desta investigação, do qual, se apresenta um estudo sobre a perspectiva da patrimonialização da Cidade Velha.

4.5. A gestão do património histórico e cultural – o caso da Cidade Velha

A gestão do património cultural, e em particular, do património arqueológico, depende fundamentalmente destes dois pontos: por um lado, a existência de uma avaliação crítica – global e particular – sobre as políticas, as práticas e os efeitos de tais responsabilidade, nas várias vertentes da gestão patrimonial, sejam nas vertentes da pesquisa, de estudo e inventario, sejam nas vertentes da conservação, da valorização e da divulgação; por outro lado, a implementação de mecanismos e medidas eficazes, que assegurem e rentabilizem os meios necessários de acção, num quadro de inter-relações e de articulação de competências, com os outros níveis de poder e com todas as instituição envolvidas em idênticos propósitos, nomeadamente associações, as empresas, as escolas, os museus, entre outras entidades (Moreira 1997).

A elaboração de um plano e a definição das competências, face a objectivos fundamentados e a responsabilização de intervenientes, constitui numa arma indispensável na gestão do património. Neste sentido, ainda constata Moreira (1997):

> A importância duma visão integradora entre as dimensões nacional, regional e local das políticas culturais, também à escala de cada município será necessário explorar integralmente as possibilidades de actuação das entidades públicas, da comunidade e de todos os intervenientes interessados no património arqueológico. Assentes em suportes científicos e técnicos, espera-se que as opções políticas atendam aos interesses das populações (Moreira 1997: 148).

Segundo Moreira (1997) é notável que "não há um modelo de actuação, uma fórmula generalizado de organizar" porém, as opções não pode ser arbitrárias e desligadas de uma rede de intervenientes, e de políticas culturais, necessários e únicos neste sector. Ou seja, o poder central (governo) e o poder local (câmara local) antes de tudo devem conjugar esforço num processo que possibilidade a participação dos outros agentes, como as associações, as empresas e outras entidades, e principalmente solicitar a colaboração da população local (Moreira 1997).

A gestão do património histórico-cultural de Cidade Velha encontra-se sob a tutela da empresa Proim-Tur, segundo a proposta apresentada a UNESCO:

> [25]*La gestion dês monuments est déléguée à une agence privée, qui collecte les droits d´entrée à la forteresse et gere l`entretien dês monuments. Le personel de gestion dês monuments est payé par Proim-Tour, sur les droit payés par les tourists pour accéder à la forteresse. Une partie dês sommes provenant du contrat de gestion du circuit touristique signé avec la société Gérente Proim-Tur sera réintégrée dans la gestion que la conservation du Site. Mais cela se fera à partir de 2010 seulment, le paiement des droits de gestion que la société de gestion doit à l`état se faisant de manière rétroactive avec 3 années de décalage, pour permettre à Proim-Tur d`investir dans l`amélioration du circuit et de la gestion dès les premières années (Ministério da Cultura 200: 85)*.

A este respeito, segundo a opinião dos turistas inquiridos, o plano de gestão levado a cabo pela empresa consiste num plano satisfatório devido ao serviço prestado aos turistas e em relação aos monumentos ainda que tenham referido a necessidade de mais guias turísticas que pudessem explicá-los e acompanhá-los na visita aos outros monumentos, como tem sido habitual no Forte Real de São Filipe. Mostraram também alguma insatisfação perante a Igreja Nossa Senhora do Rosário, pelo facto de esse templo encontra-se fechado ou impedido a visita dos turistas. Segundo, um turista inquerido afirmou ser indispensável "ter a Igreja do Rosário aberta para visitação" (questionário nº 61).

[25] Ainda falta encontrar a explicação do porquê da Igreja do Convento de São Francisco se encontrar sob a tutela da empresa Proimtur – e curioso a Igreja Nossa Senhora do Rosário não se encontrar integrada na rede da conservação dos patrimónios tutelado pela empresa Proimtur.

Contudo no meu entender, a Igreja Nossa Senhora de Rosário constitui num dos símbolos da cultura e da história de Cabo Verde e em particular da Cidade Velha, pelo que não a razão deste templo estar fechado ainda que, seja aberta com moderação e uso de horário de visitas, na medida que esta Igreja apesar dos quinhentos anos da sua existência (ser histórico) ainda encontra a realizar o culto eucarístico.

Ainda assim a maioria dos turistas inqueridos são de opinião que os monumentos estão bem conservados e protegidos *"se nota el esfuerzo de conservacion"* (questionário nº 63).

A grande maioria dos moradores inqueridos mostraram-se descontentes com a tutela de empresa Proimtur na gestão dos patrimónios monumentais da Cidade Velha[26] e, alegam alguma falta de consideração da empresa para com a população local no exercício da sua gestão. A este respeito, ficou claro com a participação de alguns dos moradores locais na palestra denominado "Turismo, Património e Desenvolvimento Local" (o folheto encontra-se em anexo nº 9). Foi possível notar ainda algumas insatisfações por parte dos moradores de Cidade Velha em relação à acção da gestão nos patrimónios por parte da empresa gestora.

Nesta palestra houve quem testemunhasse prontamente a insatisfação perante a gestão daquela empresa, afirmando sendo vítima da constante falta da consideração levado a cabo pela empresa gestora, "em relação ao horário e o tempo de trabalho em que era totalmente desproporcionado com o salário mensal, uma pessoa trabalhava 12h ou mais por dia e no fim do mês só tinha direito a pouco mais de que 13 000$00[27], moeda cabo-verdiana" (Palestra: Turismo, Património e Desenvolvimento Local, Junho de 2009).

Contudo pude apurar alguns dos factos juntos da população local, incluindo alguns dos funcionários e ex-funcionários da mesma empresa que não esconderam a indignação e alguma reserva face à empresa gestora dos monumentos patrimoniais da Cidade Velha e afirmam que a empresa possui um plano de gestão que por simplesmente não integra a população local na sua acção[28]. E alguns dos abordados afirmam contar constantemente com o elevado inacessibilidade dos responsáveis e falta de oportunidade para com os funcionários.

---

[26] Ficou por apurar como que esta empresa ganhou o direito a gestão, a preservação e a valorização destes monumentos e a manutenção e mercantilização desses monumentos? E uma outra questão, sublinhada pelos turistas, foi esta "o porque da Igreja da Nossa Senhora de Rosário não estar integrado na rede da gestão dos patrimónios locais e aberto as visitas?"

[27] Em euro o valor será a volta de 130€ mensal

[28] Estes dados foram adquiridos por conversas informais, junto dos vários funcionários e ex-funcionarios da empresa, no qual, por muitas vezes tive de ocultar os materiais e documentos de apoio na recolha dos dados, consideram esses assuntos muito delicados. Em particular os actuais funcionários, demonstraram algum receio, optaram por o anonimato. Assim pedem mais respeito por parte da empresa e o olhar atento dos responsáveis de Cabo Verde.

Com efeito, não pude ficar de parte em relação ao conflito institucional existente entre o governo de Cabo Verde (IIPC) e a poder local daquele Concelho (CMRGS) no que toca a gestão do património histórico existente naquela localidade. A meu ver é desnecessário qualquer conflito entre esses dois responsáveis, como também afirma Moreira (1997) "o poder central (governo) e o poder local (câmara local) antes de tudo devem-se conjugar num processo". Neste ponto de vista, a gestão do património exigirá uma "conjugação" entre as entidades responsáveis, tendo em vista a preocupação de encontrar a melhor forma de preservar, conservar, valorizar e rentabilizar o património existente sem pôr em risco o seu valor arquitectónico e cultural.

Pensamos ser tempo de todos se consciencializarem da responsabilidade, não só para os valores espirituais desse rico património, mas também para os seus frutos em obras materiais realizadas, na medida que eles são: a testemunha, fruto e suporte da nossa Cultura, destinadas, não só à nossa geração, mas também e sobretudo a todas as que nos haverão de suceder. A defesa do nosso património é de maior importância em todos os sentidos e, é uma obrigação de todos. Contudo, ela se evidencia ainda mais agora, que somos reconhecidos com a nossa história e cultura como sendo Património Mundial da Humanidade. Porém, é nesta altura em que nos importa tanto estudar o nosso passado e defender a nossa identidade (Moreira 1997: 14), além de singular que seja excepcional, e essa responsabilidade começa com os senhores do poder, em saber orientar na tomada da melhor decisão.

O reconhecimento da Cidade Velha, como Património Mundial da Humanidade, só acrescenta a responsabilidade em afirmar a nossa identidade quando em todo o mundo se caminha para a formatação de grandes unidades e globalização de culturas.

5. CIDADE VELHA, PATRIMÓNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE

5.1 A Patrimonialização de um sítio com valor universal e excepcional

Em grande parte da antiguidade, segundo Pessoa (2001: 77), "só era considerados patrimónios os valores excepcionais quer fossem monumentos, edifícios religiosos e obras das chamadas Belas-Artes" e a particularidade daquilo que era património apenas permitiam que ele fosse acessível a raros coleccionadores, a antiquários especializados ou museus oficiais. Ainda é de afirmar que em alguns casos os valores mais recentes não eram considerados de interesse cultural, ou seja não eram considerados patrimónios.

Pessoa constata (2001) que depois da Segunda Guerra Mundial assistiu-se a uma rotura desses conceitos e a definição do património passou a ser tudo quanto tem mais idade do que a geração do momento. E esta capacidade da consciencialização foi resultado da crescente e nova preocupação da geração do século XIX, em benefício da individualidade.

Na actualidade estamos numa época que "toda gente passou a preocupar-se com as suas raízes, com a sua identidade, democratizando-se". Neste contexto, o património deixou de ser somente as belas artes, objectos antigos, mas sim o "património é tudo quando o homem produz, é toda a paisagem que nos envolve e em que nos integramos. Neste sentido, realça Pessoa, "Igualmente é cada vez mais aceite que não há fundamento sério para se falar de paisagem natural e de paisagem cultural, já que à influência humana não escapa nenhuma parcela do nosso espaço, em terra ou no mar (Pessoa 2001: 77 - 78).

Segundo Santos (2001), a capacidade de intuição do homem relativamente aos valores universais e intemporais têm variado ao longo dos tempos, segundo a adaptação e a experiência humana, da evolução das circunstâncias históricas e ambientais que caracterizam a complexidade crescente e evolutiva da vida humana. Ainda segundo (Santos 2001):

> A percepção da existência, e a posterior identificação, de objectos e de espaços físicos como elementos em relação aos quais a noção valorativa de "bem" deverá ser atribuída, decorrem da verificação de relação de interesse generalizado entre os grupos societais e esses elementos, que, anteriormente, designados por recursos, o que permite classifica-los como 'bens comuns' pela sua instrumentalidade funcional (Santos 2001: 733).

Neste contexto, o direito internacional coloca-se ao serviço da singularidade de bens e sítios, na exacta medida em que esses objectos singulares, independentemente da sua localização, sejam símbolos de elevados sensibilidade artística, natural, cultural e

arquitectónica de uma parcela temporal e espacial da humanidade. O Direito Internacional à noção de património cultural comum da humanidade constitui numa síntese da dialéctica entre monocultura global e policulturalismo (Pureza 1998).

Com efeito a actual Lista de Património Mundial é formada por 890 localidades de "grande valor universal" em 145 Estados-membros da UNESCO. É de salientar que no total dos sítios considerados patrimónios da humanidade, 689 são culturais, 176 naturais e 25 mistos (www.brasilia.unesco.org).

Na reunião organizada em Sevilha, a 33ª Reunião do Comité, foram inscritos novos sítios na *Lista do Património Natural*: Mar de Wadden (Alemanha e Holanda); Dolomitas (Itália). Foram ainda inscritas os seguintes sítios na *Lista do Património Cultural*: Palácio Stoclet (Bélgica); Ruínas de Loropéni (Burquina Faso); Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande (Cabo Verde); Sistema Hidráulico Histórico de Shushtar (Irã); Montanha Sagrada de Sulamain-Too (Quirguistão); Cidade Sagrada de Caral-Supe (Peru); Tumbas Reais da Dinastia Joseon (República da Coréia); Torre de Hércules (Espanha); La Chaux-de-Fonds/Le Locle, cidade fabricante de relógios (Suíça); Aqueduto e Canal de Pontcysyllte (Reino Unido) e por último o Monte Wutai (China) (www.brasilia.unesco.org).

Na referida reunião do Comité em Sevilha houve, além disso, a inscrição de três sítios na *Lista de Património em Perigo*, entre eles: o Parque Nacional de Los Katios, na Colômbia, ameaçada pela extracção ilegal de madeira; também o Sistema de Reserva da Barreira de Corais de Belize antes foi inscrito na Lista do Património Mundial da Humanidade como sendo a maior barreira de corais do Hemisfério Norte. Porém, nesta última reunião organizada pela UNESCO, passou a listar-se como grupo do património excepcional em perigo, devido à destruição de mangues e ao desenvolvimento excessivo da região; e na Geórgia, foram os Monumentos Históricos de Mtskheta, deixaram algumas preocupações em função da má preservação de seu acervo (www.brasilia.unesco.org).

A Cidade Velha não podia ficar de parte como Património Mundial da Humanidade, na medida que a sua localização geográfica e o seu passado histórico não deixa estorvo algum em reconhecer o seu contributo singular na história do descobrimento do mundo. A meu ver, a época dos Descobrimentos consiste numa das fases marcantes do desenvolvimento e da evolução da capacidade do ser humano. Aliás, como pudemos enlaçar no segundo capítulo deste trabalho, foi possivelmente a cidade da Ribeira Grande (Cidade Velha), o lugar no qual serviu-se de ponto de encontro à primeira fusão entre os povos de várias origens e etnias, com hábitos e costumes nunca antes entrelaçados.

Contudo resta perguntar o porque de tanto tempo (15 anos), para que este lugar fosse considerado como património mundial da humanidade?

Contudo resta perguntar o porque de tanto tempo (15 anos), para que este lugar seja considerado como património mundial da humanidade?

5.1.1 Da ideia à classificação como Património Mundial – O caso de Cidade Velha

O processo da consciencialização da existência de um património cultural emerge gradualmente do seu reconhecimento, acentua-se sobretudo na identificação consensual dos respectivos elementos patrimoniais e pressupõe uma mudança da mentalidade. Isso vem como resultado de processo interactivos de sedimentação de estratos de desenvolvimento cultural e de progresso civilizacional que se distingue dos anteriores (Santos 2001).

A inscrição na lista do Património Mundial é operada a pedido do Estado Territorial (país interessado) com base no próprio inventário dos bens supostamente com tal dignidade obedecendo a decisão final da UNESCO. Contudo, o sentimento e a consciencialização desta universalidade de interesse constituem um fenómeno de desenvolvimento gradual da expansão cultural. Ainda é admissível considerar que o processo começa com a evolução das mentalidades e das capacidades de realização da humanidade na medida que as suas percepções e perspectivas permitem e determinam a identificação de novos interesses (Santos 2001).

Neste sentido, torna importante salientar que os traços hoje identificados em Cidade Velha como vestígios arqueológicos e históricos, que perduraram até à actualidade marcados pelos esforços e pelas realizações de um povo determinado, são hoje pelo seu mérito um Património Mundial da Humanidade. E isto, por sua vez, também deve ser preservado e transmitido às futuras gerações não somente a experiência da forma de realização e a manifestações específicas no plano cultural mas também "as potencialidades de muitas vidas" (Santos 2001: 738).

Neste contexto, a procura da melhor forma de preservar e valorizar o património arqueológico, histórico e cultura de Cabo Verde fez nascer a ideia da patrimonialização dos monumentos históricos da Cidade Velha a nível mundial. Neste âmbito, o governo de Cabo Verde quis dar a conhecer a importância histórica e o valor simbólico dos seus monumentos patrimoniais à UNESCO. Conquanto, em 1990 o Governo de Cabo Verde declarou a "Cidade

Velha" património cultural nacional[29], delimitando, consequentemente, a sua Zona Histórica e a Zona Tampão. Ainda segunda a última proposta apresentada a UNESCO (2008), foi possível apurar:

> *Le Site présenté pour la candidature a étè declaré Patrimoine Nacional em 1990, par le decret-loi 121/III/90, du 8 decembre 1990. Cependant, après le couvent, n´ètait pás inclus dans la zone de protection. En raison de la pression qui se faisait sentir sur le site, le Gouvernement du Cap-Verd, sur proporsition du Ministère de la Culture, après concertation avec le Ministère de la Decentralisation du Territoire (Ministere de tutelle des municipalitès capverdiennes), a dècidè d´élargir la zone de protection (zone tampon) et l´élargissement du pérmètre ´declaré Patrimoine Nacional. Ces nuevelles zone correspondent à celles proposées a l´inscription sur la Liste du Patrimoine Mondial (Ministério da Cultura 2008: 79).*

As imagens (Figura nº 4.1) podem-nos demonstrar as 3 referidas divisões, anunciada na proposta apresentada à UNESCO: a zona protegida (linha com cor azul); zona "No Aedificandi" (linha com amarela) e por último a zona Tampão (linha com cor rosa)

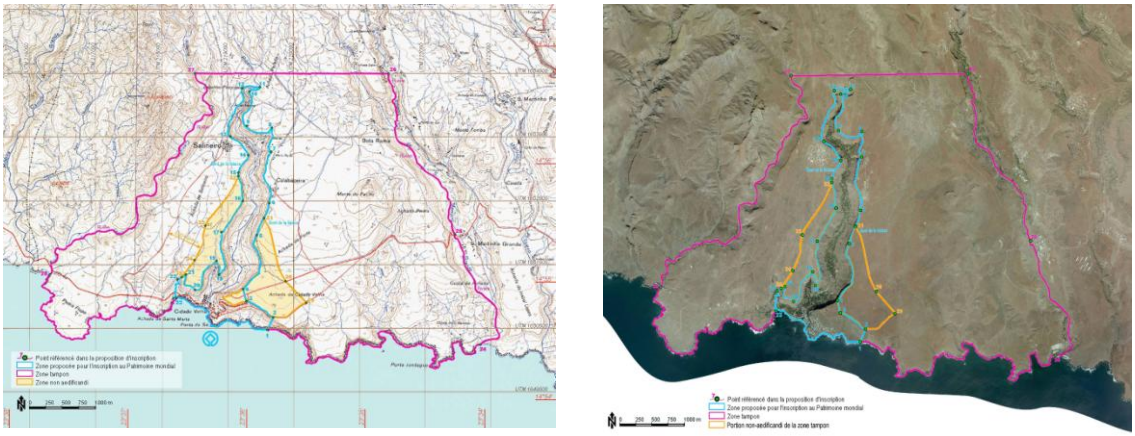


Figura nº 5.1 - Os mapas das coordenadas geográficas das zonas :
Protegida, Non Aedificandi e Tampão (Fonte: Ministério da Cultura 2008)

Ainda que não houve, entretanto, regulamento complementar para se proteger efectivamente o mesmo, esta decisão da demarcação da zona a proteger e a conservar foi sem dúvida um importante passo para a consciencialização da valorização desse sítio histórico por parte de todos.

Ainda no mesmo ano, o governo conhecedor do elevado valor histórico, cultural e arquitectónico dos monumentos patrimoniais da Cidade Velha, apresentou uma proposta à

[29] a primeira lei sobre a preservação de património cultural de Cabo Verde data de 1990, com o decreto nº 121/90 de 8 de Dezembro, no qual ainda se detecta algumas lacunas (no 3º Capitulo deste trabalho estão sintetizados alguns dos decretos-leis emergido a favor da preservação e conservação dos monumentos da Cidade Velha).

UNESCO, manifestando a sua vontade de fazer com que o passado histórico e os monumentos patrimoniais da Cidade Velha fossem considerados Património Mundial da Humanidade, mas esse efeito não chegou a suceder como resultado esperado. Ainda que a UNESCO tenha visto um elevado valor histórico e cultural certificado pela proposta apresentada, ainda assim recusou a sua consideração perante a perspectiva dos cabo-verdianos, alegando "falta da estruturação" (Questionário nº 53).

Importante salientar que o governo de Cabo Verde não desistiu ao primeiro obstáculo ao reconhecimento mundial do valor histórico e cultural da Cidade Velha. Entretanto, era preciso mais trabalho. Decerto que este trabalho passava imprescindivelmente pela pesquisa de critérios e regras que permitissem a possível redução da subjectividade e garantisse uma mais ampla apreciação global de quem quer conhecer o Património e a herança existente em Cidade Velha, fruto da história e da cultura cabo-verdiana (Pessoa 2001).

Neste contexto, o primeiro passo foi investir no melhoramento de algumas das condições naturais, históricos e culturais. Ainda segundo opinião do Pessoa (2001: 78), "quando um país reconhece a necessidade de proteger e conservar o seu património, é inevitável que tenha de o saber interpretar, protegendo-o depois". O Estado cabo-verdiano em parceira com as cooperações estrangeiras iniciou-se com as melhorias de requalificação dos monumentos históricos, particularmente com base nos trabalhos arqueológicos, estudos científicos, requalificação dos monumentos antigos. Em alguns casos foram realizadas requalificações profundas nos monumentos, como é o caso da igreja da Sé (Figura nº 4.22**)**, orientado pelo arquitecto Siza Vieira, e entre outros monumentos também muito dedicado pelo projecto de requalificação dos monumentos da Cidade Velha foi a igreja do Convento de São Francisco (já apresentada na Figura nº 4.12), restaurada pela cooperação espanhola.

Entre os vários projectos de requalificação dos monumentos é importante apontar o projecto da requalificação dos antigos bairros (casas) da cidade da Ribeira Grande actual Cidade Velha. Este projecto da requalificação iniciou-se no antigo Bairro de São Pedro, em concreto na Rua Banana (Figura nº 5.2).

Figura nº 5.2 - As casas cobertas de palha, na rua de Banana (fonte: foto do Admilsom Semedo)

Segundo constata Borges (2005), o governo de Cabo Verde apoia a preservação de um conjunto de casas na rua de Banana com telhado de palha que de dois em dois anos são restaurados com fundos estatais. A primeira fase foi iniciada na década de noventa, 1993 e 1994, tendo o governo promovido a cobertura de oito casas em palha e em 1996 deveria ter feito a manutenção. Como não se fez, em 2002 o governo sentiu-se obrigado a fazer uma cobertura de raiz nas casas, dado que não houve a devido manutenção para que pudesse garantir-se a qualidade da habitação dos moradores e nessa altura, o Estado gastou cerca de "400 contos escudos cabo-verdiano" (Borges 2005: 173).

Ainda assim, Ministério da cultura em parceria com a cooperação espanhola criaram o novo projecto denominado por Projecto de Reabilitação Urbana e Melhorias Habitacionais na Cidade Velha. Este projecto tem um plano arquitectónico para a reabilitação e a introdução de melhorias habitacionais nas casas identificadas como merecedoras de uma valorização arquitectónica. Este projecto é levado a cabo pelo Instituto de Investigação e do Património Culturais – IIPC, com o apoio da Agencia Espanhola e Cooperação Internacional – AECI. Porém é de salientar que neste projecto requalificação e restauração das casas no antigo Bairro de S. Sebastião divide-se em fases. Na primeira fase foi prevista a restauração de 17 casas (questionário nº 53).

Figura nº 5. 3 - Antiga Rua Direita da Forte – Bairro de São Sebastião

Este projecto tem como finalidade principal o melhoramento das condições de vida dos moradores da Cidade Velha. Contudo, os responsáveis tiveram a preocupação de seguir o traço e os projectos antigos. Ainda constata por afirmação verbal um dos moradores beneficiados que a IIPC não lhe pediu opinião, ainda constatou que a IIPC somente afirmou que era "para igualar as antigas casas e não me pediram nenhuma opinião" (questionário nº 20).

Contudo houve a acção de sensibilização e divulgação para que a própria população tomasse a consciência do seu grande valor histórico e cultural. Ainda que um número significativo da população local não participou em nenhuma das conferências ou debates (Figura nº 4.6). Estas formas de estudos e divulgações sobre o valor patrimonial da Cidade Velha foi com base na elaboração de conferências, palestras e fórum e entre outros meios, tendo uma das conferências a participação de conferencistas oriundas de vários países.

Finalmente, passadas quase duas décadas desde a primeira proposta apresentada à UNESCO, e só assim depois de muitos trabalhos e muitas lutas, a UNESCO admitiu Cidade Velha a Património Mundial da Humanidade no dia 22 de Junho de 2009 (anexo nº2), em Sevilha, Espanha. Esta reunião foi organizada pelo Comité da UNESCO, com finalidade da patrimonialização de alguns sítios históricos e naturais. Ainda perante a mesma reunião foi analisada a proposta apresentada pelo governo de Cabo Verde e zona de Cidade Velha foi considerado com o merecido estatuto de Património Mundial da Humanidade e a sua homologação foi determinada no dia 28 de Junho de 2009 (www.dw-world.de).

5.2. Perspectivas do conselho de R. Grande de Santiago como Património Mundial da Humanidade

A proposta de patrimonialização da Cidade Velha envolveu vários agentes sociais, económicos, culturais, os responsáveis, as instituições, a população local e entre outros. O processo de percepção e de consciencialização sem dúvida influência a perspectiva dos agentes envolvidos. Ainda é importante ter em conta que a patrimonialização dos sítios traz algumas complicações, como tem acontecidos com alguns sítios classificados como património mundial, têm enfrentados problemas genéricos e específicos que preocupam a comunidade científica internacional, em particular quando relacionados com o investimentos turísticos (Baptista 1997).

Em Machu Pichu, no Peru, os estragos causados num período de 10 anos, após a patrimonialização daquele sítio, foram mais profundos e importantes do que durante os 4 séculos precedentes; e em Angkor Vat, no Camboja, "a corrupção é tão grande que trava o trabalho de reestruturação ao nível da infra-estrutura base"; as receitas anuais dos visitantes, de milhão de dólares não revertem a favor do organismo responsável pela conservação desses sítios (Baptista 1997: 372 - 374).

Porém, tendo em conta o exemplo do Baptista (1997), ao meu ver Cabo Verde deve ser muito cauteloso, na medida que a patrimonialização da Cidade Velha exige alguns cuidados, particularmente aos responsáveis, em relação ao trajecto e o caminho do desenvolvimento que vão ser traçado. De referir que o número de visitantes não deve constituir a medida do sucesso turístico, pois existem outras dimensões para assegurar a durabilidade, a harmonia e a valorização do lugar, o que implica esforços concertados mais prevenidos, mais abrangentes e mais criativos. Não obstante, o património cultural da Cidade Velha constitui o segredo para a indústria turística de Cabo Verde, transformar-se num verdadeiro turismo de qualidade.

5.2.1 Segundo a perspectiva dos responsáveis – Ministério da Cultura de Cabo Verde

Segundo questionários realizados ao IIPC, o Ministério da Cultura participou activamente na elaboração da proposta da patrimonialização apresentada à UNESCO, sendo representado pelo Instituto de Investigação dos patrimónios Culturais (IIPC). Os motivos da candidatura da Cidade Velha ao Património Mundial da Humanidade, foram basicamente as seguintes: por ser uma zona histórica; Berço da cultura da nacionalidade cabo-verdiana; um marco de Cabo Verde como plataforma angular na história universal; e por fim mostrar a

importância de Cabo Verde no surgimentos do tráfico de escravos e no comércio triangular (Questionário nº 53).

O IIPC tem consciência que a primeira candidatura apresenta a UNESCO em 1990, provavelmente foi uma proposta prematura, na medida que houve falta de sensibilização da população, e contudo não teria havido quadros suficientes a assumir tanta responsabilidade. Mas agora sim Cabo Verde está preparado: Cabo Verde tem mais quadros técnicos, mais alunos a frequentar curso superior o que torna cada vez mais importante culturalmente e assim Cabo Verde poderá assumir com toda a dignidade esta grande responsabilidade. Ainda que há muita carência de apoios financeiros e quadros técnicos e especializados

Segundo Jair Fernandes[30], o Ministério da Cultura vê com bons olhos a patrimonialização da Cidade Velha. Decerto que Cabo Verde beneficiará com tudo isso e em particular a população do Concelho de Ribeira Grande, na medida que, aumentará o fluxo do turismo, e trará a melhoria de condições de vida da população local com emprego, transporte, capacitação, formação e com as infra-estruturas e acima de tudo com o apoio a preservação dos monumentos (Questionários nº 53).

Contudo, a patrimónializão da Cidade Velha poderá trazer consequências negativas: a degradação dos monumentos; atritos institucionais (Câmara Municipal e o Ministério da Cultura e outras instituições ligados ao gestão do património); subida de preço dos produtos, subida dos lotes dos terrenos (como tem sucedido em Cidade Velha) e aumento da procura de bens da primeira necessidades.

O Ministério da Cultura está consciente da responsabilidade da atribuição do estatuto de Património Mundial da Humanidade a sua manutenção a longo prazo, pelo que ainda afirma que esta é uma comprometimento muito grande face a recursos técnicos e financeiro o que não deixa de exigir muito de Cabo Verde (Questionário nº 52).

Contudo em relação à patrimonialiação da Cidade Velha muitos manifestaram a sua satisfação face ao acontecimento. Com efeito apontei algumas das opiniões apuradas em relação aos representantes de Cabo Verde: segundo afirma o Presidente da República, Pedro Pires, "a elevação da Cidade Velha à Património Mundial vai dar mais dinamismo à indústria cultural em Cabo Verde" (www.dw-world.de).

A mesma opinião é partilhada pelo primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, "trata-se de uma estrondosa vitória de Cabo Verde nos últimos anos". Ainda segundo

[30] Jair Fernandes, funcionário da IIPC

afirma o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, esta vitória foi graça ao investimento de várias horas de trabalhos, pelo Ministério da Cultura (www.brasilia.unesco.org).

O Ministro da Cultura de Cabo Verde, Manuel Veiga, reagiu "com uma satisfação enorme, garantindo que sempre teve a percepção da Cidade Velha como Património da Humanidade". O responsável pela pasta da cultura cabo-verdiana diz mesmo acreditar que esta vitória da Cidade Velha junto da UNESCO simboliza o maior acontecimento em Cabo Verde dos últimos tempos. Para o Ministro da Cultura, esta distinção significa "o reconhecimento da grandeza da ´criolidade´ cabo-verdiana, da sua singularidade, da antropologia e da diferença cabo-verdiana" (www.brasilia.unesco.org).

Ainda segundo Martinho Brito, Director nacional do Património de Cabo Verde assegurou que, agora a Cidade Velha tem o estatuto de Património Mundial da Humanidade, as operações de restauro e de consolidação dos monumentos "ganham mais força" (www.unicv.edu.cv).

5.2.2 Segundo a perspectiva dos responsáveis - a Câmara Municipal de Cidade Velha

Em entrevista feito ao Presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago – Manuel de Pina - foi possível apurar que a Cidade Velha está preparada a assumir o estatuto do Património Mundial, contudo, ainda afirmou que "este Município não está isento de esforço e trabalho e é necessária continuação da recuperação dos monumentos, e continuar a trabalhar em função da dignificação desta grande responsabilidade" (Questionário nº 52).

O referido Presidente da Câmara como representante dos munícipes do Concelho de Ribeira Grande afirma ser notável a satisfação da população em relação a patrimonialização da Cidade Velha. Refere que uma percentagem minoritária da população local por razão, razão esta que se encontram ligada a impossibilidade da construção e reconstrução das suas moradias. Entretanto, esta é uma das particulares razões que deixa a parte da população local descontente em relação a patrimonialização do sítio histórico da Cidade Velha (como também foi possível apurar com o estudo dos dados). Ainda assim, a população tem se manifestado a esperança de melhoria de condições de vida, isto é a opinião da maioria da população local, na medida que algumas pessoas no bairro de São Sebastião já estão a usufruir com a requalificação das suas casas (Questionário nº 52).

A patrimonialização da Cidade Velha trará benefícios a população do Concelho de R. Grande de Santiago, especificamente, com a valorização da Cidade Velha a nível mundial,

contribuirá para os fluxos sociais, mais oportunidade de negócios e aumento de turismo nacional e principalmente com turismo estrangeiro (Questionário nº 51).

Contudo a patrimonialização da Cidade Velha poderá trazer algumas das consequências negativas ao Concelho de Ribeira Grande, nomeadamente vandalismo, insegurança, droga e entre outros problemas sociais. Este reconhecimento da Cidade Velha como património mundial pela UNESCO, a exigirá tomada de algumas medidas, especialmente, mais rigor na gestão da cidade, protecção dos monumentos, limpeza pública, restrição e parqueamento de viaturas (Questionário nº 52).

5.2.3 Segundo a Perspectiva da População Local

Segundo Baptista (1997), as opiniões dos residentes dependem de vários factores, desde as matrizes socioculturais em confronto, passando pelo grau de dependência profissional e empresarial das actividades turísticas e concluindo com o grau de desenvolvimento do próprio turismo no destino em causa.

A perspectiva da população do Concelho de Ribeira Grande de Santiago, é muito claro em relação a patrimonialização de Cidade Velha: depois do estudo levado a cabo por esta investigação pode concluir-se que, por unanimidade a população respondeu a "sim" à patrimonialização da Cidade Velha, ainda que uma percentagem minoritária, cerca de 17%, afirma que a Cidade Velha não está preparada para assumir o estatuto de Património Mundial, alegando que é preciso "a preparação da população local para este fim" (Questionário nº 43). E um outro munícipe da Ribeira Grande de Santiago, estudante em Portugal afirmou que a zona não está preparada para assumir este estatuto, "porque não apresenta condições necessárias a manter este atributo" (Questionário nº 29).

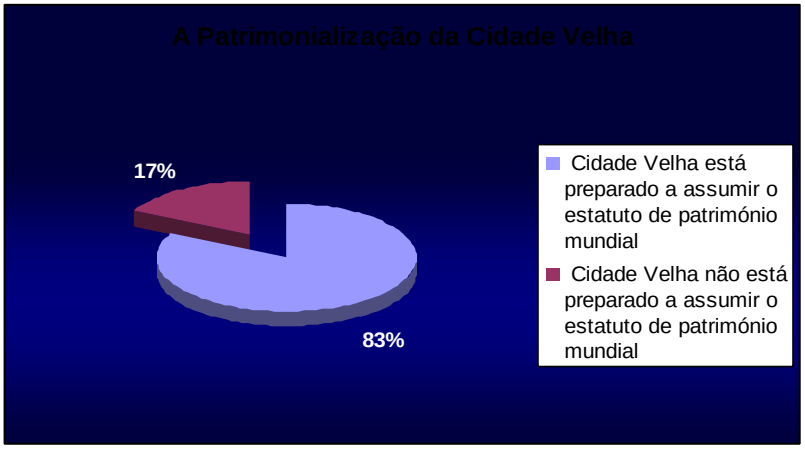


Figura nº 5.4 - A opinião da população local em relação a patrimonialização da Cidade Velha

Neste estudo a participação da população local é muito importante, na medida em que a os habitantes são um dos elementos integrantes da própria patrimonialização da Cidade Velha. Todavia, o património cultural construído exige a reconstrução, preservação, defesa e valorização de forma a que o seu significado seja intrinsecamente sociocultural (Baptista 1997). Porém é indispensável despertar e motivar o interesse da população a participarem nas acções de identificação e caracterização do património cultural. E uma forma das mais evidentes ocorrências da participação da população foi por meio de conferências debates, fórum e outros meios da divulgação e da sensibilização da população, que já foram referenciados anteriormente.

É importante salientar que a população local de Cidade Velha, de forma consciente ou não tem uma participação incontestável na patrimonialização da Cidade Velha na medida que a história e a cultura de Cabo Verde, de modo particular a cultura de Cidade Velha foi um factor prioritário apresentada a UNESCO. Em consequência disto, a médio - longo prazo influenciará a forma de ser e de estar da população local. Contudo, cita-se um exemplo causador de algum incómodo naquela sociedade, correspondente ao modo como a população local da Cidade Velha devem (sente-se obrigada a) construir e reconstruir as suas habitações sem prejudicar o projecto de revitalização da zona (Borges 2005).

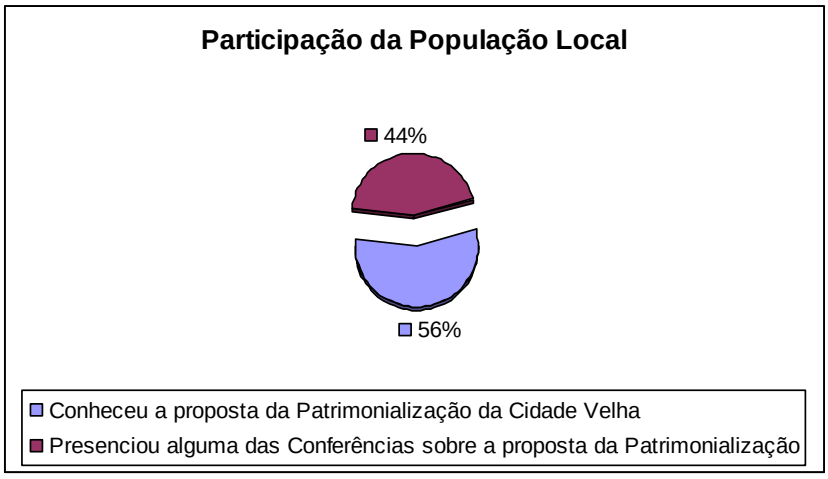


Figura nº 5.5 - A Participação da População Local

Segundo se pode verificar por análise do gráfico anterior, numa amostra de 95% levado em conta como sendo o número total da população local e aceita-se 5% como margem de erro amostral, foi possível apurar que 56% da população dos quais tiveram conhecimento da proposta da patrimonialização da Cidade Velha somente cerca de 44% da população

presenciou ou participou em conferências ou debates sobre a patrimonialização da Cidade Velha. Ainda torna-se importante afirmar que os alunos do Concelho de Ribeira Grande de Santiago, estudantes em Portugal na sua maioria, somente presenciaram os debates ou conferências sobre a patrimonialização da Cidade Velha em Coimbra, nos encontros estudantis realizados naquela cidade e constataram que os debates foram importantes na medida que foi possível conhecer e reter alguns aspectos até as datas ignoradas, Ainda que a grande parte afirmaram que os debates foram poucas esclarecedoras.

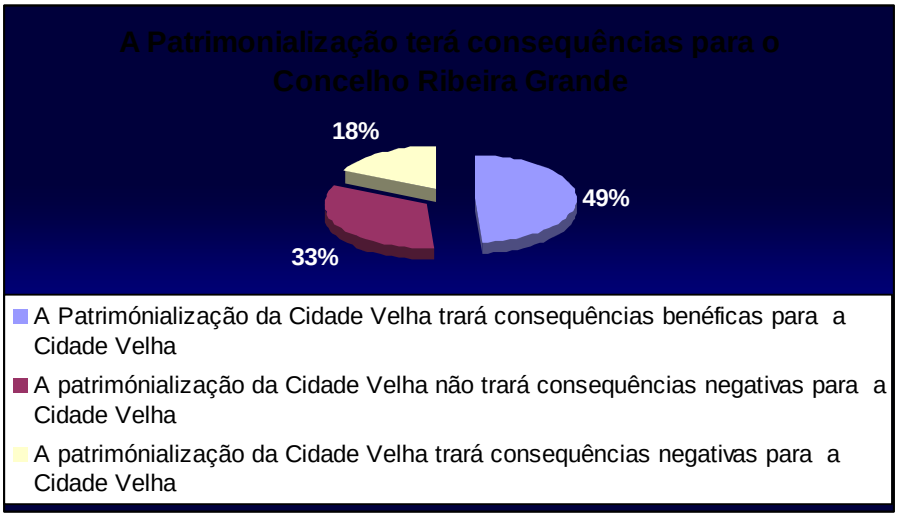


Figura nº 5.6 - A perspectiva da população local a cerca das consequências Negativas

Segundo a opinião de algum dos inqueridos, a patrimonialização da Cidade Velha trará "consequência negativa na medida que em termos de espaço Cidade Velha tem pouco espaço para receber tanta gente ao mesmo tempo, além das outras consequências nomeadamente: vandalismo; prostituição; álcool; droga e entre outros" (Questionário nº 16).

Pelos resultados aferidos uma percentagem de 49% é de opinião que a Patrimoniliazação da Cidade Velha trará benefício para a Cidade Velha e, ao mesmo tempo que 33% da população afirma que a patrimonialização da Cidade Velha não trará consequências negativas ou as consequências negativas serão insignificantes se houver um bom plano de gestão.

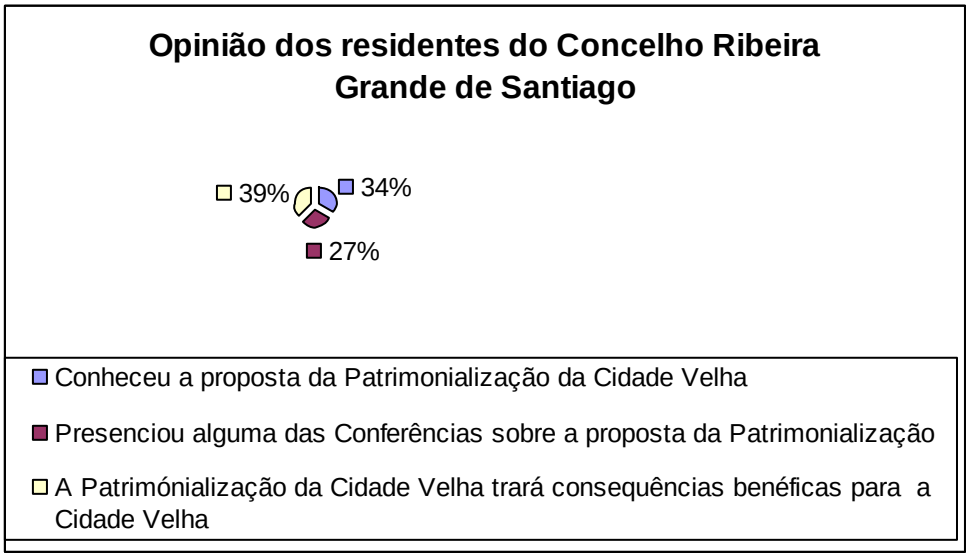


Figura nº 5.7 – Opinião dos residentes do Concelho de Ribeira Grande de Santiago

Ainda face à análise deste gráfico é de realçar que numa amostra total cerca de 34% da população teve conhecimento da proposta apresentada a UNESCO, contudo somente 27% da população local presenciou algumas das conferências ou debates sobre a proposta da patrimonialização da localidade de Cidade Velha. É de salientar que uma percentagem muito superior ao número da comparência das pessoas que presenciaram as conferências, demonstram-se opiniões positivas em relação à patrimonialização da Cidade Velha e, cerca de 39%, afirmam que esta decisão é uma mais valia para Cabo Verde e em particular para Cidade Velha.

Como alguns inqueridos puderam afirmar, "houve falta de interesse da população em participar nas conferências e nos debates realizados" (Questionário nº 43). Mas ainda assim houve quem constatou que a maioria das conferências foram realizadas na localidade de Cidade Velha, o que dificultou a comparência em maior número da população das zonas mais distantes da localidade de Cidade Velha.

Ainda segundo estudo feito por Borges (2005), a tensão social que se apercebia entre a população local e as autoridades envolvidas no plano de salvaguarda da Cidade Velha não é tão fora de comum, na medida que, a população local, na sua grande maioria estão de acordo com o plano da salvaguarda do cariz cultural da Cidade Velha. Porém, a população local não está de acordo com a forma como tem sido implementado o plano da revitalização da Cidade Velha. Afirma Borges (2005) que somente a 5% da população estão totalmente de acordo com a forma como o Ministério da Cultura pretende desenvolver os projectos do actual plano de revitalização (Borges 2005: 82).

Foi possível constatar existência de alguma indignação por parte da população local com a realização da palestra – Turismo, Património e Desenvolvimento Local (anexo nº 9). Nesta palestra ficou claro que a insatisfação da população local perante a requalificação das suas casas e terreno de construção de novas propriedades é muito importante para uma estabilidade social da população da Cidade Velha.

Com efeito, torna importante salientar que a grande insatisfação da população local em relação a patrimonialização da Cidade Velha tem a ver com a impossibilidade construir ou reconstruir as suas casas com "as mínimas condições de sobre vivência" e ter que seguir um projecto com um critério muito exigente a população local (Palestra: Turismo, Património e Desenvolvimento Local, Junho de 2009).

Ainda segundo pude apurar[31], a população local sente-se obrigado a viver numa habitação com o número excessivo de agregados familiar na medida que não podem reestruturar as suas casas. Contudo se pode confirmar esta opinião com afirmação do Borges (2005):

> Existem situações em que o tamanho do agregado vai para além de 14 pessoas. Se considerarmos que as habitações de maioria dos residentes são modestas, algumas, embora tendo condições para aumentar o número de divisões, não o podem fazer devido ao impasse em que se encontram as intervenções em matéria de construção fora do Projecto de Plano de revitalização (Borges 2005: 72).

Ainda assim, é importante que os responsáveis tenham algumas preocupações com as vendas e compras das casas antigas e terrenos por pessoas sem a mínima ligação à cultura e vivência local, na medida que isso pode contribuir para uma gentrificação[32] da localidade de Cidade Velha, o que fará com que haja mudanças das classes sociais, e provocará uma deslocação do centro para a periferia da classe média baixa. Contudo, esse processo começará com a revitalização de um destino turístico como tem acontecido na Cidade Velha.

A revitalização dos centros e bairros tem como principal objectivo a aquisição e restauro de imóveis, a reutilização dos velhos edifícios, antigas fabricas, antigas minas e a recuperação das características históricas do lugar. Porém, o processo de revitalização não faz com que haja a mudança das classes sociais enquanto que, no processo da gentrificação, o seu

---

[31] Esta informação foi possível apurar somente por conversa informal, na medida que, alguns moradores não se mostraram disponível a responder a algumas perguntas constituídas nos questionários.

[32] Gentrificação significa refinamento. Ou seja, gentry quer dizer aristocracia ou gente fina e ainda pode ser utilizado como sinonimo da qualificação, no sentido de melhorar a qualidade do espaço. Por outra palavra podemos dizer que, a gentrificação consiste numa reestruturação espacial profunda em vários sentidos e é um processo que transporta grandes contradições sociais.

processo é mais profundo, assim os alojamentos pobres e modestos são comprados e transformados em residências elegantes e caras, e nesse sentido, a classe trabalhadora (classe média) é despojada, por falta de poder de compra e as características, a identificação social e a cultural local irá transformar-se e por vezes de uma forma antagónica à cultura outrora conhecida e defendida.

Nesta medida, a médio e longo prazo a população local sentirá obrigação de vender as suas casas e comprar outras casas numa zona onde podem satisfazer as suas necessidades. Como afirma Barretto (2007: 127), haverá *"expulsión de estas personas de sus casas… obligándolas a mudarse para barrios alejados".* É importante realçar que a grande procura de terrenos para construção de casas para habitação em Cidade Velha, possivelmente será um facilitador do processo da gentrificação da Cidade Velha. Como sempre, antes da gentrificação os lugares eram habitados por pessoas que tinham uma história e uma vida pacata. Porém, os centros onde houve expulsão dos seus habitantes a desigualdade social é mais visível e, nesses centros predomina a prostituição, os pequenos crimes, o tráfico de drogas e outros actos ilícitos na medida em que, depois do final do período de trabalho as pessoas trabalhadoras vão para as suas casas (fora do centro) e em alguns casos a zona ficará isolada entregue aos criminosos, contribuindo em particular para a insegurança da população residente (Barretto 2007). É um caso que exige um estudo aprofundado e mais demorado, o que não foi possível realçar nesta investigação, ainda assim como investigador não pude deixar de salientar este facto deparado no terreno. E a meu ver é merecedor de muita atenção por parte de todos em particular dos responsáveis.

No entanto, por outro lado, algumas pessoas demonstraram alguma insatisfação, houve quem se mostrou satisfeita com a patrimonialização da Cidade Velha, apontando a requalificação das ruas, a restauração das casas como sendo algumas das vitorias a se manifestar, na medida em que não pagaram absolutamente nada na "requalificação das ruas e ou das casas" (Questionário nº 26).

5.2.4 A patrimonialização da Cidade Velha segundo a perspectiva dos turistas

Segundo alguns versados afirmam o "olhar do turista" torna se fundamental ao bom investimento na indústria do turismo. Segundo Urry (1990) os turistas gerem experiências diferentes daqueles com que nos deparamos na vida quotidiana. E esse olhar é socialmente organizado e sistemático. Parte destas experiências consiste em lançar um olhar ou encarar um conjunto de diferentes cenários e paisagens ou vistas de cidades.

Contudo podemos afirmar que, a visão do turista ajudam os responsáveis a construir e desenvolver as suas ofertas e os seus próprios produtos turísticos. Ainda segundo Urry (1990), "não existe um único olhar do turista enquanto tal" e o opinião dos turistas varia de acordo com a sociedade, grupo social e o período histórico, e ainda frisa o autor que não há uma única experiência universal verdadeira para todos os turistas, em todas as épocas.

O olhar do turista, em qualquer período histórico é construído em relacionamento com o seu oposto, com forma não turistas de experiência e de consciência social: o que faz com que um determinado olhar do turista depende daquilo com que constata a sua perspectiva e a sua previsão do lugar (Urry 1990).

Neste sentido, as observações dos turistas acerca do reconhecimento da Cidade Velha como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, é uma mais valia na medida que podemos usufruir também das suas opiniões para melhorar a nossa oferta cultural, como um destino turístico cultural e valorizar o património monumental e cultural ali existente.

Segundo um dos turistas inqueridos afirmou " a patrimonialização da Cidade Velha teria um grande efeito para Cabo Verde e para Africa (Questionário nº 62), refere-se que, a maioria dos turistas inqueridos perfilham esta opinião. São de acordos que Cidade Velha tem todo o mérito de ser reconhecido como Património Mundial da Humanidade, antes de mais pela sua importância histórica e cultura. Assim constata um turista de nacionalidade brasileira[33]:

> Os monumentos estão preservados e em bom estado de conservação no geral. Eu tive conhecimento da proposta da patrimonialização da Cidade Velha, contudo é uma proposta muito valida e importante. E merece ser considerado Património Mundial da Humanidade (Questionário nº 61).

Na perspectiva de alguns turistas questionados, na sua maioria, afirmaram que das principais razões à visita a Cabo Verde é de conhecer a Cidade Velha e conhecer a sua história. Um dos turistas inqueridos referiu (Questionário nº 63), "as minhas motivações são antes de mais conhecer a Arquitectura militar espanhola e a própria Cidade". Ainda é importante frisar que os inqueridos afirmaram que a melhoria das condições da oferta turística da Cidade Velha passa indispensavelmente pela segurança e limpeza. Todavia, em todos os destinos turísticos de qualidade a segurança e a limpeza são dos principais factores a perspectiva de uma boa qualidade das ofertas turísticas.

[33] No mês de Abril de 2009

Em jeito de conclusão deste capítulo torna-se indispensável estudar e conhecer uma das maiores instituições ligadas a preservação e valorização da cultura local e em particular a conservação e dinamizar os monumentos históricos e culturais. A este respeito, proponho um breve estudo sobre museu, conservação e valorização do património cultural. O objectivo particular cinge-se em saber até que ponto o museu pode influenciar a população local na sua tomada de consciência sobre a preservação, conservação e valorização do património históricos monumentais e culturais da Cidade Velha e ainda conhecer a capacidade do museu em dinamizar e desenvolver um espaço, em particular a nível social, económica e educacional naquela localidade como sendo um destino turístico. E deste modo iniciamos por definir o museu.

5.3 O museu, conservação e valorização do património cultural

Segundo afirma Raposo (in Moreira 1997), o espírito coleccionista, é o "pai" de toda a atitude museológica. Assim o coleccionar dos objectos faz parte do conjunto de elementos que mais universalmente une o homem e a sabedoria, desde há cerca de cem mil anos até ao nosso presente. Conquanto, somente coleccionar é pouco para se constituir em Museu, mas já é a base para se iniciar um espólio de memórias.

Nos últimos dois séculos particularmente e por força do racionalismo e da chamada "revolução científica" tem sido muitas as explicações, sobre o que é o museu actual. Ainda assim, é importante frisar que a actual função e actividade levado a cabo pelos museus são frutos das evoluções e conjugações do coleccionismo, recolha, estudo e correspondente apresentação. Contudo, a definição do museu vai muito mais além disso.

Segundo afirma Raposo (In Moreira 1997) torna-se importante salientar que desde século XVII, houve quem dispensasse grande parte do tempo a visitar ruínas, a coleccionar, e catalogar objectos antigos.

Porém é de afirmar que os fósseis, as moedas, as epígrafes, os artefactos de uso comum foram os mais directos antepassados dos museus, designado de "gabinete de curiosidade" constituída por coisa da natureza, provavelmente antigas e coisa feito pelo homem de carácter excepcional e presumível antiguidade. A sistematização do "gabinete da curiosidade" e no próprio projecto expositivo encontravam-se as raízes metodológicas e intelectuais que iriam conduzir ao aparecimento do conceito como o do uniformismo ou métodos como o da estratigrafia que preparavam aceleradamente o terreno para que o mais

remoto passado fosse pesquisado e a grande antiguidade do homem pudesse ser admitido (Moreira 1997: 75).

> O Museu é a casa de arte. Ai podemos visita-la. Mas nem sempre foi no museu que habitou. É que o museu é uma invenção da burguesia e nasce durante a Revolução Francesa. No primeiro aniversário da decapitação de Luís XVI, o Louvre abre as portas, em 1783, como primeiro museu (Schwanitz 2004: 306)

Museu define-se como forma de mostrar o passado histórico de um determinado povo, sem obrigar um congelamento da população. A museologia permitiu a criação de microcosmo no qual se encontra as histórias credíveis, e se pode reproduzir um momento do passado importante para a identificação de um de terminado grupo social dentro das margens aceitáveis de autenticidade com que a facilidade que a cronologia actual oferece e com qualidade estética.

Os museus desde antiguidade serviam como lugar para guardar objectos antigos e de colecções desses mesmos objectos, no qual foram criadas por classes dominantes, clero e a nobreza, e eram fundados de acordos com os seus padrões estéticas e a suas necessidades ideológicas. Segundo afirma Schwanitz (2004), o museu tornou-se o herdeiro da monarquia. As colecções das quais se encontravam nos museus eram acessíveis somente às camadas superiores da sociedade, e não ao público em geral. E o facto dos quadros, nas colecções dos nobres, não serem exibidos como peças individuais.

A Revolução Francesa revolucionou também as artes, fez com que fosse reconhecido o "quadro enquanto obra de arte individual" (Schwanitz 2004: 306). Ainda assim, demonstrou este autor que esta evolução foi graça aos novos conhecimentos científicos e a introdução de algumas das técnicas e modificações feitos nos museus. Estes acontecimentos permitiram que os museus passassem a ter maiores privilégios nos meados do século XX. Alguns tempos mais tarde os museus abriram as portas não ao público geral como ainda permitiu a entrada de especialistas, estudiosos e estudantes universitários, e aos curiosos no qual iam a procura de conhecimentos e saberes (Schwanitz 2004).

Em 1946 foi criada o Conselho Internacional de Museus (ICOM) com o objectivo de proporcionar novos rumos aos museus. Foram elaborados alguns critérios e algumas regras básicas para o funcionamento dos museus. No entanto, não existe um programa arquitectónico de museus, segundo o ponto de vista da arquitectura pode definir dois tipos de museus: Museus Interiores, no O ICOM aconselha a ter sempre algumas medidas básicas na construção deste tipo de museu, assim como: existência de salas de exposições pelo menos uma sala permanente e uma outra temporária; reservas técnicas adequadas aos objectos,

laboratórios de restauro e de preparação; sala de investigação, salas de administração, auditório para actividades existentes; espaços para descansos com restaurantes e cafetarias; e Museus Exteriores (ao ar livre) definidos como museus que se encontra em áreas externas ocupam grande extensão de terrenos. Geralmente estão localizados fora dos centros urbanos. Corresponde o ecomuseus, museus em ar livre e site museus ou museus jardins (Barretto 2007).

4.3.1 Ecomuseu e a preservação do património histórico, cultura e natural

A palavra ecomuseu surgiu-se pela primeira vez em 1971, com George-Henri Rivière quem idealizou os esquemas museológicos que Hugues de Varine designou de ecomuseu. Este por sua vez, tornou-se como sendo, o museu moderno, o museu de região ou de uma localidade, no qual permita uma "relação Homem-Natureza ou homem-território", ensinando a cronologia e a simultaneidade dos fenómenos naturais e culturais, mostrando os elos que formam as cadeias dinâmicas do mundo, entre o passado e o presente, e ao mesmo tempo perspectivar o futuro, ou seja, conhecer, valorizar, e fazer com que a geração futura se conheça e se identifique e ao mesmo tempo valoriza a cultura dos seus antecessores (Pessoa 2001: 35). Ainda segundo Vasconcelos (In Camacho 2008: 67), conhecemos casos em que as pessoas se mobilizam para que o museu possa continuar a ser uma possibilidade de mostrar aos filhos, netos e os que vêm de fora, uma de duas coisas:

> Por um lado, os testemunhos de épocas passadas, em que aquela povoação teve uma importância política ou económica que se não corresponde já á realidade actual, mas que justifica um orgulho presente na forma como as pessoas se relacionam ainda com a sua terra; Por outro lado, os testemunhos de uma vida rude e dura, diferente da actual, que permitem valorizar as pequenas memorias já perdidas no espaço domestico, e fazer as leituras, umas mais realistas, outras mais poéticas, de tempos e pessoas que se querem trazer ao convívio no presente (In Camacho 2008: 67).

Contudo, as noções de ecologia, foram se desenvolvendo ao longo do tempo particularmente, no século XX, revelaram carácter indissociável das ligações do homem com os outros seres vivos e com o meio. Assim é importante afirmar que, o ecomuseu nos faculta a interligação entre homem e os outros seres vivos e o meio que o rodeia. Esta concepção traduziu-se, no campo da Conservação, entre outras resultantes, pela criação de parques naturais, nos quais o património cultural das populações rurais, fortemente entrosadas na Natureza, passou a ser tão importante como o património natural, ao contrário do conceito de parque nacional estreitamento biológico (Camacho 2008).

Segundo constata Pessoa (2001), a conservação dos valores culturais, estabelecida em regiões rurais cujas populações são herdeiras desse passado por assim dizer, são intrínsecas relações entre o Homem e a Natureza. Portanto, estas relações exigem a criação de estruturas de conservação e animação ou dignificação desse património.

Desta forma, nasceu o ecomuseu como sendo "a interligação da museologia, como promotora de estruturas de conservação do património, com a ecologia" condescendente, a definição do ecomuseu por esta simples frase, as relações das comunidades humanas com os outros seres vivos e com o meio (Pessoa 2001). Ainda assim, aproveito esta definição, que muito condiz com a realidade do ecomuseu:

> É ele criado como um espelho onde a população se contempla para nele se reconhecer, onde ela procura a explicação de território a que está ligada, juntamente com as populações que a precederam na descontinuidade ou na continuidade das gerações (Pessoa 2001: 35).

Ainda assim é de afirmar que, o ecomuseu revela o passado de uma região sem recorrer a grandes edifícios nem a grande complexidade museológicas; revela a história da região desde a sua formação. Neste sentido, podemos afirmar que, a criação da estrutura de conservação do património (ecomuseu) é fundamental para a explicação de como tudo se formou, como apareceram os primeiros habitantes, os primeiros participantes e acima de tudo como se formou e desenvolveu a cultura local em ligação com os ecossistemas naturais que os homens iam transformando (Camacho 2008).

O ecomuseu destina-se em primeiro lugar à população, em particular para aquelas regiões em que o prestígio das coisas urbanas tende a apagar a importância das culturas próprias e tradicionais. Ainda segundo Pessoa (2001) e Vasconcelos (In Camacho 2008), Torna importante relembrar como é indispensável o papel do ecomuseu junto da população local, na medida que o ecomuseu faz com que a população conheça e valoriza a sua cultura e a sua tradição, os seus conhecimentos seculares, e claro está, a sua identidade e a sua forma singular de estar no mundo. Da para perceber que a população local neste tipo de intervenção museológica participa activamente, através do trabalho nas diferentes estruturas de funcionamento: oficinas artesanais, restaurantes, e particularmente através cedência de peças para as exposições.

Deste estudo ainda fiquei mais confiante que o museu em Cidade Velha terá uma importância incomparável para um desenvolvimento do turismo de qualidade para Cidade Velha, ainda que esta proposta consista num projecto pouco ambicioso, na medida que esta

localidade é possuidora de uma importância história universal merecedora de muita consideração por parte de todos.

No entanto, a proposta futuramente apresentado neste trabalho de investigação será de certeza uma mais-valia para os turistas que visitarão a Cidade Velha e em particular á população local, no qual podem estudar, conhecer, e demonstrar o seu passado histórico com fundamento científico.

5.3.2 Museu: função social, educacional e a conservação do património

A sociedade em geral tem conhecido de algumas mudanças conduzidas por diversas forças (as novas tecnologias) e que não podem deixar de afectar os museus e que fazem com que a sua posição e o seu valor já não sejam tão evidente como antes. Ainda assim, alguns museus tentam responder a este desafio, contradizendo a tendências de se posicionarem como um mero espaço passivo.

Entretanto, como forma de dar resposta as dissonâncias, é no contexto de uma sociedade reflexiva que o sector museológico enceta o caminho de um constante e multifacetado auto-exame que os museus tendem a ver-se como artefactos. Ainda assim, é importante realçar que a retórica museológica parece concentrar-se cada vez mais em questões que se relacionam com a sua razão de ser, assumindo a uma nova proeminência orientada que reconhece como a verdadeira causa da acção humana como a sua missão relegando para o segundo plano outras causas possíveis que desempenham o papel de causas ou condições instrumentais (Camacho 2008).

Segundo Semedo (In Camacho 2008: 25), é necessário que os museus participem em terrenos muitas vezes controversos de forma a poderem, verdadeiramente ter uma abordagem holística da sociedade e da cultura. Ainda frisa Semedo “uma abordagem que despertaria uma consciência social centrada nas pessoas em detrimento de uma abordagem de mera devo-a-objectos”.

Segundo Pessoa (2001), a função do museu consiste em educar, “todo o museu tem de ser, acima de tudo, um poderoso instrumento de educação popular” ao meu ver esta frase por simplesmente diz tudo sobre a actual função do museu. Segundo Semedo (in Camacho 2008), as expectativas actuais em relação a valor da educação da cidadania é um dos princípios fundamentais do museu. Ainda assim esta “é uma das áreas mais carenciadas não só de programas sustentados mas também de estudos sistemáticos”. Isto é devido a falta de apoiados

em leituras críticas e no desenvolvimento e aplicação de metodologias adequadas que permitam uma análise dos dados, devidamente fundamentada.

Contudo para que os museus tirem o melhor proveito deste principio (educar), deve ter sempre em conta a finalidade em estudar e demonstrar a cultura, o passado histórico e a vida das pessoas e os seus costumes e fazer com que a população local além de aprender, também tome a consciência do seu passado histórico, social e cultural, ainda que em maioria dos casos se encontrem esquecidos e/ou desconhecidos por parte da população. O papel do fundamental do museu será no sentido de uma transmissão contínua da cultura entre o passado e o presente. E em todo caso, os residentes terão sempre forma de mostrar aos visitantes um retrato do seu passado histórico.

O ICOM sugere ainda que, todos os museus "devem ter em comum o primado da pessoa, o serviço à sociedade e seu desenvolvimento" (Camacho 2008: 31).

O museu além de auxiliar a comunidade local como modo de adquirir e reencontrar a sua identidade cultural, também é um dos melhores lugares onde os turistas podem encontrar os vestígios do passado histórico, as mais antigas tradições e a própria cronologia histórica no qual se pode constatar a evolução cultural de um determinado povo, sem colocar em causa a "autenticidade" cultural deste povo, dado que, a cultura de um povo nunca está parada mas sim em constante mutação e evolução (Gascón e Cañada 2005). Ainda segundo Semedo (In Camacho 2008: 29), "Se os museus e as suas colecções querem ter um futuro verdadeiramente útil devem fazer parte da vanguarda de uma mudança positiva, proporcionando acções de liderança cultural".

Assim os museus devem procurar, re-inventar experimentar e re-descobrir outros territórios, procurando estabelecer-se como parceiros sociais e culturais que recusam posições de exclusividade e que se re-inventam como instituições receptivas e pró-activas ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Estabelecem-se novas agendas que envolvem agora questões de democratização e da cidadania (Camacho 2008).

Cada vez mais se defende que os museus devem deixar de ser um mero posto de informação para agirem como um espaço que onde os residentes e os visitantes possam utilizar para explicar as suas próprias ideias e chegar ás suas próprias conclusões. Neste sentido, o museu torna-se um mediador de informação e conhecimento para ser utilizado pelos visitantes nos próprios termos. Neste contexto, os museus transformam-se em lugares de contacto, de questionamento e de confronto entre colecções e outros espólios, ao mesmo tempo que se tornam num espaço de diálogo e de participação cívica por excelência. Salienta Semedo (In Camacho 2008: 35) "precisamos de ouvir e aprender com as nossas comunidades;

precisamos aprender o que é verdadeiramente importante para as pessoas" e desta forma surgiu o ecomuseu, com George-Henri Reivière.

Pela noção da conservação do património cultural e natural pretende-se defender o património como parte de um povo ou de uma nação e possivelmente como parte da humanidade, e não apenas de uma região (Pessoa 2001: 76-79).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, a Cultura e Comunicação (UNESCO), tem-se preocupado com os patrimónios perdidos ou escondidos nos estratos dos espaços e dos tempos que foram património de povos ou de nações e que pertencem a um património da humanidade (Moreira 1997: 139).

Torna-se importante salientar o aumento interesse mundial na protecção dos elementos do património cultural, sobretudo dos de maior importância. Com efeito, o património cultural ao ser considerado "património comum da humanidade", passa por sua vez, a não se confinar a cada Estado, mas "antes reside na comunidade internacional no seu conjunto" (Pureza 1998: 259).

A esta medida é compreensível que a sensibilidade de toda a gente culta sentia tocada com o desgaste ou uma perda irreparável de qualquer património cultural comum da humanidade, isto deve-se particularmente ao seu valor singular. De forma oportuna, Pureza (1998: 259), cita por exemplo "a mutilação da Pietà de Miguel Ângelo." Este exemplo deixa-nos uma alerta, como seria grande a perda de um determinado património cultural e natural, ainda a perda seria mais notável em relação aos patrimónios identificados como excepcionais.

Nesse sentido, a UNESCO, em 1956, por ocasião da 9ª sessão da conferência Geral em Nova Deli fez aprovar uma recomendação dirigida a todos os seus Estados-membros tendo em conta a definição de alguns dos princípios gerais e estabelecer normas quanto à protecção e conservação do património arqueológico. Ainda nesta Conferencia Geral foi recomendado que "o regime de escavações releva exclusivamente da competência dos Estados embora deva conciliar este princípio com o da colaboração internacional" (Moreira 1997).

Segundo Moreira (1997), a UNESCO com a aprovação destas grandes linhas normativas pretende que sejam dadas garantias de conservação dos monumentos e obras do passado respeitando o valor e a importância que os povos criadores lhes deram, e ao mesmo tempo promovendo um melhor conhecimento das diferentes civilizações e culturas.

A convenção sobre a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural adoptada pela UNESCO em 16 de Novembro 1972, deixou clara a apresentação de um sistema que se baseia na presumível insuficiência de meios económicos, científicos e técnicos da protecção nacional dos bens. E neste âmbito, estabeleceu em correspondência o "princípio da

subsidiariedade" como o critério regulador da actividade da comunidade universal (Pureza 1998).

Ainda conta Pureza (1998) que a Convenção de 1972, começou por registrar que as ameaças de destruição do património cultural e natural são crescentes e mais diversificadas e que a deterioração de um bem deste património constitui o empobrecimento de património de todos os povos e assinala de seguida que a protecção nacional é geralmente insuficiente, pelo que a comunidade internacional deverá desempenhar uma função supletiva e complementar dos mecanismos de protecção interna.

Assim sendo, a convenção de Novembro de 1972, deixou claro que o conjunto dos Estados-membros assume um dever de contribuir para a salvaguarda e preservação daqueles bens culturais particularmente importantes e que marcaram a vida da humanidade. Com efeito, esse contributo será através de mecanismos de assistência técnica e financeira, mas também que essa assistência deve ser canalizada para o Estado Territorial[34] sem a mínima intenção de se substituir a esse mesmo Estado e de ultrapassar as suas competências soberanas (Pureza 1998).

Este sistema organiza-se em dois tempos: por um lado, os bens culturais cuja excepcional relevância determina a sua pertença ao património cultural comum da humanidade permanecem submetidos às competências soberanas do Estado Territorial em que se encontram. A soberania do Estado territorial deve ser plenamente respeitada e é exactamente este princípio que fundamenta a competência exclusiva do Estado para a identificação dos bens que, situados no seu território, fazem parte do património mundial;

Por outro lado, cabe aqui um importante e decisivo conjunto de obrigações de resultado ao Estado Territorial: além da identificação dos bens patrimoniais, também a protecção, conservação e transmissão às gerações vindouras, para o que deverá o Estado adoptar as medidas jurídicas, financeiras, científicas e educativas necessárias (Pureza 1998).

A convenção impõe à comunidade internacional no seu conjunto ou, mais precisamente, a comunidade de Estados membros na Convenção, "um ónus de cooperação" de um quadro jurídico formado por obrigações de valor apenas convencional com o Estado territorial, quer através de obrigações de cooperação de carácter geral quer através de mecanismos institucionais apropriados (Pureza 1998).

[34] Refere-se ao Estado ou território onde se encontra o património

Ainda segundo Pureza (1998) este dever de cooperação previsto, será concretizado sempre no respeito pela soberania do Estado territorial, que nunca irá além de um factor subsidiário das medidas nacionais, vocacionado para as completar eficazmente.

Com efeito, a Convenção de 1972 determina "a criação de um sistema de cooperação e de ajuda internacional destinado a assistir os Estados partes na Convenção nos seus esforços de protecção e conservação", sendo ainda de referir que:

> A Convenção estabelece como centro operativo de regime da convenção o comité Intergovernamental do Património Mundial Cultural e Natural, um órgão composto por 21 representantes dos Estados partes eleitos para um mandato de seis anos e assistidos por representantes de algumas das organizações não governamentais mais importantes deste sector (UICN, ICOMS ou ICCROM). Ao comité está a atribuída a função de gestão – isto é, de inscrição dos bens assinalados pelos Estados, de divulgação e de materialização da inscrição na concessão de assistência técnica e financeira da lista do Património Mundial e lista do Património Mundial em Perigo (Pureza 1998: 261).

Como essas convenções foram tanto quanto importantes no processo de preservação, conservação e valorização dos bens culturais, a convenção de 1972 tornou-se um instrumento diplomático mais universalista que veio complementar e fazer valer as recomendações antecedidas por anteriores Conferências Gerais (Moreira 1997).

Contudo, é importante frisar que, as recomendações da UNESCO, ainda que, aprovadas em épocas diferentes, contêm uma unidade e actualidade nos princípios e nos objectivos indissociáveis, mantendo uma atitude pedagógica e formativa nas matérias da preservação e valorização dos bens culturais enquanto Património da humanidade. Ainda torna-se importante salientar que, a preservação e como a valorização devem ser entendidos como elementos fundamentais para o bem-estar, o desenvolvimento e para a compreensão mútua dos povos e também para a permanência e sobrevivência histórica e cultural dos mesmos, sem subalternização ao desenvolvimento económico e social e o património cultural devem estar ao serviço da sociedade de cada Estado, concorrendo para a sua realização individual e colectiva (Moreira 1997).

Ainda segundo afirma Moreira (1997), para que se encontre uma solução harmoniosa entre Cultura (conservação do património) e o Desenvolvimento (exploração económica do património), torna-se imprescindível de tudo, a criação de um conjunto de meios, entre eles: uma legislação nacional ajustada com os diplomas internacionais; a consciencialização dos agentes económicos, uma educação voluntarista dos cidadãos e por último a colaboração das instituições nacionais.

Na opinião da Moreira (1997: 145) “Qualquer património, a nível planetário, pertence mais aos que hoje nascem do que hoje vivem”. É neste espírito de união entre o passado, presente e o futuro que sobressai o objectivo essencial da UNESCO, face à conservação, preservação e restauro dos bens culturais em prol do desenvolvimento dos povos no contexto individual e colectivo.

Neste contexto, o património cultural e natural merece um plano de gestão sustentável que reúna respeito e contribuição de todos e em particular, dos que são os actuais herdeiros e mesmo tempo que ter a preocupação como herança para a geração futura. Nesta perspectiva o primeiro dever cabe aos responsáveis da população de Cidade Velha.

6. O TURISMO SUSTENTÁVEL E A PROPOSTA MUSEOLÓGICA PARA CIDADE VELHA

6.1. O desenvolvimento turístico sustentável: perspectivas teóricas

A definição do turismo e o próprio fenómeno do turismo não constitui um processo de fácil caracterização face às diversidades de sujeitos que envolve e aos múltiplos impactes que suscita. Em todo caso, pode afirmar-se que o turismo tem um carácter multidimensional ao nível dos sujeitos que podem ser individuais ou grupos indiferentes (Barros 2004).

Segundo salientam alguns autores incluindo Barros (2004), o turismo é um fenómeno recente. Ainda que os processos migratórios estejam associados à história do homem, processo esse necessariamente causador de conflitos[35], conquanto, o turismo implica deslocação e sedentarização temporária. Estas características fazem com que o turismo seja um fenómeno recente. Porém, o turismo tem vindo a suscitar o interesse de especialistas de diversas áreas como a antropologia, a sociologia, a geografia, a história, o marketing, a gestão entre outros, os quais têm dados contributos muito importante para a definição e análise do turismo.

Segundo Baptista (1997), o turismo pode ser visto numa perspectiva do antropológico. Assim, trata-se da definição até agora mais abrangente e aquela que contempla a multiplicidade dos parâmetros e dos objectivos do turismo como actividade complexa. Neste âmbito, o turismo é definido como sendo:

> Fenómeno humano e social que se constituirá no deslocamento de pessoas, provisório e limitado no tempo, para que não implique a transferência do local habitual de vivência, tendo como causa fundamental motivações diversas (que poderão ir do simples lazer aos aspectos de ordem profissional) e que tem subjacente, ao aproveitamento dessa deslocação, um misto de evasão do ser humano no seu próprio etno-ecossistema em que está inserido, por um lado, e, por outro, a resultante da descoberta de elementos novos de outros meios e culturas, que de forma mais ou menos vincada não deixarão de produzir efeitos de aculturação e ou enculturação no campo dos costumes e mesmo de ideias (Baptista 1997: 40).

Ainda assim, o turismo pode ser definido na perspectiva cultural, segundo a Organização Mundial do Turismo como sendo:

---

[35] Ainda segundo Barros, "qualquer migração desencadeia conflitos, independentemente da causa que a tenha originado, da intenção que a mova, do seu carácter voluntário ou involuntário

> O movimento de pessoas que obedecem as motivações essencialmente culturais. São incluídas, mesmo assim, nesta definição, modalidades tão diversas como viagens de estudo, digressões artísticas, viagens culturais, deslocações efectuadas para assistir a festivais ou outras manifestações culturais, visitas a sítios e monumentos históricos, viagens que têm por objectivo a descoberta da natureza, o estudo folclore ou arte e as peregrinações (Baptista 1997: 42).

Temos ainda, segundo a definição da AIEST (Associação Internacional dos peritos Científicos do Turismo) a definição de que:

> O turismo é um conjunto de relações e fenómenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que esses deslocamentos e permanência não sejam motivos por uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporário (Baptista 1997: 40).

Segundo Barros (2004) o turismo tem adquirido uma importância significativa para a economia de muitos países e em particular para os países europeus. As actividades turísticas possuem uma importância significativa demonstrando uma exigência acrescida em todos os recursos de usufruto turístico, incluindo as infra-estruturas básicas de acolhimento e o modo como se processa a organização das actividades. Em todo caso, é importante salientar que antes do próprio investimento do turismo é importante a estruturação do planeamento das actividades turísticas nas quais podem integrar os objectivos dos poderes públicos, centrais, regionais e locais, a fim de alcançarem o melhor proveito no sector turístico.

O turismo começou a ser um ponto relevante para o sector económico logo após a Revolução Industrial e, desde então tornou-se uma importante fonte de recursos. Ainda assim, nas sociedades indústrias avançadas observou-se uma tendência crescente por parte dos indivíduos e grupos de pessoas para viajar. Segundo estudo levado a cabo pelo WTTC (World Travel and Tourism Council) o turismo é hoje uma das maiores indústrias do mundo, com um volume de negócios calculado em 372, 6 milhões de dólares (1995) e com uma despesa de consumo da ordem dos 13%. Nisto podemos concluir que a contribuição da indústria do turismo no PIB mundial se torna muito mais relevante que as contribuições das outras industrias, nomeadamente as indústrias, da agricultura, de aço, do automóvel ou da electrónica (Hazebroucq 2003). Como ainda podemos confirmar de seguida.

Segundo Hazebroucq (2003: 14), o turismo produz mais de 6% do PIB mundial com 255 milhões de emprego directo, indirectos ou induzidos. A indústria turística engloba cerca de “8, 35% do produto das exportações mundiais comparativamente com as outras indústrias,

nomeadamente a indústria de petróleo com 6,5%, os veículos automóveis 5,6% e o equipamento electrónico 4,5%.

Segundo Firmino (2007: 99), o turismo contribuiu em 2001, com 10,35% do PIB a nível mundial tendo atingido 10, 36% do PIB, em 2004. Segundo Afirma Fermino (2007) a distribuição por grandes regiões é a seguinte:

Quadro nº 6.1 – Contribuição do turismo para o PIB a nível mundial, por regiões Percentagem (%) do total (a)

Região	2001	2002	2003(e)	2004(e)	2014(p)
Mundo	10,35	10,14	10,15	10,36	10,89
Norte de África	11,84	11,71	12,42	13,19	12,96
África Subsareana	7,60	7,34	7,15	7,37	8,57
Caraíbas	15,79	14,17	13,93	14,75	16,55
América do Norte	11,03	10,45	10,36	10,68	11,32
América Latina	7,40	7,43	7,12	7,31	7,62
União Europeia	11,64	11,43	11,47	11,49	12,04
Europa Central e de Leste	9,94	9,66	9,84	10,13	11,89
Médio Oriente	8,28	8,37	8,71	9,01	9,39
Sudeste Asiático	7,87	7,56	7,07	7,41	7,95
Sul da Ásia	4,99	4,87	4,94	5,05	5,33
Nordeste Asiático	9,00	9,12	9,15	9,27	10,10
Oceânia	13,14	13,55	13,01	13,21	14,45

(fonte: Firmino 2007, 98) (a) Economia de Viagens e Turismo; (e) Estimativa; (p) Previsão

Contudo podemos verificar neste quadro que, as regiões do Mundo com maior PIB turístico, face ao PIB das suas contas nacionais, são as Caraíbas, a Oceânia, o Norte de Africa, a União Europeia e a América do Norte pelo que, Firmino (2007) realça o contributo demonstrado WTTC e apontou uma estabilidade no período de 1999 a 2004.

O turismo tem sido um dos fortes sector de desenvolvimento a nível mundial, pois em alguns casos torna-se um dos problema vitais para os países em desenvolvimentos e em particular os países subdesenvolvidos os quais, por não possuírem grandes oportunidades no sector económico levam a que os responsáveis usem a indústria turística como ponto de "escape" e em alguns casos investem no sector de turismo com a mínima preocupação para com um desenvolvimento sustentável e equilibrado entre os recursos, o ambiente e a procura turística (Gascón e Cañada 2005).

> *Los países tercermundistas obviamente somos ineficaces en la parte de nuestras producciones. Tenemos que buscar outros medios donde sabemos que podemos ser competitivos. Y el turismo es una de las respuestas (Gascón e Cañada 2005: 5).*

Entretanto, segundo está afirmação, perguntamo-nos então, sobre que tipo de turismo está a desenvolver? Com resultados a longo ou a curto prazo? Quem está e deve ser integrado neste sector? Há métodos objectivos, concretos e eficazes para serem utilizados neste sector? Porém, verificamos que, segundo alguns especialistas, estas questões são cada vez mais difíceis de responder.

Com este estudo pretendo demonstrar, ainda que de uma forma simples, os impactos positivos e negativos do turismo. Condescendentes, estes impactos em grande maioria, emergem ao lado de uma forte perspectiva económica com o desenvolvimento do turismo, em especialmente nos países onde há escassez de oportunidade no desenvolvimento económico. E muitas das vezes, as pessoas servem-se das ideias utópicas sobre o turismo, as quais nunca se concretizarão. Afirma Krippendorf (2003) que, a promoção do turismo é vital para uma aldeia e para uma região, como também pode ser um forte ponto de partida para o desenvolvimento nacional, e que é preciso ter em conta os prejuízos negativos provenientes como resultados do desenvolvimento desse mesmo turismo.

> Ninguém fala das eventuais repercussões negativas, apenas do lucro, de trabalho e de melhor qualidade de vida. E quando o turismo houver invadido a região e os autóctones tiveram tomada conhecimento da verdade, às suas próprias custas, a euforia inicial dará a desilusão e à visão mais realista das coisas. Mas talvez seja tarde de mais, porque os autóctones terão perdido o controle sobre seu próprio destino (Krippendorf 2003: 69).

Segundo Gascón e Cañada (2005), o turismo como qualquer outro sector económico pode contribuir para o desenvolvimento de uma região ou gerar impactos altamente negativos; tudo depende do modelo aplicado e da eficácia da sua gestão. O turismo em alguns casos, tem tido mais problema do que soluções e especialmente nos sectores de população mais pobre (países subdesenvolvidos), e nos ecossistemas. Nesse ponto de vista, a questão principal consiste em identificar e eliminar esses conflitos com a criação dos modelos de desenvolvimento turístico, arranjar métodos responsáveis na gestão dos recursos e saber de que lado nos encontramos, visto que o turismo cria dificuldade e oferece consequência negativas dependo dos sítios, lugares e actividades nos quais, nos encontramos a exercitar o sector do turismo.

6.2 Recepção dos turistas e seus impactos

O turismo constitui um factor capaz de dinamizar as actividades económicas de regiões debilitadas e com processos acentuados de desertificação e, em contrapartida, pode ser um factor de acentuação dos desequilíbrios e de ruptura (Barros 2004: 36).

Segundo alguns estudos realizados foi possível apurar que o turismo influência num todo um determinado destino turísticos. Contudo é importante salientar que a população num determinado destino turístico sofre com o investimento turístico tanto de forma positiva como negativa, isto é graças à capacidade exigente do turismo em aglomerar os recursos e todo o ambiente em redor (krippendorf 2003).

O turismo influência a população local dependendo da actividade que a pessoa se encontra a exercitar. Neste sentido, ouso deixar um exemplo prático: um determinado destino turístico, no qual um proprietário de um restaurante que confecciona refeições para os turistas, ganha com o turismo muito mais do que um pescador que, de um modo ou outro utilizou a mão de obra para a recolha do pescado que serviu para a satisfação do próprio turista. Dai a diferença de ganhos e lucros de cada interveniente no processo.

Em relação a consequência negativa do turismo (delinquência juvenil, lixo, subida dos preços dos produtos e entre outros) afectará o pescador do mesmo modo que afecta o senhor do restaurante. A este respeito pretendo fazer um estudo breve sobre os impactos do turismo: os impactos económicos; o impacto ambiental e por fim, conhecer os impactos culturais surgidos com o desenvolvimento turístico (Barros 2004).

Contudo é muito recomendado pelos especialistas, que "a satisfação das necessidades dos turistas não deve prejudicar os interesses sociais e económicos das populações residentes" em áreas turísticas, o ambiente, acima de tudo, os recursos naturais, os quais são a atracção fundamental do turismo, tal como os sítios históricos e culturais (Baptista 1997: 368).

6.2.1 Impactos económicos

Alguns indicadores estatísticos e macro económicos tradicionais do turismo, apresenta o turismo internacional como sendo um eficiente motor de desenvolvimento. Em geral, o aparecimento de projectos turísticos era bem acolhido e só muito ocasionalmente criticado (Baptista 1997).

Torna-se importante salientar que ao pensar o turismo como sendo um sector de desenvolvimento económico, isso por vezes surge uma série de mitos, entre eles podemos frisar: o turismo é visto como um sector gerador de ocupação; impulsionador de outras

actividades produtivas; modernizador as infra-estruturas; revalorização dos recursos autóctones e equilibrar a balança de pagamento nacionais. Mas, segundo alguns estudos, essas ideias em grande maioria não passam de utopia, em particular, nos países subdesenvolvido (Gascón e Cañada 2005).

Segundo Baptista (1997), surgiram reacções opostas, particularmente por parte dos economistas, que depois de alguns estudos puderam demonstrar que os fluxos económico-financeiros nem sempre revertem para as regiões onde ele se desenvolve e a especulação de bens e serviços anulam muita das vezes as supostas vantagens da indústria turística e que múltiplo era mais baixo do que o previsto.

Ainda é importante realçar que "*buena parte del desembolso que realiza el turista acaba engrosando las economías de los países ricos*". Cerca de "55% a 75%" dos gastos realizados pelos turistas nos países do Sul (África, principalmente), permanece ou retorna a entrar nos cofres dos países do Norte (investidores estrangeiros). E no país anfitrião, pouco resta de benefícios (Gascón e Cañada 2005: 26).

Segundo os autores referidos, o turismo é um fenómeno muito complexo, portanto antes de fazer qualquer juízo de valores, quer negativa, positivamente acerca do desenvolvimento turístico torna-se muito importante, reflectir sobre alguns casos muito específicos, como é o caso do "ciclo de vida do destino turístico", dado que há uma fase de muito crescimento e bons resultados ao investimento, a que se podem seguir fases de menos lucros, geralmente de mais prejuízo ao investimento.

> *En determinadas zonas donde se ha hecho una apuesta por el turismo como principal vía de desarrollo, se ha observado que genera problemas semilares a los de economías agroexportadoras centradas en el monocultivo (Gascón e Cañada 2005: 26 - 28).*

No entanto, não podemos generalizar as hipóteses. Muitas das vezes, criamos ideias utópicas acerca do desenvolvimento turístico, dado que, nem sempre o turismo origina impactos semelhantes em zonas ou lugares distintos, mesmo que se utilizem os modelos de gestão idênticos. O impacto económico do turismo depende de diversos factores.

Ainda assim, o turismo com todas as consequências negativas que pode ocasionar, curiosamente, em alguns países tem permitido a superação de algumas situações de crise. Podemos citar o caso concreto de Cuba, onde grande parte da receita da sua economia é proveniente do turismo (Gascón e Cañada 2005).

Contudo, torna-se importante realçar o impacto socioeconómico a nível «Micro» ou seja, o impacto do turismo nas pequenas comunidade e no grupo doméstico. O

desenvolvimento turístico implica a comunidade local, como primeiro passo do seu investimento que é dar a conhecer aos visitantes, o local e os costumes, criar uma reputação no circuito turístico regional ou nacional, visto que poucos são os turistas que visitam um determinado local por iniciativa própria, e muita das vezes a quantidade dos turistas que aparecem por si próprio não são suficientes para se transformar como um recurso turístico de incentivo à continuação do desenvolvimento turísticos.

Daí que, a população local muita das vezes são vitimas do desenvolvimento do turismo, "*encontramos comunidades cuyo papel en el gestion del recurso es nulo… los benefícios que reciben son marginales*". Isso claro está, ocasiona consequências muito das vezes prejudiciais à população receptora, na medida que a população local não tem o mínimo de participação perante o fenómeno turístico e isso, como é evidente, torna-se o causador dos prejuízos em vez de trazer benefícios a população local (Gascón e Cañada 2005: 26).

Em todo caso, constata Barreto (2007) o turismo pode actuar como motor de revitalização e renovador das zonas em crises, afectadas pelo abandono institucional ou pelo êxodo rural, não só na zona onde se encontra implantado o centro do foco de atracção turística, mas também juntos de outros territórios de influência (zona de oferta material de construção e matéria prima). Porém, uma comunidade turística, possuidora de alguns centros turísticos, podem não obter benefício com o investimento no turismo, ou obter de forma marginal e, citamos como exemplo, a subida de preço dos bens e dos recursos que caracteriza o seu desenvolvimento. (ex: manifestação popular contra a subida dos preços dos produtos, na ilha do Sal, Cabo Verde)

Dentro da comunidade, o turismo pode ocasionar conflitos ou algumas atitudes desagradáveis entre a população local pela distribuição desigual dos benefícios e, raramente, o turismo oferece benefícios idênticos para todos os seus participantes, muito menos, para todos os indivíduos de uma comunidade turística. Deste modo, o turismo beneficia os participantes (investidores) dos serviços segundo o tipo e a quantidade de recursos possuído previamente a sua disposição incluindo a sua idade, os seus conhecimentos, a sua capacidade de iniciativa, crença ou religião[36], e o seu relacionamento nacional e internacional com os operadores, turistas e outros.

[36] A crença e religião a meu ver, influencia em muito à tomada de decisão no caso de investir num determinado produto turístico, no qual, pode ser bem visto num país enquanto noutro país pode ir contra crença da cultura local, ainda que, o país possua um forte potencial para o desenvolvimento do produto.

6.2.2 Impactos ambientais

A conservação do meio ambiente é posição moral e também política, baseada na educação, na consciência e na aceitação da necessidade quer numa forma sustentável de recursos quer da diversidade genética. Neste sentido, afirma Baptista (1997: 362) "não considerar as consequências ambientais do desenvolvimento turístico é, pelo menos, destruir o mais importante recurso da fruído turística".

Neste sentido, resta afirmar que a paisagem deve ser considerada como sendo um dos recursos turísticos, bem como a infra-estrutura hoteleira e residencial ou os diversos equipamentos para lazer e diversão. Segundo Barros (2004) o meio ambiente merecesse total cuidado dos responsáveis no investimento do turismo, na medida em que:

> O meio ambiente é a base de económica da actividade turística e apresenta oportunidades e limitações. O carácter finito de qualidade de recursos em ambiente naturais e os custos e benefícios do desenvolvimento turístico para as populações e o seu meio trazem à tona uma série de conflitos que necessitam ser resolvidos. Um dos mais marcantes ocorre como consequências dos efeitos económicos da actividade, em que os interesses individuais de curto prazo dos empresários se chocam com os de longo prazo dos poderes públicos (Barros 2004: 35).

O meio ambiente beneficia do turismo quando um determinado tipo de actividades turísticas (turismo natureza) favorece as políticas conservadoras. Neste sentido, a protecção dos objectos atracções turísticas, a paisagens se converte numa necessidade rentável economicamente e isso pode ajudar a população local contra o êxodo rural (Gascón e Cañada 2005).

O turismo de grande escala, o turismo do empreendimento urbanístico, o turismo designado turismo industrial são os que mais ameaças levam à protecção da natureza. Ainda ao lado deles encontram-se as infra-estruturas residenciais e recreativas, as estradas, os parques de estacionamento, os esgotos, os resíduos sólidos, na medida necessita de enorme espaço físico para se instalarem (Baptista 1997).

Segundo alguns autores, entre eles, Gascón e Cañada (2005) a emergência do turismo implica quatro factores de troca em relação ao lugar de destino do turismo. Antes de mais torna-se importante salientar que o turismo como uma nova actividade requer o espaço físico aonde possa estabelecer as novas infra-estruturas necessárias à actividade da restauração, do ócio e da comunicação dos turistas e dos trabalhadores, no qual, o centro turístico necessitará; Outro factor, corresponde à substituição das actividades tradicionais, trazendo actividade diferente para o meio ambiente, como é o caso da pesca desportiva em substituição da pesca

artesanal; Um outro factor de troca consiste numa forte necessidade dos recursos hídricos, uma vez que é necessária, uma grande quantidade da água para consolidar as necessidades das actividades dos residentes e dos turistas. E ainda a crescente necessidade das energias e de matérias; Finalmente, outro factor exigido pelo turismo ao meio ambiente, tem a ver com o modo de tratamento dos resíduos gerados pelas actividades turísticas.

Segundo Baptista (1997: 370) um turismo que não seja desenvolvido em estreita harmonia com a utilização sustentada do património natural estará sempre condenado à inviabilidade económica a prazo. Os impactos do turismo no meio ambiente natural têm merecido atenção de analistas e responsáveis a nível mundial, o que deixa claro a noção de acrescida valorização do património natural pelo que terá de ser sempre o turismo a subjugar-se à conservação e não o meio ambiente a submeter-se ao desenvolvimento do turismo.

6.2.3 Impactos culturais

A base da distinção fundamental entre biologia humana e cultura humana é a de que homem se manifesta um animal cujo corpo físico se assemelha de perto aos outros animais. Contudo o progresso por ele dado ao vestuário, à habitação, as ferramentas, à linguagem, à religião, à ética, faz com que o homem seja diferente de todos os outros animais. Ainda segundo Titiev (2000: 6 - 10), a antropologia denomina de cultura a capacidade e o desejo singular que o homem possui de praticar as formas extrabiologicas de comportamento.

Salientam Gascón e Cañada (2005), que a cultura é um sistema de conhecimento, o qual, está ou deve estar sempre aberto. O turismo internacional em particular é um dos meios de processos de troca (como a televisão, rádio, entre outros) responsáveis pelos processos de intercâmbio cultural. Afirmam que a cultura é um sistema de conhecimento cuja missão é dar coerência à actividade de um grupo humano. Mas, completa Batista (1997) a recepção dos turistas numa determinada região poderá fazer surgir os seguintes resultados:

> Acomodação ou uma "tolerância mais concreta, na qual tanto os visitantes como os visitados coexistem num viver e deixar viver; Segregação, na qual os turistas e as populações hospedeiras mantêm uma distância social ou uma separação evitando contactos mantendo-se confinadas em áreas turistcas especiais, como "guetos dourados" de hotéis de luxo e lojas que oferecem o "conforto do país de origem"; Oposição, na qual os turistas são rejeitados pelos membros da população hospedeira (através de comportamentos de mau-humor, descortesia, etc) ou a população local é rejeitada pelos turistas, que se comportam de uma maneira condescendente face aos serviços do pessoal local ou ridicularizam os costumes locais, ou estilos de vida, o vocabulairio ou os sotaques; Dispersão, na qual tanto os turistas como as populações hospedeiras se adaptam aos elementos culturais da outra (Baptista 1997: 2007).

Em relação ao Impacto Cultural, utilizando a ideia dos autores referenciados, podemos afirmar que "*El turismo internacional se la convertida en las ultimas décadas en uno de las principales factores da interrelacion cultural*" (Gascón e Cañada 2005: 69). O turismo pode provocar impacto cultural tanto positivo como negativo emergido do interrelacionamento entre duas ou mais culturas distintas. Ainda assim podemos destacar alguns dos impactos, como a capacidade em enfrentar os estereótipos, a capacidade de favorecer o processo de câmbio e das trocas recíprocas das normas e valores sociais, por fim e não menos importante, o revalorizar ou causar danos aos patrimónios históricos.

Em relação ao estereótipo, o mais certo a fazer é união entre os responsáveis e todos os participantes deste sector, para unir esforço com a finalidade de colmatar as ideias preestabelecidas sobre um determinado destino pelos turistas, e as ideias construídas a volta dos turistas pela população receptora, particularmente quando, o turista é visto como a fonte de rendimento para população local. Em todo caso, as ideias pré-definidas quer do lado dos turistas em relação ao destino, como do lado dos anfitriães em relação aos turistas facilitam um relacionamento preconceituoso, o que em alguns casos, faz o turismo ocasionar o aumento de delitos sociais e incentiva a emergência de grupos delinquentes mais ou menos organizados. Por consequência, um destino turístico de qualidade facilmente torna-se num destino inseguro.

Outro impacto segundo Gascón e Cañada (2005) consiste em favorecer o processo de câmbio e das trocas recíprocas das normas e valores sociais. O turismo permite uma maior abertura nos costumes e muito mais abertura nas relações entre homem e mulher. Em muito dos casos, o turismo permite uma melhoria na auto-estima das mulheres. O turismo facilita a quebra nos costumes tradicional e reinventar seus relacionamentos com os homens. E noutros casos, o turismo favorece o florescimento da prostituição e do turismo sexual, e faz com que as mulheres ficam expostas a uma vida degradante.

Por fim, podemos falar da forte capacidade do turismo na promoção, preservação e revalorização do património e da cultura autóctone e por outro lado, o turismo que oportuna a degradação do património cultural. Segundo alguns autores entre eles afirma Barretto (2007), o turismo pode estimular interesse aos residentes nas suas próprias manifestações culturais e por sua herança histórico-artística assim como pode favorecer a reabilitação e recuperação de monumentos edifícios e espaços, na medida que, estes espaços favorecem uma rentabilidade económica.

Neste contexto ainda realça Baptista (2007), o sistema capitalista faz com que tudo esteja sujeito a um preço e ser comprado e vendido como uma mercadoria. Por isso, uso do

património cultural como recurso turístico pode conduzir a situações delicadas. E em alguns casos "as actividades da cultura local são tratados como parte dos atractivos de visita, sem o seu consentimento dos residentes e por vezes os turistas servem desses produtos sem qualquer reembolsável pelo uso dos seus "serviços". E deste modo "a cultura local é, efectivamente, expropriada, e as populações locais são exploradas" (Baptista 1997: 371).

Segundo a opinião de Gascón e Cañada (2005) o turismo pode favorecer a revalorização e recuperação dos monumentos históricos e artísticos e a manifestação cultural de um determinado povo. Ainda assim recomendam, afirmando que é preciso ter prudência, dado que um investimento sem responsabilidade

> *puede ponerlos en peligro. En aquellos casos en que el turismo cultural es el principal motor de desarrollo de una poblacion sugen el interés por aumentar el numero de visitante, infravalorizando la Capacidade de Carga de los monumentos (Gascón e Cañada 2005: 78).*

Neste sentido, uma permanente massificação dos turistas nesses monumentos acaba por desgastar esses patrimónios históricos. Portanto, torna-se indispensável um cuidado redobrado, quando alguns autores afirmavam " a melhor forma de preservar o monumento, é reutiliza-los". Segundo constata Barretto (2007) é preciso ter precaução com a reutilização dos patrimónios e nunca permitir que o património histórico se transforme em parque de diversão para os visitantes e, nunca deixar a cultura local ser exposta à mercê das necessidades da indústria turística. Visto que, estes factores facilmente podem causar graves problemas aos monumentos e a perda do seu valor histórico e testemunhal possuído.

Segundo Baptista (2007), a melhor forma de se preservar o ambiente cultural e a conservação do património cultural " é necessário que as autoridades competentes realizem os atractivos culturais, com acções concretas de salvaguarda do património cultural. Neste medida, a localidade de Cidade Velha é merecedora de uma atenção redobrada dos seus responsáveis em particular do poder local e incluindo a colaboração da população local.

6.3 Turismo sustentável em Cidade Velha: o papel do património

O progresso social, em particular no sector turístico implica muitas das vezes opções que deixam desprotegidas algumas partes da população, as quais por falta de oportunidades sociais ou de iniciativa, se fecham em si mesmas, constituindo um obstáculo ao desenvolvimento e que ocasiona um foco de pobreza (Presidência de Republica 1997). Neste contexto, não é fácil definir o turismo, assim como é difícil definir o turista, como realcei

anteriormente. Segundo Baptista (1997), o turista trata-se de um indivíduo em viagem cuja decisão foi tomada com base em percepções, interpretações, motivações, restrições e incentivos e representa manifestações, atitudes e actividades, tudo relacionado com factores psicológicos, educacionais, culturais, étnicos, económicos, sociais e políticos. Enquanto o turismo por sua vez corresponde a viagem que envolve uma multiplicidade de agentes institucionais e empresarias desde que o viajante parte até que volta. Nesta situação, o turismo como sector de actividade, sendo fundamentalmente económica, tem igualmente significados, implicações, relações e incidências sociais, culturais e ambientais. Ou seja, o turismo é um fenómeno total.

Assim os versados, entre eles Barros (2004) aconselham todos os agentes envolvidos no turismo e aos responsáveis em particular, a adopção medidas que permitam a gestão dos recursos existentes "de uma forma harmoniosa, "tendo em vista proporcionar, a uma parte significativa das populações o usufruto dos bens disponíveis e, tanto quanto possível, a sua satisfação" (Barros 2004: 36).

O turismo desenvolve-se num determinado espaço e num determinado tempo, contudo afirma Barros (2004), para um desenvolvimento sustentável no turismo é muito importante ter sempre presente uma análise dos factores básicos existentes (recursos turísticos, matéria turística, potencial turístico e a oferta turística). Esta análise ou estudo, por assim dizer é o suporte da actividade turística como a condição primária para o necessário equilíbrio.

Segundo Nadal (In Balanzá 2003), à medida que aumenta o número de turistas numa região (turística) em simultâneo aumenta as necessidades[37] por parte da comunidade receptora em satisfazer bem os turistas. Por outro lado, aumenta o consumo de bens e serviços, e isto se reflecte em maior produção e maior crescimento económico da região. Conquanto, podemos afirmar que ao haver um equilíbrio entre as necessidades e a capacidade de produção nos destinos turísticos ocorrerá um efeito dinamizador, um crescimento económico que por sua vez, contribuirá para um desenvolvimento sustentável.

Segundo Barros (2004), as questões de sustentabilidade, quer se tratar em geral do desenvolvimento quer em turismo particular, têm hoje uma importância acrescida. Este tipo de desenvolvimento tem como principal objectivo satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as próprias necessidades. Nesta

[37] As necessidades materiais de equipamentos para trabalho a serem realizados; necessidades de material de escritório; necessidades de alimentos e bebidas para preparo das refeições; necessidade de uniformes para o pessoal; e a necessidade de pessoal qualificado.

perspectiva o desenvolvimento sustentável foi definido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento como:

> Um processo de transformação, no qual a exploração, a direcção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e as mudanças institucionais se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (Barros 2004: 34)

Segundo esta definição além da ideia da solidariedade intergeracional, pretende-se salvaguardar o meio ambiente, evitando a degradação dos recursos, entendidos como meios escassos, processo esse a incrementar através de intervenções humanas, tão criteriosas quanto possível (Barros 2004).

O desenvolvimento sustentável do turismo é sem dúvida um bom investimento, conquanto ao meu ver, antes do investimento no turismo os responsáveis deveriam estudar e conhecer as competências recomendadas em receber os turistas, de maneira que nunca podem correr o risco, por negligência ou desconhecimento de que o número de turistas ultrapasse a capacidade de carga desse destino turístico. O desenvolvimento desorganizado no turismo a curto prazo possivelmente pode ocasionar bons resultados económicos, conquanto a médio e longo prazo causaria impactos culturais, ambientais e económicos gravemente negativos. Como também constata Barros (2004: 35) "o desenvolvimento desorganizado de turismo podem causar perdas irreparáveis para as populações receptoras e para os ambientes físicos e culturais". Segundo Baptista (1997: 508), para um investimento turístico em prol do desenvolvimento sustentável é fundamental ter em conta os seguintes pontos estratégicos a incrementar:

> Mais dispersão dos visitantes, atracções e impactes por época e locais; mais delimitação de determinados visitantes de grupo (como os que ficam em estada e proporcionam mais benefícios económicos); mais coordenação das politicas e dos organismos envolvidos (autoridades locais, operadores de transportes, gestores de atracções e Universidades); mais distribuição dos benefícios entre os vários grupos envolvidos, com alta prioridade para os residentes locais (Baptista 1997: 504).

Ainda afirma Baptista (1997), que se torna necessário a utilização de vários métodos para atingir os objectivos implícitos nas estratégias, os quais podem ser geralmente categorizados como seguinte: iniciado com as restritivas critérios, incluindo controlos físicos, como parqueamento e rotinas e sequencias das visitas; a diferenciação de preços entre os visitantes e os residentes; informação e interpretação, como melhor sinalização, percursos planeados, concepção, gestão e coordenação entre as agências envolvidas.

Segundo afirma Balanzá (2003) para conseguir manter o equilíbrio entre as necessidades de crescimento e a expansão é indispensável procurar políticas que contemplem o desenvolvimento sustentável e que evitem os resultados negativos. Neste sentido é importante evitar: a degradação do meio ambiente; a massificação dos turistas e por fim evitar a perda da qualidade das ofertas turísticas.

Ainda afirma Balança (2003: 11), um desenvolvimento sustentável do turismo obrigatoriamente tem sempre em conta os três princípios básicos: Respeitar o meio ambiente de forma que o desenvolvimento seja compatível com a manutenção dos recursos naturais em terra, mar e ar (evitar a contaminação); em segundo lugar, respeitar a cultura e os valores dos turistas e da população residentes (evitar conflitos); e por fim procurar um desenvolvimento que seja economicamente eficiente e a gestão dos recursos de modo a conserva-los para as gerações futuras (ter em conta a intergerações dos recursos).

Como frisei anteriormente, os estudos afirmam que a presença dos turistas pode ocasionar danos irreparáveis na comunidade receptora, principalmente no meio ambiente. No meu entender, a "capacidade de carga" não deve ser usado somente nos recursos naturais e culturais como até este momento tem sido feito, creio que ainda seria muito mais merecedor de atenção que a capacidade de carga sejam levado em conta em particularmente nos recursos turísticos construídos (as infra-estruturas básicas, nos alojamentos e entre outros) em meios urbanos no núcleo receptor, em particular aos países africanos que ainda estão a iniciar os seus investimentos no turismo, incluindo Cabo Verde.

Cabo Verde é considerado um país com grande potencialidade para o desenvolvimento turístico. O governo elegeu esse sector como principal actividade para o desenvolvimento económico do país. Ainda que o governo de Cabo Verde tenha insistido muito num desenvolvimento sustentável do turismo, o modelo de funcionamento tem sido muito deficiente de acordo com a qualidade do produto turístico que se pretende oferecer. Nesse sentido, Cidade Velha como sendo um destino turístico com forte potencial em recursos naturais ao desenvolvimento do turismo, terá de ter como prioridade o fazer com os investidores, a população local e os responsáveis assumam atitudes tendo em vista um desenvolvimento equilibrado e sustentável (Borges 2005).

O recurso existente num determinado destino turístico e a estratégica utilizada no processo do desenvolvimento turístico constitui, antes de mais uma das importantes condicionantes para elaboração do plano das actividades turísticas. Nesse contexto, importa realçar alguns dos principais factores que estão no centro do desenvolvimento do turismo da

actualidade, múltiplos factores chaves do turismo contemporâneos, que se manifestam de uma forma interdependente. Ainda destaca-se alguns desses factores segundo Barros (2004):

> A conquista do tempo de ócio e turismo; a conquista do espaço (redução de distâncias e superação de fronteiras); o aumento das rendas e de capacidade de gastos turísticos e finalmente, a conversão das férias e das viagens turísticas em necessidades (Barros 2004: 37).

E esses factores facilitaram o incremento da actividade turística e a emergência do turismo de massas. Porém, o período após a primeira guerra mundial com o surgimento do turismo de massa na Europa conduziu à convicção de que o turismo poderia transformar drasticamente as economias locais dos países pobres. Mas depois da realização do seminário promovido pelo Banco Mundial e a UNESCO no ano de 1976, em Washington foi verificado que poucos eram os estudos que mostravam resultados com êxitos no turismo. Pelo contrário, eram abundantes os estudos que demonstravam que por falta de políticas nacionais adequadas, o dinheiro proveniente do turismo não era para o benefício das classes sociais mais necessitadas como se esperava, mas sim, ficavam nos cofres dos grandes investidores, em particular aos grandes investidores internacionais (Hazebroucq 2003).

Ainda este seminário trouxe uma nova forma de pensar, isto é, o êxito do turismo depende de uma integração com as políticas nacionais de desenvolvimento e distribuição das riquezas, com o nível educacional das pessoas e com as infra-estruturas preexistentes. No entanto, alguns dos países do terceiro mundo e países em desenvolvimento (incluindo Cabo Verde), seguem sem entender esta dependência do turismo, a política nacional integrada. E continuam a apostar no desenvolvimento através do turismo de uma forma desorganizada e desvinculada dos outros projectos sociais. Todavia, como realça alguns versados na área do turismo estas atitudes somente contribuirão para contrabalançar o desenvolvimento equilibrado e equitativo num determinado destino turístico (Krippendorf 2003).

O fenómeno turismo é muito complexo, entretanto, cada país e cada destino turístico responde segundo os desafios do turismo em função da própria história e do tipo de turismo que se pretende implantar, mas nunca se deve esquecer de que qualquer país deve ter a preocupação de não comprometer as gerações futuras com o seu desenvolvimento turístico. Porém, o desenvolvimento da actividade turística está associado a um conjunto de factores. Segundo Barros (2004), destaca quatro tipos de factores: sociais, tecnológicos, económicos, e políticos. Conquanto, ainda é importante salientar que são os referidos factores e a forma como os mesmos se articulam que vão determinar o tipo e o modo de evolução do turismo e

dependem do planeamento do desenvolvimento turístico que deve acontecer em diversos níveis: internacional, nacional e subnacional.

Contudo, os objectivos ou metas para a estratégia constituem vertentes fundamentais no turismo. Assim constata Barros (2004: 37), "para produzir com sucesso um plano de desenvolvimento é necessário uma clara compreensão dos objectivos a serem atingidos pelo desenvolvimento do turismo" e nunca perder de vista "as razões pelas quais o turismo foi seleccionado como uma opção de desenvolvimento". Todavia, um turismo de qualidade exige a existência de um plano de qualidade. Assim segundo constata Barros (2004) os planos de desenvolvimento turístico têm como alicerce os seguintes pontos:

> Desenvolver um sector turístico que, em todos os aspectos e em todos os níveis seja de alta qualidade, mesmo que não necessariamente de alto custo; Distribuir os benefícios económicos do turismo, tanto os directos como os indicadores, o mais amplamente e para a maior parte da comunidade anfitriã possível; Preservar os recursos naturais e culturais como parte do desenvolvimento do turismo e facilitar esta preservação através de projectos arquitectónicos e de paisagismo que reflictam as tradições locais; Apelar para variedade ampla de turistas internacionais (e domésticos) através de políticas e programas de desenvolvimento de locais e estruturas; Maximizar ganhos em moeda estrangeira para garantir uma balança de pagamentos eficiente; Atrair turistas com alto padrão de despesas; Aumentar oportunidade de emprego; Auxiliar regiões periféricas levantando os níveis de renda e emprego, diminuído ou interrompendo a emigração (Barros 2004: 38).

Contudo, conceito de planeamento está relacionado com a organização de futuros eventos para atingir objectivos especificados de antemão. Um turismo planeado é uma forma de planeamento submetido a uma integração "económica, físico, social e cultural" contudo o planeamento não é um conceito estático, mas sim constitui estratégia no mundo de influências internas e externas que estão em constante mudança. Ainda assim, torna importante ter sempre em consideração a articulação entre os planos nacionais e subnacionais (regionais). Esta questão de articulação entre os planos nacionais e os planos subnacionais constitui uma outra questão importante, na medida que esta articulação deve observar uma hierarquia de objectivos tendo em conta "limites nas diferenças entre os planos regionais e destes com o plano nacional". Certamente o plano regional não deve prejudicar os objectivos e as metas gerais do plano nacional. Ainda assim é de referir que os planos subnacionais deveriam funcionar em harmonia com o plano nacional tendo sempre em conta as condições locais (Barros 2004: 38 - 39).

Ainda assim Barros (2004), salienta que o sucesso do plano turístico depende da qualidade dos dados disponíveis para efeitos de planeamento, gestão e monitorização. Conquanto, Cidade Velha dispõe de vários recursos naturais, dois quais podem oferecer a

médio longo prazo, um turismo de qualidade para Cidade Velha e em geral para Cabo Verde. Esta localidade possui uma paisagem bastante diversificada com sol, mar, montanha, espaço verde, cultura e história; ainda dispõe de uma zona costeira bastante ampla e promissora do qual possibilita o desenvolvimento de inúmeras variedades dos desportos náuticos, em particularmente como mergulho desportivo, científico e cultural (devido a existência de vestígios arqueológicos subaquáticos); ainda esta localidade possibilidade o desenvolvimento de uma indústria turística à volta da produção e comercialização do artesanato[38] nacional e local é também importante

Ainda assim, é preciso mais investimentos nesta área, na medida que a localidade de Cidade Velha dispõe de escassez das infra-estruturas básicas.[39] Há que realçar a existência dessas estruturas mínimas, algumas são bastante precárias, das quais poucas oferecem condições para a satisfação dos visitantes, "nomeadamente a falta de equipamentos colectivos, pontos de informação e organização do serviço turístico" (Borges 2005: 87). Neste âmbito, até a data naquela localidade não se mede 2 km de rede de esgoto; as estradas excepto em Cidade Velha, encontra-se em péssimas condições; há forte exclusão da população no investimento do turismo; as zonas periféricas da Cidade Velha estão geralmente obscurecidas de acessos e visitas turísticas. É também de salientar a inexistência de um plano de integração dos recursos turísticos, das empresas, das instituições, ONGs os responsáveis e em particular que solicita a colaboração da população local no ambicioso projecto do desenvolvimento turístico, como que esse não seja um dos pilares fundamentais ao desenvolvimento do turismo sustentável.

Ainda assim a localidade de Cidade Velha é uma localidade de forte potencial turística facultando-se vários tipos de investimentos turísticos. Conquanto, ao meu ver Cidade Velha seria um destino turístico com mais qualidade caso houvesse a preocupação de se investir no turismo cultura do que nas outras áreas turísticas, na medida que esta localidade goza de um passado histórico auspicioso e singular em termos nacional e internacional.

Nesse contexto, em prol do desenvolvimento no turismo cultural pretendo formular uma proposta de criação de um ecomuseu e musealização dos monumentos históricos da Cidade Velha, de modo que, desta forma possa ser estudada a cultura local e tê-la à disposição dos turistas (de uma forma cientifica) e ainda a população local pode se conhecer melhor e dar a conhecer as gerações futuras. Assim sendo, o próximo ponto deste trabalho iniciar-se-á a

[38] A meu ver o trabalho de artesanato local consiste num dos produtos turísticos de qualidade para Cidade Velha, tanto que, merecedor de grande atenção por parte dos responsáveis.

[39] Segundo se sabe, desde muito tempo que a localidade de Cidade Velha é uma localidade assumido pelos responsáveis de Cabo Verde como sendo, um destino turístico de referência no sector de turismo, conquanto, Cidade Velha são poucos os investimentos feitos na área das infra-estruturas básicas em particular.

elaboração da proposta da criação do ecomuseu e da musealização dos monumentos para localidade de Cidade Velha.

6.4 A proposta da organização do ecomuseu para Cidade Velha

Esta proposta foi pensada na medida que os museus e os patrimónios históricos e arquitectónicos são atractivos turísticos por excelência, actualmente. Isso graças ao forte relacionamento entre museu e o turismo. Nesta medida, são vários os museus que procuram o auto sustento, com a venda de alguns produtos regionais, recordações aos visitantes e com as instalações de restaurantes e cafetarias o que atraem grande quantidade de públicos em maior quantidade os turistas; e por outro lado os turistas por sua vez, vão ao museu motivados pelas novas formas de exibições e que os permitem acesso a informação concreta da realidade do lugar visitado e de conhecimentos científicos (Barretto 2007).

O museu na sua diversidade e hierarquia simbólica, tornou-se numa instituição de patrimonialização por excelência.

Com efeito é importante realçar que atendendo às transformações das últimas décadas, as relações entre os museus e os públicos, em particular, têm sido incrementadas pelo desenvolvimento das funções de comunicações e acompanhamento (os serviços educativos) assim como serviços diversos de lazer e consumo, como por exemplo "lojas, restaurantes, espaços de deambulação". Observamos que os museus actuais possuem objectivos que vão muito além das funções tradicionais de classificação, conservação e arquivo. As instituições museais se interessam cada vez mais em conhecer os seus visitantes culturais para uma definição mais clara do seu âmbito, da sua posição num determinado mercado por assim dizer. Actualmente, devido a um público exigente (culto) os museus sentem-se na obrigação de abarcar com um plano de desenho de acção estratégica, baseado em programação, serviços e recursos (Camacho 2008: 39).

A proposta da organização do ecomuseu para Cidade Velha é indispensável para a diversificação das ofertas turísticas como também para o melhor desempenho dos serviços museológicos naquela localidade.

Neste âmbito, o objectivo primordial resume-se em ensinar, persuadir e incentivar a população local à preservação e valorização dos monumentos históricos da Cidade Velha; de seguida estudar e valorizar a cultura local e em geral de Cabo Verde; contribuir para estudo e a inventariação dos objectos e dar a conhecer aos turistas a cultura local de uma forma científica; criar emprego a população do concelho de Ribeira Grande de Santiago; contribuir

para a formação dos jovens e ainda além de singularizar a cultura local também pretende contribuir para o expansão da cultura local ao exterior e por último mais não menos importante favorecer a venda da cultura local de uma forma sustentável e não a mercê das boas vontades dos turistas.

Ainda segundo a perspectiva desta proposta, o público-alvo deste ecomuseu serão os seguintes: a comunidade e população local; os turistas nacionais e estrangeiros; as empresas ligado ao ramo do turismo proporcionando oportunidade de expor os seus produtos; as escolas básicas, secundarias e as universidades nas quais em parceria com o ecomuseu podem realizar trabalhos académicos e projectos de investigações; ainda conta com as instituições e os ONG's e entre outros. Neste sentido inicia-se com a procura de um espaço geograficamente aceitável a se instalar o núcleo piloto do ecomuseu.

6.4.1 Estrutura do espaço do ecomuseu

Contudo, tendo em conta os objectivos e funções dos museus com serviços de lazer e consumo pretendo levar a cabo a formulação de uma proposta museológico para a localidade de Cidade Velha. Ainda assim, esta proposta consistirá em musealizar os monumentos históricos e cultural existente em Cidade Velha e a organização do ecomuseu, como sendo o núcleo piloto constituído com alguns serviços de lazer, de aprendizagem e consumo e, ser um centro de estudo científico da cultura local e acima de tudo ser didáctico aos residentes.

> Os museus posicionam hoje como sendo entidades com intervenções múltiplas sobre o património localizado no seu território administrativo de influência imediata, o concelho onde se situam facilmente se compreendem as relações que se foram estabelecendo entre estes museus, o património cultural dos respectivos concelhos e as populações que neles residem (Camacho 2008: 10 – 23).

Contudo, aproveitando as múltiplas possibilidades da intervenção dos museus, pretendo fazer com que esta proposta possibilita uma interligação entre os recursos patrimoniais, os turistas, a população local e os responsáveis, todos unidos para o usufruto sustentável e responsável dos patrimónios históricos e culturais da Cidade Velha.

A proposta do ecomuseu agendado de certo será um ponto de criação de projectos de sensibilização, centro de informação, de comunicação, de ensino e de interpretação. Nesta perspectiva, a proposta constitui-se no núcleo central subdividido em três partes fundamentais: uma parte com destaque arqueológico, uma outra com finalidade etnográfica e por último um outro espaço com fins lúdico, didáctico e formativo.

Espaço arqueológico do ecomuseu

No espaço arqueológico pretende-se facultar meios para uma aprendizagem e interpretação dos objectos inerentes às descobertas arqueológicas com as escavações feitas em Cidade Velha;

Ainda este espaço conta com uma exposição das peças de uma forma cronológica desde o descobrimento marítimo portuguesa, a escravatura, a guerra colonial e por fim, faz uma exposição sobre a independência de Cabo Verde. É importante relembrar que alguns objectos dos quais representam a época do descobrimento e da escravatura, foram encontrados no fundo do mar, dos quais a meu ver são merecedores de muita atenção e cuidado por parte de todos;

Ainda ligada ao espaço arqueológico será enquadrada um itinerário para a descoberta e visitas dos sítios arqueológicos, incluindo visitas guiadas aos monumentos da época quinhentistas ainda existentes em Cidade Velha, nomeadamente aos seguintes monumentos: Pelourinho ou Picota (figura nº 4.4), a Forte Real de S. Filipe (figura nº 4.7), Convento São Francisco (figura nº 4.12), Igreja Nossa Senhora do Rosário (figura nº 4.17), Sé Catedral (figura nº 4.19), Rua de Banana (Figura nº 5.2) e entre outros;

Espaço etnográfico do ecomuseu

Ao espaço etnográfico guarda-se uma perspectiva muito grande em preservar e valorizar os conhecimentos das mais antigas profissões do concelho de Ribeira Grande de Santiago. Neste contexto, será enquadrada algumas salas dedicadas as antigas profissões e os seus respectivos utensílios e materiais de trabalho, nomeadamente as profissões mais antigas: pescador, agricultor, artesão e entre outros.

Nesta perspectiva será criada uma 1ª sala denominada "casa dos pescadores" onde se encontrará expostos os objectos e matérias antigos dos pescadores, nomeadamente as primeiras linhas de pesca, cordas, os diferentes tipos de anzol e as redes utilizadas na pesca tradicional; os seus vestuários. Ainda também, serão aproveitado o trabalho artesanato representado as lanchas tradicionais utilizadas pelos pescadores;

A 2ª sala de nome "casa dos agricultores" serão expostos objectos antigos, dos quais foram usados pelos agricultores nas suas actividades de trabalho, particularmente os vários tipos de enxadas, os pás, os objectos usados na corta e na colheita dos produtos, nomeadamente os sacos, os cestos de cana e entre outros;

E ainda haverá uma 3ª sala, a sala de exposição dos objectos sobre a vida quotidiana da população local. Com os diferentes tipos de vestuários dos quais fazem a caracterização dos diferentes situações e circunstância social, cultural e religioso, desde festas religiosas, baptizados, casamentos, festas populares;

Ainda nesta sala será expostos os antigos utensílios domésticos dos quais serviam de objectos na cozinha e do cozer dos alimentos, nomeadamente, as panelas, os pratos e os talheres;

Contudo como forma de permitir a colaboração da população local e de preservar os saberes dos mais antigos, será solicitada uma ou mais pessoas de cada uma das profissões acima referenciadas, para que com os seus saberes poderão ensinar os turistas, os visitantes e acima de todas as crianças e os jovens, o modo como se trabalha ou trabalhava antigamente nos seus ramos e nas suas profissões. Entretanto, devido a globalização e surgimentos de novas tecnologias introduzidos na agricultura a forma de exercer nas antigas profissões torna-se diferente dos modos como os antigos faziam os seus trabalhos.

Neste espaço ainda é reservado a participação da população que cede as peças e objectos necessários ao ecomuseu, designadamente os vestuários, os utensílios domésticos e os seus trabalhos para as exposições temporários e ainda também a população local terá uma participação exclusiva na medida que pode mostrar aos visitantes as suas habitações, onde mantém a sua existência quotidiana, em particular nas zonas periféricas do concelho de Ribeira Grande de Santiago;

Ainda seguindo um itinerário etnográfico, o visitante além de visitar casas antigas, pode também não usufruir da visita como também pode provar os pratos locais e conhecer os hábitos e costumes locais e ainda também ouvir um proprietário a tocar um instrumento musical tradicional ou escutar as suas históricas e as canções, como sendo os testemunhos da tradição oral.

Espaço lúdico, didáctica e formativa do ecomuseu

E ainda o ecomuseu usufruirá de um espaço lúdico, didáctica e formativa, onde será criadas condições à satisfação, o lazer e o bem-estar dos turistas e dos residentes. E neste 1º espaço será criado uma biblioteca com sala de leitura, sala de estudo e de consultas com computadores, projectores de imagens e entre outros materiais informáticos a disposições dos interessados; Incluindo nesse espaço criar-se-á uma sala de venda de alguns produtos regionais, recordações aos visitantes e com as instalações de restaurantes e cafetarias, com

finalidade em fornecer momentos de convívios e coabitação entre a população local e os visitantes e vice-versa;

Ainda assim 2º espaço terá um semi-auditório de multifunções (com 50 ou mais cadeiras e com todos os recursos e matérias para uma sala cinematográfico) de nome Centro de Animação Cultural no qual servirá de espaço para realização de conferências, palestras, reunião, sala de pequenos consertos, sala de apresentação e publicação de livros e outros trabalhos artísticos e académicos;

O 3º espaço lúdico e educativo terá um laboratório de estudos e de experimentação das peças. Todavia este espaço será dedicado ao estudo, a inventariação e a catalogação das peças e assim permitindo uma exposição dos materiais de uma forma cientifica e fundamentada nos factos e nos acontecimentos. Assim, a implementação desta proposta do ecomuseu em Cidade Velha contribuirá para o estudo da cultura local e a sua exposição, isso por sua vez, não permitirá a venda da cultura local de modo desenquadrada dos acontecimentos e dos factos originais.

Por último, ainda no espaço lúdico e educativo perspectiva-se uma 4ª sala, com o papel de armazém ou deposito onde se guarda as peças antes e depois das suas exposições temporárias. Porém, também servirá de lugar onde se pode guardar as peças em estudos e os objectos antigos que se encontrem no estado corroídos a mercê de um restauro adequado.

6.4.2. A localização do espaço a instalar o ecomuseu

Em relação ao lugar para estabelecer o núcleo do ecomuseu, pensamos que a melhor situação será no antigo bairro de São Sebastião, em concreto na Rua Direita ao Forte, onde fica situada uma das casas da antiga cidade de Ribeira Grande de Santiago, denominada pela população local de "quintalona", que se encontra quase em ruína possuindo características excepcional o faz lembrar a passagem europeia por aquela localidade e que importa recuperar e pô-la ao serviço do ecomuseu.

Nesta medida, ao edificar o ecomuseu naquela antiga casa permitirá ao mesmo tempo a conservação e a preservação do edifício que se encontra em péssimo estado de conservação. O edifício deveria ser merecedor de um maior cuidado, particularmente por parte dos responsáveis, tendo em atenção o seu valor histórico e cultural na medida que, "quintalona" possui uma ligação muito estreita à história da antiga cidade de Ribeira Grande de Santiago e a cultura local da Cidade Velha. Em todo o caso, instalar o núcleo da ecomuseu naquela casa poderá servir de exemplo para restauro adequado de uma construção tradicional, onde será

relatada cronologicamente a génese e a evolução da paisagem da localidade de Cidade Velha. A figura nº 5.1, demonstra-nos a "quintalona", creio que este será um espaço ideal a se instalar o núcleo piloto de ecomuseu.

Figura nº 6.1 - Bairro de São Sebastião e a localização da " Quintalona"

6.4.3 Os pólos a desenvolverem no futuro no ecomuseu

É importante ter em conta alguns pólos à desenvolver no futuro, a fim de melhor satisfazer os turistas e ao mesmo tempo que estes pólos de certo contribuíram para o desenvolvimento e diversificação das ofertas turísticas na localidade de Cidade Velha. Neste sentido, inicio por sugerir a criação de escola de artesanatos para formação dos jovens no fabrico de produtos e exploração dos recursos locais (argila, madeira, carro lata e outros) e ainda fazer trabalhos manuais com imagens e semelhantes aos monumentais históricos de Cidade Velha e assim esses objectos poderão servir de recordações aos turistas.

Em segundo lugar a criação de uma casa (aquário de peixe) onde podemos encontrar várias espécies marinhas e assim esse pólo servirá como pólo de preservação das espécies marinha extinção em Cabo Verde (como por exemplo, criar aquário e espaço para a preservação das tartarugas e outras espécies). E que o aquário esteja acessível as visitas turísticas;

Ainda sugiro a criação de um parque natural na zona de Águas Verdes (Antiga Ribeira da Maria Parda), contudo a criação deste parque necessitará de uma equipa de excelente investigadores universitários nos domínios mais diversos que interessam ao ecomuseu: geologia, botânica, antropologia, história e ainda a sociologia rural.

Ainda é de realçar que no fundo da ribeira de Maria Parda se encontra variedades de plantas e casas centenárias e contando ainda com um grande número antigas fornalhas onde fabricava de modo artesanal a Água-ardente e outros derivados de cana-de-açúcar. Ainda o desenvolver deste projecto (parque natural) pode contribuir para a valorização e a preservação das plantas e animais autóctones de Cabo Verde.

Em jeito de conclusão, é importante realçar que a organização desta proposta de ecomuseu para Cidade Velha e o desenvolvimento desses futuros pólos, modéstia a parte, sem dúvida será uma mais-valia para Cidade Velha e em geral para Cabo Verde, na medida que a sua perspectiva tem a preocupação a preservação dos monumentos culturais, a cultura local, satisfazer as necessidades dos visitantes, diversificar as ofertas e atracões turísticas e ainda tendo a preocupação de integrar e envolver a população local, para assim chegar um equilíbrio. No meu entender, a médio longo prazo estas medidas criarão um impacto muito forte naquela região, permitindo o desejado desenvolvimento sustentável para Cidade Velha, como também para Cabo Verde. Condescendente, o resultado depende da colaboração e a união entre os responsáveis em prol do desenvolvimento sustentável e equilibrado para Cabo Verde.

CONCLUSÃO

A preocupação essencial foi estudar a possibilidade do desenvolvimento turístico sustentável para Cidade Velha, na medida em que aquela localidade possui recursos, o que possibilitaria a sua expansão e engrandecimento sem constranger a geração futura. Assim, procurou-se apontar alguns caminhos a seguir e, ao mesmo tempo, proporcionar base e incentivo às novas pesquisas e estudos científicos.

A realização deste trabalho de investigação permitiu a descoberta de alguns conhecimentos acerca da história de Cabo Verde e a análise da perspectiva dos responsáveis, da população local e dos turistas em relação à patrimonialização de Cidade Velha. Foi possível também conhecer o processo da preservação dos monumentos e analisar a sua conservação e perspectivar a sua inventariação. Ao longo da investigação apontaram-se alguns caminhos capazes de projectarem um desenvolvimento equilibrado e sustentável para o Concelho de Ribeira Grande de Santiago, como foi o caso da elaboração de uma proposta da organização do ecomuseu na localidade de Cidade Velha, o que já será um passo para um futuro caminho traçado rumo ao desenvolvimento sustentável deste concelho.

Como primeiro ponto da conclusão deste trabalho, torna-se importante actuar de forma crítica face à declaração sublinhada por Gascón e Cañada (2005: 5), *"los países tercermundistas obviamente somos ineficaces en la parte de nuestras producions*. Temos que *buscar outras medios… turismo es una de las respuestas".* É importante salientar que, antes do próprio investimento do turismo é necessário estruturar e planear as actividades, nas quais se devem integrar os objectivos dos poderes públicos, centrais, regionais e locais, a fim de alcançarem o melhor proveito do sector turístico, em comum a todas as instituições.

No meu entender seria uma atitude desencaminhada, no caso dos países do terceiro mundo, se investissem no sector do turismo com a restrita finalidade de ser economicamente rentável. Se assim for, os países terceiro mundo, em geral ineficaz em termos das suas estruturas básicas fica sujeito a sérios riscos ao usarem o turismo como sendo uma das suas melhores fontes de rendimentos ou de usarem o turismo de um modo exclusivo para o sector económico. Assim, esta opinião é fundada face à estimativa levado a cabo segundo Firmino (2007: 98). Como também podemos verificar o quadro (nº6.1) a estimativa para o ano 2014, deixa claro que o contributo do turismo para o PIB a nível mundial será a volta de 10,89%.

Tal como frisei anteriormente o turismo tem beneficiado mais os países ricos do que os países pobres e, dentro de uma comunidade, o turismo tem favorecido a população com mais rendimentos (privado) do que o resto da população que possuem menos rendimentos e menos poder de criar actividades em prol da satisfação dos turistas. O seminário promovido pelo Banco Mundial e a UNESCO, em Washington deixou claro que poucos eram os estudos que mostravam resultados com êxitos no turismo. Pelo contrário, eram abundantes os estudos que demonstravam que, por falta de políticas nacionais adequadas, o dinheiro proveniente do turismo não era para o benefício das classes sociais mais necessitadas como se esperava, mas antes ficavam nos cofres dos grandes investidores, em particular dos grandes investidores internacionais (Hazebroucq 2003).

O concelho de Ribeira Grande de Santiago possui condições favoráveis, como pudemos citar, a situação geográfica, a suavidade do clima, a abundância de recursos naturais não explorados, um forte potencial para a prática dos desportos náuticos e, por último, a condição da localidade de Cidade Velha ser Património Mundial da Humanidade. No entanto, é verificável que a qualidade das infra-estruturas básicas existentes não favorece um desenvolvimento sustentável, os serviços de apoio turísticos em alguns casos ficam muito aquém do esperado e, como pude apurar pelos questionários, em alguns casos os turistas consideraram esses serviços ineficientes e de pouca qualidade.

Soma-se a tudo isto o facto de que este destino carece de uma imagem de marca que identifique o seu produto turístico e o diferencie no meio dos concorrentes. Porém, há quem diga que os produtos locais de Cidade Velha têm uma marca por natureza, marca esta "Cidade Velha". No entanto, a meu ver, somente a marca "Cidade Velha" não chega e, neste contexto, sugiro que o poder local em parceria com as entidades credoras deveriam elaborar critérios e medidas a ser respeitadas e cumpridas por todos os interessados em oferecer um produto local com qualidade de "Marca Cidade Velha" e por outro lado, vetar os produtos que não cumprem os requisitos estipulados.

Através da realização deste trabalho foi possível observar e sublinhar o complexo fenómeno turístico no desenvolvimento de um país ou uma região, pois cada país e cada destino turístico responde, segundo os desafios do turismo, em função da sua própria história e do tipo de turismo que se pretende implantar e nunca perdendo de vista, os objectivos traçados no início do investimento turístico.

Há que realçar alguns pontos indispensáveis à melhor forma de usufruir do investimento turístico e que deverá passar, sem dúvida, por maior atracção e motivação dos visitantes, diversificando as ofertas turísticas. Ou seja, é fundamental a integração de todas as

zonas do concelho de Ribeira Grande de Santiago no plano do desenvolvimento turístico. Ainda assim, é importante ter em conta a capacidade de carga não só dos monumentos como também o número de visitantes a receber e tempo de estadia, a fim de não haver concentração excessiva de pessoas em determinadas áreas o que colocaria em causa a qualidade de serviço naquela localidade e arredores, porque é preciso ter em conta a necessidade de assegurar uma estadia de qualidade aos turistas (alimentação, alojamento, segurança, saúde em casos de acidentes e entre outras condições).

Porém, é importante conhecer o perfil dos turistas e as suas motivações e, só assim, é possível fazer a delimitação de determinados visitantes e grupos (os que ficam em estadia mais ou menos prolongada e que proporcionam mais benefícios económicos), coordenando as políticas e os organismos envolvidos (autoridades locais, operadores de transportes, gestores de atracções e universidades), sendo que o ponto fulcral consiste em maximizar e melhorar a distribuição dos benefícios entre os vários grupos envolvidos, com alta prioridade para os residentes locais (Baptista 1997: 504).

No meu entender, o caminho passa, sem dúvida, pela escolarização e formação dos residentes não só nas áreas turísticas e no desenvolvimento dos recursos locais (de muito relevância) mas, acima de tudo, em diversas áreas como, por exemplo, as áreas ambientais, económicas, de saúde, segurança e em especial nas áreas de apoios sociais.

Um outro ponto deste trabalho, merecedor da nossa atenção, tem a ver com a preservação do património monumental da Cidade Velha, pois os monumentos históricos merecem o total respeito, independentemente do desenvolvimento turístico. Tomei nota que grande parte dos inquiridos em relação à pergunta "qual é a sua perspectiva do patrimonialização da Cidade Velha?" frisaram que: "contribuirá para o desenvolvimento do turismo em Cidade Velha" e somente um número muito reduzido de pessoas afirmaram que isso contribuirá para o melhor empenho na conservação e preservação dos monumentos. Todavia, é certo que aumentará o fluxo turístico no concelho Ribeira Grande de Santiago. Mas antes de mais temos de ter a consciência de que o turismo vem e o turismo vai e o nosso património deve permanecer de geração em geração e este deve ser o espírito das instituições responsáveis na conservação dos monumentos e da educação e sensibilização da população local.

Não obstante, o primeiro passo deste processo de consciencialização começa por criar e/ou melhorar as leis de salvaguarda do património cultural de Cabo Verde, na medida que a referida lei sobre a preservação de património cultural de Cabo Verde data de 1990, com o decreto nº 121/90 de 8 de Dezembro, na qual ainda se detectam lacunas prejudiciais à

conservação e preservação dos monumentos. As leis existentes são de carácter geral (e ambíguas), e não respondem a todas as necessidades e exigências actuais e, em alguns casos, verifica-se uma necessidade de ser adaptada a uma nova realidade e enquadrada a cada situação particular.

Sem dúvida, é importante o estudo, a conservação e a revitalização do património monumental existentes e, neste caso preciso, é necessário um projecto de reestruturação de Cidade Velha que não exclua a população local da Cidade Velha (sem ignorar o seu descontentamento), na medida em que a história e vivência da população de Cidade Velha, de um modo ou de outro fez parte da proposta entregue a UNESCO. Entretanto, é de conhecimento de todos que a população local se encontra descontente com o desenrolar do plano de revitalização desencadeado na Cidade Velha, na medida que houve pouca participação da população local.

Assim, é expectável que este plano, com os objectivos delineados no presente, em alguns casos contra a opinião dos residentes, virá a contribuir para o despejo da população local de Cidade Velha. Assim como se realçou no capítulo anterior, existem famílias constituídas por um número elevado de pessoas (14 pessoas numa família, e as suas casas são modestas), com necessidade de espaço para reestruturar as suas casas, não o poderão fazer porque o plano de revitalização tem alguns requisitos a ser cumpridos pelos residentes e esses requisitos em alguns casos são excessivos em termos económicos e demorado em termos de tempo cronológico. Nesta medida, a médio e longo prazo a população local sentirá obrigação de vender as suas casas e comprar outras casas numa zona onde podem satisfazer as suas necessidades. Como afirma Barretto (2007: 127), haverá *"expulsión de estas personas de sus casas… obligándolas a mudarse para barrios alejados"*. É um caso que exige um estudo aprofundado e mais demorado, o que não foi possível realçar nesta investigação, ainda assim como investigador não pude deixar de salientar este facto deparado no terreno. E a meu ver é merecedor de muita atenção por parte de todos em particular dos responsáveis.

A complexidade do fenómeno turístico faz o próprio turismo ser o principal inimigo do destino de lazer. Neste âmbito, os responsáveis de Cabo Verde e a Câmara Municipal de Ribeira Grande devem, juntos, ter a preocupação de não comprometer as gerações futuras com o desenvolvimento turístico. A este respeito o poder central de Cabo Verde e poder local devem unir esforços contra o investimento desorganizado e desequilibrado e fazer com que o património histórico e cultural seja melhor estudado, conhecido e que os estudos realizados estejam acessíveis aos moradores e aos turistas. Neste sentido, facilmente a população local poderá consciencializar-se do espólio existente na localidade de Cidade Velha que é riqueza

que lhe pertence hoje e, amanhã, será dos seus filhos e netos. Só assim poderá haver uma maior adesão da população na procura da valorização desses monumentos.

Por outro lado, ao estudar a cultura local, as tradições, os costumes e mantê-los à disposição dos turistas, isso levará a um afastamento da promoção da cultura local de uma forma desvinculada da realidade e do acontecimento dos factos (isso excluirá a danosa venda da cultura local a mercê da vontade dos turistas). Por isso a mudança de atitude não só será um elevado contributo à preservação do património monumental como a preservação do património cultural imaterial. E o método mais adequado à conservação desse património material e imaterial passa sem dúvida pela criação de um museu (ecomuseu) em Cidade Velha.

Espero assim que este trabalho possa ser um contributo para a definição de estratégias e acções orientadas para o desenvolvimento de um turismo sustentável em Cabo Verde e, por outro lado, possa suscitar em outros interesse para a realização de novos trabalhos sobre a temática, de forma a promover a divulgação das riquezas e belezas de Cidade Velha que, pelas razões expostas, bem merece ser dada a conhecer ao mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos

ALBARELLO, Luc; DIGNEFFE Fraloise; HIERNAUX Jean-Piere; MAROY Christian; RUQUOY Danielle e SAINT-GEORGES Pierre de (1997), Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa, Gradiva Publicações Lda.

ALBUQUERQUE, Luís[40] (coord.); SANTOS, (coord.) Maria Emília Madeira e al. (1991), História Geral de Cabo Verde. Praia, Instituto Nacional de Investigação Cultural. Vol. I.

ALBUQUERQUE, Luís (1990), Dúvidas e Certezas na Historia dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, Vega, Lda.

ALBUQUERQUE, Luís de (Coord.); DOMINGUES, Ângela; SILVA, António Correia; AMARAL, Ilídio; BALENO, Ilídio; CABRAL, Iva Maria; SANTOS, Maria Emília Madeira e TORRÃO Maria Manuel (2001), História Geral de Cabo Verde. Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Instituto de Investigação Cientifica Tropical; Praia – Instituto Nacional de investigação Cultural. 2º edição.

ALMEIDA, Pedro Ramos de (1979), História do Colonialismo Português em África. Lisboa, Editorial Estampa.

ANDERSON, Susan C.; TABB, Bruce H. Water (2002), Leisure & Culture – European Historical Perspectives. New York, Oxford Internacional Publishers Lda.

ANDRADE, Elisa (1995), Cabo Verde: De Achamento à Independência Nacional - Breve Resenha Histórica (http://www.ic.cv/Word/historiaCV.doc - 13 de Janeiro de 2009, as 17:08)

ANTÓNIO, Carreira (1966), Cabo Verde – Classes Sociais, Estrutura Familiar e Migrações. Lisboa, Ulmeiro.

[40] Luís de Albuquerque, engenheiro-geografo, doutor em Matemática, doutor honoris causa em Historia e Professor emeritus da Universidade de Coimbra, é autor de mais de três dezenas de livros sobre a história dos descobrimentos, da Náutica e da Cartografia e de centenas de artigos, publicados em revistas, dicionários e obras colectivas sobre os mesmo temas. É editor de Departamento de Ciências Históricas, Económicas e Sociológicas do Instituto de Investigação Cientifica Tropical e Presidente do Centro de Estudos de história do Atlântico, com sede no Funchal. É sócio efectivo da academia das Ciências (Lisboa), da Academia Portuguesa de Historia, da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, vice-presidente da Academia de Marinha, sócio correspondente da Real academia de la Historia (Madrid) e da Académie Internacional D´Histoire dês Sciences. Presidente do Concelho Cientifico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2000), Perspectiva de Desenvolvimento para as Regiões Marítimas – Actas do VII Encontro Nacional da APDR. Coimbra, Gráfica de Coimbra. Volume 1.

BALANÇA, Isabel Milio e Mónica Cabo NADAL (2003), Marketing e Comercialização de Produtos Turísticos. São Paulo, Pioneira Thomson Learning.

BAPTISTA, Mário (1997), Turismo Competitividade Sustentável. Lisboa, Editorial Verbo.

BARAÑANO, Ana Maria (2004), Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão. Lisboa, Edição Sílabo Lda.

BARATA, Óscar (1967), O Povoamento de Cabo Verde, Guiné e São Tomé. Lisboa, Assistência do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

BARBIER, Jean-Marie (1996), Elaboração de Projectos de Acção e Planificação. Porto, Porto Editora.

BARRETO, António (2001), Globalização, Desenvolvimento e Equidade. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações Dom Quixote.

BARRETTO, Margarita (2007), Turismo y Cultura. Relaciones, Contradicciones y Expectativa. Ed. Associação Cantaria de Antropologia (In: www.pasosonline.org.).

BARROS, Carlos Alberto Pestana (1994), Gestão de Projectos. Lisboa, Edições Sílabo, Lda.

BARROS, José da Cunha (2004), A Projecção do Quotidiano no Turismo e no Lazer. O Lugar dos Actores dos Contextos e dos Paradigmas. Lisboa, Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

BATISTA, Mário (1997), Turismo Competitividade Sustentável. Lisboa, Editorial Verbo.

BELL, Judith (2004), Como Realizar Um Projecto de Investigação. Lisboa, Gráfica, Publicações, Lda.

BOLAÑOS, Maria (????), La Memoria del Mundo-Cien Años de Museulogía 1900-2000;

BORGES, Aidil de Carvalho Martins Barbosa (2005), O Património Ecológico e Arqueológico da Cidade Velha: Subsídios para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Turístico. Universidade de León – Fundação Universitária Ibero-americana (tese de mestrado).

BROCKMAN, John (1988), A Terceira Cultura. Lisboa, Sociedade Industrial Gráfica, Lda.

CAMACHO, Alberto e CAMACHO Maria José Sampaio (1992), Manual para a Avaliação Económica-Social de Projectos Industriais. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

CAMACHO, Clara Fryão; Alice SEMEDO; Helena SANTOS; Carla FERNANDES e VASCONCELO, Maria João (2008), Actas Conferências – Museus e Sociedade. Caminha, Câmara Municipal de Caminha.

CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA E A COMISSÃO INSTALADORA DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO (2005), "Ribeira Grande de Santiago – Um Património, um Futuro" Praia.

CARDOSO, Lucília Maria Ferreira Alves (2007), Um Museu para Lebutação: fundamentos preliminar para enquadramento museológico. Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (monografia).

CARIA, Telmo H. (coord.); PEREIRA, Fernando; FILIPE, José P; LOUREIRO, Armando e SILVA Margarida (2005), Saber Profissional – análise Social das Profissões em Trabalho Técnico -Intelectual (ASPTI). Coimbra, Ed. Gráfica de Coimbra.

CARREIRA, António (1981), "O Tráfico de escravos nos rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde". Lisboa, Junta de Investigações Científicos do Ultramar – Centro de Estudos de Antropologia Cultural.

CARVALHO, Angelina e SANTOS, Milice Ribeiro (1997), Interacção Cultural e Aprendizagem: Correspondência Escolar e Classes de Descoberta. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian Serviços de Educação.

CHAVES, Luís (1948), Pelourinhos do Ultramar Português. Lisboa, Agência geral das Colónias.

CHARTIER, Roger (1988), A História Cultural – Entre Práticas e Representações. Memória e Sociedade. Lisboa, Difusão, Lda.

CONNERTON, Paul (1993), Como as Sociedades Recordam. Oeiras, Celta Editora.

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (1999), Colóquio "Ambiente, Economia e Sociedade". Lisboa, Centro de Documentação e Informação do CÊS.

COSTA, Carla Guapo (2005), A Cultura como Factor Dinamizador da Economia – os Investimentos Portugueses no Brasil. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

DEALÉAGE, Jean-Paul (1993), História da Ecologia – uma ciência do homem e da natureza. Lisboa, Publicações Dom Queixote, Lda.

DESHAIES, Bruno (1997), Metodologia da Investigação em Ciências Humana. Lisboa, Instituto Piaget.

DINIZ, Francisco José Lopes de Sousa (2006), Crescimento e Desenvolvimento Económico – Modelos e Agentes do Processo. Lisboa, Edições Sílaba, Lda. 1ª Edição.

DORNBUSH, R. (1991); LESLIE, F.; HELMERS, C. H.. Economia Aberta – Instrumentos de Política Económica Nos Países em Vias de Desenvolvimento. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

FERNANDEZ, Luís Alonso (1999), Introducción a la nueva museologá. Madrid, Aliança Editora, S. A.

FERRÃO, Paulo Cadete (1998), Introdução à gestão ambiental – avaliação do ciclo de vida de produtos. Lisboa, Instituto Superior Técnico Press.

FERREIRA, Eduardo de Sousa (1974), Aspectos do Colonialismo Português – Análise de Economia e politica sobre as colónias portuguesas, África do Sul e Namíbia. Lisboa, Seara Nova.

FERRO, Gaetano (????), Sociedade Humana e Ambiente, no tempo – Temas e Problemas de Geografia Histórica. Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.

FIRMINO, Manuel Brazinha (2007). Turismo - Organizacional e Gestão. Lisboa, Escolar Editora.

FORTUNA, Carlos (1997), Cidade, Cultura e Globalização. Lisboa, Ed. Celta Editora, Lda.

FREIRE, João (2008), Economia e Sociedade. Contributos para uma Sociologia da Vida Económica em Portugal na Viragem do Século. Lisboa, Celta Editora Lda.

FURTADO, Cláudio Alves (1993), A transformação das Estruturas Agrárias Numa Sociedade em Mudança – Santiago, Cabo Verde. São Paulo, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.

GAGEIRO, João Nunes e PESTANA, Maria Helena (1998), Análise de Dados para Ciências Sociais - A Complementaridade do SSPS. Lisboa, Edições Sílabo, Lda.

GASCÓN, Jordi e CAÑADA, Ernest (2005), Viajar a todo Tren – Turismo, desarrollo y sostenibilidad. Barcelona, Icaria editorial, s.a.

GIDDENS, Anthony (1997), Sociologia. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

GOMES, Lourenço Conceição (2006) "O Símbolo da Autoridade na Obra de Arte Colonial: o Caso do Pelourinho da Cidade Velha – Santiago de Cabo Verde". Praia, Ciências Humana em Revista.

GORENDER, Jacob (1985), O Escravismo Colonial. São Paulo. Editora Ática

GRIJÓ, Carla (1995), "Criar uma Actividade Económica – questões a considerar. Lisboa, Comissão para a Igualdade e para ao Direitos das Mulheres Ministério do Emprego e da Segurança Social.

HENRIQUES, Cláudia (2003), Turismo Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável. Lisboa, Edições Sílabo, Lda.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández (1998), El museu como Espacio de Comunicacion. Espanha. Ediciones Trea, S. L.

HILL, Manuela Magalhães e HILL, Andrew (2009), Investigação por Questionário. Lisboa, Edições Silabo, Lda.

HOGGARD, Richard (1973), As Utilizações da Cultura – Aspectos da Vida da Classe Trabalhadora, com Especiais referência a publicações e Divertimentos. Lisboa, Editorial Presença, Lda.

JOHNSON, Peter e THOMAS, Barry (1992), Tourism, Museums and Local Economy: The Economic Impact of the North of England Open Air Museum at Beamish. Derwentside. Edward Elgar Publishing Limited.

KI-ZERBO, Joseph (1972), História da África Negra. Paris, Hatier. Vol.I e II

KRIPPENDORF, Jost (2003), Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo, Aleph Editora. 3ª Edição.

LARA, António de Sousa (2000), Colonização Moderna e Descolonização. Lisboa, ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

LEA, John (2001), Tourism and Development in the Third World. New York, Routledge;

LIMA, Agusto Mesquitela; MARTINZ, Benito e FILHO João Lopes (1991), Introdução à Antropologia Cultural. Lisboa, Editorial Presença, Lda.

LOPES, Marcelino de Sousa (2008), Animação Sociocultural em Portugal. Amarante, Edição: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural. 2ª Edição.

LOPES, Marília dos Santos (2001), Da Descoberta ao Saber – Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII. Viseu, Passagem Editores

LUNDBERG, Donald E; KRISHNAMOORTHY, M. e STAVENGA, Mink H. (1995), Tourism Economics. Canada, John Wiley and Sons.

MACHADO, José Alfredo Vieira (1988) Revisão da Lei Orgânica do Ultramar – Reunião Extraordenária do Conselho Ultramarino. Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

MAGALHÃES, Fernando (2005), Museus, Património e Identidade. Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição, Porto, Profedições, Lda./Jornal a Página. Vol. I

MARC, Edmond e PICARD, Dominique (1978), A interacção Social. Porto, RÉS – Editora, Lda.

MARTINS, Luís Saldanha (2004), Espaço de lazer e de Turismo no Nordeste de Portugal. Porto, Edições Afrontamento

MATA, Roberto da (1984), Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social. Brasil, Petrópolis: Vozes.

MATOS, Jorge Rocha de (2001), Política Económica e Globalização 1999-2000. Lisboa, Associação Industrial portuguesa CCI/Câmara de Comércio e Industria.

MINISTÉRIO DA CULTURA (2008), Cidade Velha "Centre Historique de Ribeira Grande Cap-Vert – Proposition d´inscription sur la Liste du patrimonio mondial". Praia, Ministério de Cultura de Cabo Verde

MOREIRA, Luís (coord.); OLIVEIRA, Luís F.; AMORIM, José Bayalo Pacheco de; KÜHN, Gerard; GONSALVES, Victor dos Santos; SILVA, António Manuel; OOESTERBEEK, Luiz; PERETTO, Carlo; RAPOSO, Luís; MARTINS, Manuela; JORGE, Oliveira Victor; AREIRA, Paulo P. e LISBOA Eugénio Almeida (1997), 1º Colóquio de Gestão do Património Arquiológico – Perspectivas em Diálogo. Tomar, Instituto Politécnico de Tomar (Laboratório de Pré-História).

MURTEIRA, Mário (2003), O que é Globalização. Lisboa, Quimera Editora Lda.

NOGUÉS, António Miguel (2003), Cultura y Turismo. Andalucía, Signatura Ediciones de Andalucía, S.L. Vol. V.

NORONHA, Mário de (1991), O Uso Social da Psicologia. Lisboa, Arte Gráfica Lda.

NUNES, A. Sedas (1996), Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais. Lisboa, Editorial Presença. 12º Edição.

NUNES, Santos (1960), "Colóquios Sobre Problemas de Povoamento". Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais. Nº 33

OLIVEIRA, Luis Filipe (1995), Educação Ambiental – guia prático para professores, monitores animadores culturais e tempos livre. Lisboa, Texto Editora, Lda.

OLSON, David R; NANCY, Torrance (1995), Cultura Escrita e Oralidade. São Paulo. Editora Ática S.A

PAULINO, Francisco Faria (coord) e al. (1992), Africa – Nas Vésperas do Mundo Moderno. Lisboa, Quetzal Editores.

PEREIRA, Daniel A (2004) A Importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago – Cabo Verde). Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

PERES, Damião (1859), História dos descobrimentos portugueses. Porto, Vertente – Dist. De livros Lda.

PESSOA, Fernando Santos (2001), Reflexões Sobre Ecomuseologia. Porto, Edições Afrontamento.

PILLET, Gonzague (1997), Economia Ecológica – Introdução à introdução à economia do ambiente e recursos naturais. Lisboa, Instituto Piaget.

PINTO, Abel (2005), Sistema de Gestão Ambiental – Guia para a sua implementação. Lisboa, Edição Sílabo, Lda.

PIRES, Fernando (2007), da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde – Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII. Praia, Universidade de Cabo Verde.

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA (1998), "Debate promovido pelo Presidente da República durante a Deslocação a Projectos de Luta Contra a Pobreza". Coimbra, Imprensa Nacional – Casa da Moeda

PUREZA, José Manuel (1998), O Património Comum da Humanidade: Rumo a um Direito Internacional da Solidariedade? Porto, Edições Afrontamento.

QUEIRÓ, Afonso Rodrigues (1974), "Do Direito à Colonização ao Dever de Descolonização" Coimbra, Atlanta – Colecção Pequenos Estudos e Documentos.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1992) - Manuel de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa, Gráfica – Publicação Lda.

QUERIDO, Chyanda M. (2005), Estabilidade Macroecónimica e Financiamento do Desenvolvimento em Cabo Verde. Lisboa, Instituto português de Apoio ao Desenvolvimento – Centro de Documentação e Informação

RIBEIRO, Fernando Bessa (2005) "A Invenção dos Heróis: Nação Historia e Discursos de Identidade em Moçambique". Lisboa, Centro de Estudos de Antropologia Social.

RIBEIRO, Fernando Bessa (1996), Mimória industrial em Águeda: fundamentação preliminar para um enquadramento museológico. Braga, Universidade do Minho (tese de Mestrado).

RIBEIRO, Fernando Bessa (2004), Sistema mundial, Manjacaze e fábricas de caju: Uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique. Vila Real, Universidade do Trás-os-Montes e Alto Douro (tese de doutoramento).

ROMÃO, Isabel (1995), "Criar uma actividade económica – Questões a considerar. Lisboa, Edição da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres Ministério do Emprego e da Segurança Social.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), Globalização: Fatalidade ou Utopia. Afrontamento – Porto, Ed. Edições.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), Democracia e Participação – o Caso do Orçamento Participação de Porto Alegre. Porto, Edições Afrontamentos.

SANTOS, João Marinho (1998), Estudo Sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa. Coimbra, Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra.

SANTOS, Maria Emília Madeira (1995), Historia Geral de Cabo Verde. Praia, Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde. Lisboa, Centro de Estudo de História e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Cientifica Tropical. Vol. II

SANTOS, Maria Emília Madeira (1998), Nos Caminhos de África – Serventia e Posse. Angola Século XIX. Lisboa, Instituto de Investigação Ciência tropical.

SANTOS, Victor Marques (2001), A Humanidade e o seu Património – Reflexões Contextuais sobre Conceptualidade Evolutiva e Dinâmica Operatória em Teoria das Relações Internacionais. Lisboa, Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas.

SCHWANITZ, Dietrich (2004), Cultura – Tudo o que é preciso saber. Lisboa, Dom Quixote.

SILVA, António Leão Correia (2004), Combates Pela História. Praia, Spleen Edições.

SOARES, Maria João; TORRÃO, Maria Manuela Ferraz; SANTOS, Maria Emília Madeira (2004), "Cabo Verde Uma Experiência Colonial Acelerada (Século XVI-XVII). Lisboa, Ministério da Ciência, inovação e Ensino Superior; Secretária de Estado da Ciência e Inovação; Instituto de Investigação Cientifica Tropical.

TAYLOR, Charles; APPIAH, K. Anthony; HABERMAS, Jürgen; ROCKEFELLER, Steven C; WALZER, Michael e WOLF, Susan (1998), Multiculturalismo – Examinado a Política de Reconhecimento. Lisboa, Instituto de Piaget.

TEAGUE, Michael (1988), Na Rota dos Navegadores Portugueses[41]. Lisboa, Quetzal Editores.

TEIXEIRA, David José Varela (2005), O Ecomuseu de Barroso – A nova museologia ao serviço do Desenvolvimento Local. Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado).

THEOBALD, William F. (2001), Turismo Global. São Paulo, SENAC.

TITIEV, Mischa (2000), Introdução à Antropologia Cultural. Lisboa, Serviços de Educação – Fundação Calouste Gulbenkian 8ª edição.

TITIEV, Mischa (2002), Introdução à Antropologia Cultural. Lisboa, Serviços de educação – Fundação Calouste Gulbenkian. 9ª edição.

TOLENTO, André Corsino; ROCHA, Carlos Manuel e TOLENTO, Nancy Curado (2008), A Importância e o Impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI, I.P.)

[41] Livro onde se encontra a imagem do Pelourinho de Cidade Velha em formato quadrado.

URRY, John (1990), O Olhar do Turista – Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas. São Paulo, Livros Studio Nobel Lda.

VARELA, Xesús Pérez, (1997), Museo Etnológico de Ribadavia – Legado "Chucho" Sánchez Orriolos Fondo Bibliográfico. Galicia, Ed. Xunta de Galicia.

VAZ, Cláudia Sofia Santiago Ribeiro (2006), Afinal quem sou eu? A identidade de crianças de origem cabo-verdiana em espaço escolar. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

VITORIANO, José Manuel, CRUZ, Maria Arlete e LUCENA, Maria Margarida (1998), Notas de História da África Ocidental. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

WALTERS, Malcolm (1999), Globalização. Oeiras, Celta Editora, Lda.

Documentos e fontes primárias

Palestra: Turismo, Património e Desenvolvimento Local: Uma Perspectiva para um desenvolvimento Sustentável para o Concelho de Ribeira Grande de Santiago (Junho de 2009). Localidade de Cidade Velha.

Realizações de questionários e os exemplares encontram-se em anexos

Documentação em suporte electrónico

http://comunicacionpatrimoniomundial.blogia.com/2007/030801-cabo-verde-cidade-velha-discute-candidatura-a-patrimonio-mundial-da-humanidade.php. (13 de Janeiro de 2008, 16:15)

http://asemana.cv/article-imprim.php3?id_article=13422#sommaire_1 (13 de Janeiro de 2008, 15:59)

http://cidadevelha-caboverde.blogspot.com/2007/10/declaraao-de-cidade-velha-ribeira.html. (12 de Janeiro de 2008, 15:59)

http://www.vozdipovo-online.com/conteudos/cultura/recuperacao_cidade_velha_entra_em_nova_fase_com_apoio_espanhol/. (12 de Janeiro de 2008, 15:55)

http://atalho.blogs.sapo.pt/3627.html (14 de Janeiro de 2008, 15:47)

http://pagina-um.blogspot.com/2007/10/cidade-velha-candidata-patrimnio.html (15 de Janeiro de 2008, 15:40)

http://pagina-um.blogspot.com/2007/10/cidade-velha-candidata-patrimnio.html (10 de Janeiro de 2008)

http://www.guiadecaboverde.cv (12 de Junho de 2008)

http://www.ic.cv/museu-tabanca.html (15 de Junho de 2008)

http://www.globalgeografia.com/africa/capo_verde.htm (16 de Janeiro de 2009, 12:32)

http://mundofred.home.sapo.pt/paises/pt/cabo_verde.htm# (06 de Janeiro de 2009, 16:20)

http://cidadevelha-caboverde.blogspot.com/ (16 de Outubro de 2009, 12:30).

http://flama-unex.blogspot.com/2009/06/patrimonio-em-noticia-o-processo-de_28.html (16 de Outubro de 2009, 13:00)

http://www.bomdia.lu/index.php?option=com_content&view=article&id=3277:cabo-verde-cidade-velha-e-patrimonio-mindial&catid=69&Itemid=111 (16 de Outubro de 2009, 13:20)

http://www.dw-world.de/dw/article/0,,4436475,00.html (16 de Outubro de 2009, 13:30)

http://www.geledes.org.br/noticias/cabo-verde-cidade-velha-ja-e-patrimonio-mundial-da-humanidade.html (16 de Outubro de 2009, 13:35)

http://www.unicv.edu.cv/ltimas/cidade-velha-declarada-patrim-nio-mundial-da-humanidade.html (16 de Outubro de 2009, 13:45)

http://www.embcv.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=859 (16 de Outubro de 2009, 13:50)

http://www.africatodayonline.com/pt/noticia/5183/cidade-velha-ja-e-patrimonio-mundial/ (16 de Outubro de 2009, 14:10)

ANEXOS

Anexo nº 1 – Certificado do pedido da Patrimonialização da Cidade Velha.

Organisation des villes du patrimoine mondial
Organization of World Heritage Cities
Organización de las Ciudades del Patrimonio Mundial
Organização das Cidades do Património Mundial
منظمة مدن التراث العالمي

Le 28 août 2008

Dr. Manuel Monteiro de Pina
Presidente
Camara Municipal de Ribeira Grande de Santiago
Rua Calhau
Cidade Velha rigeira Grande de Santiago C.P 02
Cabo Verde

Monsieur le Maire,

En commémoration de votre adhésion aux règlements généraux et à la charte de l'Organisation des villes du patrimoine mondial (OVPM), il nous fait plaisir de vous offrir, en plus du certificat de membre en règle 2009, le drapeau officiel de l'OVPM ainsi que sa charte sur papier parchemin que nous vous encourageons à exposer publiquement dans votre ville.

En vous remerciant de l'intérêt que vous manifestez envers l'Organisation des villes du patrimoine mondial, nous vous prions de recevoir, Monsieur le Maire, l'expression de nos sentiments distingués.

Denis Ricard
Secrétaire général

p. j.

Président
President
Presidente
El Alcalde de ■
Cuenca (Ecuador)

Vice-président Trésorier
Vice-President Treasurer
VicepresidenteTesorero
The Mayor of ■
Beemster (Netherlands)

Vice-présidents
Vice-Presidents
Vicepresidentes
The Mayor of ■
Kandy (Ski Lanka)

The Mayor of ■
Kazan (Russia)

The Mayor of ■
Luang Prabang (Laos)

Le Maire de ■
Lyon (France)

The Mayor of ■
Vienna (Austria)

Secrétaire générale par intérim
Interim Secretary General
Secretaria General Interina
Lee Minaidis ■

15, rue Saint-Nicolas, 2e étage
Québec (Québec) G1K 1M8 Canada
Tél: (418) 692.0000
Fax: (418) 692.5558
secretariat@ovpm.org
http://www.ovpm.org

Anexo nº 2 – Diploma da certificação da Cidade Velha como Património Mundial da Humanidade

Nous, soussignés, attestons que

La ville de Cidade Velha

s'étant dûment acquittée de ses obligations,
a été inscrite au registre des membres en règle de

l'Organisation des villes du patrimoine mondial

pour l'année 2009.

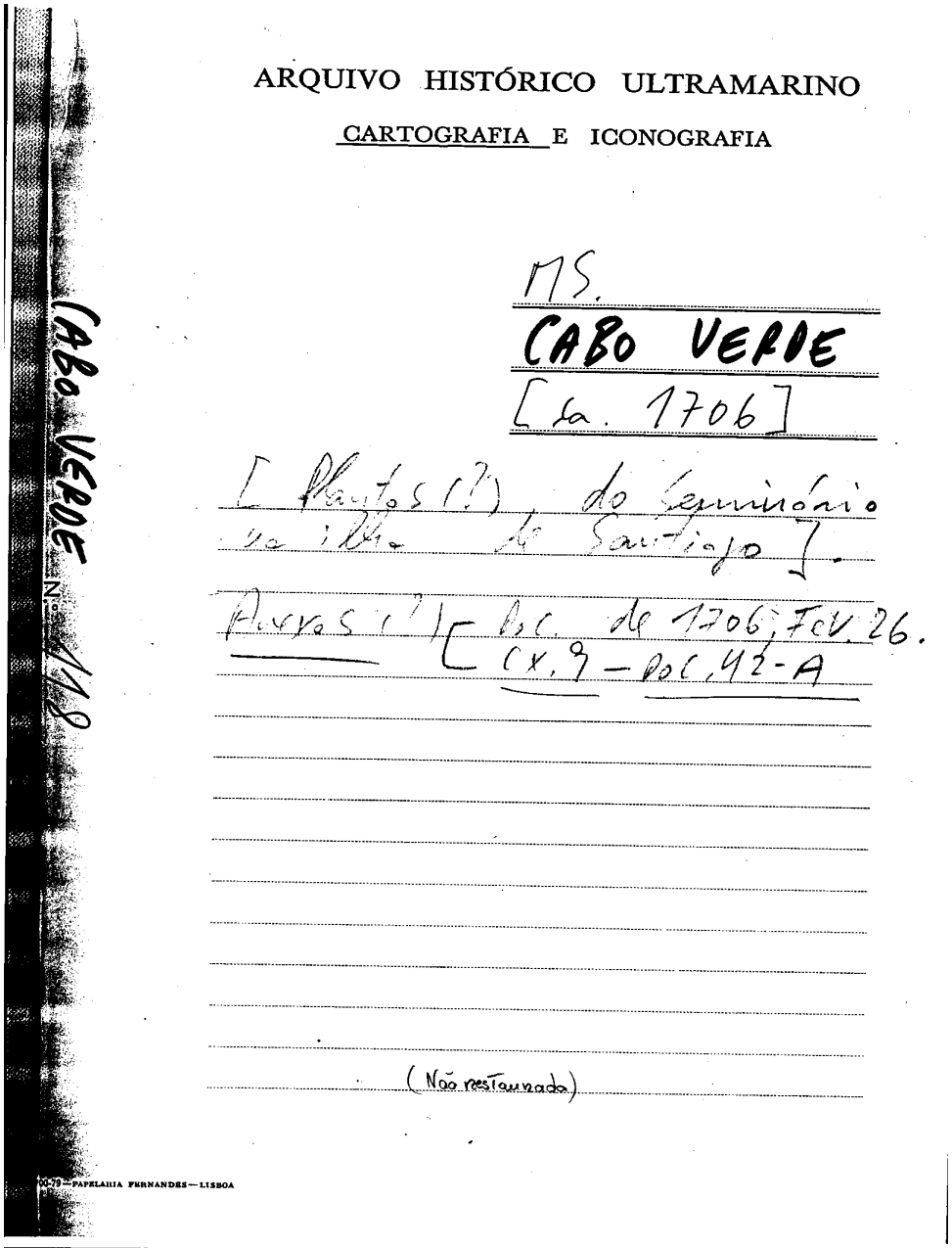
ORGANISATION DES VILLES DU PATRIMOINE MONDIAL
ORGANIZATION OF WORLD HERITAGE CITIES
ORGANIZACIÓN DE LAS CIUDADES DEL PATRIMONIO MUNDIAL
منظمة مدن التراث العالمي
ORGANIZAÇAO DAS CIDADES DO PATRIMONIO MUNDIAL

Marcelo Cabrera Palacios, Président

Denis Ricard, secrétaire général

Émis à Québec, ce 11 août 2009.

Anexo nº 3 – Cartografia e Iconografia – Capa com a planta do Seminário da Ilha de Santiago (Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa)



ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

CARTOGRAFIA E ICONOGRAFIA

MS.

CABO VERDE

[ca. 1706]

[Plantas (?) do Seminário na ilha de Santiago].

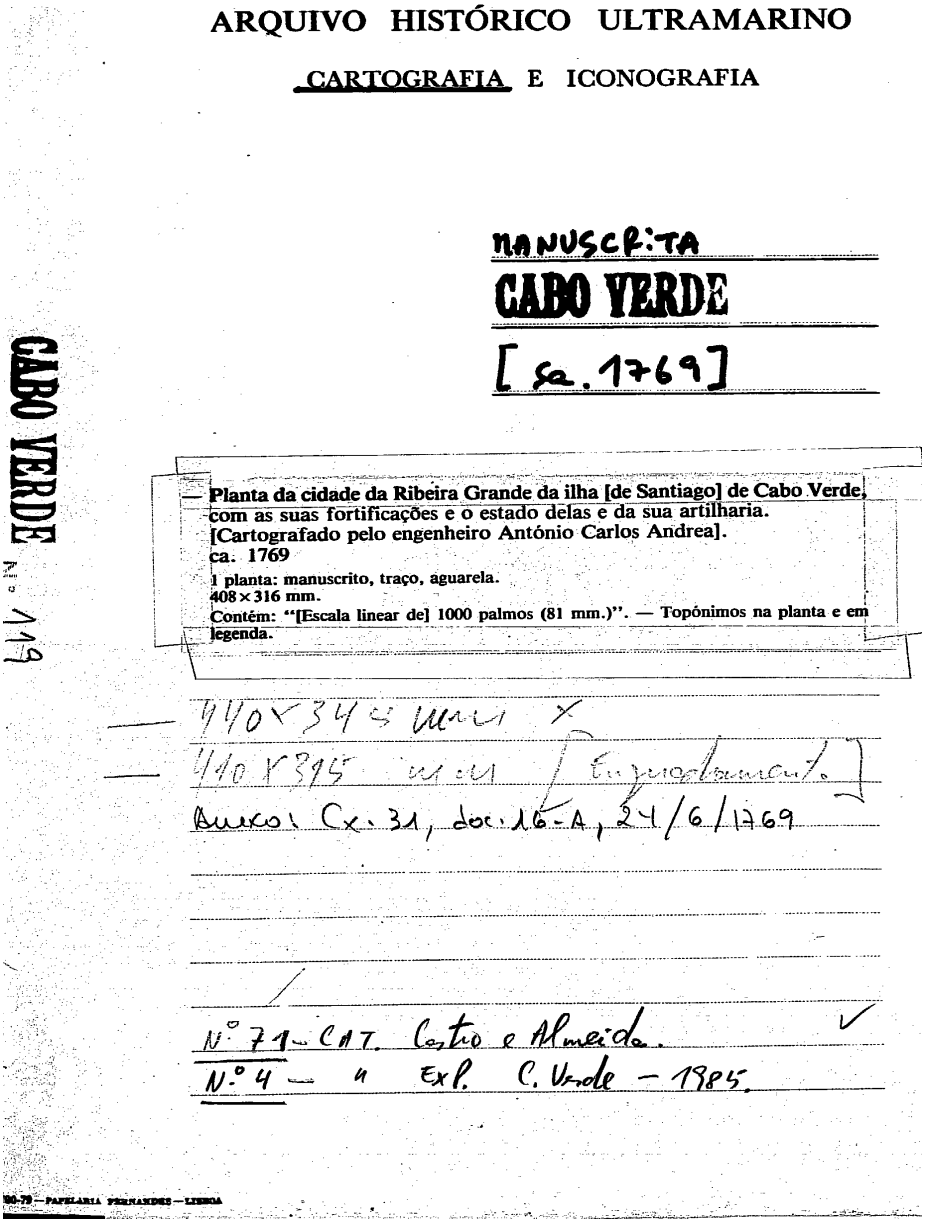
Anexos (?) [Doc. de 1706, Fev. 26.
Cx. 9 – Doc. 42-A

(Não restaurado)

CABO VERDE Nº 118

00-79 — PAPELARIA FERNANDES — LISBOA

Anexo nº 4 – Capa com a planta da cidade de Ribeira Grande de Santiago (Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa)



ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

CARTOGRAFIA E ICONOGRAFIA

MANUSCRITA

CABO VERDE

[ca. 1769]

CABO VERDE Nº 119

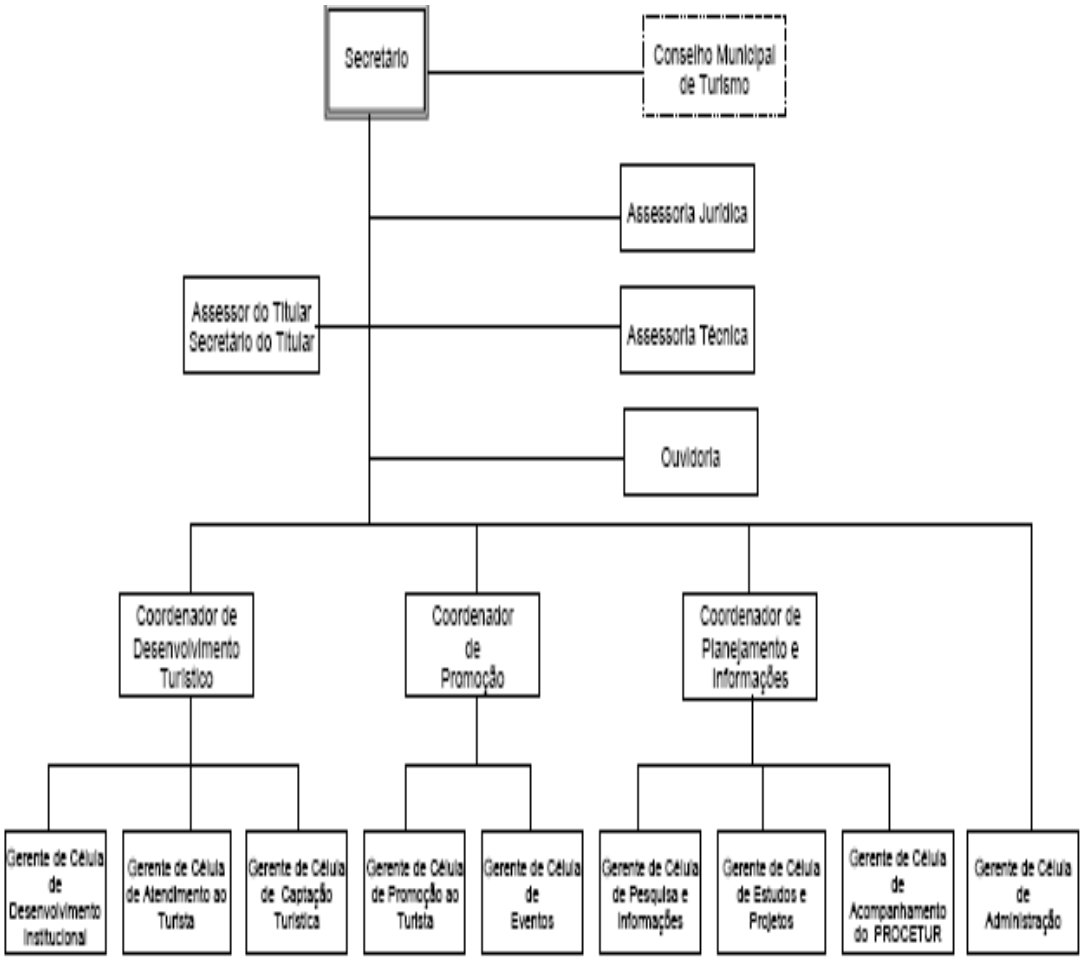
— Planta da cidade da Ribeira Grande da ilha [de Santiago] de Cabo Verde, com as suas fortificações e o estado delas e da sua artilharia. [Cartografado pelo engenheiro António Carlos Andrea].
ca. 1769
1 planta: manuscrito, traço, aguarela.
408 × 316 mm.
Contém: "[Escala linear de] 1000 palmos (81 mm.)". — Topónimos na planta e em legenda.

— 440 × 345 mm ×
— 410 × 315 mm [Enquadramento]
Anexo: Cx. 31, doc. 16-A, 24/6/1769

Nº 71 – CAT. Castro e Almeida. ✓
Nº 4 – " Exp. C. Verde – 1985.

80-79 — PAPELARIA FERNANDES — LISBOA

Anexo nº 5 - As Fases do Processo de Gestão e Dinamização da Oferta Cultural



Anexo nº 6 – A antiga imagem do Pelourinho da Cidade Velha

O velho pelourinho está ainda de pé na que outrora foi
a praça principal da cidade de Ribeira Grande,
a antiga capital de Cabo Verde.

Anexo nº 7 - Ficha de Inventario

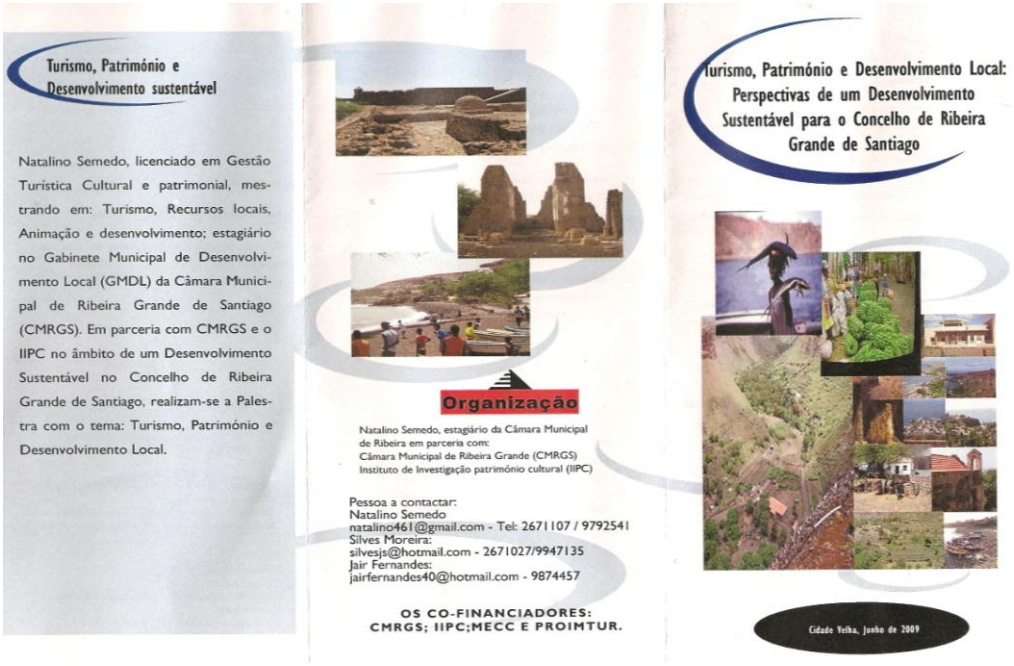
Ficha de Inventário de Campo de Artefactos Etnográficos e Arqueológico				
Inventario do Artefacto				
Nº Inventario de Campo				
Nº Foto de Campo				
Data e Lugar de Identificação				
Modo Identificação				
Condições Identificação (escavação etc)				
Denominação do Técnico				
Denominação do Proprietário				
Origem de Produção				
Data de Produção e Nome de Fabricante				
Natureza Utilização (pública, privada, outra)				
Descrição Sumaria:				
Dados do Proprietário				
Nome				
Morada				
Contacto telefónico				
Observações				
Finalidade pretendida para artefacto	Doação		Vender	Outra:
Se Vender que preço pretende?				
Dados do Artefacto				
Estado de Conservação	Bom		Razoável	Mau:
Localização Actual do Artefacto				
Tipo de Material				
Data aprox. Artefacto, Curiosidades, história e Outros:				
Identidade dos Técnicos				
Nome do Técnico				
Morada Técnico				
Contacto telefónico				
Data e Assinatura de Técnicos				
Comentário Técnicos				
Nome e contacto do redactor de ficha				
Data e lugar de redacção de Ficha				

Anexo nº 8 – Ficha de avaliação do património cultural

Ficha de Avaliação								
Património Cultural								
Recurso								
Património arquitectónico								
Património artístico								
Património etnográfico								
Património complementar								
Identificação								
Nome								
Estilo/período								
Lugar / Localização								
Nível de protecção								
Natureza	Pública		Privada					
Utilidade								
Conservação								
Estado de conservação	Bom		Razoavel		Mau		Ruinoso	
Ameaças								
Outros								
Acessibilidades								
Tipo de acesso	Auto-estrada		Estrada nacional		Estrada secundaria		Pedestre	
Transporte Público	Sim		Não					
Visitas								
Normas de visitas	Sim		Não					
Acesso gratuito	Sim		Não					
Acesso pago	Sim		Não					
Infra-estruturas	Sim		Não					
Fotografia e localização no mapa	Sim		Não					
Lugares de interesse turístico	Sim		Não					

Anexo nº 9 – Palestra: Turismo, Património e Desenvolvimento Local

A) Parte frente do folheto



Turismo, Património e Desenvolvimento sustentável

Natalino Semedo, licenciado em Gestão Turística Cultural e patrimonial, mestrando em: Turismo, Recursos locais, Animação e desenvolvimento; estagiário no Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local (GMDL) da Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago (CMRGS). Em parceria com CMRGS e o IIPC no âmbito de um Desenvolvimento Sustentável no Concelho de Ribeira Grande de Santiago, realizam-se a Palestra com o tema: Turismo, Património e Desenvolvimento Local.

Organização

Natalino Semedo, estagiário da Câmara Municipal de Ribeira em parceria com:
Câmara Municipal de Ribeira Grande (CMRGS)
Instituto de Investigação património cultural (IIPC)

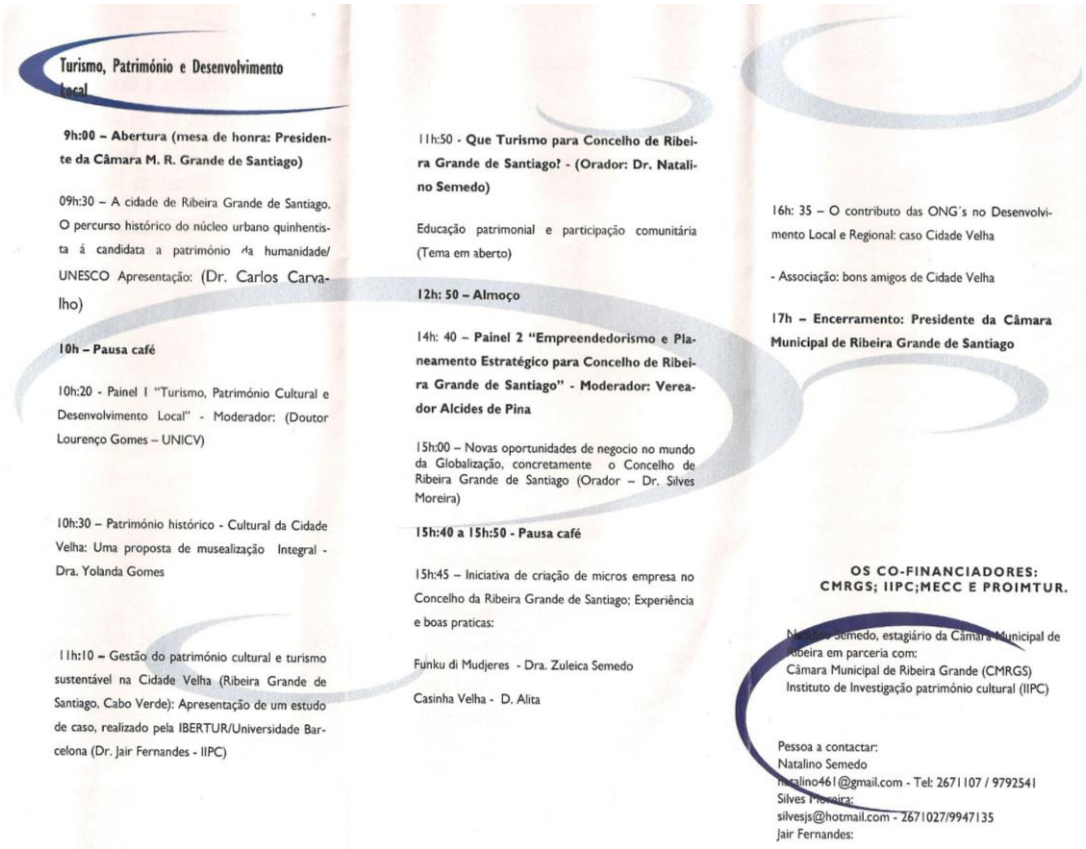
Pessoa a contactar:
Natalino Semedo
natalino461@gmail.com - Tel: 2671107 / 9792541
Silves Moreira:
silvesjs@hotmail.com - 2671027/9947135
Jair Fernandes:
jairfernandes40@hotmail.com - 9874457

OS CO-FINANCIADORES:
CMRGS; IIPC;MECC E PROIMTUR.

Turismo, Património e Desenvolvimento Local: Perspectivas de um Desenvolvimento Sustentável para o Concelho de Ribeira Grande de Santiago

Cidade Velha, Junho de 2009

B) Parte trás do Folheto



Turismo, Património e Desenvolvimento Local

9h:00 – Abertura (mesa de honra: Presidente da Câmara M. R. Grande de Santiago)

09h:30 – A cidade de Ribeira Grande de Santiago. O percurso histórico do núcleo urbano quinhentista á candidata a património da humanidade/ UNESCO Apresentação: (Dr. Carlos Carvalho)

10h – Pausa café

10h:20 - Painel I "Turismo, Património Cultural e Desenvolvimento Local" - Moderador: (Doutor Lourenço Gomes – UNICV)

10h:30 – Património histórico - Cultural da Cidade Velha: Uma proposta de musealização Integral - Dra. Yolanda Gomes

11h:10 – Gestão do património cultural e turismo sustentável na Cidade Velha (Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde): Apresentação de um estudo de caso, realizado pela IBERTUR/Universidade Barcelona (Dr. Jair Fernandes - IIPC)

11h:50 - **Que Turismo para Concelho de Ribeira Grande de Santiago? - (Orador: Dr. Natalino Semedo)**

Educação patrimonial e participação comunitária (Tema em aberto)

12h: 50 – Almoço

14h: 40 – **Painel 2 "Empreendedorismo e Planeamento Estratégico para Concelho de Ribeira Grande de Santiago" - Moderador: Vereador Alcides de Pina**

15h:00 – Novas oportunidades de negocio no mundo da Globalização, concretamente o Concelho de Ribeira Grande de Santiago (Orador – Dr. Silves Moreira)

15h:40 a 15h:50 - Pausa café

15h:45 – Iniciativa de criação de micros empresa no Concelho da Ribeira Grande de Santiago; Experiência e boas praticas:

Funku di Mudjeres - Dra. Zuleica Semedo

Casinha Velha - D. Alita

16h: 35 – O contributo das ONG´s no Desenvolvimento Local e Regional: caso Cidade Velha

- Associação: bons amigos de Cidade Velha

17h – Encerramento: Presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago

OS CO-FINANCIADORES:
CMRGS; IIPC;MECC E PROIMTUR.

Natalino Semedo, estagiário da Câmara Municipal de Ribeira em parceria com:
Câmara Municipal de Ribeira Grande (CMRGS)
Instituto de Investigação património cultural (IIPC)

Pessoa a contactar:
Natalino Semedo
natalino461@gmail.com - Tel: 2671107 / 9792541
Silves Moreira:
silvesjs@hotmail.com - 2671027/9947135
Jair Fernandes:

Anexo nº 10 – Forte Santo António

Canhões da forte de Santo António

O Construção de pocilga ao pé da Forte de Santo António

A construção de barreiras contra a erupção marítima sentida no Forte de Santo António

Anexo nº 11 - Forte de São Lourenço

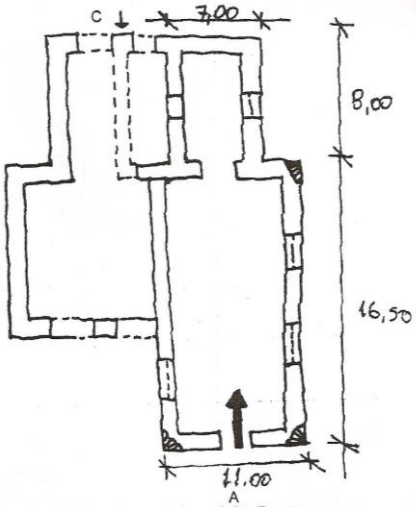
A Forte de São Lourenço – com uma larga porta, servia de uma das entradas da antiga cidade de R. Grande.

Uma das Barreiras da protecção da cidade – forte de São Lourenço.

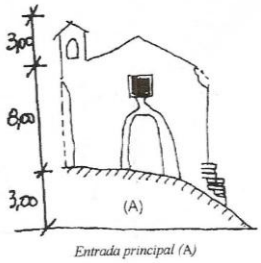
Anexo nº 12 – A planta do Convento de São Francisco

CONVENTO SÃO FRANCISCO

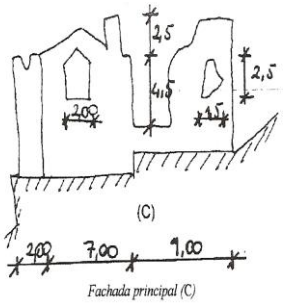
O Convento são Francisco foi construído por Joana Coelha, rica proprietária de Santiago, a partir de 1642. O edifício e suas dependências estão instalados na [illegible] tentrional no sítio, logo abaixo da Achada Salineiro.



Planta do Convento São Francisco

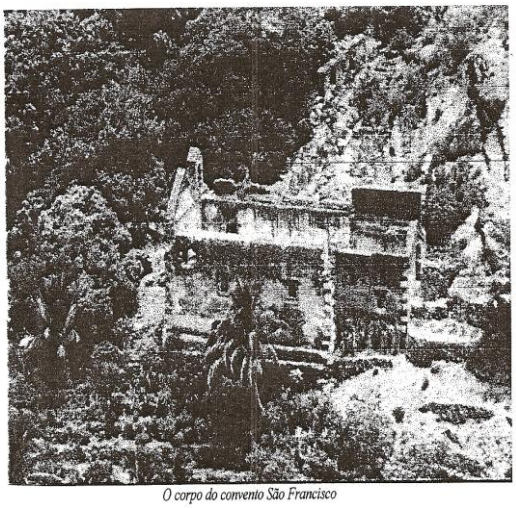


Entrada principal (A)



Fachada principal (C)

A volumetria do corpo do edifício principal é ainda legível.



O corpo do convento São Francisco

Anexo nº 13 – Igreja da Misericórdia

RUÍNAS DA ANTIGA TORRE DA IGREJA DA MISERICÓRDIA

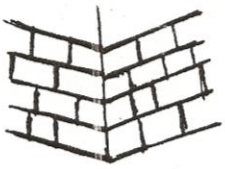
A Torre da igreja Misericórdia foi construída por D. Francisco da Cruz, terceiro Bispo de Cabo Verde, perto de 1555. Se compararmos com um documento de 1929, o edifício perdeu 2/3 de suas paredes assim como o telhado.

Torre da Igreja da Misericórdia

O que existia em 1929 O que existe hoje

Na parte superior que restou pode-se ler várias marcas e pinturas antigas. Um levantamento preciso desses elementos só acrescentará à documentação, dados históricos e artísticos do edifício.

Grandes problemas de segurança se apresentam. Há perigo iminente que esse pequeno testemunho desapareça completamente, pois as paredes de embasamento (fundação), são colocadas de uma maneira grosseira e as pedras de ângulo são separadas (fora do prumo, não estão na vertical).

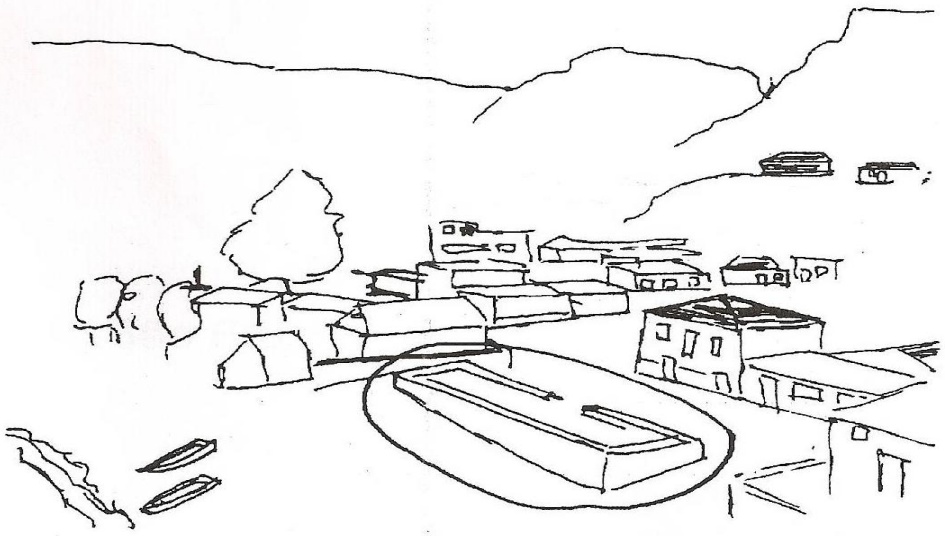


Fundação Base da Torre

Anexo nº 14 – Forte do Presídio

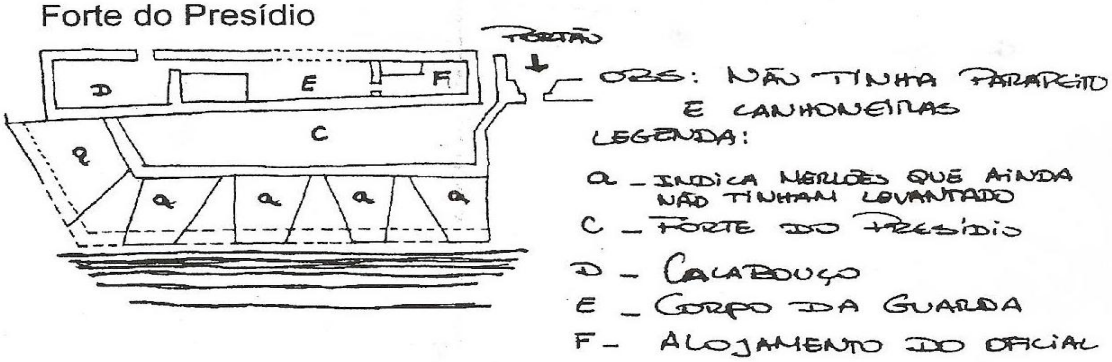
FORTE DO PRESÍDIO

O Forte do Presidio estava sob o controle do Forte S. Veríssimo que o superava. ado atrás do pequeno porto de pesca e da praia, sua configuração antiga é mais ou respeitada. Seus espaços interiores são usados para estocagem de diversos materiais ção de porcos. Pelo menos esse edifício está em bom estado de conservação.



Forte do Presídio

Forte do Presídio

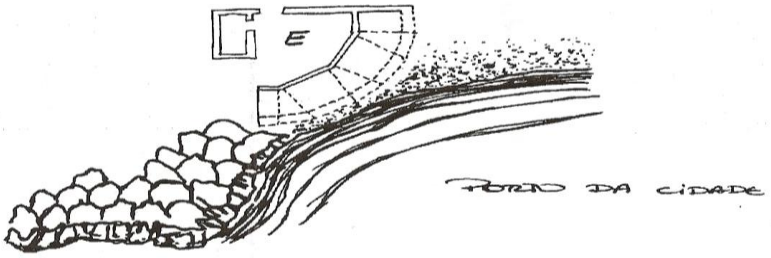


Anexo nº 15 – Forte de São Brás

FORTE SÃO BRÁS

O Forte S. Brás fica em frente ao Forte do Presidio neste espaço portuário. O conjunto, Fortes e muralha, cercava os eventuais assaltantes. O Forte de S. Brás, hoje parcialmente destruído, serve de traços de cultura. Quanto às muralhas, ainda estão bem visíveis.

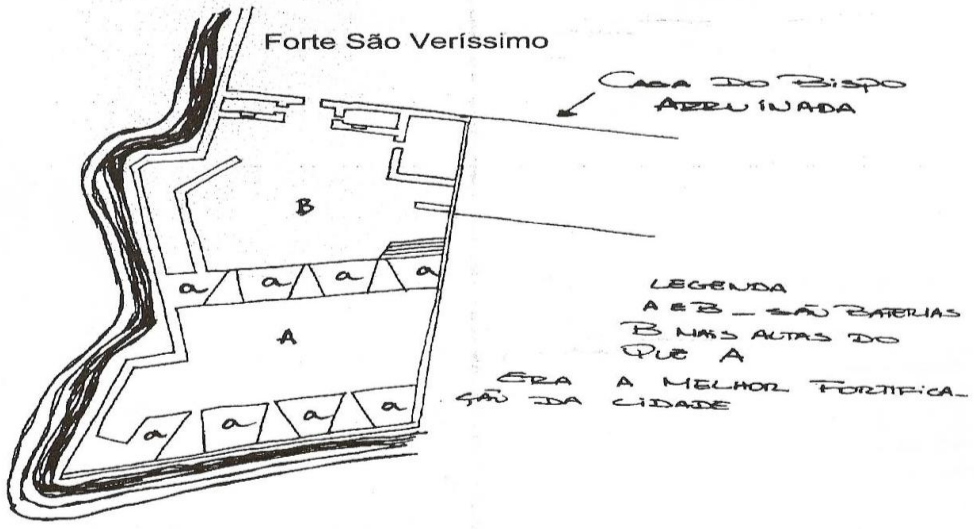
Forte São Brás



Anexo nº 16 – Forte São Veríssimo

FORTE SÃO VERÍSSIMO

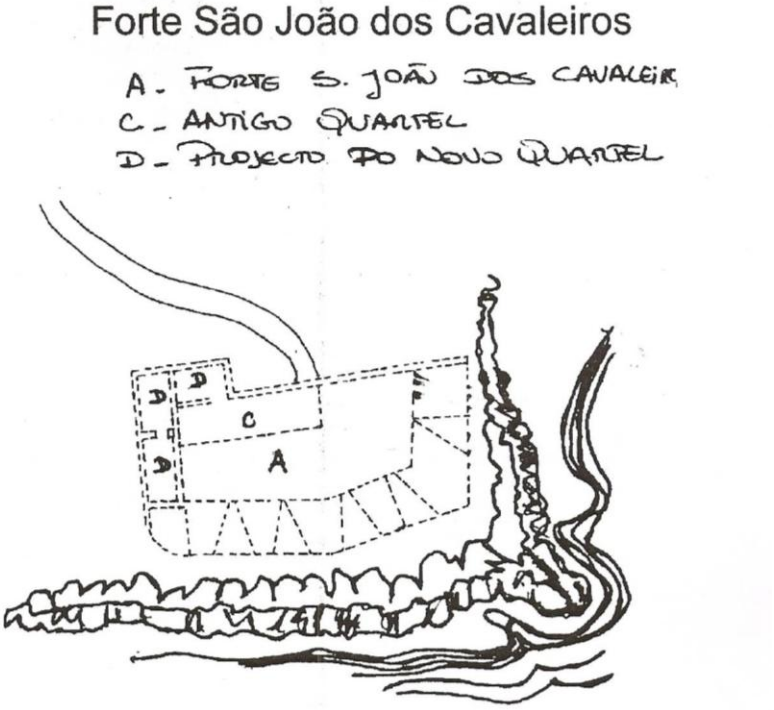
Erguido na vertical do oceano, o Forte São Veríssimo era o posto de vigia mais adaptado (adequado) à protecção do porto da Cidade Velha. Era composto de dois níveis de baterias de artilharia. A fig. mostra o pórtico de junção entre os dois terraços. O arco de tijolo que existia, caiu, há alguns anos atrás, apesar de ter sido restaurada em 1960. Desde esta data, ela encobriu-se de vegetação de moita e serve de galinheiro. Os canhões foram deixados no local.



Anexo nº 17 – Forte São João dos Cavaleiros

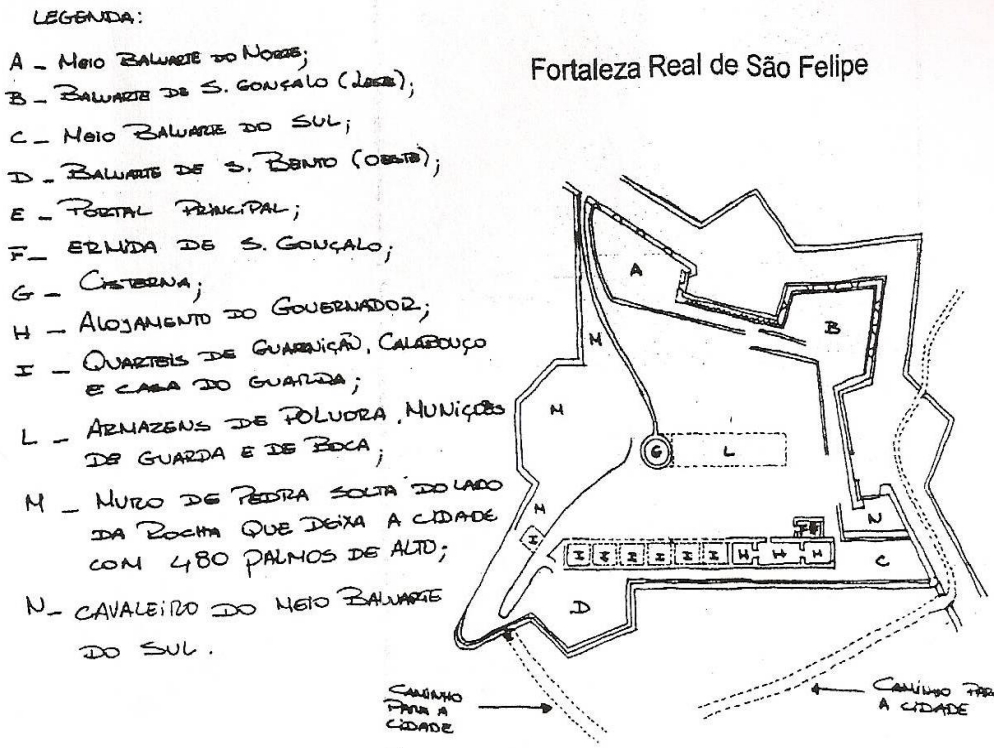
FORTE SÃO SEBASTIÃO / SÃO JOÃO DOS CAVALEIROS

Ele é hoje substituído por uma construção deliberadamente moderna. Os canhões ainda estão lá e encontram-se num nível inferior, roídos pelas águas.



Anexo nº 18 - Fortaleza Real de São Felipe

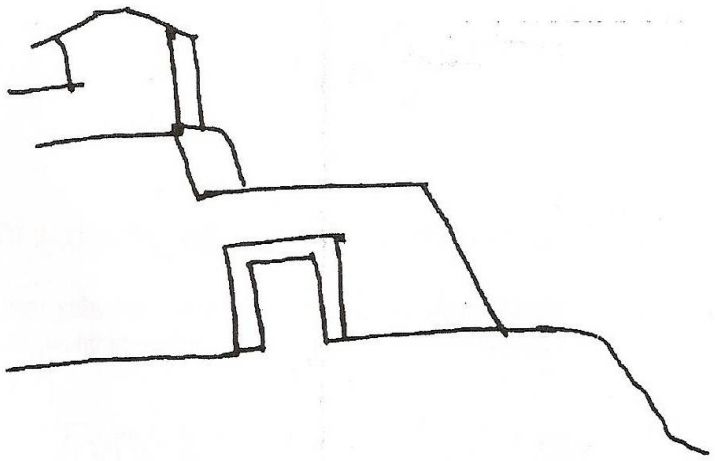
Essa obra magnífica era composta por duas grandes guaritas, um no Este (a), o outro no Oeste (b), e de duas menores (c) e (d). Duas portas davam acesso ao forte, a principal se abria do lado Oeste (e), rumo à Cidade da Ribeira Grande com uma rampa de declive elevada. Perto da guarita Sul ficava a residência do governador (f) e em frente, a capela S. Gonçalo (g). No corpo da praça abria uma bela cisterna (h), no Este desta, depósitos de pólvora e munição de guerra (i). Do lado Oeste da residência, no mesmo alinhamento, ficavam os aposentos das tropas (j). No Norte e Oeste, um muro de "480 palmos" de altura fechava a fortaleza.



Ainda existe a estrada dos anos 60, mas existe a estrada actual vindo da cidade da Praia. A antiga estrada em forte declive , que levava da cidade à fortaleza. Os paralelepípedos testemunham a sólida construção do séc. XVI.

Anexo nº 19 – Entrada Norte e a antiga Cisterna no interior da Fortaleza Real de São Filipe

A entrada Norte, localizada ao extremo limite do precipício, à direita, onde o desnível pode alcançar 120m.



Entrada Norte, sendo que à sua direita existe um desnível de 120m

A cisterna, coberta por uma cúpula semi – esférica de tijolo e com uma camada impermeável de argamassa de cal. A chegada de água fazia-se pelo canal a céu aberto e escoava na cisterna pela abertura.

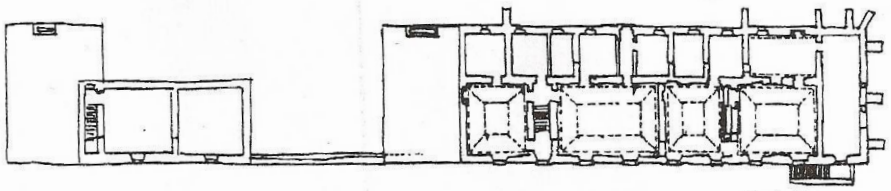
Cisterna

Anexo nº 20 – Palácio Episcopal

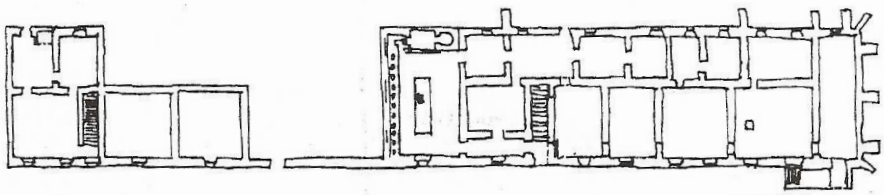
PALÁCIO EPISCOPAL

O Palácio Episcopal, fica localizado perto da Sé Catedral, na parte mais ao sul do bairro São Sebastião.

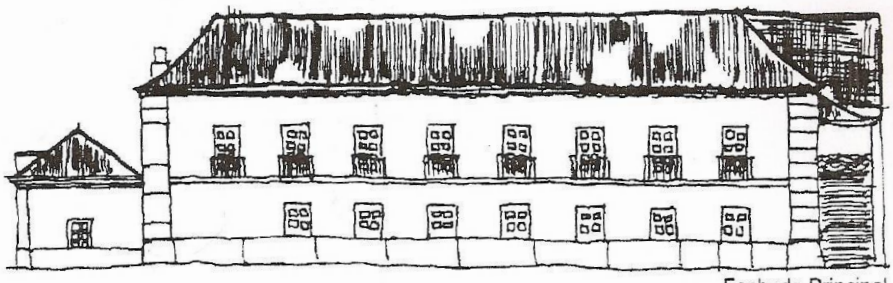
Hoje a urbanização apagou completamente seus vestígios e as pequenas moradias substituíram este belo edifício tirando dela o essencial dos materiais. O estudo, os trabalhos de pesquisa e os desenhos foram realizados pelo "grupo do mercado" (arquitectura e planejamento) de Portugal.



Planta 1º Pavimento

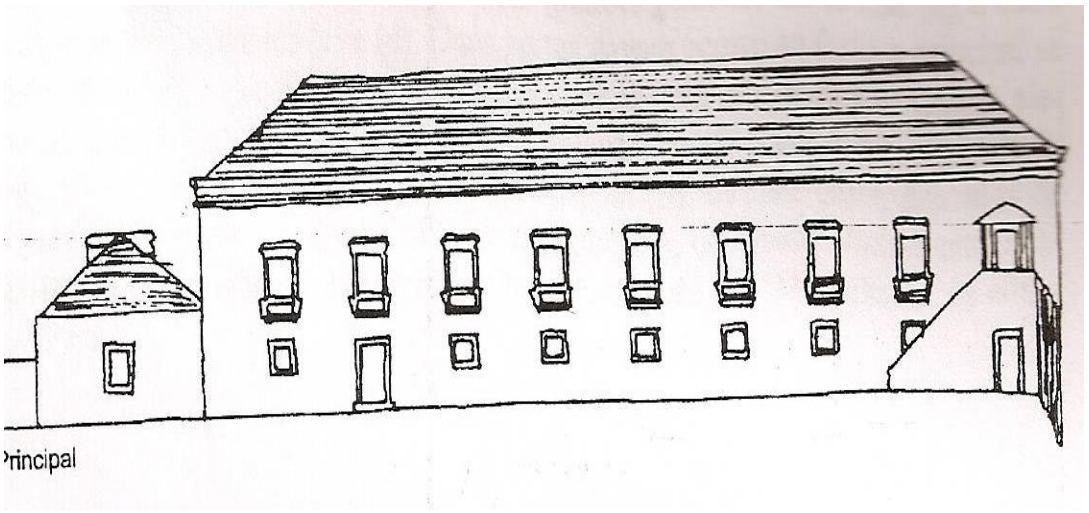


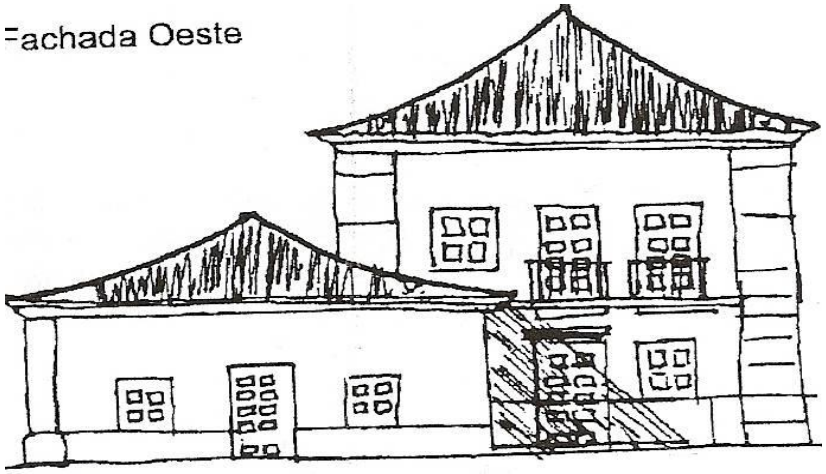
Planta 2º Pavimento



Fachada Principal

Anexo nº 21 – A fachada Principal e a Fachada Oeste do Palácio Episcopal





Anexo nº 22 - Questionários aos Moradores do Concelho de Ribeira Grande de Santiago

Entrevistado (a): _____ Idade: _____ Localidade: _____Habilitações literárias: _____Estado Civil: _____Data _____/____/_____ Entrevistador: _____

1º - Parte

1. **Tem conhecimento de pessoas do Concelho de Ribeira Grande de Santiago que fazem alguns tipos dos trabalhos manuais:**

	Sim	Não
Trabalhos com barro _____	☐	☐
Trabalhos com cocos _____	☐	☐
Trabalhos em bordados _____	☐	☐
Carros de latas _____	☐	☐
Cestos de cana (caris) _____	☐	☐
Outros _____	☐	☐

2. **Aponte o nome do artesão que conheça e a função desempenhada.**

_____

_____

3. **Do seu conhecimento quantas são as pessoas que fazem estes trabalhos no Concelho? (Aponte o número de pessoas)**

Trabalhos com barros _____ ☐
Trabalhos de cocos _____ ☐
Trabalhos em bordados ___ ☐
Carro de latas _____ ☐
Outros _____ ☐

4. **Na sua opinião, estes trabalhos são valorizados no nosso concelho?**

Sim _____ ☐ Não _____ ☐

5. **Segundo o seu entender, quem tem o dever de apoiar essas actividades (enumera de 1 – maior; a 5 – menor)**?

O Governo de Cabo Verde _ ☐ A Câmara Local _____ ☐
A população Local _____ ☐ Outros _____ ☐

6. **Quais são as finalidades destes trabalhos?**

Uso pessoal__ ☐ Venda ___ ☐ Outros fins _____ ☐

7. **Em que povoação particular do Concelho se encontram em maior número estes artesãos?**

_____

_____

8. **Segundo o seu conhecimento estes trabalhadores tiveram alguma formação?**

Sim_____ ☐ Não _____ ☐

9. **Se sim, aponta quais?**

_____

10. **Na sua opinião, de que forma pode ser criada motivação nos jovens para a realização desses trabalhos?**

_____

_____

11. **Sabe se no Concelho existe alguma instituição que apoie este tipo de trabalho de artesanato?**
    Sim _____ ☐ Não _____ ☐
12. **Se sim, diga qual.**

_____

13. **Sabe se há alguns locais de exposições e vendas destes produtos no Concelho?**
    Sim _____ ☐ Não _____ ☐
14. **Se sim, diga qual**

_____

15. **As matérias-primas para o fabrico destes produtos são todas da região do Concelho de Ribeira Grande?**

_____

_____

2ª - Parte

1. **Alguma vez ouviu falar sobre a patrimonialização de um espaço pela ONU?**

   Sim ☐ Não ☐

2. **Se sim, aponte exemplo de um espaço considerado Património Mundial da Humanidade, de que tenha conhecimento**

   _____

3. **Teve conhecimento de alguma proposta da patrimonialização da Cidade Velha?**

   Sim ☐ Não ☐

4. **Se sim, quem lhe deu esse conhecimento?**
   a) Amigo _____ ☐
   b) Familiar _____ ☐
   c) Comunicação Social _____ ☐
   d) Instituição (Câmara) _____ ☐
   e) Em Conferência _____ ☐
   f) Outros_____ ☐
5. **Alguma vez foi convidado/a a participar em conferência ou debate sobre a patrimonialização da Cidade Velha?**

   Sim ☐ Não ☐

6. **Se sim, de quem lhe veio esse convite?**
   a) Amigo_____ ☐

   ☐

b) Familiar _____

c) Comunicação Social_____ ☐

d) Instituição (Câmara) _____ ☐

e) Outros_____ ☐

7. Quantas vezes, presenciou uma conferência sobre a patrimonialização da Cidade Velha?

Nunca	1 vez	2 vezes	Mais vezes
☐	☐	☐	☐

8. Quais foram as zonas e locais onde ocorreram as conferências?

_____

9. Nas conferências presenciadas, havia pessoas de todas as zonas do Concelho de Ribeira Grande?

Sim ☐ Não ☐

10. Quem foi o responsável pela organização?

_____

11. As conferências foram convincentes e esclarecedoras no seu entender?

Sim ☐ Não ☐

12. Aponte algumas das razões da patrimonialização apresentadas

_____

13. Considera que a patrimonialização da Cidade Velha trará beneficios para o Concelho de Ribeira Grande?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, porquê _____

_____

14. Considera que a patrimonialização da Cidade Velha terá consequências negativas no Concelho da Ribeira Grande?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, aponte algumas das consequências que prevê

_____

_____

15. Na sua opinião a zona está preparada para assumir este estatuto?

a) Sim ☐

Porquê _____

b) Não ☐

Porquê _____

Observações

_____

_____

Obrigado pela sua colaboração

Anexo nº 23 - Questionários ao Ministério da Cultura

Entrevistado (a): _____ Idade: _____ Localidade: _____Habilitações literárias: _____Estado Civil: _____Data: _____/____/_____ Entrevistador: _____

1. **O Ministério da Cultura é a favor da patrimonialização da zona de Ribeira Grande?**

   Sim ☐ Não ☐

2. **Que motivos presidem à candidatura de Património Mundial da Humanidade da zona da Ribeira Grande de Santiago?**

_____

_____

_____

3. **O Ministério da Cultura teve conhecimento da apresentação da proposta da patrimonialização da localidade de Cidade Velha?**

   Sim ☐ Não ☐

4. **O Ministério da Cultura participou activamente na elaboração da proposta de patrimonialização da zona de Cidade Velha?**

   Sim ☐ Não ☐

5. **Se sim, quais foram as estratégias**

_____

_____

_____

6. **Compartilha da ideia da seguinte frase: "a proposta da patrimonialização da Cidade Velha foi um acto prematuro!"? Comente**

_____

_____

_____

7. **Na sua opinião a zona está preparada para assumir este estatuto?**

_____

_____

_____

8. **Que estratégias irão ser desenvolvidas, caso a Cidade Velha seja eleita como Património Mundial da Humanidade?**

_____

_____

_____

9. **Quais são os objectivos traçados em relação à reconstrução e dinamização de diversos monumentos existentes, entre eles o Hospital da Misericórdia?**

_____

_____

_____

10. **Os monumentos históricos existentes no Concelho de Ribeira Grande de Santiago, são reconhecidos oficialmente como monumentos nacionais?**

Sim ☐ Não ☐

11. **Se sim, aponte o Decreto - Lei**

_____

_____

12. **A patrimonialização da Cidade Velha trará benefícios para Cabo Verde e em particular à população do Concelho de Ribeira Grande?**

_____

_____

_____

13. **Na sua opinião a patrimonialização da Cidade Velha poderá ter consequências negativas para Cabo Verde?**

_____

_____

_____

14. **O Ministério está consciente da responsabilidade da atribuição do estatuto de Património Mundial da Humanidade e da necessidade de promover acções futuras que levem à sua manutenção a longo prazo?**

_____

_____

_____

Observação (mais alguma coisa a acrescentar)

_____

_____

_____

Obrigado pela sua colaboração

Anexo nº 24 - Questionários a Câmara Municipal do Concelho de Ribeira Grande de Santiago

Entrevistado (a): _____ Idade: _____ Localidade: _____Habilitações literárias: _____Estado Civil: _____Data _____/____/_____ Entrevistador: _____

1. **A Câmara Municipal do Concelho de Ribeira Grande é a favor da patrimonialização da zona de Ribeira Grande?**

   Sim ☐ Não ☐

2. **Porquê o interesse na patrimonialização da zona de Ribeira Grande de Santiago?**

   _____

   _____

3. **A população local compartilha desta opinião?**

   Sim ☐ Não ☐

4. **Se sim, aponte os motivos**

   _____

   _____

5. **A população local tem uma participação activa na proposta da patrimonialização do Concelho?**

   Sim ☐ Não ☐

6. **Se sim, diga de que forma**

   _____

   _____

7. **A Câmara Municipal alguma vez, solicitou a participação da população na proposta da patrimonialização?**

   Sim ☐ Não ☐

8. **Quais foram os meios utilizados (convite porta-a-porta, os meios de comunicações, contacto directo com a população…)?**

   _____

   _____

9. **Quais foram as outras instituições parceiras nesta proposta?**

   _____

   _____

10. **A Câmara Municipal realizou conferências ou debates sobre a patrimonialização da zona?**

    Sim ☐ Não ☐

11. **Se sim, quantas vezes a conferência foi realizada pela Câmara Municipal da Ribeira Grande?**

    _____

12. **No seu entender as conferências foram convincentes e esclarecedoras?**

    Sim ☐ Não ☐

13. **Quais foram as zonas do Concelho onde realizaram as conferências?**

    _____

14. Na sua opinião toda a população do Concelho tem conhecimento desta proposta?

_____

_____

15. Aponte algumas das razões desta patrimonialização?

_____

_____

_____

16. A patrimonialização da Cidade Velha trará benefícios à população do Concelho de R. Grande?

Sim ☐ Não ☐

17. Se sim, especifique quais.

_____

_____

18. A patrimonialização da Cidade Velha terá consequências negativas no Concelho da Ribeira Grande?

Sim ☐ Não ☐

19. Se sim, aponte algumas

_____

_____

20. Segundo o seu conhecimento, os monumentos históricos existentes no Concelho de Ribeira Grande de Santiago, possuem o estatuto oficial de monumentos nacionais?

Sim ☐ Não ☐

21. Se sim, referencie os Decretos – Lei onde tal está consignado

_____

_____

22. Que sugestões acha deverem ser aplicadas antes da obtenção do estatuto de Património Mundial da Humanidade?

_____

_____

23. Na sua opinião a zona está preparada para assumir este estatuto?

_____

_____

24. Quais as medidas a serem tomadas depois da zona ser eleita Património Mundial da Humanidade?

_____

_____

Observações_____

_____

Obrigado pela sua colaboração

Anexo nº 25 - Questionários aos Agricultores do Concelho de Ribeira Grande de Santiago

Entrevistado (a): _____ Idade: _____ Localidade: _____Habilitações literárias: _____Estado Civil: _____Data _____/____/_____ Entrevistador: _____

1. **Há quanto tempo é agricultor?**

_____

2. **Como aprendeu este ofício?**

Com os pais/Familiar ☐ Teve alguma formação ☐ Outros ☐

3. **Que tipo de agricultura pratica?**

Moderna ☐ Tradicional ☐

4. **Tem recebido ajuda do Estado na sua actividade agrícola?**

Sim ☐ Não ☐

5. **Alguma vez teve conhecimento de ajuda do Estado a este sector, no concelho?**

Sim ☐ Não ☐

6. **Na sua opinião, este sector está esquecido pelo Estado?**

Sim ☐ Não ☐

7. **Quais são as ajudas que gostaria de receber do Estado para a sua actividade?**

_____

_____

8. **Que ajudas sugeria ao Estado para os agricultores do Concelho de Ribeira Grande?**

_____

_____

9. **Quais são os utensílios utilizados na sua actividade?**

_____

_____

10. **Como adquiriu os seus utensílios de trabalho?**

Herança ☐ Compra ☐ Oferta ☐ Outros ☐

11. **Alguma vez mudou esses mesmos utensílios?**

Sim ☐ Não ☐

12. **Tem conhecimento de alguns instrumentos antigos que já não se usam nesta actividade?**

Sim ☐ Não ☐

13. Se sim, aponte alguns deste instrumentos.

_____

14. Que destino dá aos utensílios que já não usa?

Deito no lixo ☐ Guardo ☐ Vendo ☐ Outro ☐

15. Gostaria de ver os seus instrumentos antigos serem preservados num museu e serem mostrados às gerações futuras?

Sim ☐ Não ☐

16. Sente que os jovens estão interessados nesta actividade?

Sim ☐ Não ☐

17. Acha que a agricultura contribui para o desenvolvimento do Concelho de Ribeira Grande de Santiago?

Sim ☐ Não ☐

18. Pensa que a produção agrícola do concelho de Ribeira Grande é suficiente para alimentação da população local, sem se depender dos outros concelhos?

_____

_____

19. Na sua opinião, a agricultura do concelho de Ribeira Grande está em risco de extinção?

Sim ☐ Não ☐

20. Além desta actividade, faz outra actividade, como por exemplo a criação de gado?

Sim ☐ Não ☐

21. Se sim, aponte qual.

_____

_____

22. Quais os maiores desafios que encontra na actividade da criação de gado?

_____

_____

Observações:

_____

_____

Obrigado pela sua colaboração

Anexo nº 26 - Questionários aos Agricultores do Concelho de Ribeira Grande de Santiago

Entrevistado (a): _____ Idade: _____ Localidade: _____Habilitações literárias: _____Estado Civil: _____Data _____/____/_____ Entrevistador: _____

23. Há quanto tempo é agricultor?

_____

24. Como aprendeu este ofício?

Com os pais/Familiar ☐ Teve alguma formação ☐ Outros ☐

25. Que tipo de agricultura pratica?

Moderna ☐ Tradicional ☐

26. Tem recebido ajuda do Estado na sua actividade agrícola?

Sim ☐ Não ☐

27. Alguma vez teve conhecimento de ajuda do Estado a este sector, no concelho?

Sim ☐ Não ☐

28. Na sua opinião, este sector está esquecido pelo Estado?

Sim ☐ Não ☐

29. Quais são as ajudas que gostaria de receber do Estado para a sua actividade?

_____

_____

30. Que ajudas sugeria ao Estado para os agricultores do Concelho de Ribeira Grande?

_____

_____

31. Quais são os utensílios utilizados na sua actividade?

_____

_____

32. Como adquiriu os seus utensílios de trabalho?

Herança ☐ Compra ☐ Oferta ☐ Outros ☐

33. Alguma vez mudou esses mesmos utensílios?

Sim ☐ Não ☐

34. Tem conhecimento de alguns instrumentos antigos que já não se usam nesta actividade?

Sim ☐ Não ☐

35. Se sim, aponte alguns deste instrumentos.

_____

36. Que destino dá aos utensílios que já não usa?

Deito no lixo ☐ Guardo ☐ Vendo ☐ Outro ☐

37. Gostaria de ver os seus instrumentos antigos serem preservados num museu e serem mostrados às gerações futuras?

Sim ☐ Não ☐

38. Sente que os jovens estão interessados nesta actividade?

Sim ☐ Não ☐

39. Acha que a agricultura contribui para o desenvolvimento do Concelho de Ribeira Grande de Santiago?

Sim ☐ Não ☐

40. Pensa que a produção agrícola do concelho de Ribeira Grande é suficiente para alimentação da população local, sem se depender dos outros concelhos?

_____

_____

41. Na sua opinião, a agricultura do concelho de Ribeira Grande está em risco de extinção?

Sim ☐ Não ☐

42. Além desta actividade, faz outra actividade, como por exemplo a criação de gado?

Sim ☐ Não ☐

43. Se sim, aponte qual.

_____

_____

44. Quais os maiores desafios que encontra na actividade da criação de gado?

_____

_____

Observações:

_____

_____

Obrigado pela sua colaboração

Anexo nº 27 - Questionários aos Pescadores do Concelho de Ribeira Grande de Santiago

Entrevistado (a): _____ Idade: _____ Localidade: _____Habilitações literárias: _____Estado Civil: _____Data _____/____/_____ Entrevistador: _____

1. **Há quanto tempo é Pescador?**

_____

2. **Como aprendeu este ofício?**

   Com os pais/Familiar ☐ Teve alguma formação ☐ Outros ☐

3. **Que tipo de pesca pratica?**

   Moderna ☐ Tradicional ☐

4. **Quais foram os primeiros instrumentos utilizados na sua actividade piscatória?**

_____

_____

5. **Recorda-se de alguns dos instrumentos antigos, que actualmente não se usam nesta actividade?**

   Sim Não

6. **Se sim, aponte alguns.** ☐ ☐

_____

7. **Alguma vez mudou os seus instrumentos antigos?**

   Sim ☐ Não ☐

8. **Que destino lhe deu?**

   Deitou no lixo ☐ Guardou ☐ Vendeu ☐ Outros ☐

9. **Gostaria de ver os seus instrumentos antigos serem preservados num museu e serem mostrados às gerações futuras?**

   Sim ☐ Não ☐

10. **Tem recebido qualquer ajuda do Estado na sua actividade piscatória?**

    Sim ☐ Não ☐

11. **Alguma vez teve conhecimento de ajudas do Estado a este sector, no concelho?**

    Sim ☐ Não ☐

12. **Acha que este sector está esquecido pelo Estado?**

_____

13. **Quais são os apoio que sugere ao Estado para os pescadores do Concelho de Ribeira Grande?**

_____

_____

14. **Na sua opinião, actualmente os jovens estão interessados neste emprego?**

    Sim ☐ Não ☐

15. **Na sua opinião, a actividade da pesca do concelho de Ribeira Grande está em risco de se extinguir?**

    Sim ☐ Não ☐

16. **Na sua opinião a quantidade de peixe apanhado no concelho de Ribeira Grande é suficiente para a alimentação da população, sem se depender dos outros concelhos?**

Sim ☐ Não ☐

17. **Quais são as épocas do ano em que apanha a maior quantidade peixe?**

_____

_____

18. **Tem conhecimento de alguma espécie de peixe em via de extinção?**

Sim ☐ Não ☐

19. **Tem conhecimento de alguma lei que proíbe a captura de algumas das espécies marinhas?**

Sim ☐ Não ☐

20. **Se sim, aponte qual**

_____

_____

_____

Observações:

_____

_____

_____

_____

Anexo nº 28 - Entrevista aos Trabalhadores Manuais

Entrevistado (a): _____ Idade: _____ Localidade: _____ Habilitações literárias: _____Estado Civil: _____Data _____/____/_____ Entrevistador: _____

45. Em que consiste o seu trabalho?

_____

46. Há quanto tempo realiza esta actividade?

_____

47. Como aprendeu este ofício?

Com os pais/Familiar ☐ Teve alguma formação ☐ Outros ☐

48. Se teve alguma formação aponte qual?

_____

49. Quais são os utensílios utilizados na sua actividade?

_____

50. Além desta actividade, tem outro meio de sobrevivência?

Sim ☐ Não ☐

51. Quais são as maiores dificuldades encontradas na elaboração deste trabalho?

_____

52. Quais são as finalidades dos seus trabalhos?

Uso pessoal ☐ Venda ☐ Outros ☐

53. Tem recebido ajuda para a sua actividade, por parte do Estado?

Sim ☐ Não ☐

54. Alguma vez teve conhecimento de alguma ajuda do Estado a este sector, no concelho?

Sim ☐ Não ☐

55. Quais são as ajudas que gostaria de receber do Estado para a sua actividade?

_____

56. Gostaria de ver os seus trabalhos serem preservados num museu e expostos onde pudessem ser vistos publicamente?

Sim ☐ Não ☐

57. Sente que os jovens estão interessados nesta actividade?

Sim ☐ Não ☐

58. Na sua opinião, no concelho de Ribeira Grande, estes tipos de trabalhos estão em via de extinção?

Sim ☐ Não ☐

59. Aponte algumas formas de persuadir os jovens para se interessarem por este tipo de ofício

_____

Observações:

_____

Muito obrigado pela sua colaboração

Anexo nº 29 – Entrevista aos museus

Nome do Entrevistado: _____Data _____/____/___Morada:_____

Habilitação literária: _____ Entrevistador: _____

1 – Em que ano foi edificado este museu?

_____

_____

2 – Quais foram as razões da edificação deste museu

_____

_____

_____

3 – Sentem-se satisfeitos com o serviço prestado à população e aos turistas?

_____

_____

_____

4 – Quantas visitas receberam de Junho de 2005 a Junho de 2008?

_____

_____

5 – O Museu esteve sempre neste edifício? Se não, onde esteve antes?

_____

_____

_____

6 – Este edifício foi sempre do Estado?

_____

_____

_____

7 – Como conseguiram recolher as peças para exposição do museu? Foi difícil? Porquê?

_____

_____

_____

8 – As peças são todas da região?

_____

_____

_____

9 – Produzem-se algumas peças no museu?

_____

_____

_____

10 – As pessoas que as produzem têm especialidades?

_____

_____

_____

a) O museu é constituído por quantas salas?

_____
_____
_____

b) Quais são as salas de exposições?

_____
_____
_____

c) Quantas são as salas permanentes para exposições? Duração máxima e mínima da exposição?

_____
_____
_____

d) Como está estruturado o museu (qual é o critério utilizado)?

_____
_____
_____
_____

e) Alguma vez tiveram que aumentar as salas por falta de espaços?

_____
_____
_____

i. O museu tem quantos funcionários?

_____
_____
_____

ii. Como estão empregados os funcionários (por funções)? (recepção, administração, etc.)

_____
_____
_____

iii. Quantos técnicos têm o museu? Quais são as suas especialidades?

_____
_____
_____

iv. Os técnicos estão permanentes no museu?

_____
_____
_____

v. Quanto tempo leva a estudar um produto (uma peça) antes da sua exposição?

_____
_____
_____
_____

Anexo nº 30 - Entrevista aplicada a João Ribeiro da Silva, director do Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (MANVR)2008-09-22

1 – Em que ano foi edificado este museu?

O MANVR abriu as suas portas ao público no dia 30 de Outubro de 1997.

2 – Quais foram as razões da edificação deste museu?

O MANVR nasceu da vontade autárquica de colmatar uma lacuna na vida cultural da cidade, já que não havia – à altura – um museu municipal. Por outro lado, havia a vontade de instalar uma colecção de numismática, bem como um interessante conjunto de objectos de cariz arqueológico, doada à Câmara Municipal pelo padre João Parente, em 1988.

3 – Sentem-se satisfeitos com o serviço prestado à população e aos turistas?

Sim, desde o início do seu funcionamento o MANVR tem procurado ir de encontro às expectativas dos públicos mais variados. Assim, a extensa actividade da Área de Exposições Temporárias dirigiu a sua actividade principalmente para os vila-realenses, bem como a todos os interessados na história recente de Vila Real. Já as exposições permanentes de numismática e de arqueologia dirigem-se mais para o público escolar, bem como para os especialistas nas áreas temáticas. O Serviço Educativo pretende que as suas acções atinjam um público escolar diversificado (com acções dirigidas particularmente a alunos do 1º ciclo do ensino básico ao secundário) e aos turistas, a quem propõe, entre outras acções, percursos pedestres pelo Centro Histórico de Vila Real. Não obstante, é objectivo do MANVR não só que as pessoas visitem o Museu, mas que voltem para ver o que há de novo.

4 – Quantas visitas receberam de Junho de 2005 a Junho de 2008?

O MANVR recebeu, no período indicado, a visita de 12.569 pessoas.

5 – O Museu esteve sempre neste edifício? Se não, onde esteve antes?

O MANVR foi instalado de raiz aqui, na Casa do Caminho de Baixo. Não obstante, houve antes outro museu em Vila Real, o Museu Etnográfico da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro, tutelado pela antiga Junta Distrital, que funcionou nesta mesma casa e, depois, na Av. Carvalho Araújo, até 1976, quando encerrou.

6 – Este edifício foi sempre do Estado?

Não, foi particular até 1982, data em que foi comprado pela Câmara Municipal de Vila Real (para mais informações sobre a casa, ver http://museu.cm-vilareal.pt/images/M_images/casadocaminho.pdf)

7 – Como conseguiram recolher as peças para exposição do museu? Foi difícil? Porquê?

A base do espólio do MANVR é a colecção de numismática doada pelo padre João Parente à Câmara Municipal. Para além dessa colecção, o padre doou um conjunto de objectos arqueológicos, e intercedeu junto de outros proprietários de objectos no sentido de serem depositados no MANVR. Finalmente, adquiriram-se ainda alguns objectos a particulares ou em leilões.

8 – As peças são todas da região?

Para além dos poucos exemplares adquiridos em leilão (logo, de proveniência desconhecida), todos os objectos integrados nas exposições permanentes são provenientes da antiga Província de Trás-os-Montes e Alto Duro, ou seja, dos Distritos de Vila Real e Bragança.

9 – Produzem-se algumas peças no museu?

Não.

10 – As pessoas que as produzem têm especialidades?

Ver resposta anterior.

a) O museu é constituído por quantas salas?

O MANVR tem 5 áreas distintas: a Exposição Permanente de Numismática, distribuída por 5 salas; A Exposição Permanente de Arqueologia, patente igualmente em 5 salas; a Área de Exposições Temporárias, com 3 salas; a Área Técnica, com 3 salas de reservas, 1 laboratório, 2 salas técnicas (elevador, caldeira) e dois gabinetes; e, finalmente, os espaços comuns, com a recepção/loja, centro de documentação e bar (e respectiva copa).

b) Quais são as salas de exposições?

Questão respondida na alínea anterior.

c) Quantas são as salas permanentes para exposições? Duração máxima e mínima da exposição?

Conforme explicado anteriormente, as exposições permanentes distribuem-se por 10 salas e as temporárias por 3. Normalmente, as exposições permanentes são revistas de 10 em 10 anos (ou menos, se for necessário); as temporárias podem durar de 1 a 6 meses, sendo o normal estarem patentes por 2 meses.

d) Como está estruturado o museu (qual é o critério utilizado)?

Conforme descrito na missão do MANVR, pretende-se que o museu se constitua como ponto de partida para o conhecimento da região. Para isso, assume como base as colecções exibidas de forma permanente. Para evidenciar aspectos mais específicos organiza exposições temporárias; todo o trabalho é acompanhado de

perto pelo serviço educativo, de forma a desenvolver actividades complementares estruturantes.

e) Alguma vez tiveram que aumentar as salas por falta de espaços?

Não. Excepcionalmente podem usar-se espaços para exposição não inicialmente previstos para o efeito (como a recepção ou o centro de documentação).

i. O museu tem quantos funcionários?

Trabalham no museu 5 pessoas.

ii. Como estão empregados os funcionários (por funções)? (recepção, administração, etc.)

Um responsável técnico, uma técnica de inventário e três auxiliares técnicos de museografia (distribuídos entre a recepção, secretariado e conservação e restauro).

iii. Quantos técnicos tem o museu? Quais são as suas especialidades?

O Museu tem um responsável técnico, igualmente responsável pelo serviço educativo, licenciado em História e mestre em Museologia e Património Cultural; e uma técnica de inventário, formada em História.

iv. Os técnicos estão permanentes no museu?

Sim.

v. Quanto tempo leva a estudar um produto (uma peça) antes da sua exposição?

Depende do objecto. Normalmente é feito o trabalho de inventário independentemente da sua utilização em alguma exposição. Por outro lado, o estado do objecto a inventariar influencia o tempo necessário para o seu conhecimento. Ainda assim, uma moeda romana pode ser inventariada entre uma hora a dois dias… Os elementos inseridos na ficha de inventário são, depois, importantes para a definição da sua utilização (ou não) nas exposições a desenvolver no Museu.

Anexo nº 31 - Turismo de Natureza, as actividades, as modalidades e as animações complementares

Actividades de animação no âmbito do Turismo de Natureza

De acordo com Decreto-Lei 18/99, de 27/8/1999, relativo ao Programa Nacional de Turismo de Natureza

O Turismo de Natureza é o produto turístico composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas.

Entende-se por animação ambiental, a animação que é desenvolvida para promover a ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes, através do conhecimento e da fruição dos valores naturais e culturais próprios da área protegida.

As actividades de animação ambiental podem assumir a forma de Animação, propriamente-dita, Interpretação Ambiental e Desportos de Natureza. Designa-se por Animação o conjunto de actividades que se traduzem na ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes, permitindo a diversificação da oferta turística, através da integração dessas actividades e outros recursos das áreas protegidas, contribuindo para a divulgação da gastronomia, do artesanato, dos produtos e das tradições da região onde se inserem, desenvolvendo-se com o apoio das infra-estruturas e dos serviços existentes no âmbito do turismo de natureza. Por Interpretação Ambiental entende-se toda a actividade que permite ao visitante o conhecimento global do património que caracteriza a área protegida, através da observação, no local, das formações geológicas, da flora, fauna e respectivos habitats, bem como de aspectos ligados aos usos e costumes das populações, com recurso às instalações, sistemas e equipamentos do turismo de natureza. Finalmente os Desportos de Natureza são todas as actividades praticadas em contacto directo com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a sua conservação. Estas actividades de Animação, Interpretação Ambiental e Desportos de Natureza podem consistir nas modalidades referidas no quadro a seguir:

Anexo nº 31.1 - Modalidades e Actividades de Aventuras

Modalidades

Ar

- Asa delta
- Parapente
- Balonismo
- Paraquedismo

Água

- Canoagem
- *Canyonning*
- *Hydrospeed*
- *Rafting*
- Mergulho

Terra

- Bicicleta Todo Terreno (BTT)
- Caminhadas
- Cordas
- Equitação
- Escalada
- Espeleologia
- Montanhismo
- Orientação
- *Paintball*
- Todo-o-terreno (TT)

Actividades

- Corridas de aventura
- Expedições
- Fauna e flora
- Multiactividades
- Sobrevivência

Anexo nº 31.2 - Áreas de actividades de empresa no campo do turismo de natureza

- Passeios no campo em «charrete», com visita a produtores de artesanato local
- Formação nas áreas do *rafting* e BTT
- Tiro com arco; Formação/gestão *outdoor*
- Formação de cariz cultural e gastronómica, como passeios aos centros históricos da região, terras de gado, matanças do porco, animação em campo de *golf*, caça simulada e real, *paint-ball*
- Provas gastronómicas, matança de porco, etc.
- Promoção de eventos na área do lazer; central de venda de bilhetes de espectáculos
- Tiro com arco, vela + *windsurf*, esqui aquático, actividades náuticas (*kayak*, etc.)
- Visitas a parques naturais e áreas protegidas, jogos de pistas, actividades pedagógicas ao ar livre
- *Paintball*
- Tiro com arco, zarabatanas, besta, jogos tradicionais
- *Paintball* e *speedball*
- Tiro com arco

Anexo nº 31.3 - Turismo de natureza e as animações

Animação	Interpretação Ambiental	Desportos de Natureza
Gastronomia	Pólos de recepção	Pedestrianismo
Produtos tradicionais regionais	Centros de interpretação	Montanhismo
Artes e ofícios tradicionais da região	Percursos interpretativos	Orientação
Estabelecimentos tradicionais de convívio, educação e comércio	Núcleos ecomuseológicos	Escalada,
Feiras, festas, romarias	Observatórios	Rapel
Rotas temáticas		Espeleologia
Expedições panorâmicas e fotográficas		Balonismo
Passeios a pé, de barco, a cavalo, de bicicleta		Parapente
Passeios TT		Asa delta sem motor
Jogos tradicionais		Canoagem
Parques de merendas		Remo
Pólos de animação		Vela
Meios de transporte tradicionais		*Surf*
		Windsurf
		Mergulho
		Rafting
		Hydrospeed
		Canyonning
		Bicicleta todo-o-terreno,
		Hipismo
		Outros desportos e actividades de lazer cuja prática não se mostre nociva para a conservação da natureza (*Eco-Challenge*, 4x4 turístico, voo-livre, *paintball*, paraquedismo, pesca desportiva)

Anexo nº 31.4 - Actividades envolvidas no conceito de Turismo de natureza e os seus complementares

Actividade principal	Actividades complementares
– Excursões em veículos todo o terreno e barco – Actividades *outdoor* – Alojamento – Caça – Animação turística, viagens no país e no estrangeiro – Animação desportiva – Gestão de iniciativas na área do desporto – Parapente; comércio de material de montanha – Venda e aluguer de equipamento desportivo – *Paintball*; orientação; formação *outdoor* – Condição física, manutenção *(indoor)* – Agência de viagens – Organização de circuitos turísticos – Produção de actividades de todo-o-terreno turístico – Organização e execução de programas de animação turística – Promoção e realização de eventos desportivos de aventura – Animação histórico-cultural; congressos – Turismo rural – Todo-o-terreno; passeios turísticos – *Rafting*, montanhismo, BTT e canoagem – Organização de eventos de lazer – Programas de actividades turísticas/aventuras – Animação desportiva e turística – Comércio – Passeios escolares/campos de férias – Prestação de serviços no âmbito do turismo ambiental e desporto de aventura – *Paintball* – Actividades de aventura – Organização de actividades de ar livre – Animação sócio-cultural, desporto e actividades de natureza – Incentivos multiactividades para empresas – Dinamização de actividades de ar livre	– Excursões com animação «Aventura» – Outros tipos de eventos desportivos – Criação de cavalos, equitação – Turismo de natureza – Colaboração com instituições de desenvolvimento local; elaboração de projectos de turismo rural; participação em projectos de desenvolvimento rural – Animação lúdico-cultural e lazer – BTT; canoagem; escalada; orientação – Mergulho subaquático – Multiactividades; formação *outdoor* – Actividades de ar livre *(outdoor)* – Programas multiactividades para empresas – Apoio a empresas na vertente animação – Comercialização de bicicletas de todo o terreno e acessórios; cursos de orientação, montanhismo e BTT; elaboração de *road books* – Construção civil e obras públicas – Canoagem, ULM, *slide*, etc. – *Paintbal*, tiro ao arco, todo o terreno, etc. – Serviços adicionais na área do lazer – Animação desportiva – Formação e animação – Aposentados: passeios de férias – Comércio de equipamento desportivo de montanha – Venda de equipamento desportivo – Formação e organização de eventos e exposições – Gestão de associações, incentivos, imagem e comunicação – Passeios de jipe, estudos, levantamentos e redacção de roteiros turísticos – Venda de material